

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

O valor político dos testemunhos:
os surdos e a luta por reconhecimento na internet

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

**O valor político dos testemunhos:
os surdos e a luta por reconhecimento na internet**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Profa. Dra Rousiley Celi Moreira Maia

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
2008

Dissertação defendida e aprovada, em agosto de 2008, pela banca examinadora
constituída pelos professores:

Prof^ª. Patrícia de Castro Mattos
UFJF

Prof^ª. Simone Maria Rocha
UFMG

Prof^ª. Rousiley Celi Moreira Maia (orientadora)
UFMG

***À minha doce menininha, Alice,
e ao bebê que chegará trazendo alegrias.***

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro Alexandre, pelo apoio e cumplicidade de sempre.

À Alice, pela paciência e compreensão sobre as horas ausentes.

À minha orientadora, Rousiley Maia, por ter conduzido este trabalho com cuidado e rigor e por ter me feito despertar, ainda na graduação, o gosto pela pesquisa. Obrigada pela motivação, confiança, paciência e carinho de todas as horas.

Aos meus pais, Heitor e Maria de Lourdes, por terem me feito conhecer o mundo dos surdos e a grandiosidade dessa cultura.

Às minhas irmãs, Rosane e Rosely, pelas horas difíceis em que estiveram ao meu lado.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente Hellen Guicheney, Vanessa Lacerda e Maria Isabel Gomes, por compartilharem comigo não só as questões teóricas, mas conquistas cotidianas.

Aos colegas do grupo EME (Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública), especialmente Ângela Marques, Ricardo Fabrino, Vanessa Veiga e Rennan Mafra, pelo aprendizado de sempre e pelas alegres tardes de sexta-feira.

Ao Grupo de Pesquisa Internet e Democracia, coordenado pelo professor Wilson Gomes, pelas importantes discussões e amadurecimento teórico em Comunicação e Política.

Aos professores Simone Rocha, Marco Aurélio Prado, Bruno Leal, Beatriz Bretas, César Guimarães e Vera França, pelas inestimáveis contribuições a esta pesquisa.

Aos funcionários da UFMG Alessandro e Miriam, pela atenção dispensada nesses dois anos.

À Lourdes, pela revisão cuidadosa deste texto.

À Ângela Godoy, Débora Mosqueira e Ludmila Rodrigues, pelo socorro das últimas horas.

À Capes, pelo auxílio financeiro a esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho busca investigar como as pessoas surdas, que se comunicam por meio da língua de sinais, convocam seus testemunhos para estabelecerem lutas pelo reconhecimento de suas identidades e, assim, revelam novos valores acerca da surdez.

Toda a pesquisa é guiada pela Teoria do Reconhecimento proposta Axel Honneth e por Charles Taylor. Nessa abordagem, consideramos nas nossas análises o caráter intersubjetivo que guia a construção das identidades e as lutas por reconhecimento, a divisão dessa luta em três âmbitos – íntimo, legal e social, e a perspectiva de luta ampliada que guia uma evolução moralmente motivada da sociedade.

Dentro dessa luta mais ampla, os surdos convocam seus testemunhos para responderem a alguns valores cristalizados, tais como a incapacidade gerada pela surdez ou o valor menor da língua de sinais. Buscamos evidenciar de que forma isso é feito em dois ambientes distintos da internet. O primeiro é o *site* da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e o segundo é o *site* de relacionamento denominado Orkut. Neste segundo espaço virtual, coletamos o nosso material de análise especificamente nos fóruns de discussão.

Por serem distintos, os dois ambientes foram tratados também de maneiras diferentes. Enquanto no *site*, a luta por reconhecimento foi analisada com base na existência de um “outro presumido”, representante dos valores vigentes acerca da surdez, no Orkut esse parceiro de interação se mostrou presente nas discussões. Trabalhamos com o conjunto de teorias sobre conversação cotidiana e política para evidenciar que o modo de acionamento dos testemunhos em contextos de discussão é diferente do modo como eles se revelam em contextos estáticos, tais como o *site* da Feneis.

ABSTRACT

This work researches how the deaf, who communicate through Sign Language, use their testimonies to take up a struggle for recognition of their identities and then to reveal new values about deafness.

This research is guided by the Theory of Recognition, proposed by Axel Honneth and Charles Taylor. In this approach, we consider the intersubjective character, which leads the construction of identities and the struggle for recognition, the division of this struggle in three dimensions – private, legal and social relationship, and the increased struggle which conducts to a moral evolution of society.

In this increased struggle, the deaf use their testimonies to respond to some deeply-rooted values, such as disability (due to deafness) or the low value of Sign Language. We research how the deaf's responses are produced in two different virtual environments. The first is the website of *National Federation of Education and Integration of the Deaf* (Feneis) and the second is the social networking service, available in the Internet, called Orkut. In the second virtual space, we take our empiric material from the discussion forums.

Since these two virtual environments are quite distinct from each other, we have analyzed them of two different forms. In the Federation's website, the struggle for recognition has been analyzed regarding the "presumed other", who represents the actual values about the deaf. In the Orkut, this "other" is noticed in the discussions. We have worked on theories of everyday chat and political conversation to show that the ways of using the testimonies are different in discussion contexts and static contexts, such as in the website of *Feneis*.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	
Velhos e novos códigos acerca do sentido da surdez	16
1.1 A representação da surdez ao longo da história	17
1.1.1 Breve histórico	17
1.1.2 A surdez como um estigma	20
1.1.3 A língua de sinais	23
1.2 As associações e o movimento social dos surdos	28
1.2.1 A constituição das associações de surdos e a organização do movimento	29
1.2.2 O papel dos movimentos sociais no avanço da democracia	32
1.2.3 Associativismo: os dois lados da mesma moeda	36
1.3 Unidade <i>versus</i> heterogeneidade: o paradoxo dos movimentos sociais	42
Capítulo 2	
O lugar do testemunho na Teoria do Reconhecimento	48
2.1 Os meandros da Teoria do Reconhecimento: a luta moralmente motivada, desdobramentos teóricos e principais desafios	51
2.1.1 A Teoria do Reconhecimento	51
A luta por reconhecimento nas esferas íntima, legal e social	56
A luta moralmente motivada	59
Os surdos e a luta por reconhecimento	62
2.2 Os testemunhos: histórias de vida transformadas em narrativas políticas	68
2.2.1 Em busca de uma definição para o testemunho	69
2.2.2 Os testemunhos políticos	75
2.3 Interfaces entre os testemunhos e a luta por reconhecimento	79
Capítulo 3	
A luta por reconhecimento na rede	82
3.1 Internet e política: abordagens contemporâneas	83
3.2 Os surdos e seus modos de apropriação política da Internet	87
3.2.1 Sobre o <i>site</i> da Feneis	88
3.2.2 Sobre o Orkut	92
3.3 Escolhas metodológicas	96
3.3.1 Modos de olhar	96
3.3.2 A análise	98
3.3.3 As categorias	101

3.3.4 A delimitação do material empírico	102
Capítulo 4	
Discursos homogêneos e conversas controversas: o acionamento dos testemunhos nos diferentes ambientes virtuais	106
4.1 O posicionamento institucional: histórias de vida semelhantes, discursos homogêneos	106
4.2 Conversações no Orkut: os testemunhos acionados em meio a controvérsias	123
4.2.1 Conversação: do cotidiano ao político	123
Conversação face a face x conversação <i>on line</i>	128
Há conversação e discussão política no Orkut?	130
4.2.2 A trajetória das conversações e seus contextos	132
Comunidades: o contexto	132
As conversações e suas trajetórias: a explicitação das premissas de fundo	135
4.2.3 As funções do testemunho nas conversações políticas	160
O intercâmbio de narrativas	160
Articulações entre testemunhos e argumentos	165
O acirramento dos debates	168
O aprendizado coletivo	172
4.3 O testemunho no <i>site</i> da Feneis e no Orkut	173
Considerações finais	179
Referências	183
Apêndice A - Glossário	193
Apêndice B - Categorização primária	194
Apêndice C - Tópicos com grande número de participações	195
Anexo A - Página da Feneis	196
Anexo B - Páginas do Orkut	197

Introdução

Com a descoberta da minha língua, encontrei a grande chave que abre a grande porta que me separava do mundo.¹ (Emmanuelle Laborit, 1994).

A Comunidade Surda teve um papel fundamental na mudança que se operou dentro de mim, possibilitando encontrar meu ideal, minha história, minha voz, minha coragem para vir inclusive tentar o vestibular,... (Patrícia Luíza Ferreira, Revista da Feneis, 1999)

Só quando eu tive acesso a Língua de Sinais na adolescência, depois de muito sofrimento e de negação da surdez, é que eu pude construir a minha identidade de pessoa Surda e com isso abriram-se as portas de “saber” sobre o mundo e comecei a compreender as coisas. (Karin Lilian Strobel, Revista da Feneis, 2001)

Aos doze anos adquiri a Língua de Sinais, com certeza foi o momento mais feliz da minha vida porque pude ampliar meu universo de conhecimentos e fiz uma nova leitura da vida. Com a Língua de Sinais, pude “mergulhar” em mim e encontrar a minha verdadeira identidade. Entendi com maior clareza o significado de ser Surda e senti-me mais leve. (Luciane Rodrigues, Revista da Feneis, 2001)²

Poderíamos passar páginas a fio a apresentar os testemunhos de muitos surdos que foram privados da língua de sinais na infância e que quando a descobriram passaram por verdadeiras revoluções pessoais e sociais. Poderíamos também mostrar os relatos daqueles que sofreram constrangimentos ou violências físicas e simbólicas por causa da surdez. As narrativas autobiográficas dos surdos constituem um importante meio pelo qual manifestam sua identidade, cultura e orgulho de “ser surdo” e de usarem a língua de sinais (no Brasil chamada de Libras). Em geral, é a forma que encontram para expressarem suas demandas pessoais e particulares, para se auto-afirmarem no mundo e desestabilizarem os paradigmas vigentes a respeito da surdez.

Tais relatos são bastante familiares em minha rotina e para mim vão além de um mero objeto de pesquisa. Venho de uma família cuja surdez é hereditária. Meus pais, irmã, sobrinha e alguns primos nasceram surdos, e tive a oportunidade de conviver na comunidade surda da minha cidade desde a infância. Sendo assim, abordo o tema da surdez de um lugar ao mesmo tempo privilegiado e cauteloso. Se, por um lado, me encontro em posição confortável para o trato das várias faces da questão, por conhecê-la desde a infância, por outro, confesso me

¹ Trecho extraído do livro *O vôo da gaivota, autobiografia escrita pela atriz francesa surda Emmanuelle Laborit*. Em 1994, a atriz recebeu o prêmio Molière de atriz revelação, pela peça *Os filhos do silêncio*.

² Os três trechos seguintes foram extraídos da revista da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), para a elaboração da minha monografia de conclusão de curso intitulada *Comunidade surda: construção da identidade e luta por reconhecimento através da visibilidade* (2004).

esforçar para levar esse trabalho adiante, com o máximo de neutralidade, rigor e cautela. Principalmente porque a questão dos testemunhos envolve aspectos que dizem respeito diretamente ao dia-a-dia dos surdos e me remonta a várias lembranças da infância.

Em outra oportunidade, dediquei-me ao tema durante a elaboração da monografia de conclusão de curso. Nesse trabalho anterior, procurei identificar nas revistas da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) as falas que evidenciavam uma luta por reconhecimento, seja no âmbito da família, da sociedade ou das leis (GARCÊZ, 2004). Este trabalho vem dar continuidade a algumas questões levantadas anteriormente e apontar novas questões.

Sobre o testemunho em geral, minha pesquisa não chega a ser uma novidade. Outras pesquisas sobre cultura e identidade surdas se utilizam amplamente desses relatos para delinear o que seriam exatamente as identidades surdas,³ para mostrar o narrar político dos surdos e o papel dessas narrativas na constituição de um novo projeto de educação (SKLIAR, 1998a, 1998b; PERLIN, 1998, 2003, 2006; PERLIN; MIRANDA, 2003). Já há algum tempo as narrativas surdas vêm se apresentando como um profícuo objeto de pesquisa, que diz muito do “ser surdo” no mundo, de suas lutas e de seus anseios para o futuro.

Dessa maneira, optamos nesta pesquisa também pelas narrativas, aqueles testemunhos de vida que invocam novos sentidos sobre surdez, língua de sinais, identidade e cultura surda. Entretanto, o nosso exercício aqui é evidenciar o testemunho, mas não apenas como um resultado de uma trajetória de vida ou como um exercício de resistência, como defende Perlin, (1998). Numa perspectiva relacional, pretendemos olhar para esses lances discursivos acionados pelos surdos frente a um interlocutor que se coloca no papel de questionador da validade dessas questões. É diante do outro que os surdos elaboram e apresentam suas questões, justificam seus posicionamentos, argumentam de modo a convencer o outro e a se fazerem entendidos. Como parte dessa dinâmica, os testemunhos são acionados de modo a fazer com que premissas e valores, antes desconhecidos, sejam compartilhados (YOUNG, 1996, 2002; POLLETTA, 1998a, 1998b, 2004; BLACK, 2008). Talvez esse olhar se constitua em uma nova contribuição distinta das anteriores. Guiados por esse interesse particular, pretendemos nessa pesquisa investigar *como* a luta por reconhecimento empreendida pelas pessoas surdas lança mão de estratégias discursivas – que fazem parte de conversações cotidianas e que estão fortemente ancoradas nas experiências dos sujeitos – para promoverem

³ Gladis Perlin, pesquisadora surda e professora da Universidade Federal de Santa Catarina, utiliza o termo “identidades surdas” no plural por acreditar que não existe uma identidade única, nem mesmo aquela perpassada pela Língua de Sinais. Nesse sentido, a constituição das identidades depende da forma com que os sujeitos são interpelados pela sua própria história e pelo meio em que vivem (PERLIN, 1998, p. 20).

uma ação intersubjetiva e alcancarem suas metas. Dentre os inúmeros elementos que compõem esses discursos enraizados no cotidiano, olharemos mais especificamente para os testemunhos de vida, aquelas narrativas biográficas que revelam experiências cotidianas vivenciadas pelos sujeitos surdos. Assim, investigaremos como a luta por reconhecimento convoca os testemunhos em contextos cotidianos tais como os associativos ou individuais e de que maneira essas histórias de vida dão a ver sentidos cristalizados sobre a surdez, sentidos estes contra os quais os surdos querem lutar. Além disso, nessa perspectiva é possível também entender o papel do testemunho em situações sensíveis nas quais os surdos são desafiados a se posicionarem, a se defenderem e a afirmarem a existência de identidades surdas. Eles são articuladores de novas opiniões? Servem para acirrar ou estabilizar um debate? Provocam mudanças de entendimento sobre o “ser surdo”? Cumprem a função de compartilhar premissas e de revelar diferentes valores e significados culturais? Colocam-se no papel de sensibilizar seus interlocutores? Tornam os debates mais inclusivos? Em quais momentos as histórias de vida são acionadas para contraporem paradigmas cristalizados sobre a surdez?

Essas perguntas emergem de um contexto onde os surdos que utilizam a língua de sinais como meio de comunicação lutam para serem reconhecidos quanto ao seu modo de expressão e, portanto, quanto ao seu modo de vida distinto dos demais cidadãos.⁴ É válido considerar que nem todos os surdos seguem essa forma de vida e muitos chegam a condená-la. Portanto, restringimo-nos, aqui, à luta empreendida pelos surdos sinalizados. Nesse sentido, filiamo-nos a um conjunto de teorias denominado “Teoria do Reconhecimento”, cujo expoente máximo é o filósofo Axel Honneth. Segundo essas teorias, os sujeitos seriam os agentes de mudança sobre o entendimento que possuem de si mesmos e assim buscariam o reconhecimento do outro, num processo simultâneo e intersubjetivo. Se os surdos são eles próprios os agentes da luta por reconhecimento, eles mesmos se engajam em ações que expressam os motivos pelos quais devem ser valorizados e reconhecidos em sociedade. Na pesquisa em questão, o outro para quem os surdos usuários da língua de sinais se dirigem nessa luta são, essencialmente, aqueles representantes de um horizonte de expectativas já cristalizado. Podem ser pessoas da família, amigos, anônimos e até mesmo outros surdos. Isso

⁴ Neste trabalho, apesar de analisar vários discursos provenientes de atores políticos distintos, o nosso foco é entender a luta por reconhecimento dos surdos que se comunicam por meio da língua de sinais e que se consideram parte de uma minoria lingüística. Entendemos que, mesmo que os outros surdos também lutem por reconhecimento em alguma medida, são os sinalizados os que precisam depreender esforços para desconstruirmos os mitos e as concepções valorativas a respeito da comunicação gestual. Os surdos oralizados, por exemplo, também devem ter suas lutas cotidianas, entretanto, para eles, o entendimento de bem viver é semelhante ao que a sociedade defende: a comunicação por via oral.

demonstra que mesmo entre um grupo considerado com as mesmas características há embates em torno de sentidos construídos sobre eles próprios.

A busca por reconhecimento é uma constante na vida das pessoas, e, no caso dos surdos, algumas dessas lutas discursivas estão explícitas na Internet⁵ e são alvos de nossa pesquisa. São extensões da luta cotidiana travada contra a desvalorização dos modos de vida dos surdos. Tais evidências podem ser encontradas em vários espaços virtuais, mas vamos nos centrar no *site* institucional de uma federação de surdos – instituição que congrega outras associações de surdos – e na rede social de relacionamento denominada Orkut. Para responder às questões apontadas anteriormente, nesse material buscamos mapear e identificar como os testemunhos dão a ver lutas por reconhecimento que se estendem até a Internet e quais funções desempenham. Escolhemos dois ambientes virtuais distintos. O primeiro é o *site* da Feneis, onde o conteúdo, antes de ser publicado, passa por “filtros”, cortes e edições, de modo a construir um discurso coerente com os interesses defendidos pela entidade. Nesse ambiente, vamos examinar de que forma uma voz coletiva, expressa por meio de uma associação, configura lutas por reconhecimento e como estas lançam mão das histórias de vida para se concretizarem. Importante mencionar também que o fato de ser uma associação de surdos não exime a dinâmica interna desta de conflitos e heterogeneidades. Portanto, analisaremos a voz homogênea que se expressa no *site* tendo em mente que ela tende a ocultar conflitos e embates internos. Já no Orkut – por se tratar de um espaço mais imune ao controle⁶ dos conteúdos –, olharemos também para os discursos que revelam lutas por reconhecimento dos surdos e para suas manifestações via narrativas autobiográficas. Entretanto, como o ambiente é pouco controlado, entendemos que as expressões são mais livres, espontâneas e ligadas às experiências práticas cotidianas, podendo revelar assim a heterogeneidade dos surdos brasileiros e de suas demandas. Considerar essa característica distinta dos *sites* de relacionamento, mesmo que esses estejam na Internet assim como os associativos, significa conceber que as especificidades do meio onde se dão as lutas por reconhecimento são responsáveis pela forma como elas se configuram. Enquanto nos *sites* há uma expressão coletiva, nos fóruns do Orkut cada postagem é individual. Mesmo que digam respeito a um discurso coletivo, no momento dos fóruns quem se apresenta é, supostamente, uma pessoa que responde por si mesma.

⁵ Entendemos que grande parte do vocabulário específico de Internet é ainda bastante desconhecida. Para fins didáticos, elaboramos um glossário de palavras utilizadas no meio virtual e que se encontra no Apêndice A.

⁶ Como veremos adiante, existem formas mínimas de controle, tais como a presença de um moderador, espaço para denúncia de abusos, dentre outros.

Pretendemos comparar o material extraído do site com o material do Orkut, de maneira a observar como os testemunhos se colocam em ambos os espaços e qual papel desempenham em ambos. Restringir a análise às comunidades do Orkut talvez fosse conveniente. Todavia, se temos como pano de fundo a luta por reconhecimento, partimos do pressuposto de que as lutas moralmente motivadas ganham espaço e força quando empreendidas por grupos de pessoas atingidos. Logo, seria mais restrito investigar lutas por reconhecimento somente a partir de vozes individualizadas manifestas no Orkut. Mesmo que essas vozes, em última instância, sejam conectadas a outras vozes e formem assim um coletivo. Ao utilizar o termo “luta por reconhecimento”, Honneth (2003) refere-se a uma dinâmica coletivamente estruturada que busca instaurar uma nova gramática das relações sociais. A dimensão coletiva é o que configura a luta como indispensável à evolução da sociedade. Neste trabalho, apesar de os surdos que defendem a língua de sinais se colocarem individualmente nas conversas do Orkut, entendemos que isso não minimiza a dimensão da luta coletiva, na medida em que eles, em geral, participam dessa luta em uma dimensão ampliada. Fora da Internet eles não empreendem uma luta por reconhecimento sozinhos, mas são parte de uma coletividade organizada nas associações de surdos e nos movimentos sociais.

Desta forma, no primeiro capítulo procuramos entender como se configura a questão da surdez, sua história, o papel das associações dos surdos nessas trajetórias e a heterogeneidade desse grande grupo de pessoas surdas que entendem a surdez de maneiras distintas. No segundo capítulo, investimos na discussão teórica central desta pesquisa, conduzida pelas Teorias do Reconhecimento articuladas à questão das identidades. Ainda nesse capítulo, desenvolveremos os aspectos teóricos do papel do testemunho nessa luta por reconhecimento. Em seguida, no capítulo 3, apresentaremos uma discussão sobre a relevância da Internet para o movimento social dos surdos, além de evidenciarmos o tratamento conceitual que vai nos guiar nas análises do material extraído, as escolhas empírico-metodológicas e o recorte do material. Por fim, no capítulo 4, passaremos à análise propriamente dita, que será dividida em três partes: a análise do *site*, do Orkut e as distinções e semelhanças entre elas.

Capítulo 1

Velhos e novos códigos acerca do sentido da surdez

Conforme apontado na Introdução deste trabalho, o nosso interesse de pesquisa envolve uma investigação acerca da luta por reconhecimento conflagrada por pessoas surdas que se comunicam por meio da língua de sinais e a maneira pela qual os testemunhos de vida convocados por essas lutas revelam não só os entendimentos cristalizados em sociedade sobre o ser surdo, como também os modos de vida que essas pessoas valorizam. Dentro da questão, escolhemos como objeto empírico o material extraído da Internet que trata dessa luta por reconhecimento engendrada pelos surdos, tanto de maneira organizada na forma de associações, quanto de maneira individual, como no Orkut. Sendo assim, começaremos esta dissertação com a apresentação das questões que permeiam o mundo dos surdos, os pontos controversos, seus entrecruzamentos e desdobramentos. O enfoque deste primeiro capítulo é não apenas descrever a questão, mas estabelecer uma reflexão sobre os ingredientes e contextos que tornam o tema alvo de confrontos simbólicos tão tensionadores. Por que, afinal, os surdos passam por situações de desvalorização? O que os leva a engendrar lutas por reconhecimento? Como respondem a essa situação? Para tanto, este capítulo está dividido em três seções. Na primeira delas, buscamos fornecer um panorama histórico sobre a presença dos surdos no mundo e estabelecer uma breve discussão sobre a gênese do preconceito que essas pessoas sofrem. É claro que as causas de situações de preconceito são muitas e encontram explicações em diversas áreas da ciência. Logo, não temos a intenção de estabelecer uma relação causal, mas apenas de indicar alguns parâmetros que nos auxiliam no entendimento da questão. Vão nos auxiliar nessa tarefa os estudos sobre *estigmas* e sobre *linguagem*. Em seguida, na segunda seção, discutiremos o papel do Movimento Surdo e mais especificamente das associações pertencentes a ele como resposta às situações de desvalorização dos modos de vida dos surdos. Guiam-nos, nessa segunda parte, as discussões teóricas sobre a contribuição dos movimentos sociais na redefinição do sentido de democracia e de política, além da discussão mais específica sobre *associativismo*. Trabalhamos, por outro lado, com a idéia de que associações e movimentos sociais devem ser entendidos como *complexos e heterogêneos* (MELUCCI, 1996; DAGNINO *et al.*, 2000, MENDONÇA, 2006b). A dinâmica interna desses grupos tende a ser conflitante e de intensa negociação. Essa premissa é o pano de fundo que orienta a terceira e última seção deste capítulo. Nela, investimos na discussão sobre a heterogeneidade desses grupos, especificamente do

movimento social dos surdos, buscando mostrar que essas diferenças são, muitas vezes, alvos de conflitos simbólicos. Ou seja, os movimentos sociais e/ou as associações funcionam em dois eixos. Além de procurar romper paradigmas e propor novos entendimentos sobre si mesmos, eles buscam, o tempo todo, estabelecer uma unidade mínima entre si, capaz de legitimar suas ações e de representar um determinado grupo.

1.1 A representação da surdez ao longo da história

A história dos surdos e a origem da exclusão são contadas a partir de diversos recortes da história da humanidade. Reconstituir tal trajetória significa entender concretamente o percurso do ideário de normalidade imposto a essa minoria e, conseqüentemente, a concepção de estigma que marca a vida dos surdos. Nesta seção faremos uma breve retomada histórica sobre o assunto e discutiremos as principais implicações das representações construídas em torno da surdez ao longo do tempo, tais como estigmas simbolicamente constituídos, a emergência do oralismo e o papel da língua de sinais.

1.1.1 Breve histórico

Na literatura mundial, os registros mais antigos sobre pessoas surdas são as passagens do Antigo Testamento que mostram que hebreus, egípcios e romanos já conviviam com os surdos e os consideravam inferiores (PERLIN, 2002). Rômulo, fundador de Roma, decretou no ano 753 a.C. que todas as crianças de até três anos que constituíssem um peso potencial para o Estado fossem sacrificadas. Os surdos estavam nessa lista. Já na Grécia antiga, predominava o ideal da beleza e da perfeição, representado pelos deuses gregos. Nesse contexto, os surdos eram considerados imperfeitos e incapazes de desempenhar qualquer atividade produtiva ou útil para o Estado. Heródoto, historiador grego, dizia que pessoas nasciam surdas por castigo por Deus. Até mesmo Aristóteles, que participava de um movimento filosófico baseado na experimentação, não acreditava na possibilidade de participação dos surdos na sociedade grega, já que defendia a idéia de que, para aprender, a pessoa precisava primeiramente falar (SACKS, 1989). Nessas sociedades antigas, os surdos ficavam restritos aos seus lares por vergonha da família, situação que perdura em algumas casas até os dias de hoje.

No decorrer dos séculos, a exterminação daqueles considerados inúteis dá lugar à privação do convívio social. Quando não eram encarcerados nos próprios lares, os surdos eram isolados em asilos, hospitais, celas ou calabouços, como uma forma de “banimento dos

indesejados” ou ainda como objeto de compaixão (STROBEL, 2006). Os poucos que escapavam de tal situação de penúria e que possuíam condições minimamente dignas estudavam em escolas oralistas, onde mais se ensinava a falar do que a alfabetizar.

A situação das pessoas com surdez pré-lingüística antes de 1750 era de fato uma calamidade: [...] privados de alfabetização e instrução, de todo o conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como pouco mais do que imbecis – a sorte dos surdos era evidentemente medonha. (SACKS, 1989, p. 27)

As circunstâncias difíceis em que viviam os surdos encontram a oportunidade de mudança na grande guinada que acontece no século XVIII, na França. O jovem Abade L’Epée (1712-1789) não podia tolerar a impossibilidade de catequizar os surdos ou de ouvi-los em confissão. Assim, decide aprender os gestos utilizados pelos surdos pobres da periferia de Paris. A partir disso criou a primeira escola pública para surdos com a metodologia de ensino baseada no uso de gestos. Nessa época, observaram-se grandes avanços na alfabetização de surdos. Foi o primeiro passo para a valorização dos surdos enquanto pessoas capazes. Se há possibilidade de aprendizado e de desenvolvimento ao se empregar uma outra forma de ensino, então há uma igualdade cognitiva entre surdos e ouvintes. Esse modelo educacional que se expandiu por toda a Europa motivou o surgimento das línguas de sinais nacionais e os graus de alfabetização e educação dos surdos se elevaram a patamares nunca vistos antes.

O avanço na educação durou pouco mais de um século. Ele foi abafado, em grande parte, pela força da medicina⁷ e por correntes filosóficas que refutavam a possibilidade de se comunicar e de ensinar através dos gestos. Em lugar da língua de sinais, é imposto o método do oralismo, o qual considera a surdez uma *patologia crônica*, traduzida como uma lesão no canal auditivo que impede a aquisição da língua.⁸ Para os defensores do modelo médico, a voz é o único meio de comunicação e de educação, e intervenções clínicas são necessárias para *curar* ou *corrigir* a surdez e *reabilitar* a fala. Sendo assim, o oralismo estabelece uma espécie de “paradigma da normalização” dos surdos. Se antes os surdos eram simplesmente eliminados do convívio social, a partir do estabelecimento dessa corrente de pensamento passam a ser alvo das tentativas de correção e reabilitação que visavam a sua *cura* e

⁷ A própria concepção de estigma, segundo Gofman (1963), é derivada primeiramente das abordagens médicas que buscam um corpo saudável e “normal” e depois da organização do Estado-nação, que busca tratar todos os cidadãos como livres e iguais.

⁸ Frequentemente a surdez é referida como doença, mesmo nos dias de hoje em que a luta dos surdos avançou. No Dia dos Surdos (26/09/2007) um médico otorrinolaringologista forneceu uma longa entrevista ao *Jornal Minas*, da Rede Minas (canal 9 na TV aberta), afirmando a necessidade da cura e prevenção da surdez enfaticamente.

conseqüentemente a sua *reincorporação* à sociedade. Eles precisavam ser “consertados” para se tornarem iguais aos demais. Imperava também o entendimento de que pensamentos abstratos eram impossíveis aos surdos, a não ser que eles desenvolvessem a comunicação oral. Sob essa concepção, os sinais aprisionariam o pensamento no nível do concreto e impossibilitariam o desenvolvimento de reflexões abstratas e complexas. Tal ponto de vista reforçou ainda mais o oralismo.⁹ Em 1880, o método foi oficialmente adotado no Congresso de Milão. Desde então, foram excluídas todas as possibilidades de uso das línguas de sinais nas instituições ou nas escolas que recebiam surdos. Orientada pelos professores, a família também passou a adotar o método em casa.

Seguiram-se anos de extrema repressão, em que simples gestos eram considerados caminhos para a língua de sinais e, portanto, estavam expressamente proibidos. No auge do oralismo, aquele surdo que utilizasse sinais era severamente punido. Às vezes tinha as mãos amarradas, eram impedidos de se encontrarem com outros surdos e sofriam castigos físicos. Eram verdadeiras perseguições que reforçavam cada vez mais os ideais de correção e de reabilitação.

Foram mais de cem anos de práticas engeuecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto das diferenças em relação a qualquer outro grupo de sujeitos. (SKLIAR, 1998a, p. 7)

No Brasil, a ascensão e queda da língua de sinais aconteceram de forma semelhante aos outros países. Em setembro de 1857 surgiu na cidade do Rio de Janeiro a primeira escola de surdos brasileira a utilizar a língua de sinais, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje chamado INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos). A iniciativa foi de Eduard Huet, professor surdo que havia se mudado da França para o Brasil naquela época e que seguia a mesma modalidade de ensino do abade L’Epée. Mas, assim como a educação na França, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver com o Congresso de Milão.

Embora a influência do oralismo fosse forte, os surdos brasileiros buscaram alternativas de se comunicarem através da língua de sinais brasileira (Libras). Organizaram-se clandestinamente em forma de associações para viverem aí a sua cultura. Mais adiante trataremos melhor da relevância das associações para a luta por reconhecimento.

⁹ Importante ressaltar que tal ponto de vista ainda é defendido por muitas pessoas na atualidade. Isso será melhor desenvolvido nas nossas análises do material empírico.

Dessa retrospectiva histórica importa extrair duas questões que permeiam de maneira latente o tema da surdez: a crença na incapacidade cognitiva dos surdos e a rejeição à língua de sinais. O imaginário que retrata o surdo como incapaz permanece, embora de maneira mais velada. Ainda hoje, as próprias famílias muitas vezes isolam os surdos do convívio social ou procuram as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) na busca de uma educação para deficientes mentais. Outra crença é a de que surdos possuem capacidade apenas para executar atividades manuais, que exigem pouco estudo, ou então são capazes apenas de atuar como ajudantes de ouvintes. Em relação à língua de sinais, desde que começou a se popularizar passou a ser reprimida. Muitas famílias proíbem o contato com a comunidade surda local por desprezarem a língua de sinais e não acreditarem na capacidade educativa e socializante que ela possui. Algumas pessoas chegam a acreditar que os sinais podem afetar a faculdade mental dos sujeitos ou prejudicar o aprendizado da fala (SKLIAR, 1998a).

A seguir, procuramos tratar as duas questões acima apontadas de maneira mais aprofundada, explorando seus desdobramentos. Primeiro, discorreremos sobre a questão do estigma, fonte das crenças acima relatadas e do preconceito gerado em relação aos surdos. Em seguida, tratarei da língua de sinais, suas *nuanças* e aceitação na atualidade.

1.1.2 A surdez como um estigma

A mesma condição de desprezo e abandono sofrida pelos surdos em geral é partilhada pelas pessoas com outras deficiências, que carregavam e carregam ainda hoje suas marcas visíveis ou invisíveis, como estigmas que as distinguem, categorizam e excluem. Essas marcas são a falta de visão, de audição ou a imobilidade, que muitas vezes são perceptíveis a olho nu, mas em outros momentos passam despercebidas em um primeiro contato. Importante salientar novamente que a desvalorização dos modos de vida persiste, com novo rosto e novas vestimentas, de forma indireta e dissimulada, fazendo crer que está tudo resolvido e enterrado no passado. Mas como compreender que tamanha injustiça ainda perdura? A contribuição de Erving Goffman (1988)¹⁰ é de suma importância, na medida em que trata de forma sistemática e rigorosa a questão dos estigmas, seu surgimento, causas e conseqüências, traçando um importante mapa conceitual sobre o assunto. Como já dito, não temos a pretensão de encerrar

¹⁰ Apesar de a obra de Goffman (1988) ser extremamente sensível ao tema desta pesquisa, o sociólogo ainda reforça o binômio normal e anormal, talvez pelas influências da época em que foi escrito o texto. Por essa razão, vamos extrair de sua obra apenas a contribuição sobre a configuração dos estigmas e os seus efeitos nos surdos, sem nos atermos à dualidade acima.

a discussão sobre a origem do preconceito a partir da contribuição de Goffman (1988), mas apenas de indicar meios para compreender o fenômeno.

Para o autor, na dinâmica social há categorizações que elegem um conjunto de expectativas e atributos relacionados a determinado conjunto de pessoas. A questão é que as expectativas normativas em relação a uma “criatura comum e total” se transformam em rigorosas exigências que, quando não preenchidas, passam a considerar a pessoa como “estragada e diminuída” (p. 12).

Tal característica é um estigma especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (Goffman, 1988, p. 12)

Ou seja, a expectativa sobre o sujeito, que Goffman chama de identidade social virtual, não é correspondida por esse sujeito, que possui, segundo o autor, uma identidade social real. Por não ser correspondida, essa expectativa gera o entendimento de que algo está fora da “normalidade”. É desse descompasso entre expectativa e resposta que derivam os estigmas e todas as concepções pré-configuradas em relação a esses estigmas. Os surdos, por não responderem às expectativas criadas não só pelos pais, como também pela sociedade (falar e ouvir), são marcados pelo estigma da falta, que se traduz em incapacidade e/ou inferioridade. Importante ressaltar que não apenas as marcas físicas são consideradas estigmas para o autor, mas também toda característica visível ou invisível que categoriza uma pessoa.

Vale lembrar, entretanto, que, para Goffman, o atributo não carrega em si mesmo um estigma. Este último é fruto de uma relação entre estereótipos criados em torno dos atributos. A idéia da existência de um estigma incorpora em si mesma a confirmação da “normalidade” de outrem. Logo, no caso em questão, a surdez, ela mesma, não é sinônimo de incapacidade, mas a idéia de inferioridade que se tem dos surdos deriva de um entendimento preconcebido e estereotipado, baseado em um modelo padrão de normalidade. Nessa concepção, se falta a audição, logo se cria o entendimento de que o sujeito está destituído de uma característica eleita essencial para os padrões de normalidade. Sob esse ponto de vista, os surdos seriam considerados anormais e não apenas diferentes. Desse atributo distinto, no caso a surdez, há a inferência de uma série de outros atributos, tais como: incapacidade cognitiva; impossibilidade de comunicação; a idéia que se tem de que todos os surdos são “nervosos” e “revoltados”, de que possuem o sentido da visão mais aguçado, de que carregam uma patologia a ser curada, de que jamais poderão ter profissão, constituir família ou ter filhos, de que é perigoso caminharem sozinhos pelas ruas da cidade ou dirigir; além de um sem número

de outros atributos delegados aos surdos. A simples constatação da surdez de uma pessoa passa a ser suficiente para que ela seja categorizada e associada aos atributos acima.

Além disso, a surdez, enquanto estigma, não é um atributo invisível. É claro que o preconceito em relação aos surdos não ocorre de imediato, como acontece com aqueles portadores de deficiências físicas visíveis. Entretanto, a fala diferenciada, a comunicação por meio dos sinais ou o uso de aparelhos auditivos podem significar marcas pelas quais muitos são discriminados. Diante do julgamento do outro, aquelas vítimas de desvalorizações podem incorporar os padrões impostos, sentir-se inferiores, com vergonha de si mesmas, buscar um “conserto” ou tentar ocultar a informação social¹¹ que dá origem ao estigma. Para Goffman (1963), mesmo aqueles que passam por esse “conserto” alcançam, no máximo, uma prova de o terem feito e nunca o *status* de iguais aos outros. Há também aqueles que aprendem a viver como são e aceitam ser diferentes. No caso dos surdos, é bastante nítida essa distinção (fonte de questões que se revelarão bastante conflituosas ao longo desta pesquisa): aqueles que optaram por usar a língua de sinais e aqueles que se comunicam por meio da fala e da leitura labial. Provavelmente, os dois grupos se identificam com estigmas de maneiras diferenciadas e convivem com preconceitos distintos de maneiras distintas.

Goffman (1988) traz contribuições relevantes aos nossos estudos, na medida em que aponta para certo desconforto da sociedade frente a pessoas consideradas diferentes e para um desconforto também dessas pessoas frente ao estranhamento do outro. Ele chama a atenção para algo que acontece nos dias de hoje de forma bastante velada e que mascara situações de desrespeito e desvalorização. A contribuição de Goffman está em explicar a gênese das relações sociais permeadas por preconceitos e os modos de criação de estigmas socialmente construídos, o que nos ajuda a entender a origem de determinadas lutas por reconhecimento. No caso dos surdos, a falta da audição gera uma idéia de falta de comunicação, que, por sua vez, gera o entendimento de inferioridade ou incapacidade. Essa percepção desencadeia reações nos outros, tais como desprezo ou compaixão, entendimentos responsáveis por despertar nos surdos, muitas vezes, sentimentos de inferioridade e necessidade de mudar essa situação. Alguns tentam se reunir em movimentos que lutam por reconhecimento da cultura surda e da língua de sinais, outros buscam na tecnologia ferramentas para superar essa falta não por meio da língua de sinais, mas com aparelhos auditivos, implantes e terapias de fonoaudiologia.

¹¹ Para Goffman (1988), a informação social é “aquela informação sobre determinado indivíduo sobre algumas características mais ou menos permanentes”. “Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (p. 52-53).

Falta em Goffman, entretanto, explorar as conseqüências mais amplas desses processos de estigmatização, desenvolvidas a longo prazo, tais como a criação de mecanismos para uma mudança social e para a transformação desses entendimentos acerca dos estigmatizados. Ele, no máximo, descreve algumas atitudes mais imediatas¹² em relação a isso, além de formular algumas idéias sobre grupos de pessoas estigmatizadas que se reúnem, sobre posturas diante de causa comum e possíveis reivindicações. Não parece preocupado com a necessidade de grupos se empenharem em alterar tais concepções e com os efeitos disso a longo prazo. Nem ao menos levanta a hipótese de que tais pontos de vista estigmatizantes devem ser modificados. Além disso, ao tratar de identidade, refere-se a algo extremamente ligado ao atributo, pouco flexível e pouco passível de mudanças e intercruzamentos.

Essas lacunas da obra de Goffman nos fazem seguir na direção de uma Teoria do Reconhecimento, que será discutida de maneira detalhada no Capítulo 2. A luta por reconhecimento, dessa forma, explicaria a necessidade de uma transformação social moralmente motivada, na qual os estigmas simbolicamente construídos estariam no campo dos conflitos morais que impulsionam tais lutas. Importante acrescentar a essa concepção de Goffman a idéia das hierarquias de valores estabelecidas socialmente. É um pano de fundo moral que dá origem à desvalorização dos modos de vida, e a questão do estigma vem somar uma reflexão a mais sobre a questão. Talvez tais estigmas sejam uma alavanca propulsora, a materialização da necessidade de uma luta por reconhecimento e conseqüentemente de uma transformação social. Por enquanto, arriscamos dizer que, no caso dos surdos, o estigma certamente leva a lutas engendradas em torno dos significados que a surdez adquire.

1.1.3 A língua de sinais

A segunda questão que se sobressai desse histórico da surdez no mundo é a rejeição que a língua de sinais sempre sofreu. Isso se deve a alguns fatores, além daqueles derivados dos estigmas que os surdos sofrem. O primeiro deles é o fato de ser uma língua visual-espacial, e não uma língua oral-auditiva como a maioria das línguas do mundo. Essa língua depende de elementos tais como gestos e expressões faciais, o que faz com que caia em descrédito. O segundo fator é a existência de um ideário lingüístico, especialmente no Brasil, derivado de uma política historicamente monolingüista, onde apenas uma língua é e sempre

¹² Goffman (1988) passa boa parte da sua obra descrevendo as reações das pessoas frente aos estigmatizados e os mecanismos que os portadores desses estigmas utilizam para ocultá-los, dar visibilidade ou tentar modificá-los. É o que ele chama de manipulação da identidade deteriorada.

foi valorizada: o português. Desde a colonização, freqüentes tentativas de impor a língua portuguesa foram empreendidas de modo a excluir as outras existentes. São deixadas de lado as línguas e dialetos indígenas e a língua de sinais.¹³ A negligência de línguas que não sejam a portuguesa gera, mais uma vez, descrédito e estigmatização em relação a outros modos de comunicação no país. A política lingüística brasileira, somada à característica não oral da língua de sinais, é um elemento bastante poderoso para gerar entendimentos excludentes e preconceituosos.

Para os surdos brasileiros sinalizados, a língua portuguesa é considerada a segunda língua, ou seja, uma língua estrangeira. Muitos são fluentes no português oral e escrito, mas muitos não têm sequer domínio da língua portuguesa escrita. Alguns pesquisadores explicam que isso se deve, primeiro, à aquisição tardia de uma linguagem e, segundo, ao pouco preparo das escolas para se adequarem às especificidades lingüísticas dos surdos e ensinarem o português como segunda língua. Além disso, a estrutura gramatical das línguas espaciais-visuais normalmente não acompanha a língua nacional do país. Por exemplo, a Libras não segue a mesma estrutura da língua portuguesa. Ela nem sempre utiliza preposições e muitas vezes inverte a ordem das palavras. Logo, os surdos que se comunicam por meio da língua de sinais, muitas vezes escrevem o português na mesma ordem dos sinais. Como nas escolas a metodologia de alfabetização de crianças ouvintes geralmente é aplicada em crianças surdas, estas não se alfabetizam adequadamente, gerando um problema sério na educação. Crianças alfabetizadas assim são, hoje, adultos com dificuldades na escrita. Embora muitos possuam uma esplêndida capacidade cognitiva, são considerados incapazes por não saberem escrever corretamente. Isso dificulta o reconhecimento da capacidade dos surdos pela sociedade, que atribui a culpa à Libras.

Mesmo com o insucesso da educação oralista, anos depois da proibição da língua de sinais (PERLIN, 2002), o entendimento sobre a comunicação visual ainda não havia mudado. Pelo contrário, a ineficiência do método serviu para reforçar o paradigma de incapacidade dos surdos, em vez de reconhecer os benefícios da educação via língua de sinais. Os progressos feitos na educação dos surdos anteriores ao Congresso de Milão pareciam ser insuficientes para demonstrar a relevância desse meio de comunicação. Os sinais ainda eram considerados

¹³ Se olharmos para nosso passado, veremos que o Brasil foi, durante a maior parte da história, um território plurilíngüe: quando os colonizadores portugueses chegaram, há mais de 500 anos, falavam-se no país cerca de 1.078 línguas indígenas. Hoje são faladas por volta de 200. As nações indígenas do país falam cerca de 170 línguas (chamadas de autóctones), e as comunidades de descendentes de imigrantes outras 30 (chamadas de línguas alóctones). Somos, portanto, como a maioria dos países do mundo: em 94% deles é falada mais de uma língua (Dados do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística. Disponíveis em: <www.ipol.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2008).

primitivos, rudimentares, sem valor lingüístico e com estrutura gramatical derivada da língua oral.

Em 1950, a partir de várias pesquisas e observações de campo, o lingüista norte-americano William Stokoe demonstra cientificamente que a língua de sinais possui o mesmo *status* lingüístico que uma língua oral-auditiva. Em outras palavras, a língua de sinais “satisfaz todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar um número infinito de proposições” (SACKS, 1989, p. 88). A partir daí surgiram novas pesquisas reafirmando que a língua de sinais tinha todas as estruturas gramaticais que conferem o *status* de língua a uma determinada forma de comunicação, mesmo não tendo som. Diante dessas conquistas, em 1960 o oralismo deixa de ser obrigatório. Depois disso, a língua de sinais passou a ser aceita, mas até hoje ainda não é aplicada totalmente na educação dos surdos. Ainda há resquícios do modelo médico e da tentativa de “normalização” ditada por ele. No Brasil, a lingüista Ronice Quadros, da Universidade Federal de Santa Catarina, é a pioneira dos estudos sobre a língua de sinais brasileira.

No entanto, para muitos surdos, a relevância da língua de sinais excede o seu valor lingüístico, já comprovado pelas pesquisas citadas acima. Ela está relacionada não só aos benefícios que traz para a educação, como também à própria constituição de suas identidades, sua cultura, seu lugar no mundo e à construção de entendimentos sobre as coisas que os rodeiam. Essa identidade e essa cultura surdas têm como ponto central justamente a língua de sinais, forma de comunicação que delinea modos de vida distintos, uma maneira visual de significar o mundo, de se entender como parte dele. No Capítulo 2, vamos abordar de maneira mais aprofundada essa questão.

O desenvolvimento da linguagem e a aquisição de uma língua¹⁴ são processos constitutivos do pensamento e, em última análise, dos sujeitos que significam o mundo a sua volta e localizam a sua própria existência dentro desse mundo de sentidos. É a partir das construções lingüísticas que se estabelece a assimilação de valores e a articulação desses pelos sujeitos. Idéias, sentimentos e valores, ao se materializarem na forma da linguagem – e posteriormente da língua – passam a compor uma realidade e a fornecer instrumentos para o aprendizado e para a ação dos sujeitos no mundo. “A língua transforma a experiência”

¹⁴ Segundo Ronice Quadros, a linguagem refere-se ao conhecimento interno dos usuários de uma língua e também pode ser entendida em um sentido mais amplo como qualquer tipo de manifestação com intenção comunicativa. Já a língua diz respeito a um sistema de signos munido de regras próprias e compartilhado por uma comunidade lingüística comum. Ou seja, a língua é um fato social, tecido por meio de trocas sociais, culturais e políticas (QUADROS, 1997).

(SACKS, 1989, p. 56) e assim provê meios para alcançarmos um universo simbólico. Passado e futuro, hipóteses, lugares distantes ou relações sociais, construções simbólicas aparentemente óbvias, dependem de uma língua para serem compartilhados e experienciados.

Um ser humano não é desprovido de mente ou mentalmente deficiente sem uma língua, porém está gravemente restrito no alcance de seus pensamentos, confinado, de fato, a um mundo imediato, pequeno. (SACKS, 1989, p. 52)

A linguagem é anterior ao sujeito (ARENDDT, 1958; TAYLOR, 1992; BAKHTIN, 1986), pois, sem ela os signos não adquirem significados e por conseqüência não constroem valores e identidades. Sendo assim, os sujeitos, para serem reconhecidos, precisam interagir no meio em que vivem. Construto social, o desenvolvimento da linguagem, para Vygotsky (1934), inicia-se no primeiro dia de vida. As sensações de um bebê ganham sentido por meio da comunicação da mãe que, dia após dia, leva a ele todo um mundo de significados. As palavras da mãe encontram correspondência, pouco a pouco, na vivência do próprio bebê, que passa de um “mundo perceptivo” para um “mundo conceitual” (VYGOTSKY, 1934). Mãe, pai, professor e todos aqueles que nos cercam são responsáveis por esse avanço diário e contínuo da criança que adentra o mundo da linguagem. Bakhtin (1986) explica que a língua é produto da interação social e que ela é responsável por interligar os sujeitos ao mundo e criar um território comum entre eles. “Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade” (BAKHTIN, 1986, p. 113).

Diante de tal reflexão, chega a ser possível acreditar que os surdos realmente necessitem da adaptação ao oralismo em nome da interação e da aquisição de uma língua. Mas seria perpetuar o paradigma de normalidade que ainda impera e perpetuar a exclusão dos surdos diante do conhecimento. Explicaremos por quê. Ao investir no oralismo, o surdo, na maioria das vezes, acaba por aprender a falar, mas não cria significados para aquilo que pronuncia. Ou seja, ele não compreende, apenas repete. Isso é explicado pela falta de internalização da língua, que em geral acontece de maneira natural. Aqueles que não são privados de audição possuem contato com a língua oral de maneira espontânea, a todo momento, e por isso a assimilam espontaneamente. Alcançar o “mundo conceitual” é um processo quase instintivo. Para os surdos privados do uso de sinais, essa passagem não é tão simples assim. O bebê surdo que anseia por significados que expliquem sua vivência não os pode encontrar nos sons. Portanto, se ele não é estimulado a usar os sinais e a entender o mundo de forma visual, o contato com uma língua será protelado, não se sabe por quantos anos. Não raro, encontramos histórias de surdos que foram oralizados e que, antes de

descobrirem a língua de sinais, sequer entendiam o correr dos dias, o ontem, o hoje e o amanhã. O neurolingüista Oliver Sacks (1984) conta que atendeu uma criança de 11 anos que não tinha consciência de tempo, de senso histórico e de cronologia e por isso não fazia distinção entre um ano atrás e um dia anterior. Assim, a criança era incapaz de contar como passou o fim de semana. Nem ao menos entendia a pergunta que foi feita a ela. A atriz surda Emmanuelle Laborit, em sua biografia, conta que até os sete anos de idade não sabia que cada pessoa tinha um nome. A palavra EU, pra ela, não fazia sentido algum. Como todos se referiam a Emmanuelle por ELA, a menina surda desconhecia o sentido de si própria. “Não havia o ‘eu’. Eu era ‘Ela’” (LABORIT, 1994, p. 51).

Devido à ausência de uma linguagem e de uma língua – e por conseguinte de conhecimento de mundo –, os surdos foram e ainda são considerados portadores de retardo mental. Nomes ou datas, coisas simples do nosso cotidiano acabam por serem assimiladas com atraso pelos surdos, exatamente porque, para eles, não se adquire uma língua oral naturalmente. Aquilo que antes era um estigma derivado da surdez, como visto na discussão anterior, passa a ser reforçado pelo estigma da incapacidade, criando o par surdez/incapacidade, como algo quase indissociável e responsável por reproduzir esse ciclo de desvalorização dessas pessoas por centenas de anos.

Ao invés disso, se aquele que nasce surdo¹⁵ tem a oportunidade de entrar em contato com uma língua que pode ser naturalmente adquirida – no caso, a língua de sinais –, seu desenvolvimento passa a ser idêntico ao de uma criança ouvinte. Por exemplo, a língua materna dos surdos brasileiros é a língua de sinais brasileira (Libras), assim como a dos ouvintes brasileiros é o português. Da mesma forma que os ouvintes têm uma predisposição auditiva para internalizar a língua do seu país, os surdos têm uma predisposição visual para aprender a língua de sinais, e ambas dependem dos estímulos e da interatividade com o meio. Assim como crianças ouvintes balbuciam palavras, crianças surdas “balbuciam” sinais. Como a Libras é facilmente internalizada pelos surdos, ela é a língua que lhes possibilita expressar suas idéias, articular posições e assim construir a sua identidade. O aprendizado da Libras não exclui o aprendizado da fala, mas deve ser o primeiro, aquele que possibilita a aquisição de uma linguagem desde os primeiros dias de vida, sem atrasos.

Importante deixar claro neste trabalho que não adotamos nenhum posicionamento contra a oralização de pessoas surdas. Ao contrário, esse é um importante meio para que

¹⁵ Importante fazer a distinção entre surdez pré-lingüística e pós-lingüística. A primeira diz respeito àqueles que nasceram surdos ou que ficaram surdos antes de adquirirem uma linguagem, ao passo que a segunda está relacionada àqueles que se tornaram surdos depois de já se comunicarem por meio de uma língua. Dentre os nascidos surdos, o risco de crescerem sem uma língua é sempre premente.

surdos se comuniquem com aqueles que não sabem a língua de sinais. Entretanto, preterir a língua de sinais em favor do oralismo é negar a surdez como traço de uma cultura e de uma identidade, é postergar o desenvolvimento da linguagem e da língua da criança, é recusar a possibilidade da convivência entre outros surdos sinalizados. Mesmo que mais tarde essa criança oralizada venha a falar e escrever corretamente, isso está sujeito a acontecer com atraso. Além disso, a oralização não garante aos surdos que eles tenham entendimento exato de tudo o que é falado por quem os rodeia. Por exemplo, em uma sala de aula, o professor pode falar de costas, usar bigode, ter pouca gesticulação labial. Tudo isso dificulta a leitura labial dos surdos. Em uma roda de amigos, onde várias pessoas falam ao mesmo tempo, a oralização e a leitura labial não são garantias de uma boa comunicação. Em oposição, a língua de sinais é completa e transmite todo e qualquer tipo de idéia em sala de aula, entre amigos, em família ou em qualquer outro lugar. Um dos principais complicadores para a comunicação bem-sucedida é o fato de que a maioria das pessoas não conhece a língua de sinais. Um intérprete solucionaria bem essa lacuna, se não fosse o fato de que não se pode carregar uma pessoa em todos os lugares por onde se transita. A dependência de um profissional é muito bem-vinda em situações formais, como uma consulta médica, audiência ou reunião de pais. Mas a dependência completa seria praticamente impensada, gerando riscos para a socialização e autonomia dos surdos. Logo, temos aí um impasse, que é, inclusive, um dos temas presentes no nosso material empírico e alvo de grande polêmica.

O fato é que não podemos negligenciar a língua de sinais como constituinte de identidades e como algo que situa os surdos como sujeitos no mundo. Aqueles surdos que foram privados do mundo simbólico que os cerca, ao conhecerem a língua de sinais, relatam extraordinárias experiências de “libertação”.¹⁶ É como se transpusessem uma porta de vidro. Estiveram do outro lado por muito tempo, mas não alcançavam a realidade. As associações de surdos foram em grande parte responsáveis por “destrancar a porta”. Além de lutarem contra o oralismo também foram e são importantes espaços para o aprendizado da língua de sinais, a troca de experiências e a vivência de uma cultura surda.

1.2 As associações e o movimento social dos surdos

Nesta segunda seção, nossa atenção estará voltada para os grupos políticos organizados, a fim de entender quais as repercussões disso na nossa pesquisa. Diante de

¹⁶ Tais relatos são alguns dos achados de pesquisa de minha monografia de conclusão de graduação e estão na introdução deste trabalho.

questões conflituosas enraizadas no cotidiano, é natural que os atingidos se mobilizem em torno de causas comuns e lutem por seus direitos, por redefinições de sentido, enfim, por reconhecimento. Sendo assim, começaremos com um breve relato sobre a constituição das associações dos surdos e do movimento social mais amplo, suas demandas e principais conquistas. Em seguida exploraremos algumas das discussões teóricas acerca do assunto, com atenção especial para a questão do associativismo.

Nosso enfoque é, primeiramente, tratar das contribuições dos movimentos sociais na redefinição simbólica de algumas noções concernentes à política e à democracia. Dentro dos movimentos sociais,¹⁷ pretendemos nos debruçar especificamente na questão do associativismo, apontando os potenciais ganhos políticos das associações e também os possíveis perigos, contemplados nas recentes controvérsias teóricas sobre o assunto.

1.2.1 A constituição das associações de surdos e a organização do movimento

Durante o período em que predominou a ideologia oralista, surdos do mundo todo se encontravam clandestinamente. Se, antes, tais encontros eram simples reuniões entre amigos, depois da proibição do uso da língua de sinais se tornaram centros de resistência da cultura surda. Nasceram puramente da necessidade de se comunicar, de encontrar um igual, pessoas que “falassem” a mesma língua e que se entendessem, já que era o único lugar onde a língua de sinais era usada, mesmo sendo proibida. Com o tempo, as narrativas sobre conquistas e experiências pessoais passam a fazer parte dessas reuniões, o que confere um tom mais político e reivindicatório, solidifica as comunidades e origina as associações de surdos, que hoje se espalharam pelo mundo todo.

Na década de 1950 surgiram as primeiras associações de surdos no Brasil, que depois de algum tempo se organizaram politicamente. Hoje, praticamente todas as cidades que conseguem reunir um número mínimo de surdos para fundar uma associação o fazem. Elas estão espalhadas por todo o país, em cidades pequenas, médias ou grandes. Ao todo, são 94 associações de surdos, sem contar as federações estaduais, ligas esportivas, escolas e grupos religiosos. O esporte tem sido um dos grandes responsáveis pelo intercâmbio entre as

¹⁷ A literatura sobre o assunto é vasta. Alguns autores tratam dos movimentos sociais (DAGNINO, 2000; SHERER-WARREN, 1993; GOHN, 1997), outros preferem o termo ação coletiva (MELUCCI, 1996). Existem ainda aqueles que preferem discutir a sociedade civil de maneira mais geral, incluindo ONGs, Terceiro Setor, conselhos, dentre outros arranjos participativos (AVRITZER, 1994, 2004; BAIOCCHI, 2005; DAGNINO, 2006). Vale ressaltar que, mais recentemente, os estudos sobre sociedade civil tendem a enfatizar a questão da participação, deixando de lado as idéias gramscianas de sociedade civil *versus* Estado. Não julgamos necessário, entretanto, entrar nas inúmeras contendas teóricas sobre o assunto, portanto, limitamos aqui a discutir algumas questões sobre movimentos sociais e associativismo que refletem bem a nossa realidade empírica.

associações de todo o país, já que as competições esportivas reúnem surdos de diversos lugares. Esse é um fator importante para a troca de experiências sobre as lutas pelo reconhecimento nas várias regiões. Não é demais ressaltar que identidade e cultura surdas são temas centrais para as associações. Os grupos locais de surdos são ao mesmo tempo lugar de vivência de uma cultura e espaço para a formulação de ações que reivindicam reconhecimento legal. Campeonatos esportivos, festas em datas comemorativas e reuniões de lazer no domingo são típicos dessa vivência cultural. Por outro lado, também são traçadas estratégias locais para ações junto à prefeitura local, formas de inserção de surdos no mercado de trabalho, parcerias para a oferta de cursos profissionalizantes, cursos de Libras, dentre outras ações.

Em 1977, foi fundada a primeira entidade nacional que congregava todas as instituições e associações de surdos, a Feneida (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos). Entretanto, era dirigida por ouvintes que representavam os surdos brasileiros. Em 1987, os surdos, antes excluídos das decisões dessa entidade, concorreram às eleições daquele ano e assumiram a liderança. A entidade passou a se chamar Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos).¹⁸ A mudança do nome foi muito significativa, pois era o primeiro passo para o surdo ser reconhecido como diferente, e não como uma pessoa que é incapaz por possuir uma deficiência. “[...] ao alterarem a denominação ‘deficientes auditivos’ para ‘surdos’, deixam claro que recusavam o atributo estereotipado que normalmente os ouvintes ainda lhes conferem, isto é, o de serem deficientes” (SOUZA, 1998). O desejo da nova diretoria era constituir uma federação nacional verdadeiramente representativa dos surdos e que tivesse como princípio a luta pelo reconhecimento da Libras, a luta pelas mudanças nas políticas governamentais e a mudança do conceito que a sociedade tem sobre os surdos. Hoje, a Feneis desenvolve ações em todo o país com a função de auxiliar na criação de novas associações, orientar escolas sobre o uso da Libras, promover campanhas de divulgação e esclarecimento sobre a surdez e representar os surdos junto aos órgãos governamentais.

Nessa luta histórica por reconhecimento, a Feneis esteve à frente de algumas das principais conquistas dos surdos. Aliada às associações de surdos, associações de pais e amigos, escolas, grupos de pesquisa ligados a universidades brasileiras e grupos religiosos, a Feneis liderou conquistas como o direito ao uso da língua de sinais, desenvolvimento de

¹⁸ Julgo necessário ater-me a uma pequena apresentação da Feneis neste trabalho, já que é a entidade escolhida como fonte do nosso material empírico. Além do material do Orkut, todos os outros trechos foram extraídos do *site* <www.feneis.org.br>.

métodos educacionais específicos, políticas de cotas para garantir emprego tanto em empresas públicas quanto privadas, acesso às novas tecnologias, além de uma série de questões relacionadas aos direitos humanos. O principal avanço foi a promulgação da lei que reconhece a língua de sinais como “meio legal de comunicação e expressão”.¹⁹ Com a regulamentação da lei, em 2005,²⁰ várias daquelas reivindicações feitas há anos pelos surdos foram contempladas: inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória em cursos de licenciatura e fonoaudiologia, ensino da Libras para as crianças surdas nas escolas de ensino fundamental; prioridade para a educação bilíngüe²¹ e direito a intérprete de Libras nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino e em qualquer outro órgão público. Como consequência disso, várias escolas públicas regulares já contam com professores de língua de sinais e intérpretes. Foi criado, em 2006, o primeiro curso de Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. Os cursos de Libras se multiplicaram pelo país, e o número de pessoas que se interessa em aprender a língua cresce a cada dia.

Além dessas conquistas, a entidade trabalha com ações e demandas que podemos dividir em dois grupos, interligados entre si. O primeiro conjunto de ações é o mesmo daquele praticado no início das associações e que possuem, em linhas gerais, os mesmos objetivos do princípio do movimento. Essas ações atuam no nível simbólico por meio de palestras de conscientização, material educativo, acesso à mídia, dentre outros. Buscam desestabilizar aqueles mesmos sentidos cristalizados em relação às pessoas surdas: inferioridade; incapacidade de abstração quando se comunica por meio da língua de sinais; impossibilidade de aprender português depois que aprende sinais; impossibilidade de inclusão em sociedade por meio de uma língua diferenciada, dentre outros. Buscam também divulgar questões sobre a surdez, identidade e cultura surda. O segundo conjunto de demandas diz respeito a ações junto às instâncias formais de decisão, tais como a reivindicação de legendas ou intérpretes de Libras em programas de televisão, filmes ou peças de teatro, difusão da Libras, reivindicação de intérpretes em escolas e órgãos públicos, reivindicação de escolas bilíngües para os surdos, dentre outros.

¹⁹ Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

²⁰ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

²¹ Alfabetização de crianças por meio da Libras como primeira língua e português como segunda língua.

1.2.2 O papel dos movimentos sociais no avanço da democracia

A essa grande rede de atores sociais que lutam pelos direitos daqueles surdos que elegeram a língua de sinais como seu principal meio de comunicação podemos chamar de movimento social dos surdos, ou simplesmente Movimento Surdo,²² cujo cerne e ação está nas associações. Suas reivindicações perpassam os mais diferentes campos, tais como o político, o cultural, o educacional, dentre outros, e nem sempre podem ser atendidas pela simples promulgação de leis. Para serem satisfeitas, tais reivindicações almejam mudanças muito mais profundas, que exigem amplas transformações sociais e quebra de paradigmas incrustados na sociedade. É isso o que mantém o Movimento Surdo ativo. Apesar das inúmeras conquistas legais acima relatadas, o reconhecimento social das demandas dos surdos ainda não foi completamente alcançado. Ainda são bastante comuns os relatos de preconceitos sofridos,²³ expressos nas situações mais simples. Isso será explorado de maneira mais adequada na análise do nosso material empírico, que busca evidenciar justamente essa luta por transformar sentidos já cristalizados acerca da surdez.

Essa luta pela redefinição de sentidos não é uma questão exclusiva dos surdos e perpassa boa parte dos movimentos sociais da atualidade (DAGNINO, 2000; MELUCCI, 1996; MENDONÇA, 2006b), principalmente no que diz respeito a noções convencionais tais como cidadania, política e participação. Evelina Dagnino (2000) aponta três redefinições principais, desencadeadas pelos movimentos sociais:²⁴ a) o desenvolvimento de um conceito de democracia que transcende os limites das instituições políticas e inclui as práticas culturais; b) a redefinição da noção de cidadania e da noção de direitos; e c) a reivindicação da transformação do Estado e não a sua recusa.

A primeira dessas redefinições surge de uma percepção dos movimentos sociais de que há uma ordem social limitadora e excludente, que não contempla seus valores e interesses. Essa ordem é reproduzida por meio de significados culturais espalhados nas práticas sociais. A própria questão da pobreza, antes de ser um problema econômico é, segundo Dagnino (2000), um problema cultural relacionado à reprodução das hierarquias sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais passaram a lutar contra uma desigualdade já impregnada no cotidiano como algo natural e a estabelecer “uma conexão entre cultura e

²² Termo utilizado pela Feneis, pelas associações e pelos principais autores brasileiros que pesquisam sobre o assunto (PERLIN, 1998, 2002, 2003; STROBEL, 2006; SKLIAR, 1998a, 1998b, etc.).

²³ Apenas para exemplificar, uma reportagem publicada em 25 de janeiro de 2008 no site da *Folha de S.Paulo* trazia a seguinte manchete: “Menina surda tem matrícula condicionada em escola particular no Maranhão”.

²⁴ A autora acredita que não é possível generalizar os efeitos dos movimentos sociais dada a sua heterogeneidade, pluralidade e contextos diferenciados onde estão localizados. Ela também considera que a herança patrimonialista na política brasileira pode ainda se fazer presente em alguns movimentos sociais.

política como constitutiva da sua ação coletiva” (DAGNINO, 2000, p. 83). O político ganha novo sentido ao ser revelado como parte do cotidiano e em última instância cria-se um novo entendimento de democracia.

... os movimentos populares urbanos alcançaram essa mesma compreensão da imbricação entre cultura e política assim que perceberam que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais – moradia, saúde, educação, etc. – mas pelo próprio direito a ter direitos. (DAGNINO, 2000, p. 82)

Em decorrência da ampliação da concepção de democracia, que se torna mais alargada e enraizada no cotidiano das pessoas, a autora aponta para uma segunda redefinição, que diz respeito à noção de cidadania. A categoria cidadão ganha novos contornos. Passam a caber nela não apenas grupos que reivindicam tratamento igualitário como também grupos que querem ser reconhecidos por sua diferença. Em consequência disso, surge também uma redefinição da noção de direitos, como já dito, em que importa tanto ter direitos garantidos, como ter direito a ter direitos. Visto desse ângulo, não basta garantir acesso àquilo que a lei garante, mas o esforço de agendar novas demandas que surgem de lutas específicas.

Além disso, a nova cidadania requer sujeitos ativos que definem o que consideram ser um direito e que lutam por sua realização, gerando um aprendizado social, alterando as relações sociais e politizando o cotidiano. Os sujeitos não apenas passam a lutar por novos direitos como também querem participar das próprias reformulações do sistema e da elaboração de mecanismos que alteram as estruturas de poder, tais como os conselhos, orçamentos participativos, dentre outros. Essa seria a terceira redefinição apontada por Dagnino (2000), que diz respeito ao surgimento de uma nova institucionalidade. Os movimentos sociais não buscam tomar o lugar do Estado ou recusá-lo, mas estar presentes na elaboração de novas formas de participação.

Essas redefinições, segundo Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), expressam não somente uma estratégia política dos movimentos, mas também uma política cultural.²⁵ Em outras palavras, entende-se que a cultura – concebida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais – é parte constitutiva da política, uma vez que a incessante produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais interfere diretamente no terreno do político. Essa política cultural é um

²⁵ Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), ao mesmo tempo que reconhecem uma dívida da política cultural com os Estudos Culturais, tecem uma severa crítica à concepção de política defendida por esses estudos. Os autores acreditam que o mérito de incorporar as questões culturais às questões políticas é, em grande parte, dos Estudos Culturais. Por outro lado, apontam que os estudos culturais ainda dão pouca importância aos movimentos sociais e se limitam a examinar as lutas em torno de significados e representações, extraídas, em geral, de análises textuais. Mesmo que se preocupem com as relações de poder e com a transformação social, ainda não deixam claro o vínculo direto entre as representações sociais e o poder.

processo diretamente relacionado às práticas cotidianas, onde grupos minoritários, marginalizados ou opositores lutam por reconhecimento. Os movimentos sociais, dessa forma, reúnem sujeitos ativos politicamente, empenhados não só em apontar soluções para problemas de exclusão política e social, como também em denunciar a existência do próprio problema. Possuem a função de “traduzir as experiências do particular para o geral, do institucional para o civil e vice-versa” (ALEXANDER, 1998, p. 25).

Não há dúvidas de que o Movimento Surdo promova essa tradução e faça parte dessas redefinições. A organização do movimento social dos surdos não apenas assinala a existência do problema, como também aponta resposta para a questão do preconceito e das injustiças simbólicas. O movimento torna evidentes questões que dizem respeito não apenas ao grupo daqueles que nasceram surdos, mas a toda a sociedade: aos casais que têm ou que podem vir a ter filhos surdos, aos professores que lidam com essas crianças, ao balconista da loja ou caixa de supermercado que vende para esse público, ao médico que os atende e a um sem-número de outras pessoas que transitam todos os dias pelos mesmos espaços que os surdos. É uma luta tanto pelo reconhecimento simbólico em sociedade, quanto pelo reconhecimento institucional. Conforme veremos no Capítulo dois, na discussão sobre a luta por reconhecimento, ambos os tipos de reconhecimento caminham juntos e se influenciam mutuamente.

Ademais, mesmo que de modo insuficiente, a própria noção de surdez e de deficiência vem sendo modificada ao longo do tempo. Antes, os surdos não eram sequer considerados cidadãos. Em alguns países eram dispensados de votar. Hoje já encontram representatividade, participam de questões públicas e interferem nelas, possuem suas demandas organizadas e buscam ampliar os seus direitos. Sem tais transformações simbólicas, dificilmente conquistas seriam alcançadas. Assim, ao mesmo tempo que luta por transformações simbólicas, o Movimento Surdo também se apropria de algumas das redefinições já alcançadas na esfera política, tais como a idéia de cidadania e de direitos. Apenas a partir dessas redefinições é que foi possível dar “voz” às suas demandas.

Importante dizer também que todas as ações do movimento se guiam por uma idéia de conexão entre política e cultura. Suas ações políticas estão constantemente permeadas pela cotidianidade, refletida na cultura surda. Lutam por um reconhecimento que ultrapasse as fronteiras do direito e que quebre paradigmas arraigados de normalidade.

Por outro lado, assim como outras coletividades, o movimento social dos surdos é extremamente complexo e heterogêneo. Como dito, uma variedade de atores sociais faz parte dele. Em geral, os movimentos sociais, dada a sua complexidade, funcionam na forma de redes heterogêneas submersas de grupos, pontos de encontro e circuitos de solidariedade que

diferem da imagem do ator político organizado (SHERER-WARREN, 1993; MELUCCI, 1996; ALVAREZ *et al.*, 2000). Os laços que ligam seus participantes são das mais diferentes naturezas: profissionais, identitários, assistencialistas, simpatizantes, dentre outros. “Estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar novamente no tecido cotidiano. A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida cotidiana” (MELUCCI, 1996, tradução nossa). Esse momento de latência, segundo Melucci (1996), é o período em que os movimentos agem no cotidiano e de maneira pouco organizada, mas é aí que surgem experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos. Em oposição aos momentos de latência, destacam-se os períodos de visibilidade – que são, por sua vez, alimentados por aquele primeiro período. Nesse segundo momento, a visibilidade deflagra uma imagem mais concreta de um movimento social e reforça as redes submersas, fornecendo-lhes energia para atrair novos militantes.

Em forma de rede, as ações dos movimentos sociais se espalham no tecido social de maneira capilar e de difícil mensuração. Não sem motivo, alguns autores apontam o conceito de movimentos sociais como pouco concreto e de difícil apreensão empírica. Para os propósitos de nossa pesquisa, a partir desse ponto trataremos mais especificamente das associações dos surdos do que propriamente do movimento. Sem desconsiderar a relevância das ações dessa ampla rede, entendemos que o cerne desse movimento está nas associações. Diferentemente dos outros grupos que compõe esse movimento, as associações geralmente possuem duas finalidades bem definidas: lutar pelos direitos dos surdos enquanto portadores de cultura e de uma identidade coletiva permeada pela língua de sinais e oferecer um espaço para a vivência dessa cultura. Já outros grupos, embora se empenhem em lutar por algumas dessas questões, possuem outras finalidades relacionadas à educação, religião, dentre outras questões. Outros dois fatores nos fazem acreditar nessa centralidade associativa: o valor histórico – conforme já descrito – e a observação rotineira que fazemos dessas associações e do percurso contemporâneo de suas demandas. Além disso, o nosso material de análise envolve textos produzidos e veiculados pela Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Logo, entendemos que é preciso discutir especificamente o significado dessas associações na luta por reconhecimento.

1.2.3 Associativismo: os dois lados da mesma moeda

Sem dúvida, parece-nos que as associações têm sido de grande relevância na luta política dos surdos. Entretanto, não podemos estender essa característica democratizante a todas as associações. Afinal, nem todas são ativas politicamente. Muitas delas se dedicam apenas às atividades esportivas e de lazer, outras, nem isso. Algumas são completamente ociosas, possuem estrutura precária e pessoal despreparado para lidar com trâmites governamentais. Mesmo que sejam muitas no país, nem todas contribuem de maneira significativa para a luta dos surdos. Essa constatação nos remete à recente discussão teórica que vem sendo travada acerca do papel do associativismo no aprimoramento da democracia. Sob um olhar mais geral para tal discussão, podemos dizer que a questão democrática gravita em torno de quatro questões: os objetivos, os meios e estratégias, a constituição e os efeitos das associações. Alguns autores dão enfoque ao primeiro ponto, outros olham conjuntamente para mais de uma dessas questões, mas o fato é que a questão tem sido alvo de ampla controvérsia na ciência política (MARQUES; MENDONÇA; MAIA, 2007).

Putnam (1995) – fundamentado nas observações de Aléxis de Tocqueville, em sua obra *Democracia na América*, sobre o florescimento da democracia e sobre a intensa vida associativa nos Estados Unidos – acredita que ambientes ricos em capital social podem ser mais democráticos. Nesse sentido, o capital social seria formado a partir de redes de confiança e reciprocidade locais, de laços secundários, cujas regras são socialmente compartilhadas e cujos resultados se refletem na intensa cooperação entre os indivíduos desse mesmo grupo. Um ambiente rico em capital social estaria propício a um maior engajamento cívico e a uma vida comunitária mais politizada. As associações estariam na lista de grupos que favorecem o surgimento do capital social, assim como as reuniões familiares, círculos literários ou clubes de futebol. Para Putnam (1995), o declínio do capital social seria o principal responsável pela decadência da participação política e engajamento cívico, pois haveria menos interesse e envolvimento nos assuntos públicos. Ele não nega, entretanto, a possibilidade de o capital social ser utilizado para fins perversos, tais como a xenofobia ou o racismo. Mesmo com a ressalva de Putnam, Gomes acredita que ele ainda continua a considerar que as redes sociais e as normas de reciprocidade são, de antemão, positivas para quem faz parte delas.

Gomes (2006) coloca outra objeção ao ponto de vista de Putnam: ele acredita que também os grupos com objetivos *a priori* democráticos podem vir a ser contra o pluralismo na medida em que minimizam ou rejeitam as discordâncias internas. Dessa maneira, as associações criam um corporativismo interno que tende a colocar a busca de vantagens

peçoais acima do interesse público. O grupo seria mais uma forma de alcançar objetivos – já que grupos organizados possuem mais legitimidade – do que propriamente a busca por atingir metas de interesse público.

A idéia de que as associações são por si mesmas democráticas também foi alvo de críticas de outros autores como Warren (2001), Armony (2004) e Marques, Mendonça e Maia (2007). O problema, para ambos os autores está na generalização que autores como Tocqueville e Putnam fizeram sobre a vida associativa no que diz respeito tanto aos propósitos quanto aos efeitos desses grupos. Eles acreditam que podem existir associações com propósitos racistas, xenófobos, homofóbicos, dentre outros. Warren (2001) demonstra que não é possível prever de antemão qual associação é democrática e nem quais prioridades são boas ou ruins, mas é possível tratar tais ações em termos de defensáveis ou não defensáveis. Para ele, as ações coletivas requerem não uma identificação cívica, mas uma justificação política abastecida por outros tipos de virtudes democráticas incluindo capacidade de resistência, argumentação, dentre outros. Cabe-nos fazer uma ressalva a esse argumento: se olharmos apenas para a justificação das ações coletivas, deixaremos de considerar aquelas estratégias violentas ou pouco democráticas utilizadas para alcançar determinados objetivos. Além disso, e essa é principal contribuição de Warren (2001) para a discussão, ele propõe que, para entender o papel das associações, em vez de analisá-las em si mesmas, é preciso partir para uma observação dos efeitos democráticos gerados por elas e de como eles afetam a comunidade e a liberdade dos cidadãos em geral. Dessa maneira, o autor distingue três conjuntos de efeitos: a) desenvolvimento das habilidades democráticas dos cidadãos; b) formação da opinião pública; e c) criação de condições institucionais que incorporem decisões e julgamentos coletivos.

O primeiro grupo de efeitos diz respeito ao âmbito individual, no qual o desenvolvimento de uma autonomia dos cidadãos é condição essencial para o desenvolvimento político nas outras esferas (pública e institucional). Sujeitos autônomos são capazes de examinar criticamente a si e aos outros, definir suas preferências, prover razões para assegurá-las, fazer julgamentos e expressá-los. Essas características reflexivas implicam uma capacidade de iniciar novos projetos e trazer novas idéias, levando a um distanciamento das tradições e à habilidade para propor soluções. Nesse sentido, segundo Warren (2001), as associações podem contribuir com o desenvolvimento de uma autoconfiança nos indivíduos, fazendo com que eles se sintam capazes de tomar parte nas decisões coletivas. Além disso, por meio da vida associativa os indivíduos podem se tornar mais informados, adquirir

habilidades políticas (argumentação, negociação, falar em público, propor soluções), desenvolver virtudes cívicas e capacidade crítica.

A autonomia individual, para o autor, é pré-condição da autonomia política. Esta, por sua vez, se refere à capacidade dos cidadãos de se engajarem em processos de troca pública de razões que podem resultar em julgamentos coletivos. A contribuição das associações estaria então naquilo que Warren chamou de “efeitos de esfera pública”. Originariamente empregado por Habermas, o conceito de esfera pública se refere a

[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 2003, p. 92)

A esfera pública seria então o *lócus* de debates não necessariamente delimitados por um espaço comum, mas por um fluxo comunicacional, no qual as pessoas constroem um ambiente de interpretações negociadas cooperativamente. Para Habermas, essa esfera pública seria um sistema mediador entre o mundo da vida e as instituições formais de decisão capaz de transformar as preferências individuais em temas coletivos e em assuntos merecedores de atenção das instâncias governamentais. Ela funciona a partir de questões cotidianas privadas que se tornam políticas na medida em que vêm a público e passam a ser discutidas. Segundo Habermas, a sociedade civil tem um papel fundamental nesses modelos, uma vez que ela é um dos agentes políticos responsáveis por cotejar essas questões e apresentá-las à esfera pública.

Dessa maneira, para fazer parte dessa esfera de opiniões, os cidadãos precisam desenvolver uma autonomia política, no sentido de exporem suas próprias questões, se fazerem entendidos, argumentarem e negociarem entendimentos. As associações seriam assim, parte dessa ampla estrutura comunicacional que é a esfera pública. Por um lado, capacitam os sujeitos a participarem dos debates e, por outro, funcionam como legitimadores de demandas, já que muitos pontos de vista apenas encontram eco nas esferas públicas porque são encampados por uma associação ou grupo formalmente constituído. Dessa maneira, as redes cívicas captam os problemas cotidianos e os expressam na esfera pública de forma argumentativa. Dentre os efeitos de esfera pública, Warren (2001) coloca então o desenvolvimento de uma comunicação pública com vistas à deliberação,²⁶ que propiciaria assim fóruns mais plurais. Outro efeito seria a representação da diferença, consequência deste

²⁶ Neste trabalho não tratamos especificamente da deliberação promovida pela luta por reconhecimento, mas do estágio anterior a essa deliberação, que chamamos aqui de conversação política cotidiana. Trataremos a questão de maneira aprofundada no Capítulo 3, considerando as conversações políticas na Internet que se dão tanto por parte dos cidadãos ordinários quanto por parte das associações.

primeiro. Pessoas outrora excluídas da esfera pública podem ganhar voz, ter suas opiniões consideradas e se tornar interlocutores válidos na medida em que são sustentados por um interesse comum reunido em uma rede associativa.²⁷

O terceiro e último conjunto de efeitos apontados por Warren (2001) diz respeito à sustentação de confrontos e de cooperação com agentes do Estado, de maneira a garantir que as opiniões provenientes da esfera pública e/ou das associações sejam consideradas e incorporadas aos projetos governamentais. Sendo assim, as associações poderiam funcionar como representantes de grupos, fiscalizadores das ações do governo, *locus* de resistência diante de determinadas atitudes institucionais, subsidiárias do próprio Estado na execução de algumas tarefas e políticas públicas por ele delegadas ou legitimadoras dessas políticas. Tudo isso levaria a um empoderamento institucional.

Assim como Warren (2001), Armony (2004) acredita que é preciso considerar, além dos efeitos, o contexto no qual as associações emergem. Ele dá grande ênfase aos fatores institucionais e econômicos, intensidade e formas de mobilização, tradição associativa local e cultura política. Dentre os vários exemplos que o autor utiliza para elucidar a sua contribuição à teoria do associativismo, um deles é o sucesso do Nazismo na Alemanha. Naquele contexto, o país – cuja tradição associativa e cultura de mobilização já existiam – passava por uma profunda crise econômica. Essa combinação conduziu ao colapso da democracia e ao totalitarismo.

Marques, Mendonça e Maia (2007) e Maia (2008) concordam com Warren e Armony e acrescentam que as associações mais propícias a gerarem efeitos democráticos são aquelas que se inserem no sistema deliberativo, “possibilitando não apenas a elaboração de discursos públicos, mas, principalmente, a circulação de diversas formas discursivas em diferentes âmbitos interacionais” (MARQUES *et al*, 2007, p. 10). Para os autores, esses diferentes âmbitos requerem diferentes formas de comunicação que dão origem a um processo deliberativo mais amplo.

O foco nesses autores é a contribuição das associações, assim como de outros espaços de conversação política, para o sistema deliberativo. É no âmbito cotidiano que as questões são mobilizadas e articuladas, podendo assim alcançar os âmbitos da decisão política. Maia (2008) defende que “cabe aos atores da sociedade civil formular preferências e expressá-las através da ação individual e coletiva para subsidiar a produção da decisão política” (p. 3).

²⁷ Não ignoramos aqui as inúmeras formas de desigualdades e constrangimentos gerados nos debates públicos e nem os consideramos, *a priori*, inclusivos apenas porque contam com uma pluralidade de participantes. Sobre isso, ver Young (2002).

Nessa medida, as associações captam dessa cotidianidade as demandas, reformulam-nas e expressam-nas. Sendo assim, estão fortemente ligadas ao dia-a-dia das pessoas e às suas atividades mais simples rotineiras, “atenadas” para as questões políticas e sociais que possam vir a surgir.

Outras correntes teóricas seguem uma perspectiva de bases marxistas ao tratarem dos movimentos sociais. Chantal Mouffe, citada por Prado (2001), e até mesmo Melluci (1996) trabalham com a idéia de que os movimentos exercem uma oposição ao sistema vigente e que a ação coletiva pode levar a um conflito e a uma competição por recursos escassos (materiais ou simbólicos). Acreditamos que a luta por reconhecimento, que tem sua expressão tanto nos cidadãos ordinários quanto nos movimentos sociais, é, sem dúvida, permeada por conflitos das mais diversas naturezas. Entretanto, a perspectiva que adotamos está mais atenta em deslindar o aspecto intersubjetivo deste conflito. Tal perspectiva demanda o entendimento e o compartilhamento de sentidos, o que não quer dizer uma conciliação ou concordância acerca de determinados temas. Ao invés disso, busca-se um terreno comum para a expressão do desentendimento moral. Diferentemente dessas correntes que trabalham com uma concepção antagonista dos movimentos sociais, filiamo-nos à perspectiva que toma os movimentos sociais e o associativismo como benéficos para a deliberação, onde lances discursivos e posicionamentos são acionados na tentativa de negociar entendimentos e em última instância obter conhecimento compartilhado e influência nas esferas de decisão (MARQUES; MAIA; MENDONÇA, 2007; MAIA, 2008; WARREN, 2001). Tal concepção considera a cotidianidade da ação política e sua dinâmica na forma de uma conversação política que se dá rotineira e espontaneamente. Trataremos dessa conversação de maneira mais aprofundada no Capítulo 3, no qual discutiremos a questão da Internet e seus vários ambientes distintos.

Como dissemos, a discussão mais contemporânea sobre o associativismo tem ganhado a atenção de muitos autores. Ela é alvo de algumas críticas, mas possui desdobramentos significativos para a literatura da teoria democrática. Cabe enfatizar, entretanto, o que nos interessa neste trabalho de pesquisa: entender o papel das associações dos surdos na luta por reconhecimento. Isso significa olhar para estas associações depreendendo delas algumas questões apontadas aqui. Certamente que não vamos classificar uma associação como democrática ou antidemocrática. Não é esse o nosso intuito. Pretendemos traçar alguns paralelos entre a atuação dessas redes cívicas e a discussão acima apresentada.

Primeiramente, defendemos que, no âmbito individual e político, as associações de surdos têm muito a contribuir. Cidadãos surdos, marcados por estigmas simbolicamente constituídos, na maioria das vezes são também pessoas desprovidas de oportunidade política,

pois não desenvolveram algumas habilidades, tais como informação, habilidade de se expressar em público e pensamento crítico e propositivo. Isso não acontece porque eles são surdos, mas porque não desenvolveram competências comunicativas, pré-requisito para as outras habilidades políticas. Se lhes é privada a possibilidade de se comunicar, todo o resto virá por consequência. Como já foi dito, sem o desenvolvimento de formas de comunicação o sujeito está destituído daquilo que é mais valioso ao homem: o pensamento. Disso decorre a falta de autonomia individual e política. Nesse sentido, as associações evidenciam a relevância da língua de sinais para os surdos e tendem a fornecer subsídios para que esses surdos desenvolvam as outras competências necessárias à esfera política.

Ampliando a reflexão, mesmo se ponderarmos os casos em que surdos desenvolveram formas de se comunicar, ainda nos resta um obstáculo a ser vencido: quais serão os seus parceiros de interação? A resposta para essa pergunta diz muito sobre a participação de surdos em questões políticas, já que esferas públicas pressupõem um compartilhamento lingüístico mínimo, capaz de estabelecer fluxos comunicativos que carregam opiniões. Estarão os parceiros de interação dispostos a tecer debates pausados, de forma a fazer com que os surdos leiam seus lábios? Poderão os intérpretes de sinais acompanhar os surdos em todas as situações que envolvem questões políticas, mesmo aquelas relacionadas à política do cotidiano? Essas questões já foram propostas anteriormente e parece que ainda não encontraram uma resposta única. O que nos cabe enfatizar aqui é que as associações de surdos podem funcionar como canais de expressão dessas pessoas que encontram dificuldades comunicativas e constrangimentos nas esferas públicas. Além disso, os processos identitários permeiam toda essa participação nas associações e fornecem meios para a identificação de problemas comuns e a busca de soluções também comuns. Conforme Marques, Maia e Mendonça (2007), essa rede associativa é mais um nó desse extenso emaranhado discursivo, composto pela política formal, pela mídia, pelas conversações cotidianas, dentre outras esferas.

Por fim, queremos dar especial atenção à questão da representação das diferenças, apontada por Warren (2001) como um dos efeitos do associativismo. Ao representar uma minoria a princípio sem voz, as associações levam a público um entendimento de diferentes padrões de vida. Por extensão, eles levam um novo ponto de vista à esfera pública e podem, talvez, passar a fazer parte dos processos de deliberação.

Retomando os autores acima citados, voltamos a reforçar de maneira enfática que nenhuma dessas características das associações é dada *a priori*. Tudo depende dos contextos onde elas atuam, dos propósitos, da dinâmica interna, dentre outros. O que não podemos é nos

alienar do fato de que as associações de surdos desempenharam um papel histórico para essas pessoas e que elas fazem, em alguma medida, diferença no desenrolar desta luta por reconhecimento. Elas estão ligadas ao dia-a-dia dos surdos e amparam suas reivindicações exatamente nas culturalidades dos surdos, nas suas experiências diárias de vitória ou de preconceito e na participação dessas pessoas na dinâmica associativa.

1.3 Unidade *versus* heterogeneidade: o paradoxo dos movimentos sociais

Uma vez apresentado o histórico das associações dos surdos e discutidas as principais questões sobre os movimentos sociais e o associativismo, cabe nos debruçarmos especificamente sobre uma das características dessas redes cívicas: a heterogeneidade. Na pesquisa em questão, tal característica funciona como pano de fundo para entender tanto o discurso oficial das instituições representativas dos surdos quanto os embates que ocorrem no *site* de relacionamento. A heterogeneidade deve ser entendida sob dois aspectos. O primeiro deles diz respeito ao processo de constituição das ações coletivas e como elas conseguem manter uma unidade diante da grande heterogeneidade que as compõe. O segundo diz respeito a como essa rede, associação ou movimento social promove uma representação dos interesses do grupo e de outras pessoas que, embora não associadas, são representadas indiretamente ou porque se identificam com a questão ou porque são incluídas no perfil desse grupo. É como se houvesse dois eixos da ação coletiva, um que aponta para o interior, e outro, para o exterior. Um que considera as diferenças internas e o permanente conflito que perpassa um grupo, e outro que busca abarcar aqueles que estão fora do grupo, mas que de alguma maneira estão ligados à questão.

Tal distinção se faz necessária na medida em que buscamos analisar no nosso material empírico a luta por reconhecimento e como ela utiliza os testemunhos – expressados tanto em *sites* oficiais de associações quanto em redes de conversação *on line* – para revelar premissas e valores. No primeiro ambiente, os testemunhos provavelmente surgem para legitimar um determinado posicionamento e os discursos se pretendem homogêneos ao encobrirem possíveis conflitos internos e ao buscarem representar interesses de maneira coesa. Já no segundo ambiente, presume-se que os testemunhos são convocados de maneira distinta. Neste espaço, a questão da surdez envolve a participação de surdos que se posicionam contra e a favor da língua de sinais, da identidade surda e das políticas sociais que envolvem essas questões. Sabe-se da função dos testemunhos nesses ambientes, mas a forma com que eles são utilizados para revelar as premissas de fundo é o que queremos investigar. Se há um

determinado ambiente onde ocorrem disputas de sentido, logo, percebe-se que há uma fratura entre aqueles que se autodenominam surdos, ou seja, é nesses espaços que a heterogeneidade se expressa.

Considerar a heterogeneidade das associações ou dos movimentos sociais vai além de olhar para uma simples pluralidade. Não é apenas a diversidade que se reúne. Estão em jogo diferenças significativas que se ligam muitas vezes apenas por um único e frágil ponto de intersecção. Aí está o grande paradoxo das redes cívicas: manter uma unidade externa a despeito das diferenças internas. Tal paradoxo, apontado por Melucci (1996), vem se contrapor à idéia recorrente de que os movimentos sociais são uma estrutura definida e homogênea, imbuída de uma harmoniosa unidade. Em seu interior, tais grupos cívicos comportam significados, formas de ação e modos de organização diferenciados e fragmentados e geralmente investem parte das suas “energias” para gerir tal complexidade. Militância, lideranças, filiações, níveis de organização e tudo mais que compõe uma associação ou um movimento social estão envoltos em uma permanente tensão.

O destaque que Melucci (1996) dá a essa complexidade é a base para a criação de uma teoria da ação, que leva em conta as motivações, o sentido e os componentes da ação coletiva. Diferentemente das outras tradições teóricas dos movimentos sociais,²⁸ ele busca explicar como atores sociais formam uma coletividade, como se reconhecem parte dela, como são engendradas as ações coletivas e a construção de sentidos em torno delas. A ênfase está exatamente no processo de constituição da identidade coletiva,²⁹ que configura um processo de formação de um nós com o qual é preciso identificar-se para poder dar consistência e continuidade à ação. Essa ação é, por sua vez, interativa e compartilhada, havendo sentidos construídos, partilhados ou negociados. Ela é a responsável por assegurar a continuidade e a permanência dos movimentos ao longo do tempo. “O que aparece como uma dada realidade, alguma coisa mais ou menos permanente, é sempre o resultado, ao menos para uma certa extensão, de um processo ativo no qual não é imediatamente visível” (MELUCCI, 1996, p. 72, tradução nossa).

Por outro lado, esse processo interativo e ininterrupto deve ceder espaço também para uma estabilidade que se configura em uma unidade externa, mas que não está livre da

²⁸ Dentre essas tradições teóricas, podemos citar, por exemplo, as teorias com base marxista nas quais a ação coletiva ganha contornos de contestação e de luta de classes; ou a as teorias sobre a formação das massas (CANETTI, 1995); e ainda a Teoria da Mobilização dos Recursos, que analisa os movimentos sociais do ponto de vista dos recursos (cognitivos ou materiais) que eles possuem e das oportunidades de utilização desses recursos. Para uma classificação mais completa dessas teorias, ver Prado (2001).

²⁹ Embora Melucci reconheça que o termo “identidade” carrega um sentido totalizante e unitário, opta por utilizá-lo de maneira provisória, mas sempre com ênfase na abordagem processual e interativa.

heterogeneidade. A identidade coletiva caminha então sempre no limiar entre a dimensão estática e a dinâmica. Se pensada em termos da ação, como propõe Melucci (1996), essa aparente contradição tende a ser eliminada. Nessa “teoria da ação”, os atores sociais reconhecem determinados efeitos de suas ações e passam a atribuir esses efeitos a si mesmos, sem, contudo, deixarem de afirmar a sua individualidade. Reconhecem-se como parte da ação e se apropriam dos resultados desta configurando assim uma coletividade.

A unidade é desafiada exatamente nos momentos de crise, quando a dimensão interativa é fundamental para a reestruturação da ação ou até mesmo para romper ou fragmentar o movimento social. A ação coletiva nunca é a expressão de uma intenção finalizada, mas se constrói ao longo do tempo com negociações e renegociações permeadas também pela emoção que pode mobilizar ou desmobilizar, criar vínculos ou rompê-los.

Essa heterogeneidade é claramente observada no Movimento Surdo. Existem aqueles que defendem a língua de sinais como primeira língua. Outros defendem o português como primeira língua. Outros, ainda, acreditam que é preciso saber falar o português antes da aquisição da língua de sinais. Outros sustentam que basta saber o português escrito antes da Libras. Há ainda aqueles que defendem que a língua de sinais deve ser ensinada apenas a quem não tem condições de oralização. Aqueles que rejeitam a língua de sinais, não os consideramos como parte dessa heterogeneidade do movimento, pois não há nenhum ponto de intersecção entre esta corrente de pensamento e o movimento historicamente constituído. A variedade de posicionamentos vem conflitar um dos principais conflitos analisados no nosso material empírico: oralização \times sinalização. Todos esses atores, surdos ou não, ao expressarem suas opiniões conformam um amplo debate sobre a questão. Os posicionamentos transitam entre os dois pólos, de maneiras mais ou menos radicais. Além do conflito interno ao movimento, podemos considerá-lo também externo, na medida em que envolve surdos que não se reconhecem neste movimento social e que representam a opinião e os entendimentos enraizados em sociedade e contra os quais muitos surdos lutam.

Não obstante essa heterogeneidade apresentada acima, ainda é possível identificar um “nós” responsável por engendrar uma luta por reconhecimento que defende os modos de vida delineados pela língua de sinais. Esse nós é formado por surdos cujas biografias revelam uma história de vida na qual a língua de sinais fez uma real diferença. Esse é mais um dos motivos que nos levaram a investigar os testemunhos como expressão de uma luta por reconhecimento. São as histórias de vida as responsáveis por criar esses elos que constituem o “nós” da coletividade dos surdos sinalizados.

Essa coletividade estabelece pautas e demandas de acordo com esse vínculo que os une. A questão é que nem todos os surdos brasileiros se sentem parte deste “nós”. Alguns, além de não possuírem nenhuma identificação com a questão, são absolutamente opositores dessas idéias, o que tende a gerar embates de sentidos entre eles. Podemos considerar essas pessoas representantes daqueles valores socialmente definidos e contra os quais os surdos sinalizados lutam. Entretanto, essa oposição já é, por si só, uma maneira de estabelecer uma relação com a coletividade dos surdos sinalizados.

A relação da coletividade com o ambiente (outros atores, oportunidades e vínculos) é um segundo ponto interessante explorado por Melucci (1996). Conforme já apontamos no início desta seção, existe um eixo da ação coletiva que aponta para fora dela. Isso inclui as formas e meios que essa coletividade encontra para expressar e representar suas demandas. A projeção de suas ações para fora dessa coletividade diz muito dos objetivos e das reivindicações do grupo, mas diz pouco da relação conflituosa e tensa que se estabelece internamente. No máximo, são apresentados algumas características e valores eleitos para descrever o grupo, mas que continuam a dizer muito pouco sobre quem está dentro e quem está fora dessa coletividade, sobre quem se vê representado por suas ações e sobre quem não se considera representado. Por exemplo, as lutas das feministas não refletem os anseios de todas as mulheres, assim como a reivindicação pela implantação de políticas de cotas nas universidades não é um desejo de todos os negros. Da mesma forma, nem todos os surdos se sentem representados pelas reivindicações das associações dos surdos, o que gera conflitos não apenas dentro do movimento como também fora dele.

A esse movimento, Dryzek e Niemayer (2006) deram o nome de representação discursiva. Quem representa não é eleito ou escolhido pela maioria pertencente a determinado grupo, mas apenas traz a público um conjunto de discursos que *acredita* serem adequados para contemplar as questões daquela maioria. Não se trata de uma representação formal e pode ser exercida por uma pessoa ou coletividade. Os autores citam o exemplo de pessoas famosas que falam em nome dos pobres da África e buscam auxílio para eles. Essas pessoas não foram eleitas pelos africanos e nem ao menos participaram de fóruns deliberativos para elaborar um conjunto de reivindicações apreendidas dos próprios concernidos. O mesmo acontece, por exemplo, com as associações dos surdos que lutam pelo uso da língua de sinais e representam os surdos brasileiros sem necessariamente serem escolhidas como porta-vozes de todos eles.

Na verdade, os autores explicam que se trata não de uma representação de pessoas, mas de idéias: “da perspectiva daqueles que são representados, o que é representado não são

as pessoas como tais, mas alguns dos interesses, identidades e valores que as pessoas têm ou esperam” (DRYZEK; NIEMAYER, 2006, p. 2, tradução nossa). O que importa não é se todas as pessoas são representadas, mas se todas as perspectivas o são de maneira mais ou menos igual. Além disso, essa representação discursiva nem sempre pode vir a ser uma representação formal, o que pode significar um ponto negativo na execução e implementação das reivindicações.

O problema central dessa representação discursiva está, no que tange ao nosso objeto de pesquisa, na pluralidade que ela representa, mas que não se vê representada por ela. Como dito, existem surdos que utilizam a língua de sinais e outros que optaram pelo oralismo. Dentre esses dois grupos existe uma infinidade de variações, alguns falam e usam sinais, outros condenam duramente a fala, outros colocam em descrédito a existência de uma cultura surda. Ainda há uma vertente mais ponderada, que quer conciliar as duas coisas. Alguns nasceram surdos, outros perderam a audição depois de mais velhos. Enfim, o grupo das pessoas surdas é bastante heterogêneo. Isso estaria resolvido com um espaço plural que contempla várias vozes e que pode vir a minimizar as divergências.

Acontece que as associações que representam os surdos sinalizados já adquiriram uma legitimidade histórica e tendem a possuir mais oportunidades políticas que cidadãos ordinários ou associações recentes. No momento em que essas associações se dizem representantes dos surdos brasileiros junto às instituições e que alcançam suas metas, tais resultados contemplam apenas uma parte desses surdos: aqueles que se comunicam por meio da língua de sinais. Por exemplo, existe a reivindicação de intérpretes nas novelas. Se promulgada uma lei com essa proposta, os surdos oralizados não seriam contemplados.

A verdade é que isso vem rendendo relações conflituosas de ambas as partes. A questão tem convocado o posicionamento dos mais diferentes atores: surdos sinalizados, surdos oralizados, pais, mães e professores de surdos, profissionais da saúde, dentre outros. Nosso material empírico busca evidenciar a heterogeneidade dessa grande categoria denominada surdos brasileiros. Apesar de analisarmos o conjunto desses embates discursivos, nos dedicamos, principalmente, a entender a luta por reconhecimento empreendida especificamente pelos surdos sinalizados e de que maneira eles convocam seus testemunhos. O foco está nestes surdos que utilizam a língua de sinais exatamente porque são eles que precisam lutar pelo reconhecimento de um modo de vida diferente, não compartilhado pela maioria da sociedade. Os outros surdos oralizados devem também ter suas lutas diárias por reconhecimento, mas acreditam que o bem viver está em ser o mais parecido possível com

uma pessoa ouvinte. Para eles, o importante é falar bem, entender o outro e ser entendido por meio da fala, além de se adaptarem ao restante da sociedade.

Esse conflito entre sinalizados e oralizados será analisado especificamente nos debates do *site* de relacionamento Orkut. De um lado, observamos a luta por reconhecimento nos *sites* das associações, cujos discursos se encontram de maneira homogênea e sem controvérsias explícitas e onde os testemunhos são convocados para legitimar determinados interesses das associações. De outro lado, extraímos dos fóruns do Orkut debates acirrados que convocam testemunhos e que são empreendidos por cidadãos ordinários surdos e ouvintes a respeito das questões que atravessam essa luta por reconhecimento. As histórias de vida que perpassam esses discursos organizados ou ordinários possuem um papel relevante nessa luta por reconhecimento. Vamos investigar, assim, como a luta por reconhecimento lança mão dessas histórias para revelar modos de bem viver num domínio propenso à homogeneidade discursiva e noutra perpassado pela heterogeneidade.

Capítulo 2

O lugar do testemunho na Teoria do Reconhecimento

Encerramos o capítulo anterior explorando a questão dos conflitos que perpassam a luta por reconhecimento empreendida pelos surdos que utilizam a língua de sinais e que constroem em torno disso uma cultura e uma identidade surda. Como um segundo passo, pretendemos compreender, neste capítulo, a dimensão desse conflito no que tange a uma luta por reconhecimento moralmente motivada. Reiteramos que o problema de pesquisa que norteia este trabalho tem seus pressupostos teóricos ancorados em duas questões centrais: a luta por reconhecimento e a questão do testemunho. Uma vez que procuramos investigar precisamente qual o lugar das narrativas biográficas dos surdos na luta por reconhecimento, travada na Internet e por meio dela, julgamos impossível escapar a essas duas questões.

Conforme mencionado na Introdução deste trabalho, algumas pesquisas já foram desenvolvidas com base na produção das narrativas dos surdos, que relatam suas histórias de vida, contam situações de preconceito e suas conquistas pessoais (SKLIAR, 1998a, 1998b; PERLIN, 1998, 2003, 2006; PERLIN; MIRANDA, 2003). A questão passou a ser alvo de um vasto campo de pesquisa que vem se configurando no Brasil, desde os anos 1990, principalmente na área da educação, denominado “Estudos Surdos”.³⁰ Nessa perspectiva, fortemente influenciada pelos Estudos Culturais e pelo Pós-Estruturalismo, os surdos são compreendidos na sua própria cultura, entendendo cultura aqui como um conjunto de práticas e configurada pela produção e intercâmbio de sentidos.

Os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político. (SKLIAR, 1998a, p. 5)

Os Estudos Surdos conjugam as questões da identidade cultural com o referencial foucaultiano sobre as relações de poder disseminadas na sociedade. Foucault entende o poder como ações pulverizadas no todo social e constitutivo da própria existência. Esse poder não funciona exatamente como a dominação de um grupo pelo outro, mas busca estruturar a ação do outro. “O poder entendido através da noção de rede produz coisas, sujeitos, comportamentos, conhecimentos que, *pari passu* com essas produções, traz a resistência”

³⁰ A Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul são referências nessa área, aqui no Brasil.

(LOPES, 2003, p. 3). Poder e resistência, incorporados à trama social, fariam parte da cultura, que passa a adquirir um sentido político. Assim, os surdos exerceriam uma espécie de resistência cultural frente às tentativas de normalização que se dão por meio da disciplina e do controle do corpo.³¹

Baseados nessas concepções, vários autores desenvolveram trabalhos sobre os surdos em sala de aula, suas narrativas de resistência, as imposições do oralismo como forma de disciplinarização e controle do corpo, dentre outros. Consideramos valiosas as contribuições de tais reflexões por apontarem uma nova direção para as pesquisas relacionadas à surdez, rompendo com o olhar essencialmente clínico de algumas décadas atrás. Entretanto, em nossa pesquisa optamos por trabalhar em uma vertente distinta, que trata a questão da cultura e das identidades surdas como uma luta por reconhecimento, em lugar de uma resistência cultural.

A Teoria do Reconhecimento, conforme Taylor (1992) e Honneth (2003), entende que o reconhecimento é uma necessidade vital para os indivíduos, pois a nossa existência só é validada pela existência do outro (TAYLOR, 1992). Ele só é alcançado por meio de uma dinâmica relacional que envolve “se posicionar diante do outro”. A rejeição ou a aprovação das pessoas que nos rodeiam fornecem meios para que os indivíduos construam um senso de valor sobre si mesmos. E isso só é possível através da interação, do diálogo, da negociação e do embate.

Nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, freqüentemente, pela falta de reconhecimento dos outros, e, assim, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um dano real, uma distorção real, e as pessoas ou a sociedade em torno deles os enviarem uma mensagem especular que expressa uma figura confinante (aprisionadora), depreciativa ou desprezível. O não-reconhecimento pode causar prejuízos, pode ser uma forma de opressão, aprisionando alguém num modo de ser falso, distorcido, reduzido. (TAYLOR, 1992, p. 43-44, tradução nossa)

Esse reconhecimento vai além da mera tolerância ou cortesia daqueles que apenas aceitam o outro, numa posição de conformidade (TAYLOR, 1992). Ele deve ser uma real construção intersubjetiva da aceitação da diferença. Isso se dá a partir do discurso daqueles que almejam outra forma de representação e de como os outros atores sociais recebem e aceitam esses argumentos. Afinal, o reconhecimento envolve não só as vontades daqueles que o buscam, mas também as vontades daqueles que reconhecem o outro. Tudo isso se dá por meio de uma negociação de sentidos entre ambas as partes.

³¹ A disciplina do corpo nada mais seria que a imposição de uso de aparelhos ou implante coclear, que funcionam sob a ótica da repressão de modos distintos de vida.

Orientarmo-nos pela Teoria do Reconhecimento não significa desprezar a dimensão cultural das identidades surdas e nem desconsiderar as relações de poder e opressão existentes em sociedade. Ao contrário, tanto Taylor quanto Honneth³² defendem que a identidade se molda a partir do reconhecimento ou da ausência dele. Além disso, entendemos que as negociações de sentido são permeadas por conflitos e é exatamente por isso que embates são criados. Apenas não compartilhamos da idéia de resistência cultural nela mesma. Sem dúvida, a constituição das identidades se dá de forma cultural e ela deve ser preservada, entretanto, em nosso trabalho traçamos uma abordagem relacional intra e intercultural, que enxerga a conformação das identidades frente a um outro que está dentro e fora dessa comunidade cultural dos surdos sinalizados e que participa também desse processo de conformação das identidades. Tanto surdos sinalizados, oralizados, pais, professores, médicos, sociedade participam dessa dinâmica. O outro é parte crucial nesse processo não só de constituição de identidades, mas também de reconhecimento intersubjetivo. É diante da negação ou aceitação do outro e diante de uma negociação de sentidos que se configuram as identidades (TAYLOR, 1992; HONNETH, 2003; MAIA, 1999; ROCHA, 2007). Estas, por sua vez, levam, por exemplo, a formas de resistência, adaptação, negociação ou até mesmo mudanças (reiteramos aqui a inexistência da identidade nela mesma, como algo ligado a uma essência ou estático).

Uma concepção importante, encontrada especialmente na obra de Taylor, é a consideração sobre a relevância da linguagem nessa dinâmica de constituição das identidades. Conforme apontado em Mattos (2006), Taylor enxerga os sujeitos não como observadores, mas agentes constituintes da própria linguagem. E estas, por sua vez, configuram um pano de fundo sobre o qual se delinea a vida social e que fornece elementos para a constituição de valores e premissas.

Outra contribuição da Teoria do Reconhecimento à nossa pesquisa é o seu caráter abrangente, que abarca várias dimensões. A primeira delas está relacionada à própria constituição das identidades dos sujeitos à consciência que eles têm de si mesmos. Além de olhar para os sujeitos e para a sua relação intersubjetiva com o mundo em que vive, Honneth (2003) considera que esta primeira dimensão é em grande parte responsável por uma ampla

³² Importante lembrar que as obras de Honneth (2003) e Taylor (1999), embora orientadas por uma teoria do reconhecimento, possuem algumas distinções. Diferentemente do primeiro autor, Taylor busca desenvolver soluções práticas para o reconhecimento das diferenças e do multiculturalismo por meio de “Políticas de Reconhecimento”. Embora parta da mesma premissa que Honneth (2003) de que o reconhecimento é uma necessidade vital para os sujeitos e que ele só é adquirido de maneira intersubjetiva, ele vai além e aponta para uma dimensão prática desse reconhecimento. Ele também concerne papel central à linguagem como configuradora dessa luta. Conforme apresentado por Mattos (2006), Taylor desenvolve uma *antropologia filosófica* que considera a linguagem como constituidora da natureza humana, responsável por fazer do homem agente de sua própria dinâmica social.

transformação social moralmente motivada, nos domínios privado, social e legal. Em outras palavras, a Teoria do Reconhecimento encontra modos de conectar a esfera íntima à esfera social e política.

Nessa medida, acreditamos revestir a questão das narrativas biográficas com nova roupagem ao convocar a Teoria do Reconhecimento como nosso eixo norteador e tema da primeira seção deste capítulo. Na segunda seção, tratamos mais especificamente da questão do testemunho e seus desdobramentos teóricos e, na terceira, articulamos os dois eixos centrais – reconhecimento e testemunho –, de modo a lançar luz ao nosso objeto de pesquisa.

2.1 Os meandros da Teoria do Reconhecimento: a luta moralmente motivada, desdobramentos teóricos e principais desafios

Não parece tarefa fácil desenvolver uma discussão acerca da Teoria do Reconhecimento, na medida em que ela vem sendo alvo de um sem-número de desdobramentos teóricos difíceis de serem abarcados na sua totalidade. Todavia, nos empenharemos em expor as principais discussões sobre o assunto, não de maneira a esgotá-las, mas de forma a prover um panorama geral da questão. Dessa maneira, nos dedicaremos nesta primeira seção à tarefa de elucidar os princípios teóricos da Teoria do Reconhecimento, a partir dos pressupostos de Axel Honneth, e localizar nosso objeto de pesquisa nessa perspectiva teórica.

2.1.1 A Teoria do Reconhecimento

Remontar às origens da Teoria do Reconhecimento significa situá-la no campo da “Teoria Crítica”, corrente de pensamento que surgiu no início do século passado guiada pelos ideais marxistas. A vertente intelectual busca compreender a sociedade de forma normativa, por meio de uma postura crítica e orientada para um ideal de emancipação da dominação.

Embora a Teoria Crítica tenha se desvencilhado de alguns pressupostos marxistas, permanecem em Honneth dois pontos que o fazem herdeiro dessa tradição: a centralidade do conflito para a mudança social e o ideal normativo de uma luta por reconhecimento. Como veremos adiante, a proposta de Honneth não diz respeito à luta de classes e nem ao aumento do poder ou à necessidade de autoconservação, mas trata de uma nova forma de conflito social caracterizada pela modernidade. Para ele, os conflitos são originados das experiências de desrespeito, que por sua vez motivam ações que buscam o reconhecimento mútuo. O cerne

dessa luta estaria na busca por um reconhecimento intersubjetivamente compartilhado, constituinte primeiro das identidades humanas. Nesse sentido, o conflito configuraria uma evolução social e histórica, impulsionada por uma luta moralmente motivada e que levaria a uma mudança social acerca do desrespeito humano. Na subseção seguinte explicaremos melhor essa dinâmica.

Com isso, conforme apontado por Marcos Nobre no capítulo de apresentação do livro *Luta por reconhecimento*, Honneth acredita ter superado o déficit sociológico presente até então na Teoria Crítica. Ao considerar a questão do conflito como central para as interações e como estruturante da intersubjetividade dos sujeitos, Honneth aponta para uma dinâmica social localizada entre aquilo que Habermas chamou de sistema e mundo da vida. O primeiro seria composto por aqueles responsáveis pela organização da sociedade e reprodução material – tal como o Estado –, e o segundo estaria no âmbito das relações simbólicas onde os indivíduos são socializados e onde constroem sua personalidade. Entre os dois âmbitos, Habermas coloca a questão do conflito como segundo plano, atrás de uma racionalidade comunicativa, orientada para o entendimento e que seria a base das construções intersubjetivas dos sujeitos. O ponto em comum entre os dois autores seria a percepção da necessidade de uma Teoria Crítica construída com bases ao mesmo tempo intersubjetivas e universalistas.

Para explicar essa dinâmica de uma luta por reconhecimento moralmente motivada, capaz de alavancar uma evolução social, Honneth vai buscar no filósofo alemão Georg Friedrich Hegel e no sociólogo norte-americano Georg Herbert Mead os princípios de sua teoria. A principal contribuição de Hegel para a obra de Axel Honneth é a concepção de luta por reconhecimento, ancorada essencialmente em dois pressupostos básicos: na concepção de intersubjetividade e na divisão do reconhecimento em três âmbitos da vida social. A concepção de Hegel se opõe substancialmente à idéia de que a origem dos conflitos está nos interesses por poder ou dominação – de acordo com Maquiavel – e à idéia de que o conflito busca uma autoconservação – conforme entendido por Hobbes.

Em Hegel, a luta por reconhecimento representa uma busca dos sujeitos pelo reconhecimento do outro como constituinte da vida social. Em outras palavras, é apenas a partir da aceitação do outro que eu me reconheço autonomamente na minha individualidade e como parte de uma comunidade de direitos. A presença do outro, parceiro de interação, é invocada no sentido de participar do processo de configuração dos sujeitos na sua individualidade e na sua universalidade. A busca por reconhecimento está diretamente ligada

“à possibilidade de uma realização de liberdade de todos os indivíduos em particular” (HONNETH, 2003, p. 41).

Dessa maneira, Hegel acredita que nem as leis do estado nem as convicções morais dos sujeitos isolados são capazes de fornecer uma base sólida para o exercício de uma liberdade ampliada. Isso apenas é possível a partir de comportamentos praticados intersubjetivamente, talhados pelo vínculo social e que configuram a base da socialização humana. As relações sociais são responsáveis por deixarem vir à tona entendimentos de bem viver que orientam as lutas por reconhecimento. Dessa maneira, o reconhecimento intersubjetivo de Hegel seria condição para o desenvolvimento das identidades positivas.

[...] na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e desse modo também estará contraposto ao outro novamente como um particular. (HONNETH, 2003, p. 47)

Surge daí um processo conflituoso já que há diferentes entendimentos morais entre pessoas e grupos e diferentes lutas por reconhecimento. O conflito carrega uma potencialidade para se desenvolverem até alcançar a validade universal, por meio das formas comunicativas da vida cotidiana. “O movimento de reconhecimento que subjaz uma relação ética entre sujeitos consiste num processo de etapas de reconciliação e de conflito ao mesmo tempo, as quais substituem umas as outras” (HONNETH, 2003, p. 47). Assim, à medida que a luta por reconhecimento se desenvolve, ela se confronta com repetidas negações e desvalorizações, mas ainda assim pode alcançar êxito, oriundo desse conflito. Hegel considera então o conflito social como “uma espécie de potencial de aprendizado prático-moral” (p. 57), que aumenta o conhecimento dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a sua dependência do outro.

Assim, Honneth busca nas teorias de Hegel a base para a sua teoria da luta por reconhecimento, considerando o valor do conflito para a mudança social e a reciprocidade entre os sujeitos na formação das identidades, que alça pretensões de individualidade e mesmo de universalidade. Uma terceira contribuição de Hegel na obra de Honneth diz respeito à distinção do reconhecimento em três âmbitos: íntimo, jurídico e social, aos quais retomaremos mais adiante.

Honneth considera, entretanto, que Hegel deixou inacabado seu projeto da luta por reconhecimento ao assumir os pressupostos de uma “filosofia da consciência”, que acaba por relegar a um segundo plano as formas de interação e de comunicação, além de renunciar às características individualizantes dos sujeitos, essenciais ao reconhecimento

intersubjetivamente partilhado. Hegel ignora a relação intersubjetiva presente de forma empírica no mundo social e passa a considerá-la como um processo de formação de inteligências singulares na filosofia da consciência. Dessa maneira, Honneth assume o desafio de retomar os primeiros escritos de Hegel, considerados ainda bastante idealistas, e dotá-los de bases empíricas para constituir uma teoria social normativa. O primeiro esforço teórico de Honneth era o de explicar como se conforma, de fato, uma luta por reconhecimento constituída intersubjetivamente. Para tanto, ele recorre às teorias da subjetividade, inscritas na psicologia social de George Mead.

Os preceitos do pensamento de Mead estão justamente ancorados na crítica à filosofia da consciência, na medida em que concebem a formação dessa consciência exclusivamente como uma dinâmica socialmente estabelecida. A consciência do significado intersubjetivo das próprias ações é alcançada por meio de um compartilhamento de sentidos, intercambiados por meio da linguagem. Dessa maneira, o sujeito só é capaz de construir um entendimento sobre si mesmo à medida que estabelece uma comunicação com um parceiro de interação, o qual produz uma resposta ao primeiro, resposta esta que interfere diretamente no desenvolvimento de uma consciência. O gesto vocal seria para Mead o liame entre o sujeito e o seu defrontante, pois possui a propriedade de influir sobre o agente no mesmo momento e da mesma maneira que no seu parceiro de interação.

Através da capacidade de suscitar em si o significado que a própria ação tem para o outro, abre-se para o sujeito, ao mesmo tempo, a possibilidade de considerar-se a si mesmo como um objeto social das ações de seu parceiro de interação. [...] Posso obter uma imagem de mim mesmo e desse modo chegar a uma consciência de minha identidade. (HONNETH, 2003, p. 130)

A reação ao próprio gesto vocal por parte tanto do emissor quanto do parceiro de interação, possibilita então essa consciência intersubjetiva. A partir dessa idéia, Mead traça os fundamentos conceituais daquilo que ele denominou a constituição do *self*. Desse modo, o *self* seria como um espelho, onde os sujeitos enxergam a si mesmos nas reações produzidas diante de outras pessoas e só são capazes de se conscientizarem sobre si mesmos na posição do objeto. Ele é constituído por meio da “conversação” entre o “eu” e o “me”. O primeiro funciona como o sujeito agente, aquele que aciona a memória para empreender ações e que é responsável pela resposta criativa aos problemas práticos. O “eu” está sempre “atrás do palco” e precede a consciência. O “me” funciona como uma espécie de controle social, que age como coletor das informações e conteúdos da sociedade para que seja utilizado pelo “eu”. Pode-se dizer que o “eu” é crítico e criativo, ao passo que o “me” é conservador na medida em que convoca as regras sociais internalizadas nas interações sociais para controlar o “eu”. Tal

processo se dá de forma simultânea e dialética, fazendo com que a experiência social seja internalizada, significada e utilizada em ações consecutivas. É nessa dinâmica simbólica e cognitiva que se conforma o *self* e conseqüentemente a consciência e o ato social.

Logo, na constituição do *self*, a presença do outro, considerado parceiro de interações, é fundante de todo o processo de instauração de uma consciência. As pessoas interatuam consigo mesmas, mas dependem de uma resposta do outro. “O indivíduo ‘adota’ o papel do outro para a regulação de sua própria conduta. O homem é essencialmente um animal adotador de papéis” (MEAD, 1993, p. 34, tradução nossa). Na medida em que o sujeito da ação empreende a ação, o seu parceiro de interação fornece uma resposta que serve para completar essa ação. Isso se dá porque o sujeito da ação internaliza essa resposta e empreende uma nova ação reformulada pela resposta. Mead acredita que essas interações só são possíveis graças a um tripé de elementos constitutivos, que envolvem o *gesto* de um indivíduo com a *reação* desse gesto e a complementação do *ato social*.

Fundamentado nesses pressupostos, Honneth busca avançar em direção a uma teoria do reconhecimento que preenchesse a lacuna deixada por Hegel, buscando compreender como se instauram os processos de formação de uma consciência intersubjetiva. Todavia, a contribuição de Mead não se limita a esse ponto. Como um segundo passo, Mead aponta para o desenvolvimento de um “me” que incorpora não apenas a posição do outro, mas um conjunto de expectativas ancoradas nas normas sociais. O horizonte de expectativas normativas atuaria como o “outro generalizado”. “Aqui a pessoa não adota simplesmente o papel do outro específico; e sim o de qualquer outro que participe nas atividades comuns; generalizando a atitude de adoção de papéis” (MEAD, 1993, p. 37, tradução nossa). Assim, a partir dessa internalização do horizonte de expectativas normativas, os sujeitos alcançam suas identidades de membros aceitos por uma coletividade e portanto reconhecidos, passam a conhecer seus direitos e a cumprir seus deveres, de forma a estarem seguros do valor social da suas identidades.

O reconhecimento no direito é a incorporação da regra comunitária na própria ação e o entendimento do outro como detentor do mesmo direito. Entretanto, esse reconhecimento apenas confirma os sujeitos como membros de uma coletividade, sem considerar o “sujeito biograficamente individuado” (HONNETH, 2003, p. 139). Para tanto, seria necessário distinguir uma terceira forma de reconhecimento que aponte para a valoração das individualidades. Esse é um movimento teórico de diferenciação de três âmbitos de reconhecimento também feito em Hegel e mais à frente adotado por Honneth.

Uma última contribuição de Mead à teoria do reconhecimento se localiza na identificação do “eu” como criativo e impulsionador de mudanças sociais. Se o “me” carrega as expectativas sociais e controla o comportamento dos indivíduos, o “eu” é o “receptáculo de todos os impulsos internos que se expressam nas reações involuntárias aos desafios sociais” (HONNETH, 2003, p. 140). Visto como tal, a formação das identidades não depende exclusivamente da internalização das expectativas morais de uma determinada comunidade na forma do “me”, mas de um conflito interno entre “eu” e “me” que configura uma tensão entre a vontade coletiva internalizada e as pretensões de individuação impulsionadas pelo “eu”.

A luta por reconhecimento nas esferas íntima, legal e social

As contribuições de Hegel e Mead, que caminham em grande parte de forma complementar, permitiram a Honneth traçar uma teoria ao mesmo tempo normativa, com pressupostos de intersubjetividade e pretensões empíricas. Como herança de ambos, a teoria do reconhecimento de Honneth adota como princípios a idéia de que

a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. (HONNETH, 2003, p. 155)

Em outras palavras, o imperativo da reciprocidade funciona como coerção normativa capaz de fazer com que as pretensões da subjetividade ganhem expressão social. E como a luta por reconhecimento é parte intrínseca aos processos sociais, Honneth defende a idéia de uma evolução social historicamente guiada e de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento, ancorada fortemente nas lutas moralmente motivadas de grupos sociais. Isso tem alçado formas de individuação cada vez mais amplas, sem excluir daí a questão do direito que contempla todas essas formas.

A distinção dos padrões de reconhecimento também advém da herança de Mead e Hegel. Entretanto, no intuito de estabelecer uma teoria social com propósitos empíricos que vai além desses autores, para cada âmbito do reconhecimento – amor, direito e estima social – Honneth busca traçar uma tipologia dos efeitos engendrados pelo sucesso da auto-relação e pela denegação de cada forma de reconhecimento. Ainda nessa direção, a cada etapa de reconhecimento recíproco aumenta a autonomia subjetiva do indivíduo, e a cada denegação desse reconhecimento há um tipo distinto de prejuízo intersubjetivo.

O amor representa a primeira etapa do reconhecimento e consiste naquelas relações afetivas fortes entre poucas pessoas, derivadas das relações primárias entre pais e filhos,

amizades e relações eróticas entre parceiros. É nessas relações que as pessoas se reconhecem como dependentes do outro e o reconhecimento possui um caráter de encorajamento. No bojo delas, a família é o lugar onde se instauram as relações primevas e onde criança e mãe se sentem unidas por uma experiência recíproca de dedicação amorosa.³³

A autoconfiança propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, descrita por Honneth, vai ser a base do desenvolvimento de todas as outras atitudes de auto-respeito que o sujeito desenvolve durante a vida. A partir dessa autoconfiança individual, o sujeito adquire bases para a participação autônoma na vida pública, que, por sua vez, requer outros dois tipos de reconhecimento, o legal e o da sociedade. No âmbito do direito, Honneth afirma que só chegamos a uma compreensão dos nossos próprios direitos a partir do momento em que conhecemos os nossos deveres perante o “outro generalizado”. Ao internalizarmos o entendimento de que outros membros de uma sociedade são portadores de direitos, podemos nos enxergar também como pessoa de direitos e podemos estar seguros de algumas das nossas pretensões. Esse reconhecimento recíproco leva a um comportamento em relação ao outro considerado parte da coletividade, de maneira válida, conforme quer ser reconhecido. O outro generalizado vem expresso na forma das normas sociais universalmente aceitas e regula a nossa própria ação diante do outro.

Honneth vai além de Mead e tenta explicar qual a espécie de direitos que cabe a cada um individualmente e como eles são engendrados no interior da sociedade. Para isso, ele defende que a reciprocidade desse reconhecimento legal só foi alcançada a partir de uma evolução histórica – idéia extraída de Hegel. Se antes, no direito tradicional, os sujeitos jurídicos tinham seus direitos protegidos de acordo com o *status* e a função social que desempenhavam, com o direito pós-convencional, as leis adquirem uma característica da universalidade, sem exceções e privilégios, desvinculada de simpatias ou emoções e resultado de processos puramente cognitivos. Antes, o grau de reconhecimento de direitos e estima social estavam ligados. Agora, há um desacoplamento entre o reconhecimento jurídico e a

³³ É no interior das interações sociais familiares que “a criança aprende a se conceber como um sujeito autônomo por meio da relação emotiva com outras pessoas” (HONNETH, 2003, p. 163). Honneth se ancora em alguns pressupostos da psicanálise para tratar dessa relação primária que se confunde, nos primeiros momentos, com uma espécie de simbiose entre mãe e filho. É o que Hegel chama de “ser-si-mesmo em um outro”. À medida que a dependência do bebê em relação à mãe diminui, a criança adquire a “capacidade de estar só” (2003, p. 172) e passa a desenvolver uma diferenciação cognitiva entre si, a mãe e o ambiente que a rodeia. “A criança pequena, por se tornar segura do amor materno, alcança uma confiança em si mesma que lhe possibilita estar só despreocupadamente” (2003, p. 174). Embora o bebê passe por momentos de desilusão, o medo do abandono é superado pela confiança e reconhecimento de independência estabelecida entre mãe e filho. De tal relação surge o desejo cultivado durante o resto da vida de estar junto a outra pessoa, mas reconhecendo o outro e a si mesmo como independentes. Seria uma afirmação da autonomia apoiada pela dedicação que se expressa nas relações de amor.

estima social e os direitos passam a ser aplicados a todos os sujeitos universalmente, gerando um respeito moral que deve ser exercido de maneira recíproca. Posso respeitar o outro sem contudo estimá-lo na medida em que há um saber moral sobre as obrigações jurídicas perante esse outro moralmente imputável.³⁴ “[...] Obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais” (HONNETH, 2003, p. 182). Ao contrário da estima, o reconhecimento jurídico não tolera nenhuma gradação. Ou seja, estima-se mais ou menos, mas determinado direito não pode ser adquirido apenas em parte, ou excessivamente. Tem-se ou não direitos.

A preocupação de Honneth, por outro lado, é quanto ao estabelecimento e à legitimação dessas novas regras e à autonomia dos sujeitos de decidirem sobre as questões morais. Essas decisões devem envolver indivíduos em pé de igualdade que se reúnem para estabelecer um acordo racional que beneficie legalmente a universalidade. Por um lado, ela pressupõe um saber sobre as obrigações jurídicas que temos diante das pessoas e, por outro, requer uma aplicação empírica amplamente discutida.

[...] um direito universalmente válido deve ser questionado, à luz das descrições empíricas da situação, no sentido de saber a que círculos de sujeitos ele deve se aplicar, visto que eles pertencem à classe das pessoas moralmente imputáveis. Nessa zona de interpretações da situação referidas à aplicação, as relações jurídicas modernas constituem, como veremos, um dos lugares em que pode suceder uma luta por reconhecimento. (HONNETH, 2003, p.186)

De tal modo, luta-se por interpretações favoráveis da lei que promovam o reconhecimento de um determinado grupo. Essa luta pode dar origem a um processo de extensão das propriedades universais de maneira a ampliar os direitos a um número cada vez maior de indivíduos, alguns até então excluídos desse processo e das considerações jurídicas. Dessa forma, a luta por reconhecimento se constitui em torno dessa ampliação, impulsionada por experiências de desrespeito. Mediante o sentimento de privação de direitos e exclusão de algo que pretende ser universal, os sujeitos empreendem lutas por reconhecimento de modo a buscarem esse reconhecimento jurídico denegado.

Se na luta por reconhecimento no âmbito privado o grande ganho é a autoconfiança dos sujeitos, no âmbito legal o reconhecimento dos sujeitos pela lei, além de gerar respeito cognitivo e garantir a integridade social dos indivíduos, ainda os leva a uma construção intersubjetiva de auto-respeito. Cria-se uma consciência de poder respeitar a si próprio, porque o sujeito merece o respeito de todos os outros. Dessa maneira, os sujeitos – tidos como parte dessa coletividade jurídica – não apenas adquirem a possibilidade de reclamarem

³⁴ Imputabilidade moral é um termo jurídico que, *grosso modo*, pode ser explicado como a condição e a possibilidade de as pessoas responderem juridicamente por seus atos.

direitos como também percebem que lhes é dado um meio de expressão simbólica que pode alcançar efetividade social.

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de auto-respeito. (HONNETH, 2003, p. 197)

A última observação que Honneth faz sobre a segunda dimensão do reconhecimento é que ela se faz de difícil verificação empírica, na medida em que se torna observável apenas a partir de sua negação. Apenas quando se observa a privação de determinados direitos é que se percebem as possíveis conseqüências que esta denegação e recusa podem causar aos sujeitos. Honneth (2003) entende que a falta de auto-respeito seria o principal prejuízo gerado aos sujeitos.

O terceiro e último tipo de reconhecimento elencado por Honneth é a estima social, derivada da subdivisão do conceito de respeito (respeito aos direitos universais e estima social). Enquanto a primeira se encontra formalizada por meio das leis que buscam a universalidade, a segunda forma de respeito se refere a uma comunidade de valores na qual a compreensão daquilo que é relevante, bom ou merecedor de estima é definida por um referencial valorativo compartilhado por tal comunidade. Valores determinados culturalmente orientam julgamentos acerca das características dos sujeitos no que se refere às capacidades e realizações que possam colaborar para implementar tais valores. Trata-se de avaliar se aquilo que é peculiar aos indivíduos pode contribuir de alguma forma para o alcance de objetivos comuns.

A estima social, assim como as outras formas de reconhecimento, existe de maneira intersubjetiva, diante do outro que me reconhece e daquele que eu reconheço. Entretanto, diferentemente do reconhecimento jurídico, a estima social se volta para as propriedades individuais e contribuições dos sujeitos para a coletividade. Significa reconhecer as diferenças existentes entre as pessoas, sem perder de vista a universalidade. O valor está exatamente naquilo que a distingue biograficamente das outras pessoas e não naquilo que as iguala, como é feito no direito.

Para Honneth, à medida que o horizonte de valores se amplia e se diversifica, abarcando cada vez mais a pluralidade de valores, as relações tendem a se tornar simétricas, eliminando dessa forma as hierarquias sociais. Entretanto, pode ser que esse horizonte de valores mantenha hierarquias se ele engessar o sistema de valores e considerar algumas características valorosas e outras não. Esse é o foco da constante luta por reconhecimento no

âmbito da estima social: engendrar novos valores e novas interpretações de modo a incluí-las no horizonte de valores de uma determinada comunidade e fazer com que elas, de alguma maneira, contribuam para as finalidades sociais.

[...] quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social, ou mais precisamente, a reputação dos seus membros. (HONNETH, 2003, p. 208)

Para alcançarem uma estima social, grupos discriminados devem promover uma redefinição da própria imagem pelos outros e pelos próprios discriminados, gerando um novo entendimento simbolicamente compartilhado. Isso significa mostrar as realizações individuais de modo a conectá-las às finalidades sociais ou a alterar as premissas básicas que guiam essas finalidades. Se o indivíduo ou grupo social que sofre o desrespeito consegue revelar o porquê de serem valorizados, pode haver uma eficiente reconstrução de um novo olhar e uma negociação de um novo sentido.

Muitas vezes, esse reconhecimento se dá, primeiramente, dentro de um grupo, indivíduos se reconhecem reciprocamente, de início, por aqueles com quem compartilham algumas idéias, valores e/ou características. Esse reconhecimento, escreve Honneth, ainda está ligado de alguma forma ao modelo dos estamentos em que havia relações de solidariedade, honra coletiva ou orgulho de pertencimento ao grupo e compartilhamento de valores. Nos moldes de uma sociedade moderna, há que se voltar para sujeitos individuados, já que “agora o indivíduo não precisa mais atribuir a um grupo inteiro o respeito que goza socialmente por suas realizações conforme os *standards culturais* [...]” (HONNETH, 2003, p. 210). Os sujeitos biograficamente individuados passam a se reconhecer não como grupo, mas como singularidades – embora possam ou não participar de um grupo maior, de associações ou movimentos sociais. Realizações e capacidades apresentadas por eles buscam alcançar a estima social e analogamente desenvolver uma auto-estima. Em síntese, se no âmbito do amor os indivíduos desenvolvem autoconfiança e no âmbito do direito eles adquirem auto-respeito, no âmbito da estima social, os sujeitos que possuem suas identidades reconhecidas desenvolvem uma auto-estima positiva. O autor acredita que essas relações podem ser avaliadas também como relações de solidariedade na medida em que despertam a tolerância com as particularidades e um reconhecimento intersubjetivo que leva a relações mais simétricas.

A luta moralmente motivada

A associação desses três tipos de reconhecimento funciona como um modelo ideal elaborado por Honneth. A originalidade de seu pensamento está, primeiro, em associar para cada forma positiva de reconhecimento uma forma de desrespeito: a violação da integridade física seria uma forma de negação do reconhecimento no âmbito do amor, a denegação de direitos seria uma falta de reconhecimento no âmbito jurídico, e a desvalorização de modos de vida revelaria o não reconhecimento no âmbito social. Assim, a teoria crítica de Honneth conecta os três níveis de desenvolvimento da identidade individual (amor, direito e estima social) às três formas de reconhecimento intersubjetivo (autoconfiança, auto-respeito e auto-estima) e às três formas de desrespeito (violação da integridade física, privação de direitos e degradação e ofensa dos modos de vida).

O desrespeito pode ser um meio “capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (HONNETH, 2003, p. 214), na medida em que os sujeitos constroem suas identidades e se reconhecem na relação com o outro. No âmbito do amor, o não reconhecimento pode levar a maus-tratos, humilhação, falta de controle sobre o próprio corpo e, por conseguinte, a um prejuízo da autoconfiança, desenvolvida primariamente na experiência da dedicação emotiva da mãe. A falta de autoconfiança deságua na vergonha social. Já no âmbito do direito, a negação de direitos significa a negação da imputabilidade moral, ou seja, a descrença na capacidade dos indivíduos de formarem juízo moral. Os sujeitos são desconsiderados como parceiros de interação com igual valor e como indivíduos autônomos, o que pode levar a prejuízos ao auto-respeito e perda da capacidade de se entenderem como sujeitos de direitos e de igual posição. Por fim, no âmbito da estima, se determinadas formas de vida são desvalorizadas, esse menor valor pode ser internalizado pelos sujeitos excluídos e eles próprios passam a se desvalorizar, sendo impelidos a desenvolverem uma auto-estima negativa.

O segundo ponto de grande originalidade no pensamento do autor consiste em explicar como experiências cotidianas de não reconhecimento podem ser entendidas como uma fonte normativa e motivacional da luta contra injustiças econômicas e culturais e, em última instância, fonte para a mudança social.

Quando experiências individuais de desrespeito são entendidas como uma norma para todos os membros de um certo grupo – quando o desrespeito é experienciado epidemicamente – a potencial motivação existe para a resistência política coletiva frente as estruturas da sociedade que sistematicamente negam aos grupos o reconhecimento que eles necessitam para a auto-realização. (ZURN, 2005, p. 93, tradução nossa)

Essas lutas moralmente motivadas, geralmente engendradas no campo da estima social e do direito, podem levar a uma transformação social e a uma mudança de entendimentos acerca de minorias estigmatizadas e discriminadas. As formas de desrespeito funcionariam como motor propulsor para que experiências individuais fossem conectadas às experiências de um grupo, que, por sua vez, promoveriam uma luta social por relações ampliadas de reconhecimento e, em última análise, uma evolução moral da sociedade. Tais ações coletivas funcionam não só como meios de reivindicação, mas também como instrumentos de mobilização que fazem com que aqueles antes “paralisados” pelo próprio sofrimento passem a estabelecer novas formas de auto-relação mais positivas. Ao lutarem pela desestabilização de alguns códigos culturais que desvalorizam modos de vida, os sujeitos restituem um pouco do seu auto-respeito e da auto-estima perdida anteriormente.

Os surdos e a luta por reconhecimento

Até este ponto do trabalho utilizamos a terminologia cultura e identidade surdas sem nos determos profundamente ao seu real significado. Pode parecer estranho qualificar uma cultura ou uma identidade como surdas. É claro que se concebermos o adjetivo no sentido estrito da palavra – como falta de audição – soaria realmente intrigante imaginar uma cultura daqueles que não ouvem. A questão é que, para os surdos, a palavra ultrapassa a mera adjetivação e carrega um sentido amplo de auto-afirmação cultural. Para eles, a surdez, ao invés de caracterizar uma falta, é o elemento embrionário de uma cultura visual, que por sua vez é permeada por um modo de comunicação gestual. Não há falta. A idéia de falta é originada exatamente do paradigma da normalidade que elege um padrão e estabelece comparações e dualidades: aquele que escuta e aquele que não escuta. Se o padrão fosse inverso, seria: aquele surdo e aquele não surdo. Logo, o problema se encontra nos parâmetros de normalidade e dos binômios outrora estabelecidos. Se entendermos a questão da identidade surda como um padrão cultural, deixando de lado a idéia de deficiência e de corpo mutilado, perceberemos a riqueza lingüística de uma coletividade e uma vida cultural ativa, assim como em qualquer outro grupo lingüístico.

A identidade dos sujeitos, assim, seria conformada pelos contextos em que eles vivem e por suas histórias pessoais. No caso dos surdos, mesmo sendo construídas a partir de um rompimento com os padrões tradicionais, as identidades coletivas e individuais utilizam elementos do passado, do presente e das relações estabelecidas socialmente. Portanto, não são fixas e nem ganham vida por si mesmas.

A partir desse conceito, entendemos que não basta ser surdo para ter uma identidade surda. É preciso que os indivíduos desenvolvam um sentimento de pertença a essa coletividade e que seus contextos e histórias forneçam elementos para a constituição de um “algo em comum”. Geralmente, o grau de perda auditiva importa pouco e, embora a surdez seja biológica, a identidade dos surdos é construída socialmente. O uso ou o interesse em usar a língua gestual perfazem a linha condutora da identidade surda. Em nossa pesquisa, parte do material empírico diz respeito exatamente aos embates discursivos travados entre surdos que aceitam a Libras e os que não aceitam. Isso demonstra claramente que não há um compartilhamento de identidades. É comum encontrarem-se muitos surdos adeptos das ideologias oralistas que desenvolvem preconceitos diante da língua de sinais. Muitos atores sociais seguem a lógica do sistema social vigente. São definidos, muitas vezes, pelas expectativas dos outros e permanecem controlados por instituições sociais (MAIA, 1999, p. 15).

Dessa maneira, embora a herança do oralismo ainda esteja viva juntamente com suas idéias de correção da surdez, de medicalização e de deficiência, aos poucos essa visão vem sendo substituída pelos conceitos do multiculturalismo, que “[...] expressam a existência, no interior de uma mesma comunidade política, de diferentes grupos sociais que desenvolvem práticas, relações, tradições, valores, identidades culturais (coletivas e individuais) distintas e próprias. [...] Trata-se de afirmar, como direito básico e universal, que os cidadãos têm necessidade de um contexto cultural seguro para dar significado e orientação a seus modos de conduzir a vida” (COSTA; WERLE, 2000, p. 207).

Identidade e cultura se constituem de forma entrelaçada uma à outra. Observa-se, entretanto, que o caminho a ser percorrido nessa constituição nem sempre se dá de forma direta e espontânea. Isso porque o modelo comunicacional e educacional adotado em relação a uma criança surda é sempre uma decisão dos pais, e essa definição produz efeitos diretos na constituição das identidades dos surdos. Assim, a forma como os surdos apreendem o mundo e se localizam dentro dele é, na maioria das vezes, definida por outrem. Isso explica porque alguns surdos rejeitam a língua de sinais e outros não. Mesmo quando adultos, a opção de participarem ou não de um grupo lingüisticamente diferente que se comunica pela língua de sinais é influenciada por essa escolha feita na infância. Alguns surdos têm a oportunidade de se comunicarem por meio dos sinais desde crianças, outros são proibidos pelos pais. Quando crescem, estes podem escolher entre uma vivência fora ou dentro da comunidade lingüística dos surdos sinalizados, escolha de conduz aos processos de identificação. Dentro desse grupo que constitui uma minoria lingüística e a partir do entrelaçamento entre as experiências particulares dos indivíduos e a coletividade surgem os processos de construção intersubjetiva,

em que as experiências compartilhadas são fontes para novos padrões de identificação. Por outro lado, a escolha pode ser outra, guiada pelos padrões do ouvintismo.³⁵

Diante disso, é preciso esclarecer, primeiro, que a desvalorização dos modos de vida dos surdos se dá a partir de referenciais valorativos implícitos em uma dada comunidade. Assim como já dito em Honneth ao tratar do âmbito da estima social, aquilo que é relevante, bom ou merecedor de estima é definido por um conjunto de valores compartilhados e determinados culturalmente que orientam julgamentos sobre os sujeitos e sobre suas possíveis contribuições àquele projeto guiado pelo horizonte de valores. Da mesma forma que Honneth (2003), Taylor (1997) e Souza (2006) investem nessa idéia ao afirmarem que existe uma hierarquia de valores implícita e auto-evidente que guia as relações sociais e que viver no âmbito desses horizontes valorativos é constitutivo do agir humano. O grande esforço de Taylor (1997) é evidenciar em que se baseia o nosso entendimento de bem, como se constitui essa hierarquia moral que faz dos direitos algo insuficiente para garantir a igualdade social, como se constituem os referenciais valorativos que delimitam quem é e quem não é merecedor de respeito, ou seja, de dignidade. Para tanto, ele parte de uma perspectiva histórica que culmina nas relações modernas, cujo centro é o Estado e o mercado, responsáveis por exaltar o valor do mérito pessoal, da competição e da eficácia. Jessé de Souza (2006) incorpora o paradigma de Taylor e acrescenta a questão da internalização dos valores para explicar o problema das desigualdades brasileiras. Assim, faz-se relevante olhar para a dimensão moral que comporta as lutas por reconhecimento em nossa pesquisa.

Visto por esse ângulo, aquilo que desvaloriza os modos de vida dos surdos não está ligado diretamente ao atributo da surdez, mas às relações construídas em torno dela e que se guiam por esse horizonte de valores. Goffman (1988) já havia atentado para a questão, conforme discutido no Capítulo 1, em seu estudo sobre os estigmas. Contudo, cabe acrescentar a relevância de se voltar para o pano de fundo moral que guia os processos de estigmatização. Não é apenas uma questão de estigmatização, mas uma concepção moral que perpassa as relações sociais.

Outro ponto importante para a pesquisa em questão é a discussão sobre as identidades. É preciso reforçar que não abrimos mão da concepção de identidade entrelaçada com a idéia de reconhecimento (TAYLOR, 1992; HONNETH, 2003), noção bastante criticada por alguns autores (FRASER, 1997, 2003; EMCKE, 2000; TULLY, 2000; MCBRIDE, 2005). Para

³⁵ Ouvintismo, segundo Skliar (1998a, p. 15), “é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte. Nessa perspectiva é que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas”.

Fraser³⁶ (2003), a falta de reconhecimento nem sempre gera prejuízos à auto-estima, ao auto-respeito e à autoconfiança. O não reconhecimento, para ela, é uma questão de justiça social e de privação ou subordinação de *status*³⁷ de alguns sujeitos por outros. Essa privação advém de uma institucionalização de padrões culturais cristalizados e baseados nas tradições de grupos dominantes, e a luta por reconhecimento consiste, então, em uma luta por participação igualitária nas definições dos direitos e políticas públicas, e não em uma luta por valorização de identidades e auto-realização. Fraser (2003) acredita que os prejuízos são de outra natureza e dizem respeito ao impedimento que os sujeitos têm de participarem de maneira igualitária em sociedade. Para outros autores (EMCKE, 2000; TULLY, 2000; MCBRIDE, 2005),³⁸ há certo receio de que a Teoria do Reconhecimento conduza ao entendimento de que as identidades são essencializadas e que perfazem uma unidade imutável. O perigo estaria na idéia de que a luta por reconhecimento se restringe a uma luta pela valorização das diferenças. Ao levantarem essa bandeira, alguns grupos passam a considerar apenas uma determinada característica como valorosa, sem considerarem que as identidades passam por processos sociais e estão em constante modificação.

³⁶ Em uma primeira crítica, anterior a essa e menos elaborada, Fraser (1997) acusa Honneth de ser negligente em relação às disparidades econômicas como formas de não-reconhecimento e de injustiça social. Para ela, a questão do reconhecimento deve ser vista sob a forma de injustiças, subdivididas em injustiças culturais e injustiças econômicas. Grupos e sujeitos lutam por políticas mais justas de redistribuição e reconhecimento, dando ênfase a um ou a outro aspecto, freqüentemente. No âmbito da luta por reconhecimento cultural, muitos deles buscam desconstruir as identidades atribuídas e reafirmar seus modos próprios de vida, conformados em identidades muitas vezes estigmatizadas. Fraser (1997) propõe várias estratégias, que chama de remédios, para superar não somente os dois tipos de injustiças, mas principalmente as suas causas. Tais remédios sempre devem olhar para os dois tipos de injustiça de forma bivalente. Isso significa olhar para os tipos de subordinação enfrentados pelos grupos e para os tipos de estratificação social que levam às injustiças culturais e econômicas.

³⁷ Nesse sentido, o *status* não significa prestígio social, mas um respeito garantido legalmente.

³⁸ Rocha (2007) defende que as identidades não podem ser consideradas um fim em si mesmas, mas que o “eu” e o “nós” são construídos no curso das interações. Emcke (2000) defende que as identidades culturais não são escolhidas voluntariamente, mas sim construídas socialmente. Nessa dinâmica social, são estabelecidas diferenças e limites, configurados historicamente e profundamente enraizados em hierarquias morais. Não só a construção de suas próprias identidades é feita de maneira socialmente compartilhada, como também o modo como as pessoas são vistas e “agrupadas” pelas outras. Sendo assim, o reconhecimento visa não fixar uma determinada identidade, mas possibilitar que esta tenha espaço para se desenvolver se transformar. James Tully (2000) também rejeita a idéia das identidades essencializadas e afirma que a luta por reconhecimento, se entendida apenas como valorização das diferenças, pode colaborar com essa visão. Ele defende que o reconhecimento não deve ser um fim a ser alcançado, mas um estado provisório de um processo contínuo e intermitente. As identidades mudam ao longo desse percurso de negociações de sentido, próprio da dinâmica do reconhecimento, e fazem com que as identidades dos envolvidos também passem por processos de transformação. McBride (2005), em crítica endereçada apenas à obra de Taylor, alega que as políticas de reconhecimento têm como foco apenas a valorização de determinadas identidades e formas de vida, não aceitando divergências e negociações a respeito destas. A ortodoxia dessas políticas levaria a um fechamento desses grupos neles mesmos, o que minaria qualquer chance de negociação. Não havendo negociações e trocas de sentido, a luta por reconhecimento intersubjetivamente motivada perderia a razão de ser. Pois, sem a perspectiva relacional que envolve o “outro parceiro de interação”, haveria apenas uma imposição e não um reconhecimento real.

Entendemos que considerar uma condição de intersubjetividade na luta por reconhecimento é entender que ela está diretamente vinculada à constituição dos sujeitos. Dessa maneira, os prejuízos oriundos da falta de reconhecimento devem ser vistos como algo que afeta sobremaneira as subjetividades, no sentido de ameaçar o desenvolvimento da autoconfiança, do auto-respeito e da auto-estima, além da dignidade dos sujeitos. A conexão entre moralidade e identidade feita por Taylor (1997) auxilia no entendimento de que nossa identidade, construída intersubjetivamente, é ancorada em uma hierarquia moral que eleva ou desvaloriza modos de vida. Portanto, não basta garantir uma paridade na participação por meios legais. Também não é suficiente conferir um *status* autônomo e não subordinado que possibilite aos sujeitos essa participação. Mesmo com tudo isso, os prejuízos morais derivados das três formas de desrespeito (violação da integridade física, privação dos direitos e desvalorização dos modos de vida distintos) são suficientes por minar toda e qualquer oportunidade de participação.

Também não desconsideramos a questão das injustiças econômicas e simbólicas apontadas por Fraser, todavia, optamos por nos guiar por uma perspectiva que inclui a constituição das identidades. Para o nosso trabalho, essa é uma questão vital, que trata não só da desvalorização dos modos de vida, como também torna latente possíveis prejuízos à auto-realização dos sujeitos nos diversos âmbitos. Conforme já dito, são inúmeras as narrativas de surdos que relatam uma grande “libertação” ao encontrarem a cultura surda e ao se desvencilharem das amarras do oralismo. Isso vai além das questões de injustiças simbólicas e perpassa o âmbito da auto-realização. A experiência de ser reconhecido, relatada pelos surdos, alcança uma dimensão que ultrapassa injustiças simbólicas e os conecta de modo a motivar uma luta por reconhecimento. Além disso, a separação feita entre economia e cultura, proposta por Fraser, tende a ser por demais esquemática e refletir pouco os aspectos empíricos. As duas dimensões, mesmo no caso dos surdos, são indissociáveis, e ambas são guiadas por uma hierarquia de valores socialmente constituída e amplamente enraizada no tecido social.

É claro que concordamos com algumas das críticas acima apresentadas que tratam dos riscos de uma essencialização das identidades. Entretanto, conforme já dissemos, incluir a Teoria do Reconhecimento nessa crítica seria negar a perspectiva que lhe é mais cara: a dinâmica intersubjetiva de constituição das identidades. Se a teoria parte de uma perspectiva relacional, as identidades estão sujeitas a constantes mudanças, não sendo possível essencializá-las. O nosso entendimento aqui não é de uma valorização das diferenças, mas de aberturas de terrenos possíveis onde as identidades possam ser negociadas e onde os surdos

sinalizados tenham a oportunidade de exporem suas razões e assim lutarem para fazerem reconhecidos os seus entendimentos de bem viver.

Um terceiro ponto que merece atenção é a amplitude e o alcance da Teoria do Reconhecimento, que não apenas inclui as particularidades dos sujeitos e suas relações intersubjetivas, como também o seu lugar na dinâmica social, o papel dos conflitos e a evolução social. Essa ampla dimensão procura edificar uma ponte entre o sujeito e a evolução moral da sociedade, que vai dos mais profundos sentimentos de injustiça até a dimensão política que busca alterá-los. Isso vai ao encontro dos nossos propósitos de tratar a questão da identidade surda e do uso da língua de sinais como questões conflituosas, que geram profundo desrespeito e desvalorização dos sujeitos e que mobilizam os sujeitos na luta por reconhecimento moralmente motivada. É plausível e adequado nos apropriarmos dessa teoria também para tratar da mobilização engendrada pelo movimento social dos surdos, na medida em que se organizam mediante o compartilhamento de experiências de injustiças e desvalorização. Tal movimento, conforme explorado no Capítulo 1, busca imprimir um horizonte normativo diferente, que contemple suas diferenças e especificidades e que os reconheça nos vários âmbitos da vida, além de procurar engendrar novos valores e novas concepções de maneira coletiva. Isso não exclui a pluralidade e heterogeneidade interna dos movimentos sociais e nem a relevância dos sujeitos individuados que lutam por reconhecimento fora de organizações. Além disso, tal marco teórico justifica a nossa escolha do material empírico que comporta o *site* de uma associação de surdos, que fala em nome de uma coletividade, e os fóruns do Orkut, onde os sujeitos ordinários falam por si mesmos, embora possam representar demandas coletivas. Pode-se dizer de uma aplicabilidade empírica, que de alguma maneira é proposta pela obra de Honneth, mas que não é feita de maneira tranqüila porque estamos tratando aqui de pressupostos filosóficos que nem sempre são de fácil aplicação.

Além disso, o fato de considerarmos os movimentos sociais na luta por reconhecimento, mais especificamente as associações, significa ponderar sobre os possíveis efeitos que podem decorrer deles, tais como aqueles apontados por Warren no Capítulo 1. Dessa maneira, a luta por reconhecimento também se conecta em alguma medida aos efeitos democráticos que incidem sobre os cidadãos, tais como autonomia individual e política, e os efeitos de esfera pública, tais como a representação das diferenças e possibilidades de participação nos debates, o que pode levar à mudança de entendimentos. Essa última perspectiva, ligada fortemente aos ideais deliberacionistas, pode contribuir com a nossa pesquisa, na medida em que consideramos a luta por reconhecimento na Internet como

discussões políticas que podem levar à deliberação. Dessa forma, a luta por reconhecimento se entrelaça com a perspectiva associativa e com a perspectiva individual e em busca de maior participação em oportunidades de alterar o horizonte de valores, além de questões do âmbito do direito.

Outra vantagem de nos orientarmos por essa teoria é o entrelaçamento dos três âmbitos do reconhecimento. Muito já se falou neste trabalho sobre os surdos, sua cultura, sua língua, seus conflitos internos. Diante do que foi exposto, é possível extrair experiências de desrespeito que perpassam os três âmbitos: íntimo, jurídico e social. O bebê que é poupado do afeto sonoro pelo simples desconhecimento dos pais de que ele pode ser surdo; a criança surda que é proibida de usar língua de sinais em casa e que muitas vezes é alvo da decepção dos pais; as leis e as escolas que não contemplam as especificidades dos surdos; os métodos educacionais que negam a Libras. Esses são alguns exemplos que nos fazem olhar para a luta por reconhecimento dos surdos de maneira a considerar os três âmbitos de maneira indissociável.

Por fim, e não menos importante, a luta por reconhecimento se lança à tarefa de contestar os prejuízos morais sofridos nas biografias dos sujeitos. Dessa maneira, a própria história de vida de cada um que sofre denegação de reconhecimento está em questão, de maneira compartilhada ou não. Por si só, a luta por reconhecimento está intimamente ligada às histórias de vida expressadas ou não. É essa conexão que lança luz ao nosso problema de pesquisa, que trata de investigar o lugar do testemunho nessa luta por reconhecimento e o potencial que ele carrega de revelar premissas de bem viver.

2.2 Os testemunhos: histórias de vida transformadas em narrativas políticas

Recentemente, alguns autores (YOUNG, 1996, 2002; POLLETTA, 1998a, 1998b, 2006; BLACK, 2008) têm tratado da relevância dos testemunhos³⁹ em contextos políticos, principalmente como meio para ampliar a inclusão de sujeitos outrora excluídos nos debates. Antes de nos debruçarmos sobre esses estudos, vamos definir de maneira mais concisa o que entendemos por testemunhos.

³⁹ A questão dos testemunhos nas discussões políticas geralmente é tema discutido por teóricos deliberacionistas. Nesta dissertação nos apropriaremos de alguns desses trabalhos para explicar a luta por reconhecimento. Além disso, ao considerarmos os discursos empreendidos nos *sites* e no Orkut sobre a surdez, levamos em conta a característica política dessas expressões. Os próprios fóruns do Orkut são tratados, conforme discutido no Capítulo 3, como conversações políticas que podem funcionar como momentos que antecedem oportunidades de deliberação.

Até este ponto da pesquisa, vários foram os termos utilizados para fazer referência aos testemunhos: relatos, histórias de vida, narrativas, narrativas autobiográficas, contar histórias, dentre outros. Tantos termos empregados como sinônimos são passíveis de suscitar questionamentos e dúvidas sobre seu real significado. Cabe aqui especificar com mais precisão o que entendemos por testemunho e o que exatamente pretendemos extrair do nosso material empírico no momento da análise. Tal definição se apresenta uma construção sobremaneira complexa na medida em que o termo é utilizado em vários campos do conhecimento, tais como a história oral, a literatura, a psicologia, os estudos jurídicos, dentre outros. Não temos a pretensão de alcançar todas as áreas de estudo e nem ao menos desenvolver com profundidade o tema em cada uma delas. O esforço aqui é fazer uma sistematização da utilização do conceito de testemunho nas distintas áreas e apreender destas alguns elementos e características que possam nos auxiliar na formulação de uma acepção de testemunho que nos oriente na pesquisa em questão.

2.2.1 Em busca de uma definição para o testemunho

Como já foi dito, são inúmeras as áreas que se interessam pelo estudo dos testemunhos, e cada uma delas define e trabalha com eles de maneira distinta. Seligmann-Silva (2006) enumera algumas dessas apropriações do termo. Para a Teologia, os testemunhos são formas de afirmação e revelação da fé. Já a Psicologia aborda o tema do ponto de vista comportamental da narrativa da situação traumática, onde os pacientes trabalham a recuperação da memória por meio dos testemunhos, assim como a Psicanálise, que tem o testemunho como central nos momentos de análise. Na Filosofia, segundo o autor, o testemunho tem valor tanto na teoria da percepção quanto nos estudos dos atos de linguagem testemunhais, dentre outras abordagens inspiradas em autores como Walter Benjamin, Lévinas e Paul Ricœur. Além destas, a estética, o campo jurídico, a história oral e a literatura são áreas que também trabalham com a temática.

Para alcançarmos uma definição de testemunho que nos satisfaça nesta pesquisa, antes de discutirmos o emprego do termo em algumas áreas realizamos uma busca dos significados da palavra em dois dicionários.⁴⁰ Segundo o *Dicionário Aurélio* (1999), testemunho é: “1. A declaração ou alegação duma testemunha em juízo; depoimento”; “2. Prova, testemunha”; “3. Indício, vestígio”. Além destas, o *Dicionário Houaiss* (2001) traz também as seguintes definições: “3. afirmação fundamentada; depoimento, comprovação”; “4. o que indica a

⁴⁰ Não apresentamos todas as definições do Dicionário, apenas aquelas que julgamos pertinentes à pesquisa.

existência de (algo)”; “5. ação de certas faculdades que nos conduzem ao conhecimento da verdade”. Em relação ao verbo testemunhar, no *Dicionário Aurélio* encontramos: “1. Dar testemunho acerca de; declarar ter visto, ouvido ou conhecido; testificar; testar”; “2. Confirmar, comprovar, demonstrar”; “3. Ver, presenciar”; “5. Confirmar, comprovar, demonstrar”; “7. Dar testemunho; servir de testemunha”; “8. Dar testemunho acerca de algo; confirmá-lo”.

Percebe-se um forte enraizamento do significado do termo na área jurídica, na medida em que expressa a idéia de um cenário de tribunal, com provas e depoimentos de pessoas que alegam ter presenciado determinado fato. Para Seligmann-Silva (2006), a origem do termo, realmente tem raízes na cena jurídica. Ao descrever o primeiro tribunal de que se tem notícia na história,⁴¹ o autor discute alguns significados do testemunho derivados do direito: “prova”, “depoimento”, “evidência” e “convencimento”. Entendido como prova ou evidência, o testemunho funcionaria como alguém que atesta uma verdade, confirmando que viu ou presenciou algum fato. Essa confirmação se daria na forma de um depoimento, e o olhar seria o principal sentido invocado no testemunho. Em outras palavras, há um vínculo entre o ato de testemunhar e o de ver, invocando uma proximidade e uma primeiridade entre pessoa e fato. Outro sentido da palavra seria o de convencer alguém no tribunal: “levar alguém a reconhecer com base em evidências que algo é verdade, correto, necessário” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 77).

Baseado em um resgate etimológico, o autor ainda prevê mais outros dois sentidos para o termo. O primeiro deles seria o testemunho como uma terceira pessoa, aquela que vê, mas não participa, e que ao testemunhar acaba por desenvolver um julgamento que favorece uma ou outra pessoa. O segundo seria o testemunho como alguém que participou de alguma situação – que geralmente é uma tragédia – e que sobreviveu a ela. O sobrevivente não apenas viu, como também “sentiu na pele” aquela experiência e, ao dar o seu testemunho, invoca suas recordações para contar essa tragédia.

Seligmann-Silva (2006) faz todo esse resgate do conceito de testemunho para discutir, na verdade, um tipo de literatura que surgiu por ocasião das ditaduras latino-americanas e do holocausto dos judeus e que ganhou o nome de literatura de testemunho. Antes de avançar na discussão, vale enfatizar o entendimento que ele adota do conceito de testemunho para esta literatura:

⁴¹ Seligmann-Silva (2006) descreve o célebre tribunal da mitologia grega, presente na tragédia *Eumênides*, onde o desfecho é dado pelo voto da Deusa Minerva.

[...] minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles se relacionam também de modo conflitivo. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível, entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 82)

A literatura de testemunho⁴² é entendida, em geral, como um vínculo entre a produção literária e o resgate da história contemporânea, que origina textos que têm como base as histórias de vida de pessoas, mas que não necessariamente são uma biografia ou uma historiografia (MARCO, 2004; SELIGMANN-SILVA, 2006). Eles estão ligados à história contemporânea por terem como marco o cenário do holocausto dos judeus e as ditaduras militares latino-americanas. Os dois momentos históricos mencionados são definidores de dois tipos de literatura de testemunho que diferem exatamente pelo tipo de experiência vivida. No âmbito europeu e norte-americano a literatura se desenvolveu com base no trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e em torno de *Shoah*.⁴³ Para Selligman-Silva (2006), esses estudos são exemplos da utilização do testemunho em dois sentidos acima discutidos: a) presenciar um fato e depor sobre aquele fato, exercendo assim a capacidade de julgar; e b) sobreviver ao fato presenciado e experienciado. Incluem-se aí aqueles relatos dos sobreviventes sobre as experiências pessoais e as presenciadas, mas vividas por outras pessoas. A justificativa é de que muitos não sobreviveram para contar e que por isso se faz necessário que alguém conte por eles.

Na América Latina, a literatura de testemunho tem como ponto de partida a experiência histórica das ditaduras, da exploração econômica, da repressão das minorias étnicas e de gênero. Surgiu nos países de língua espanhola nos anos 1970 e, diferentemente dos estudos de *Shoah*, na América Hispânica a reflexão gira em torno da função testemunhal da literatura como conceitualização de um novo gênero literário conhecido como *literatura de*

⁴² Segundo Marco (2004), a natureza deste tipo de literatura seria a *mimeses*, ou seja, a imitação ou representação do real. Nesse sentido, a literatura tenta imitar ou representar o real por meio dos testemunhos de vida das pessoas que viveram esses períodos da história.

⁴³ *Shoah* é uma expressão que significa “catástrofe” e que é utilizada para designar o genocídio perpetrado pelos nazistas e seus aliados contra os judeus. É conhecida também como holocausto. A reflexão sobre *Shoah* tem como base a história de vida dos sobreviventes do holocausto e hoje consolidou um campo de pesquisa interdisciplinar, que reúne a psicanálise, a história, a sociologia, a filosofia e os estudos literários. Nesse contexto, o discurso testemunhal é fortemente marcado pela idéia de catástrofe e de trauma. “A matéria do testemunho trata exatamente das impossibilidades de reconstrução da harmonia perdida, da destruição de parâmetros de estruturação social, da perda de referenciais de identidade, da perda da confiança no mundo” (MARCO, 2004, p. 54). O testemunho funciona como a) um impulso para se livrar da carga pesada da memória do mal passado; b) dívida de memória para com os que morreram; c) ato de denúncia; e d) legado para as gerações futuras (SELLIGMAN-SILVA, 2006). Dentro da literatura de testemunho de *Shoah* é possível distinguir duas tendências (MARCO, 2004). Uma primeira, hegemônica, se restringe à produção dos sobreviventes e recusa qualquer aproximação com a ficção/estética por acreditar que é impossível associar a barbárie à ficção. Seria impossível representar o horror. A segunda, ao contrário, privilegia as questões literárias e estéticas de maneira crítica e reflexiva.

testimonio.⁴⁴ A “política da memória”, que também é encontrada nas produções de *Shoah*, nesta corrente “ganha um peso muito mais de política partidária do que cultural” (SELLIGMAN-SILVA, 2006, p. 89) e assume características de uma luta de oprimidos contra o sistema vigente. A luta pela justiça e pela verdade e o orgulho da conquista de uma voz pelos outrora oprimidos são algumas das características dessa literatura.

A *literatura de testimonio* se divide em duas tendências. A primeira delas inclui textos construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos e visa registrar e interpretar a violência das ditaduras latino-americanas. Na outra, o testemunho normalmente é recolhido por algum letrado que escuta aquele que não sabe escrever, mas que teve sua vida marcada por algum momento importante da história. Eles teriam assim a função de mostrar um contraponto à história hegemônica. Como explica Marco (2004), do convívio, no livro, de dois discursos – o do editor e o da testemunha –, brotariam as tensões que configurariam o perfil literário do texto. Estas tensões se dariam entre o fictício e o factual, entre literariedade e literalidade, entre a linguagem poética e a prosa.

Segundo Marco (2004), a definição mais adequada para o testemunho está na reflexão do escritor Manuel Galich, da primeira tendência:

[...] é diferente da reportagem, da narrativa ficcional, da pesquisa e da biografia. O testemunho difere da reportagem porque ele é mais extenso, trata com mais profundidade seu tema, deve apresentar uma qualidade literária superior e não é efêmero como a reportagem que se vincula à publicação em veículos periódicos. Distingue-se da narrativa ficcional, porque descarta a ficção em favor da manutenção da fidelidade aos fatos narrados. Afasta-se da prosa investigativa, na medida em que exige o contato direto do autor com o ambiente, fatos ou protagonistas que constituem sua narração. O testemunho é diferente da biografia porque, enquanto esta escolhe contar uma vida por seu interesse de caráter individual e singular, aquele reconstitui a história de um ou mais sujeitos escolhidos pela relevância que eles possam ter num determinado contexto social. (MARCO, 2004, p. 50)

Ainda assim, o autor não especifica com clareza o que seriam os testemunhos. Seligmann-Silva (2006) acredita que os *testimonios* da literatura hispano-americana estão mais ligados ao sentido de ver, presenciar, julgar e certificar a verdade dos fatos. Diferentemente de *Shoah*, em que a voz do sobrevivente é de extremo valor. Ele adota também a definição de John Beverly, que considera o *testimonio* uma narração contada em primeira pessoa gramatical, por um narrador que é ao mesmo tempo protagonista do seu

⁴⁴ Embora o Brasil tenha participado menos das produções da literatura de *testimonio*, podemos citar o escritor Ferreira Gullar com sua poesia engajada e seus anos de exílio que geraram algumas obras de memória.

relato. “O testemunho é exemplar, não-fictício e é profundamente marcado pela oralidade” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 90).

Essas são também características facilmente confundidas com as do testemunho estudado na História Oral, na medida em que esta também se pauta em grande parte pela oralidade, pelo resgate histórico e pela memória. O que difere os testemunhos da História Oral dos da literatura de testemunho é essencialmente a ausência de uma abordagem literária e o objetivo final da coleta desses relatos. Como a História Oral é um procedimento metodológico que busca registrar diferentes versões e interpretações da História, ela trabalha com a concepção de construção de fontes através de narrativas induzidas e estimuladas (DELGADO, 2006). Dessa maneira, consideram-se os testemunhos momentos planejados por um entrevistador, que visa, por sua vez, registrar relatos que contêm versões de determinada época.

Na História Oral os testemunhos são considerados como parte das narrativas, assim como os relatos de experiências, os registros e as biografias. Não há uma definição exata do termo, mas entende-se que ele compõe uma narrativa, que remonta a uma determinada época do passado. Mais importante do que a própria definição, para a História Oral o que interessa é considerar as contribuições dessas narrativas para a reconstituição de outra época. Dessa maneira, história, tempo e memória são processos interligados. Além disso, vale destacar outros dois princípios desta área de pesquisa. O primeiro é considerar que cada depoimento traz em si um duplo ensinamento: sobre o passado e sobre o modo como o presente influencia essa narrativa do passado (DELGADO, 2006). Ou seja, as vivências de cada depoente influenciam a forma como eles próprios contam suas histórias. O segundo é que no processar da memória estão presentes dimensões do tempo individual – vida privada, roteiro biográfico e uma subjetividade – e do tempo coletivo – social, nacional e internacional. O ato de rememorar, assim, traduz experiências individuais e coletivas, que manifestam identidades, estabelecem nexos entre passado e presente, transmite e preserva heranças cotidianas e identitárias. “A memória faz ‘um cruzamento importante entre o particular e o global, entre o indivíduo e o coletivo, entre a intimidade e a história” (DELGADO, 2006, p. 46).

Em suma, temos várias abordagens do testemunho, conforme apresentado acima. Podemos considerá-lo o ato de traduzir em palavras algum fato presenciado, servindo assim de prova, confirmação ou evidência ou como um depoimento de alguém que viveu determinada experiência. As funções são várias, tais como o resgate de novas versões da história e a configuração de identidades, conforme estuda a História Oral; a luta política e a oportunidade de dar voz aos oprimidos, conforme a literatura de *testimonio*; comprovar que sobreviveu e é

testemunha de uma barbárie do passado que gerou marcas intransponíveis, conforme a Escola de *Shoah*; e, ainda, comprovar juridicamente que presenciou determinado fato.

Diante da grande diversidade de apropriações do termo, cabe restringir a nossa forma de entendê-lo e analisá-lo. Além dos elementos fundamentais do conceito, buscamos também uma ferramenta analítica que nos auxilie na identificação destas histórias de vida no material de análise. Para a nossa compreensão, em particular, é preciso considerar onde ocorrem os testemunhos e as especificidades do meio, quem fala, para quem fala e com qual objetivo. Considerando que pretendemos verificar como os testemunhos revelam premissas de bem viver em uma luta por reconhecimento, logo, é evidente que eles são politicamente orientados e devem funcionar como um meio de defender pontos de vista. Dessa maneira, entendemos que os testemunhos são relatos de experiências de vida, experimentadas pelos próprios sujeitos que contam suas histórias e que são ao mesmo tempo narradores e protagonistas de delas. Podemos também considerar aqueles depoimentos em que a vida do narrador foi diretamente afetada por algo que ele presenciou, afinal, ele não apenas viu, mas experimentou aquela situação. O testemunho político que buscamos carrega não apenas o sentido de *presenciar, demonstrar, comprovar e declarar ter visto*, como também o de *vivenciar, julgar e depor*. Afinal, quando convocados com sentido político, os testemunhos adquirem um tom de julgamento a respeito daquela experiência vivida e um aspecto de defesa de determinado ponto de vista ou de denúncia.

Esses relatos não envolvem apenas o fato em si, mas sentimentos, impressões e reflexões geradas por esse fato. Tais testemunhos são diferentes das apresentações, descrições sobre habilidades pessoais ou constatações dissociadas das biografias, elementos comumente encontrados no Orkut.

É claro que essas biografias vão funcionar com vários objetivos, mas é importante lembrar que, no nosso recorte empírico, são particularmente relevantes aqueles testemunhos com objetivos políticos, que podem ser a luta de vozes oprimidas, a comprovação da existência de preconceito ou discriminação, uma expressão de sobrevivência a determinadas situações, a necessidade de comprovar que são “provas vivas” de determinadas ocorrências, meio para demonstrar que se vive situação parecida à de outra pessoa, dentre outros. Contar histórias de vida é, de alguma forma, um ato de rememorar o passado, próximo ou distante. Entretanto, os objetivos dessa lembrança não são históricos, mas políticos – embora acabem, em última análise, exercendo a primeira função, já que, no caso dos surdos a luta historicamente constituída é muito importante. Devemos considerar também que os depoimentos são guiados não apenas pelas experiências vividas no passado, como também

por toda a trajetória dos sujeitos, que conformam as escolhas feitas no momento da narrativa. Em outras palavras, aquela história que é contada só tem aquela estrutura e aquele conteúdo graças às escolhas que os sujeitos fazem no ato de expressá-las. Essas escolhas são influenciadas por toda a trajetória de vida desses sujeitos.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que o material que vamos analisar está disposto em um *site* institucional que representa os surdos brasileiros e no *site* de relacionamento Orkut. Logo, não é nossa pretensão esperar que as biografias sejam relatadas com começo, meio e fim, dada a especificidade do meio. Na Internet os textos são curtos, especialmente aqueles encontrados nas conversações. Como o próprio nome diz, são conversações, e não monólogos, portanto são narrativas entrecortadas por outras, que conjugam diversas modalidades tais como proposições, argumentos, testemunhos, questionamentos, ironias, julgamentos, opiniões e até mesmo ofensas.

2.2.2 Os testemunhos políticos

Agora que já delimitamos, empírica e teoricamente, o que entendemos por testemunhos, vamos discutir quais as suas principais funções políticas. Segundo Íris Young (1996, 2002),⁴⁵ contar histórias de vida em contextos de discussão política, formais ou informais, é uma forma de comunicação relevante, pois “oferece meios pelos quais pessoas, cujas experiências e crenças diferem tanto que elas não compartilham premissas suficientes para se engajarem em um frutífero debate, possam ainda assim alcançar o entendimento dialógico” (YOUNG, 2002, p. 53, tradução nossa). A não consideração de posicionamentos em um debate, ou seja, a exclusão de pontos de vista, pode ocorrer exatamente porque os participantes de um público político não compartilham suficientemente de alguns entendimentos e valores. Assim, algumas experiências podem ser mal-entendidas, desvalorizadas ou subestimadas. Nessas situações, segundo Young, argumentos isolados pouco podem fazer para garantir a consideração de determinada voz pública. Até mesmo os outros modos de expressão e narrativa, que não os argumentos propriamente ditos, são

⁴⁵ Young (1996, 2002) propõe maior inclusividade nas discussões políticas por meio da consideração de três formas comunicativas menos exigentes que o argumento, mas profundamente enraizadas nas conversações cotidianas: *greeting* (saudações), retórica e testemunhos de vida. Importante salientar que ela não exclui a relevância do argumento nessas discussões, apenas aponta formas alternativas e complementares de comunicação que podem enriquecer a discussão política. As saudações funcionariam como um convite ao debate e um reconhecimento de que o outro é merecedor de atenção. Isso levaria a maior confiança daqueles outrora excluídos de que seus posicionamentos podem ser considerados em igual medida. A segunda forma de comunicação seria a retórica, que inclui a linguagem figurativa, a emoção e expressões pouco usuais. A retórica – criticada pelos deliberacionistas por seu aspecto mais estratégico e menos racional – cumpre a função de chamar a atenção para determinados assuntos, engaja audiências e motiva o estabelecimento de julgamentos sobre os resultados da deliberação.

desconsiderados ou vistos com maus olhos, apesar de terem importante função de criar entendimentos entre os membros de uma comunidade política com muitas experiências ou suposições diferentes sobre o que é importante.

A narrativa política, entretanto, difere de outros tipos de narrativa, pois não é contada com fins de divertimento ou revelação, mas para demonstrar, descrever, explicar ou justificar alguma coisa aos outros em uma discussão política contínua. Por outro lado, “abrir a deliberação a histórias de vida legitima um tipo de discurso que é emocional, engajado e baseado em particularidades da experiência” (POLLETTA, 1998a, p. 2).

Young (2002) aponta cinco benefícios do “contar histórias” nas discussões políticas. O primeiro deles é a possibilidade de dar voz àqueles que sofrem injustiças, mas que não encontram formas de expressarem seu sofrimento. “As narrativas são freqüentemente uma ponte em tais casos entre a experiência silenciosa de estar injustiçado e argumentos políticos sobre justiça” (p. 72). Dessa maneira, os sujeitos relatam o senso de justiça publicamente, e a partir da narrativa pode haver o desenvolvimento de uma linguagem normativa que nomeia essa injustiça, a conecta a outros casos e estabelece padrões generalizáveis e busca por soluções coletivas. A segunda vantagem é a articulação de afinidades coletivas. Como dito, os membros da coletividade podem identificar-se com outros que passam pelos mesmos constrangimentos. Young (2002) chama isso de intercâmbio de narrativas, onde as pessoas explicam suas identidades e usam as biografias como meio de politizar situações, refletindo sobre o ponto em que convergem suas experiências, qual a semelhança dos problemas experienciados e quais as soluções que podem ser encontradas coletivamente. Além disso, contar histórias é, freqüentemente, o único meio para entender experiências particulares não compartilhadas anteriormente. “O testemunho freqüentemente provê uma resposta a pessoas que duvidam da legitimidade da reivindicação da necessidade ou direito” (p. 74). A autora faz questão de enfatizar que as narrativas, por si sós, não garantem legitimidade a determinada reivindicação. Apenas servem como meio para compartilhar experiências, necessidades, projetos ou problemas. Argumentos normativos gerais não devem ser preteridos em nome dos testemunhos de vida, pois são eles os responsáveis pelo processamento de questões éticas enraizadas no cotidiano das pessoas, por sustentarem determinadas reivindicações de justiça e assegurarem que elas sejam explicitadas. Outra função das narrativas é revelar a origem dos valores, das prioridades e dos significados culturais. Sendo assim, elas podem servir para explicar por que determinados símbolos e práticas têm valor para algumas pessoas e não para outras. Por fim, os testemunhos podem auxiliar na construção de um conhecimento social mais amplo, que promova mudanças de entendimento acerca de determinadas perspectivas.

As narrativas exibem conhecimentos localizados, e a combinação dessas narrativas pode produzir um conhecimento alargado sobre o outro.

Alguns autores (BENHABIB, 1996, HABERMAS, 1982, 1997; DRYZEK, 2000) afirmam que apenas por meio da força do melhor argumento é possível fazer distinções entre discursos falsos e verdadeiros e entre manipulação e consenso racional. Por exemplo, as narrativas podem ser falsas ou podem levar a estereótipos. Geralmente, esses autores fazem uma crítica não especificamente ao testemunho, mas a todas as formas alternativas de comunicação propostas por Young (1996, 2002). Seyla Benhabib (1996), por exemplo, defende que apenas podemos fazer essas distinções se aplicarmos alguns padrões de justiça e imparcialidade para julgar a maneira pela qual as opiniões foram levadas em conta, ou seja, por meio da linguagem pública das instituições e legislaturas. Ela diz que esses modos de comunicação – *greeting*, retórica e testemunho – são irracionais, arbitrários, superficiais e passíveis de serem estrategicamente manipulados a fim de conquistarem o consentimento do outro sem passarem pelo crivo da razão. Benhabib (1996) defende que apenas o argumento racional contribui para a deliberação e que as três formas de comunicação são opostas ao modelo normativo calcado na racionalidade.

A questão é que Young (1996, 2002) não propõe uma oposição entre argumento e formas comunicativas cotidianas, conforme destaca Benhabib. Ao contrário, ela enfatiza a relevância de uma conjugação entre ambos e a impossibilidade de substituir a normatividade que deve reger os debates públicos. Razões aceitas publicamente são capazes de “desbançar” mentiras e manipulações. Portanto, Young (2002) não propõe uma contraposição entre argumento e outras formas de comunicação, mas, ao considerar uma complementação de um pelo outro, a autora dá a entender que há uma dissociação entre essas formas de comunicação, o que não é verdade.

Acreditamos que tanto o argumento quanto o testemunho estão presentes em vários tipos de discurso e portanto também nas interações cotidianas. Como a nossa pesquisa trata de discursos das associações – enraizados no cotidiano das pessoas – e conversações políticas do Orkut, que se manifestam de maneira espontânea e descompromissada, entendemos que decompor os discursos em argumentos, testemunhos, retóricas, dentre outras formas comunicativas é por demais difícil e impreciso. A conversação cotidiana política utiliza vários elementos comunicativos de forma emaranhada, sem uma preocupação com as finalidades políticas decisórias e de influência.

Dryzek (2000) acredita que até mesmo os argumentos podem contar com elementos que envolvem coerção e que não são capazes de conectar o particular ao geral. O autor propõe

um teste para avaliar se determinadas formas de comunicação cotidianas, especialmente aquelas descritas por Young (1996), podem ou não representar um risco para a discussão pública. Ele parte do pressuposto de que essas e outras formas de comunicação, incluindo aí a argumentação, não se excluem mutuamente e podem coexistir em um cenário discursivo, mas podem representar perigos. O teste proposto pelo autor avalia uma a uma as formas de comunicação – *greeting*, retórica, narrativas e argumentos –, testando se elas contemplam os critérios da não coerção e da conexão entre o particular e o geral. No caso dos testemunhos, eles podem ser formas de comunicação coercivas quando o grupo não aceita determinada história de vida que não confirme os anseios desse grupo. Quando Young (1996, 2002) aponta para uma conexão de narrativas de modo a buscar soluções para problemas comuns e delinear identidades, pode ser que aquela história de vida destoante do grupo seja rejeitada e/ou o indivíduo punido. Ao passar pelo critério da generalização de particularidades, as narrativas também revelam que podem ser pouco politizadas e quase nada passíveis de generalização. Determinada história pode dizer respeito apenas ao indivíduo que a conta, não sendo de maneira nenhuma politizável. Para Dryzek (2000), uma história sobre uma repressão particular apenas irá envolver o outro se houver um apelo aos padrões universalizáveis. Determinadas histórias devem ser ouvidas porque dizem respeito a profundas violações dos padrões gerais de dignidade humana resumidas em uma particularidade, mas que se conectam ao outro por meio da questão da dignidade. Por outro lado, elas não devem ser contadas para incitarem o ódio ou a vingança nos seus ouvintes.

Em consonância com o pensamento de Young e Polletta, Laura Black (2008)⁴⁶ reforça o papel das narrativas na negociação de identidades que se dão em momentos de diálogos. “Contar histórias ajuda os participantes a solidificar e manifestar suas identidades em relação ao outro e também os habilita a imaginar e apreciar a outra perspectiva” (BLACK, 2008, p. 95-96). Isso permite aos parceiros de interação negociarem as tensões identitárias de modo a buscarem reconhecimento ou a conectarem experiências parecidas. As histórias de vida e as identidades, para Black (2008), perfazem uma relação dialética em que as pessoas constroem seu senso de quem são por meio do contar histórias aos outros sobre suas experiências e de ouvir suas histórias. Assim, para Black, duas são as funções das narrativas na deliberação: conhecer novas perspectivas de vida e negociar identidades.

⁴⁶ A autora faz uma distinção entre diálogo e deliberação, sendo que o primeiro se dá de maneira espontânea e sem fins determinados, enquanto a deliberação é planejada e estruturada. Seu texto reflete o esforço de aproximar as duas concepções de maneira a incluir o diálogo na deliberação. No nosso entendimento, a concepção de diálogo já está implícita na de deliberação, pois, conforme Gutman e Thompson (1996), o desenrolar das deliberações é incerto e indefinido, e certamente incorpora manifestações espontâneas, tais como o diálogo.

2.3 Interfaces entre os testemunhos e a luta por reconhecimento

Agora que já apresentamos as principais contribuições teóricas acerca do testemunho e do reconhecimento, cabe a nós a tarefa de entrelaçar as duas questões de modo a traçar parâmetros para a nossa análise empírica. Algumas conexões podem ser feitas nesse sentido.

Se entendermos então a luta por reconhecimento como algo que os próprios sujeitos empreendem de modo a se fazerem aceitos, consideraremos também que tais sujeitos lançam mão de ferramentas cotidianas para empreenderem essa luta, a qual tende a caminhar em dois eixos centrais. O primeiro deles diz respeito à conexão entre as questões privadas e questões coletivas, onde os sujeitos que vivem experiências de desvalorização e desrespeito buscam encontrar coletivos que passam por situações semelhantes e assim instauram uma luta coletiva. O segundo trata de uma ação intersubjetiva diante de um conjunto de expectativas e valores que precisam ser modificados.

No primeiro eixo, Honneth aponta a necessidade de uma “ponte semântica” que funciona como ferramenta para conectar as questões privadas às identidades coletivas e assim conferir novo fôlego à luta por reconhecimento. Essa interconexão das questões funcionaria de maneira intersubjetiva e seria como um primeiro passo para a auto-realização dos sujeitos, que encontrariam em um grupo menor o reconhecimento que buscam universalmente. Tal reconhecimento agiria de maneira motivacional em direção a uma luta maior. Nesse sentido, conforme nossa proposta neste trabalho, colocar-se diante do outro seria condição fundamental para o sucesso dessa luta por reconhecimento. Se considerarmos em nossa pesquisa que essa interação ocorre por meio da Internet, logo não perderemos de vista o teor interacional da luta. Colocar-se diante do outro de maneira intersubjetiva, de modo a buscar reconhecimento, é uma ação inscrita em um amplo bojo de possibilidades, que vão desde as simples conversas cotidianas, virtuais ou face a face, até as oportunidades de deliberação formal e informal, com uso consciente de argumentos. Essas modalidades comunicativas envolvem conteúdos diversos, e no caso da luta por reconhecimento envolvem sobretudo as histórias de vida que permeiam as situações de desprezo e desvalorização. O intercâmbio de narrativas dá uma voz reflexiva às experiências localizadas e ajuda grupos de afinidade a explicarem suas próprias identidades individuais em relação a sua posição social e suas afinidades com os outros. As narrativas podem funcionar, assim, como uma ponte semântica que conecta as biografias individuais que passam pelas mesmas experiências de injustiças. Ao

contar uma história de vida que é parecida com a do outro, compartilho com ele a experiência da desvalorização dos modos de vida e arregimentação forças para uma luta por reconhecimento.

No segundo eixo, conforme já explorado, esse reconhecimento estaria diante da tarefa de ampliar o horizonte de expectativas de modo a contemplar determinadas subjetividades. Dessa maneira, ao propor que as narrativas têm o potencial de fazer com que as pessoas passem a entender a experiência do outro como valorosa pois revela a origem de valores, prioridade e significados culturais, Young (1996, 2002) refere-se, com outras palavras, a um potencial de luta por reconhecimento que busca explicitar premissas de fundo e transformar o horizonte de valores, questão-chave na luta por reconhecimento. Ademais, se Young se refere a um aprendizado social e cognitivo acerca das diferentes formas de vida e diferentes premissas, o que para Honneth pode significar uma busca pela evolução social, a narrativa exhibe o conhecimento localizado disponível de vários lugares sociais, e a combinação das narrativas de diferentes perspectivas produz uma sabedoria social coletiva não disponível na outra posição.

Outra conexão relevante é a questão da normatividade proposta tanto por Young quanto por Honneth. Para Young, relatar histórias por si só não legitima tal reivindicação; a comunicação política também requer argumentos normativos gerais. Isso também vai diretamente ao encontro das aspirações de Honneth, quando este se empenha em mostrar a importância de certa normatividade da luta por reconhecimento. Histórias frequentemente servem apenas como um meio, entretanto, para pessoas de determinado segmento social ganharem algum entendimento de experiências, necessidades, projetos ou problemas. A descrição dos princípios normativos gerais deve ser aplicada para fazer justiça. As histórias de vida expressam insatisfação sobre a maneira pela qual os sujeitos narradores são tratados ou vistos, além de demonstrarem quais os entendimentos de bem viver que eles possuem. Ao fazerem isso, os testemunhos funcionam como formas de julgamento – conforme já evidenciado no conceito elaborado na seção anterior – que buscam certa normatividade, que por sua vez é impulsionada pelas lutas por reconhecimento coletivas e moralmente motivadas. Não é uma situação vivida por indivíduo e nem uma reivindicação que parte de uma particularidade, mas uma ação que pretende alcançar a normatividade e abarcar uma coletividade que passa pelas mesmas experiências.

Por outro lado, essa luta por reconhecimento que recorre às biografias para ser bem-sucedida não é despida de conflitos. Os testemunhos não só conectam histórias parecidas, como também podem funcionar como uma forma de alcançar a consideração dos participantes de uma conversa ou de acirrá-la. A luta por reconhecimento nas diversas esferas é por vezes

conflituosa e árdua, e, nesse sentido, ou os testemunhos podem ser simplesmente ignorados ou promover uma tensão ainda maior. Cabe ressaltar que as críticas de Dryzek (2000) estão corretas e devem ser levadas em conta nas análises. Examinar os testemunhos invocados nas lutas por reconhecimento requer o cuidado de considerar as possibilidades de coerção que eles carregam. Já a conexão entre o particular e o geral, na luta por reconhecimento, deve considerar dois âmbitos: o jurídico e o da estima social. Os testemunhos que forem capazes de generalizar situações vão buscar um reconhecimento no campo jurídico, onde as leis são e devem ser universalizáveis. Por outro lado, na estima social, os sujeitos buscam ser reconhecidos exatamente por suas particularidades, que adquirem estima se elas contribuem de alguma forma com o projeto orientado pelos valores compartilhados socialmente. Nesse sentido, os testemunhos apenas contemplarão o critério de Dryzek (2000) se forem configurados de modo a explicitarem premissas e valores passíveis de serem incorporados a uma dada comunidade de valor.

Capítulo 3

A luta por reconhecimento na rede

Nossa pesquisa tem como objetivo olhar, em um primeiro plano, para as lutas por reconhecimento que os surdos estabelecem no ambiente *on line* e o modo como elas lançam mão dos testemunhos nessa tarefa. O *site* de relacionamento e o *site* institucional são dois ambientes dessa luta, que, por suas especificidades, configuram formas discursivas específicas. Dito de outra maneira, o meio de comunicação, também chamado de suporte, é, em grande parte, definidor da mensagem. “Cada suporte possibilita a abertura de processos comunicativos diferentes, e esse contexto afeta a produção de significados efetuada pelos interlocutores” (MENDONÇA, 2006b, p. 125). Dedicamos este terceiro capítulo a delinear essas especificidades por entendermos que há uma enorme diferença entre modos discursivos expressos em jornais impressos, em programas de televisão, conversações face a face e na Internet. Os meios influenciam a produção de sentidos, embora não sejam determinantes desta. Logo, conteúdos expressos em *sites* institucionais também se distinguem daqueles apresentados em *sites* de relacionamento não só pelo tipo de controle, mas também porque o *medium* é diferente e, portanto, confere formatos diferentes aos conteúdos.

Além das especificidades da Internet e dos seus múltiplos ambientes, cabe ressaltar que a apropriação desse meio de comunicação pela sociedade civil também vem se mostrando um fenômeno de várias faces. Já não é novidade que a sociedade civil vem se ocupando da nova tecnologia para manifestar suas demandas, mobilizar públicos e arregimentar novos adeptos. São famosos os casos de Seattle⁴⁷ e dos Zapatistas no México⁴⁸ que bem exemplificam essa apropriação da Internet pelos movimentos sociais. Além dos movimentos caracterizados como ciberativistas, existem ainda outras formas de apropriação da Internet pela sociedade civil: redes de cidadãos, mídias alternativas, movimentos sociais em rede e movimentos sociais que utilizam a Internet de forma complementar a suas atividades comuns. Essa ampla gama de apropriações tem sido foco dos estudos em Internet e política. Segundo Castells (2004), “quando se estabilizam na prática, as redes *on line* podem construir comunidades, ou seja, comunidades virtuais, diferentes das comunidades físicas, mas não

⁴⁷ Protesto antiglobalização, organizado por meio de uma mobilização via Internet, durante a reunião do Fundo Monetário Internacional.

⁴⁸ O Movimento Zapatista, que existe desde o início do século passado, luta pela autonomia territorial no sul do México, onde vivem várias comunidades indígenas. Depois de uma grande retaliação do governo e isolamento do movimento na sua própria região, os zapatistas passaram a utilizar a Internet para a circulação internacional de informações do movimento, o que gerou uma rede de aliados do mundo inteiro, possibilitou plebiscitos sobre o direcionamento das ações do movimento e realização de eventos internacionais.

necessariamente menos intensas ou menos eficazes em unir e mobilizar” (CASTELLS, 2004, p. 161). Apesar de acreditar que, na maioria das vezes, esses laços são frágeis e que em rede o individualismo é mais forte, Castells (2004) ainda assim afirma que é possível empreender ações de mobilização social na rede e reunir interesses individuais em propósitos coletivos.

No caso dos surdos, essa apropriação se dá de diversas maneiras. No âmbito individual e pessoal, podemos enfatizar que a nova tecnologia veio para facilitar a vida deles. Mensagens de celular, *chats* e *webcam* são ferramentas freqüentemente usadas pelos surdos em seu cotidiano e que possibilitaram uma nova forma de comunicação a distância, inexistente para eles antes do advento da Internet e do celular. No âmbito individual-político, a Internet passa a se configurar como um meio de expressão dos cidadãos ordinários, incluindo essencialmente práticas que buscam reconhecimento em sociedade, além de outras formas de participação, tais como abaixo-assinados *on line* ou envio de sugestões via e-mail ou *sites* de partidos ou governo. Já no âmbito coletivo, os *sites* das associações, embora ainda precários, já começam a ser fonte para arregimentar novos associados e apresentar demandas. Outras formas de iniciativa coletiva também já são possíveis via Internet, tais como mobilizações⁴⁹ e organizações de eventos, encontros e congressos.

Dada a relevância da Internet para a vida dos surdos e suas demandas políticas, dedicamos este capítulo exclusivamente à discussão do papel da rede para a luta por reconhecimento dos cidadãos e a expressão de seus testemunhos como mobilizadores de opinião. Para tanto, pretendemos neste capítulo: a) explicitar as principais discussões contemporâneas sobre Internet e política; b) caracterizar os dois ambientes midiáticos alvo da nossa análise e apontar suas principais características e potencialidades; c) discutir como o meio influencia o nosso modo de olhar para a empiria e as opções metodológicas para o recorte e o exame do material.

3.1 Internet e política: abordagens contemporâneas

A agenda de pesquisa em Internet e política vem se configurando como importante seara dos estudos de comunicação e política. Dentro da diversidade de pesquisas até hoje realizadas, podemos destacar alguns temas amplamente discutidos, tais como: potenciais democráticos da Internet, vantagens e desvantagens das novas tecnologias para a democracia,

⁴⁹ No dia 29 de novembro de 2007, houve uma manifestação nas imediações do Museu de Arte de São Paulo (Masp) contra a Portaria nº 555, do Ministério da Educação (MEC), que proíbe a criação de novas escolas específicas para surdos e obriga as já existentes a se transformarem em centros de atendimento, funcionando como um complemento educacional. Com a participação de quase mil pessoas, boa parte da mobilização foi feita por e-mail enviado pelo escritório regional da Feneis de São Paulo.

governo eletrônico, participação política – individual ou coletiva – e mobilização social via rede. Um breve panorama de alguns desses estudos se faz útil, na medida em que mostra o desenrolar das pesquisas sobre Internet e política, além de justificar a nossa escolha pelo conjunto de teorias da conversação cotidiana no tratamento da Internet no que diz respeito aos ambientes interativos.

O advento da Internet e a sua crescente popularização vieram acompanhados de teorias e pesquisas que conferiam à rede o papel de redentora da democracia. Livre acesso e a possibilidade de veicular conteúdos sem o crivo da grande mídia (DOWNING, 2002; MORAES, 2001) eram alguns dos principais argumentos. Além disso, vislumbravam-se novas formas mais efetivas de participação no processo decisório, de acesso direto aos partidos e representantes, superação do problema da escala participativa, surgimento do agente civil produtor de informações que poderiam ser produzidas e distribuídas a baixo custo, inclusão de vozes marginalizadas (MITRA, 2001), revigoração da esfera de discussão e um possível surgimento de uma esfera pública virtual (CASTELLS, 1998; LÉVY, 2002).

Passado o momento inicial de “encantamento” com os potenciais da Internet, um segundo conjunto de pesquisas critica o idealismo construído em torno dela e alerta para alguns problemas tais como a baixa confiança caracterizada pelo anonimato, pouca visibilidade e barreiras econômicas de acesso (DEAN, 2003; WILHELM, 2000).

Com o intuito de fazer um amplo apanhado dos principais argumentos a favor e contra a Internet como revitalizadora da democracia, Wilson Gomes (2005) reúne as principais vantagens e desvantagens discutidas pelos pesquisadores contemporâneos. Esse apanhado sintetiza bem o estágio atual das discussões em Internet e política:

a) *A superação dos limites de tempo e espaço para a participação política é entendida como uma possibilidade de cidadãos ultrapassarem as barreiras espaciais e participarem politicamente de onde estiverem. Isso acabaria com as dificuldades de escala participatória, e os debates poderiam acolher um sem-número de participantes. Além disso, a Internet proporciona comodidade, conforto, conveniência e baixo custo de participação. Por outro lado, tudo isso não garante uma efetiva participação. A ferramenta Internet, em si, não produz ambientes mais democráticos. É preciso que haja vontade e motivação para a participação e isso é proveniente em grande parte da cultura política (MAIA, 2001).*

b) Para alguns autores, os conteúdos informativos *on line* são bem mais variados e aprofundados do que aqueles disponíveis na grande mídia. A *extensão e qualidade do estoque de informações on line* propiciaria a formação de cidadãos mais informados e assim, politicamente ativos. Em contraposição, questiona-se se tais informações são politicamente qualificadas e como os cidadãos seriam capazes de distingui-las dentre a variedade de conteúdos disponíveis.

c) O argumento de que a Internet oferece *facilidade e extensão de acesso* aos cidadãos, possibilitando a transparência das ações e a acessibilidade às informações disponibilizadas pelo governo é derrubado pelo argumento do entrave econômico. A desigualdade de acesso poderia criar um abismo entre participantes e não-participantes da política, aumentando ainda mais o fosso da desigualdade social.

d) A característica da Internet de ser, a princípio, *sem filtros e sem controles*, ou seja, livre e protegida contra autoritarismos dos mais fortes politicamente, é contraposta pela idéia de que tal libertarianismo pode abrir as portas para uma Internet com conteúdos antidemocráticos, preconceituosos ou conservadores. O próprio anonimato, que poderia ser utilizado em favor da paridade nos debates,⁵⁰ pode mascarar a identidade de xenófobos, racistas, dentre outros. No extremo, a Internet pode se tornar uma ameaça, com espionagem, pedofilia, terrorismo, dentre outros.

e) A noção de *interatividade e interação*, argumento central da relevância da Internet na política, pode favorecer comunicação horizontalizada, de mão dupla, onde os cidadãos interferem ativamente na elaboração das políticas públicas e agentes políticos podem alterar posições políticas por meio do debate. Dessa dinâmica da qual emerge um sentimento de efetividade da participação cidadã pode surgir uma cultura política favorável à participação. A principal crítica, nesse sentido, é que o sistema político continua fechado a qualquer participação.

f) Por fim, um argumento que muito nos interessa neste trabalho é a oportunidade que a Internet oferece para *vozes minoritárias ou excluídas* se expressarem. Desenvolveremos

⁵⁰ O anonimato poderia esconder as desigualdades *off line* (JENSEN, 2003) tais como as de cultura, raça, gênero e classe social, dentre outras. Essas desigualdades muitas vezes fazem com que haja injustiças, intimidação e desigualdade de oportunidades nos debates. Sem tais elementos, prevaleceria apenas a força do melhor argumento.

melhor esse item mais adiante. Mesmo com tais oportunidades, a falta de abertura do sistema político, a predominância dos meios de massa e a ausência de uma cultura política da participação inviabilizariam resultados dessa participação das minorias, segundo a corrente de autores pessimistas que estudam o tema.

Muitas outras vertentes da pesquisa em Internet e política têm se desenvolvido, mas, para os nossos objetivos, localizamos nossa pesquisa no último conjunto de argumentos, que inclui a oportunidade para que vozes minoritárias ou excluídas se expressem de distintas maneiras, dentre elas por meio dos testemunhos de vida. Nosso foco está voltado para a luta por reconhecimento que se dá por meio das conversações políticas empreendidas por cidadãos ordinários no Orkut e por meio da prática discursiva do movimento social dos surdos na Internet. Nesse sentido, por mais que a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003) perpassa as três esferas – íntima, legal e social – e que dependa indiretamente dos centros decisórios,⁵¹ os discursos e conversações analisados na Internet não buscam efeitos diretos nos governos, partidos ou casas legislativas. Mesmo o *site* da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) traz conteúdos e discursos sem pretensões de atingir a esfera governamental via Internet. Isso é feito por meio de outras estratégias, tais como *lobbies*, manifestações, cartas de reivindicação e negociações entre sociedade civil e Estado. Caracterizaremos esses espaços mais adiante. A pretensão de um *site* institucional, nesse sentido, chegaria no máximo a funcionar como uma fonte de informação para o Estado.

Além disso, acreditamos que a rede tem contribuições significativas para a política e para os grupos estigmatizados ou minoritários. Primeiramente, vale considerar o potencial democrático que a rede mundial de computadores carrega consigo. Mesmo não sendo *a priori* democrática, carrega ferramentas e subsídios que podem ser amplamente utilizados politicamente pelos cidadãos. Apostamos, aqui, na intersecção da vida e da cultura política com as novas tecnologias, conformando ambientes *potencialmente* democráticos. Além disso, a despeito de todas as críticas acima apontadas e com as quais concordamos, ainda assim consideramos a Internet como espaço de expressão para aqueles excluídos dos processos democráticos formais e dos canais de visibilidade midiática de grande alcance. Para Ananda Mitra (2001), além de possibilitar a expressão de vozes marginalizadas, a Internet oportuniza os processos de construção de identidade. Ao exprimirem seus pontos de vista e suas histórias

⁵¹ Na luta por reconhecimento, as três esferas estão interligadas de modo que o reconhecimento completo só é possível se realizados em todas elas. Nesse sentido, por exemplo, uma lei aprovada pode repercutir positivamente em nome da elevação da estima social dos cidadãos surdos e no respeito na esfera íntima.

autobiográficas, aqueles outrora desvalorizados por seus modos de vida podem alçar posicionamentos semelhantes e assim configurarem processos de identificação, o que é extremamente positivo para um determinado grupo. Ao vislumbrarem a conformação de uma identidade coletiva, surge a possibilidade de uma maior certeza sobre as próprias escolhas e a motivação para se auto-afirmarem no mundo, mediante a afirmação da sua diferença. Essas pessoas falam por si mesmas, de uma causa comum, e lutam para que seus pontos de vista sejam aceitos. As vozes expressas na Internet, explica Mitra (2001), funcionam assim como tensionadoras de uma realidade, que é alvo do desejo de mudança por parte dos grupos oprimidos. Os testemunhos invocados também teriam tal função tensionadora, na medida em que apresentam novas premissas de bem viver, defendidas pelos surdos.

3.2 Os surdos e seus modos de apropriação política da Internet

Agora que já evidenciamos as possíveis contribuições da Internet para a democracia – em especial para as minorias que pouco encontram espaço nas esferas de visibilidade política –, cabe discutir como isso reflete no agir político dos surdos. Nesta seção, apresentamos uma discussão sobre as possibilidades trazidas pela Internet especificamente para a prática política dos surdos – tanto de forma organizada, como nos *sites* institucionais, quanto de maneira individual, como nos sites de relacionamento – e, de maneira mais prática, descrevemos nosso objeto empírico de pesquisa. Sem assumir o deslumbramento das primeiras pesquisas sobre Internet e política, acreditamos que a rede tem contribuições significativas para a luta por reconhecimento dos surdos travada no *site* da Feneis e no Orkut.

Em geral, conforme a classificação proposta por Wilson Gomes (2001), a Internet pode ser entendida como “ambiente de conexão”, “complexo de conteúdos”, e “sistema de interações”. Ser considerado um ambiente de conexão significa estar conectado mundialmente. Em outras palavras, de um mero instrumento de comunicação a Internet se torna um ambiente que materializa a conectividade e que tem profundas implicações sociais. Dessa interconectividade emerge um deslocamento das funções de emissores e receptores, diferenciando-se dos meios de comunicação convencionais e promovendo novas dinâmicas de circulação de informações. Por outro lado, Gomes (2001) aponta a Internet como um complexo de conteúdos, onde há um reservatório de informações que se encontram disponíveis *on line* que pode ser buscado e processado pelos usuários. Por fim, a rede é um sistema de interações por possibilitar a conversação entre as pessoas, por meio de e-mails, *chats*, listas de discussão.

Por causa dessa interatividade, Gomes (2001) considera que há uma circulação de conteúdos mais intensa em contraposição aos conteúdos mais estáticos da Web.

No caso dos surdos, a Internet se mostra ainda mais relevante que apenas um complexo de conteúdos, sistema de interações e um ambiente de conexão. Além de se constituírem uma minoria lingüística, ainda carregam estigmas de incapacidade e desvalorização que muitas vezes os impedem de participar de debates ou conversas políticas. Os surdos configuram um público com poucas oportunidades nas grandes arenas de discussão face a face e ainda possuem um segundo obstáculo para a sua participação: a língua. Ora, se a principal luta dos surdos é o reconhecimento e a livre utilização da língua de sinais, mesmo que saibam falar, a maioria deles se comunica em Libras. A participação em fóruns ampliados dependeria de um tradutor simultâneo que pudesse traduzir da Libras pra a língua oral e vice-versa. Nessas situações, há sempre um mediador. Já na Internet, os surdos são os *produtores e veiculadores de suas próprias narrativas*, sem intermediações, seja por meio dos *sites* das associações ou por meio do Orkut.

Além da *possibilidade de expressão*, a Internet também pode contribuir para o *tensionamento de questões sensíveis*, como é o caso dos surdos. Ao se expressarem politicamente – por meio de testemunhos e outras formas de comunicação –, eles apresentam questionamentos capazes não só de expor temas desconhecidos como também de revelar modos distintos de entendimento desses temas. Ao provocar certa tensão, emerge a possibilidade de que questões como a língua de sinais e a identidade surda sejam repensadas, discutidas e em alguma medida aceitas. Esse é um dos objetivos da luta por reconhecimento dos surdos.

Deve-se considerar também a oportunidade que os surdos encontram de *expressarem suas identidades* e, assim, as tornarem conhecidas para outros surdos. É em contato com outras histórias de vida que os sujeitos se identificam como participantes de uma coletividade e, por sua vez, como partes de uma cultura.

Em síntese, as vantagens trazidas pela Internet para os surdos se resumem nas possibilidades de acesso à esfera pública, de expressão e visibilidade, de se tornarem sujeitos do seu próprio discurso, de tensionamento de questões e de configuração de identidades.

3.2.1 Sobre o site da Feneis⁵²

Primeiro, é indispensável dizer que as associações de surdos encontram na Internet um espaço profícuo – devido ao baixo custo e à ausência de controle – para se expressarem e

⁵² Disponível em: <www.feneis.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2008.

veicularem conteúdos que dificilmente seriam incorporados aos noticiários tradicionais ou à imprensa oficial dos governos.⁵³ São informações diferenciadas e produzidas pelos próprios surdos⁵⁴ e que, no caso específico do *site* da Feneis (Anexo A), expressam suas demandas políticas, suas lutas históricas pelo uso da Língua de Sinais, questões sobre a identidade e a cultura dos surdos, histórias de vida e dramas pessoais, conquistas sociais e legais, além da desconstrução de mitos sobre a surdez. Tudo isso é elaborado e inserido no *site* institucional por meio de publicação de artigos e pesquisas acadêmicas, notícias, relatos pessoais, vídeos, espaço do leitor, dentre outros formatos.⁵⁵ Somados a essa lista de conteúdos, o *site* da Feneis disponibiliza também informações sobre a atuação da entidade, sobre várias ações dos surdos no país e no mundo, oferece serviços tais como cursos de Libras e informática, recolocação de surdos no mercado de trabalho, palestras, venda de material didático para cursos de língua de sinais e materiais promocionais.

N *site* da Feneis, não há dúvidas de que há um amplo complexo de conteúdos que visam informar e de que é uma ferramenta que possibilita a ampla conexão de surdos de todo o mundo. Entretanto, a maior parte do conteúdo é estática, apresentada em forma de arquivos de texto e vídeo, cujas eventuais alterações são realizadas pelos próprios responsáveis. Há três ferramentas que permitem interatividade, mas de maneira assíncrona: um formulário para envio de dúvidas e sugestões caracterizado como “Fale conosco”, uma enquete que muda de tempos em tempos e que permite aos internautas expressarem suas opiniões acerca de um determinado tema e um fórum de discussão aberto, sem tema predefinido. A predominância da característica estática no *site* pode ser justificada pelos interesses da entidade em apresentar informações de maneira homogênea ou de demonstrar uma imagem consolidada. Trataremos disso mais adiante.

Como minoria lingüística e estigmatizada, os surdos encontram na Internet um espaço onde tornam públicas as suas questões coletivas e particulares, que poderiam estar restritas aos lares ou aos muros das associações sem ganhar visibilidade e sem ter a possibilidade de empreender uma mudança social do entendimento do “ser surdo” no mundo. Determinados temas só se tornam realidade na medida em que se dão a ver, quando saem do domínio

⁵³ Parto do princípio de uma certa invisibilidade das questões dos surdos na mídia nacional. Além de haver poucas reportagens sobre os surdos, quando surgem incorrem nos velhos problemas de sempre: não consideram os surdos como fonte e trazem estereótipos de inferioridade. Em 2008, por exemplo, a *Folha de S.Paulo* publicou, de janeiro a abril, apenas duas reportagens sobre o assunto e nenhuma delas apresentava entrevista com surdos e uma mencionava os “surdos-mudos”.

⁵⁴ Em alguns casos, há a contratação de profissionais especializados para produzirem as notícias. No caso da Feneis, os jornalistas estão sob orientação da diretoria, que é toda composta de surdos.

⁵⁵ Uma das principais características da Internet é exatamente a possibilidade de utilizar formatos diferenciados de disponibilização da informação, o que lhe confere o caráter multimídia e múltiplas formas de convergência entre formatos.

privado, emergem em um espaço público por meio da linguagem e a partir daí passam a ser examinados e discutidos (ARENDDT, 1957). As histórias de vida são importantes meios para desvelar questões privadas e torná-las públicas, pois dizem respeito exatamente a situações vividas individualmente, mas que quando contadas ganham a possibilidade de se conectarem a outras biografias. Além disso, a luta por reconhecimento requer uma dinâmica em que os próprios estigmatizados empreendam ações para serem reconhecidos pelo outro, intersubjetivamente. Isso requer um passo primeiro de quem busca ser reconhecido, que é dado, certamente por meio de ações comunicativas, gerando um potencial de negociação de identidades, no caso dos surdos.

Alguns críticos poderiam dizer da dificuldade de dar visibilidade a essas questões em meio à avalanche de informações disponíveis na rede. Ora, o movimento social dos surdos não é essencialmente composto de ações *on line*. Voltamos a reforçar que a luta por reconhecimento é parte da dinâmica social e abrange as mais diferentes searas, dentre elas a Internet. Logo, somar as ações estratégicas cotidianas às narrativas produzidas nos *sites* surte melhores efeitos de visibilidade. Ações simples como a divulgação da existência de um *site* para públicos específicos pode resultar em aumento da visibilidade. Ou mesmo ações das associações junto ao poder governamental exigem que elas transmitam uma imagem de confiabilidade e transparência que pode ser reforçada pela existência de um *site* institucional (ou comprometida pela existência de um *site* pouco confiável).

A forma com que uma associação se apresenta em seu *site* e em outros meios de comunicação está diretamente ligada à maneira como ela quer ser vista e reconhecida. Logo, as entidades buscam fazer com que todo o conteúdo disponibilizado seja coerente com seus princípios, reivindicações e demandas. Os meios que garantem essa coerência são inúmeros, tais como o controle mais rigoroso do material publicado por parte da diretoria ou dos “cabeças” da organização, a edição de conteúdos ou veto de sua publicação e até mesmo a oferta de recursos com baixa interatividade, o que impede ampla participação dos internautas. Isso significa que aquela heterogeneidade apresentada no Capítulo 1, que é intrínseca aos movimentos sociais e associações, normalmente não transparece nos *sites*. Opiniões predominantes ganham expressão em detrimento das diferentes vozes internas. Se, por um lado, o controle de conteúdos pode parecer pouco democrático, por outro, não demonstra determinadas fragilidades das associações que, se percebidas externamente, podem levar as iniciativas institucionais ao fracasso. Explicando de outra forma, a busca por reconhecimento de determinadas minorias está ligada, conforme evidenciou Honneth, a uma luta moralmente motivada que ganha força na coletividade e que depende da força desse grupo para ser bem-

sucedida. Isso não significa que não possa haver os conflitos internos, mas o âmbito coletivo deve estar coeso nos momentos de luta política.

Outro questionamento que pode vir a surgir em relação à Internet é sobre a efetividade de uma luta por reconhecimento em *sites* institucionais, considerando que esta é, segundo Honneth (2003) e Taylor (1992), exercida sob o ponto de vista relacional, onde o posicionamento do “outro” reflete diretamente na forma como os sujeitos se consideram e agem no mundo. Como seria possível estabelecer uma luta por reconhecimento em um *site* de conteúdo estático, que prevê quase nenhuma interatividade? Como considerar a posição do outro, se este outro não se coloca concretamente em relação aos sujeitos que buscam reconhecimento? Como parte que são da dinâmica social, as lutas por reconhecimento perpassam as vidas dos sujeitos coletivos nos mais diversos âmbitos. Em todos eles, os sujeitos buscam desconstruir determinados pressupostos enraizados em um horizonte de expectativas daquela sociedade. Assim, esse horizonte de expectativas já é conhecido. No caso dos surdos, eles sabem exatamente contra quais entendimentos preconcebidos devem lutar. Tais entendimentos perpassam os vários domínios da vida social, sendo a Internet um deles. Quando dizemos que há uma luta dos surdos por reconhecimento nos *sites* institucionais, estamos afirmando que todos os conteúdos estrategicamente planejados e publicados buscam combater entendimentos enraizados em um horizonte de expectativas existente fora do ambiente virtual e já conhecido pelos surdos. É o que chamamos de um *outro presumido*, parecido com o *outro generalizado* de Mead, mas que, além de pautar as próprias ações e discursos dos surdos, desperta o sentido de uma luta por reconhecimento. Além disso, o próprio ato de enunciar é, em si, o produto da interação entre dois indivíduos, mesmo que não haja um interlocutor real (BAKHTIN, 1986). O ato de falar, escrever, enfim, se comunicar, pressupõe a existência de um interlocutor, e é por ele que a nossa enunciação é pautada. Nos *sites* das associações não é diferente. Escreve-se para alguém, e esse alguém é um interlocutor presumido, representante daquele horizonte de expectativas e contra o qual se quer lutar.

Em síntese, baseados nas informações disponíveis no *site*, podemos afirmar que os *sites* das associações de surdos funcionam com os seguintes objetivos: a) informar surdos, público leigo e órgãos governais sobre a atuação da entidade e sobre os princípios que a orientam; b) apresentar reivindicações e demandas, mesmo que elas não estejam dirigidas diretamente ao poder formal; c) promover visibilidade no ambiente *on line* e derivar deste uma visibilidade no espaço público; d) consolidar uma imagem de coerência e coesão da própria entidade; e) lutar pelo reconhecimento das questões dos surdos.

3.2.2 Sobre o Orkut

Os *sites* de relacionamento, assim como os *sites* institucionais, podem também exercer funções políticas. Embora sejam extremamente voltados para o entretenimento, acreditamos que eles também podem ceder espaço para os temas políticos.

O Orkut é uma rede social virtual, filiada e mantida pela empresa Google Inc., criada em janeiro de 2004. A rede possuía, até julho de 2008, cerca de 60 milhões de usuários, sendo 54% deles brasileiros.⁵⁶ Vale lembrar que a versão em português só foi criada no início de 2005. Cerca de 61% dos usuários tem entre 18 e 25 anos. Há, essencialmente, dois ambientes no Orkut: o individual, chamado de perfil, e o coletivo formado pelas comunidades (Anexo B). Cada usuário que se cadastra no Orkut ganha uma página que passa a ser o seu perfil, com um nome e uma foto que o identificará em todos os espaços visitados. No perfil, o usuário conta com vários recursos e possibilidades: a) espaço para descrever suas características próprias, incluindo gostos, preferências, características físicas, interesses no Orkut, entre outros; b) espaço para postar imagens, chamado álbum de fotos; c) criar uma rede de amigos que só passam a ser seus amigos mediante um convite; d) acompanhar o aniversário dos amigos e as suas recentes atualizações de perfil; e) acessar uma página de recados postados; f) e-mail; g) aceitar depoimentos escritos pelos amigos sobre ele próprio; h) participar de comunidades com as quais tem afinidades; e i) mais recentemente foi criado um espaço para a postagem de vídeos.

Além de cada pessoa ter um ciclo de amizades, ela também participa de comunidades⁵⁷ com as quais tem afinidades com os temas. Na maioria são desconhecidos que se reúnem em torno de um tema qualquer. Normalmente, essas comunidades têm um nome, uma descrição e uma foto que as caracteriza. As comunidades mais completas utilizam todas as ferramentas disponibilizadas pelo Orkut, tais como a) fóruns, b) enquetes e c) eventos. O nosso material de análise está nos fóruns. Cada comunidade possui um fórum onde se encontram disponíveis vários tópicos, ou seja, vários assuntos que podem gerar conversas. Para participar dessas comunidades, em alguns casos o usuário deve solicitar permissão ao mediador, em outros não. Há também comunidades mediadas e não mediadas, o que caracteriza maior ou menor grau de controle sobre o conteúdo.

O grande diferencial do Orkut é que todas as informações postadas podem ser visualizadas por qualquer pessoa, tanto nos ambientes individuais (perfis) quanto coletivos

⁵⁶ Acesso em 17 nov. 2007.

⁵⁷ As comunidades são livremente criadas por qualquer usuário do Orkut e não se parecem em nada com as comunidades tradicionais. São apenas agrupamentos *on line* entre perfis, caracterizando laços fracos (CASTELLS, 2004).

(comunidades).⁵⁸ Como o espaço é de livre participação, é comum que pessoas criem perfis falsos, denominados *fakes*, e a partir disso postem toda a sorte de conteúdos, que vão desde ofensas pessoais até a pornografia, pedofilia, racismo, dentre outros. A possibilidade do anonimato é a principal porta para os abusos e também o principal alvo de críticas que recaem sobre o Orkut. As críticas caminham em um rumo certo quando alertam para essa possibilidade. Mesmo quando moderadas,⁵⁹ as comunidades estão sujeitas a isso, até que o moderador intervenha. Dependendo do moderador, alguns abusos são até mesmo negligenciados.

O Orkut, assim como o *site* da Feneis, possui também um reservatório de informações em cada um de seus ambientes internos, mas a permanência dos conteúdos depende exclusivamente dos internautas. Os perfis – páginas individuais – podem, e o são freqüentemente, alterados por seus donos, e as comunidades estão em constante mudança, já que recebem contribuições da maioria de seus membros nos fóruns, enquetes e postagens de eventos futuros. A participação que se dá no Orkut ocorre também de maneira assíncrona, mas, por estar em rede e contar com a participação de um sem-número de usuários, sua dinâmica é, em algumas comunidades, efervescente e ininterrupta. Isso se dá de forma coletiva principalmente nos fóruns das comunidades, nosso principal material de análise.

Foi exatamente essa dinâmica ininterrupta de algumas comunidades que nos chamou a atenção para o Orkut. É verdade que consideramos o *site* de relacionamento como um espaço que certamente não nasceu para dar lugar a conversações políticas *a priori*, mas que permite o surgimento delas. Debates sobre as questões referentes aos surdos são travados por cidadãos ordinários, que produzem narrativas sobre si mesmos diante de um outro que muitas vezes é desconhecido. Assim, diante do cenário das pesquisas em Internet e política apresentado reconhecemos a relevância desses estudos para explicar e entender a nossa empiria, no que diz respeito aos *sites* das associações de surdos. Em relação aos fóruns do Orkut, entretanto, optamos por considerá-los espaços de conversação cotidiana que podem resultar em discussões políticas, ferramentas essenciais para o sistema deliberativo, para a luta por reconhecimento e conseqüentemente para a democracia (BARBER, 1984; MANSBRIDGE, 1999; CONOVER, SEARING; CREWE, 2002; SCHEUFELE, 2000; MARQUES; ROCHA, 2006; WYATT; KATZ; KIM, 2000).

⁵⁸ Há apenas alguns meses foi criada uma ferramenta que restringe a visualização de fotos, vídeos e recados apenas para pessoas cadastradas na lista de amigos.

⁵⁹ Existe um moderador para todas as comunidades. Ele é o responsável por apagar conteúdos abusivos ou que não sejam de interesse da comunidade, além de bloquear a participação de pessoas que os postam.

Boa parte dos teóricos que trabalham com Internet, incluindo aí aqueles que investigam a interface entre Internet e política, considera a rede como uma extensão da vida social. Segundo André Lemos (2004), na Internet é possível potencializar tudo aquilo que é próprio de toda dinâmica cultural, como o compartilhamento, a distribuição, a cooperação, a apropriação dos bens e os conflitos. Nessa lista, é possível acrescentar a dinâmica democrática, os processos de deliberação e a luta por reconhecimento.

Logo, se o mundo *off line* inexistisse dissociado do mundo *on line*, a dinâmica política também não pode existir por si só na Internet. A própria questão da cultura política, já levantada anteriormente, é um bom caminho para se pensar essa interconexão. Não basta que haja ferramentas tecnológicas que favoreçam a participação e a politização dos cidadãos se não há uma cultura política preexistente. “Recursos tecnológicos são instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças” (GOMES, 2005). São os sujeitos então os principais responsáveis pelo sucesso de suas investidas políticas na rede. Isso inclui considerar, mais do que o acesso à tecnologia, a cultura da participação, as motivações pessoais e coletivas e as histórias de vida que os impelem a produzir narrativas por reconhecimento (MAIA, 2001). Nesse sentido, nosso esforço é pensar a luta por reconhecimento na Internet como uma extensão dessa luta travada no cotidiano daqueles que sofrem preconceitos e estigmatizações.

No caso do *site*, as narrativas dos surdos são conformadas por um discurso encampado pela instituição e reforçam a posição desta frente à sociedade. O *site* da Feneis é fonte de argumentos que se estabelecem frente ao paradigma da normalidade vigente. Funciona como uma resposta à crença de inferioridade e incapacidade dos surdos, anteriormente identificada no cotidiano dessas pessoas. A voz associativa uníssona presume que idéias precisam ser combatidas, e o *site* é mais um instrumento de luta por reconhecimento. Ao contrário, a pluralidade de vozes expressas no Orkut, possibilitadas exatamente pelo formato de livre participação do *site*, dá a ver uma luta por reconhecimento que se estende para fora do ambiente virtual. Os participantes dos fóruns resgatam suas histórias de vida e elementos cotidianos para se colocarem diante dos outros no intuito de invocarem um novo entendimento sobre o “ser surdo”. Esse é um ponto que merece grande destaque. Só existe luta por reconhecimento na Internet porque existe fora dela. E mais, não são coisas distintas, mas faces de um mesmo problema. Aqueles que sofrem injustiças carregam consigo o desejo de serem reconhecidos por onde vão, e os que possuem clareza da sua opção⁶⁰ com frequência

⁶⁰ Nem todos os surdos têm clareza sobre a sua escolha de usar a Libras e de viver uma identidade surda e, portanto, nem sempre se engajam em lutas por reconhecimento. É preciso também considerar os

expressam discursivamente seus anseios. É uma luta constante e intermitente que acompanha os sujeitos na sua essência em todos os ambientes em que transitam, no trabalho, na escola, na família e, por que não, na Internet.

É exatamente essa extensão da vida cotidiana na Internet que nos faz olhar para alguns ambientes interativos como espaços de conversação, assim como o são as mesas de bar, as conversas entre amigos e familiares ou pessoas com as mesmas afinidades. Assim, defendemos que alguns debates nos fóruns do Orkut começam na maioria das vezes como conversas sem pretensões políticas e culminam em debates acirrados acerca de questões controversas sobre identidade e cultura surda. Optamos por desenvolver nosso olhar para as redes de relacionamento virtuais sob a ótica da conversação cotidiana descompromissada que tende a derivar para conversações políticas em situações sensíveis como as de luta por reconhecimento.

O primeiro ponto que nos leva a pensar dessa maneira é o propósito inicial da existência do Orkut. O portal foi criado para ser “um ponto de encontro on line com um ambiente de confraternização, onde é possível fazer novos amigos e conhecer pessoas que têm os mesmos interesses”.⁶¹ Ao clicar em um *link* que explica com mais clareza o que é a rede,⁶² encontramos ampla definição que envolve algumas frases interessantes: “O orkut é uma comunidade on-line criada para tornar a sua vida social e a de seus amigos mais ativa e estimulante” ou “Com o orkut é fácil conhecer pessoas que tenham os mesmos hobbies e interesses que você, que estejam procurando um relacionamento afetivo ou contatos profissionais”, e ainda “Nossa missão é ajudá-lo a criar uma rede de amigos mais íntimos e chegados. Esperamos que em breve você esteja curtindo mais a sua vida social”.

Além disso, o modo como essas conversações se desenrolam nos fóruns do Orkut guarda algumas semelhanças com as conversações face a face, tais como a desordem das colocações, o estabelecimento de assuntos paralelos, a impossibilidade de garantir que toda pergunta obterá resposta, a ausência de objetividade e a presença de um emaranhado de modos comunicativos, tais como a ironia, os jogos de linguagem, a retórica e comentários emotivos. Vamos explorar essas características de maneira mais aprofundada no capítulo de análise.

constrangimentos que tal ação discursiva pode propiciar, e esse é um fator determinante na ação desses sujeitos.

⁶¹ Definição expressa na *home*, acessada em setembro de 2006 (www.orkut.com). Vale lembrar que mais recentemente, a página de apresentação do Orkut foi alterada e a autodefinição anterior foi substituída pela seguinte mensagem, que dá mais ênfase às ferramentas oferecidas: “Conecte-se aos seus amigos e familiares usando recados e mensagens instantâneas. Conheça novas pessoas através de amigos de seus amigos e comunidades. Compartilhe seus vídeos, fotos e paixões em um só lugar.”

⁶² Acesso em outubro de 2007.

3.3 Escolhas metodológicas

Agora que já apresentamos a relevância da Internet para a nossa pesquisa e caracterizamos os nossos ambientes virtuais da pesquisa, cabe explicitar de que forma desenvolveremos nossas análises empíricas, sempre considerando as peculiaridades da Internet. Além das especificidades do meio, também não podemos perder de vista a nossa trama teórica composta essencialmente pela Teoria do Reconhecimento somada aos estudos sobre os movimentos sociais e sobre o papel do testemunho nas discussões políticas. Nesta seção, vamos explicar *como* evidenciar o modo pelo qual os testemunhos são invocados nas lutas por reconhecimento empreendidas pelos surdos na Internet, ou seja, como vamos manusear o nosso material de modo a alcançar os resultados pretendidos. Aqui, interessa-nos explicitar o instrumental teórico-metodológico que guiará o nosso olhar e o nosso interesse na pesquisa. Isso implica evidenciar as nossas escolhas metodológicas, os modos de análise, o recorte do material empírico e as categorias de análise.

3.3.1 Modos de olhar

Olhar para a luta por reconhecimento empreendida pelos surdos na Internet e investigar como esta convoca as histórias de vida no sentido de revelar uma hierarquia de valores enraizadas em sociedade significa ter em mente alguns pressupostos significativos que guiam essa análise. São eles: a) a conexão entre os textos analisados e os contextos onde são produzidos, na medida em que a Internet é apenas uma das frentes dessa luta, que já ocorre na dinâmica social; b) o enfoque nas premissas de bem viver que orientam os testemunhos e nos argumentos convocados com base nessas premissas, em detrimento de falas individuais; c) a consideração de que não há verdades, mas sim pretensões de validade em cada um dos textos analisados; d) a relevância do ambiente onde ocorrem as lutas por reconhecimento, na medida em que estas atuam como definidoras, e de um *modus operandi* próprio ao meio; e) a perspectiva interacional, própria do objeto de pesquisa comunicacional, que entende os textos não como produções independentes, mas sempre em relação a outrem.

Ao analisar nosso material, é relevante ter sempre em mente o entendimento da Internet com extensão da vida cotidiana. Cada participação em uma conversação do Orkut ou cada inclusão de conteúdo nos *sites* das associações são orientadas por dinâmicas sociais anteriores a elas. Nessas dinâmicas, sentidos são construídos, compartilhados e reconstruídos a todo o momento. Dessa maneira, ao categorizar e analisar nosso material, buscamos

entender as premissas de fundo hierarquicamente moldadas, que orientam cada um daqueles conteúdos.

Tais premissas, justamente por não serem compartilhadas por todas as pessoas, geram conflitos simbólicos e, conseqüentemente, lutas por reconhecimento. Durante a análise, vamos buscar evidenciar essas premissas por meio de testemunhos de vida e pelas outras formas comunicativas – argumentos, opiniões e questionamentos –, de modo a identificar um determinado conjunto de valores. Não nos interessa aqui verificar o posicionamento de cada indivíduo que se apresenta no site da Feneis ou no Orkut. Interessa-nos o conjunto de valores que cada pessoa convoca nas suas falas, sejam eles dissonantes ou concordantes com o reconhecimento que os surdos sinalizados buscam. É por isso, também, que não vamos realizar uma análise intratextual, frase a frase, mas contextual. Analisar apenas os testemunhos, neles mesmos, seria insuficiente para essa análise, portanto vamos olhar também para as outras formas comunicativas que circundam essas biografias. Esse conjunto de expressões, que tem como núcleo os testemunhos, diz respeito a uma experiência somada a um conhecimento social, que dá origem a diferentes perspectivas (BOHMAN, 2007).

Além disso, é importante dizer que cada um dos testemunhos analisados, assim como o conjunto de modos discursivos que os circundam, caracteriza atos de fala com pretensões de validade (HABERMAS, 1990). Isso significa que os “falantes” esperam que as suas expressões sejam consideradas válidas e compreendidas pelos outros parceiros de interação, o que inclui o uso de uma expressão inteligível ao outro, a pretensão de verdade e a sinceridade e a utilização de normas e valores vigentes em sociedade para que o ouvinte aceite a manifestação. É o agir comunicativo com vistas ao entendimento. Não significa uma concordância entre todos, mas um acordo comunicativo que é intrínseco às interações sociais e que por sua vez está sujeito aos dissensos. O risco do dissenso, segundo Habermas, é “alimentado sempre a cada passo através de experiências. [...] Elas atravessam expectativas, correm contra os modos costumeiros de percepção, desencadeiam surpresas, trazem coisas novas à consciência” (1990, p. 85). Tais considerações implicam levar a cabo uma análise que considere esses atos de fala como expressões publicadas com o objetivo de serem compreendidas e tidas como verdades. Às pretensões de validade dos atos de fala somam-se os julgamentos sobre estas. Como os atos de fala e o entendimento que se tem deles estão impregnados da experiência dos sujeitos, estas podem levar a dissensos, pois são distintas.

Outro ponto a se considerar são as especificidades do meio onde os sujeitos expressam suas lutas por reconhecimento. As peculiaridades da Internet e seus modos de funcionamento influenciam sobremaneira na forma como os discursos são produzidos. Logo, seria pretensão

esperar encontrar testemunhos nos mesmos moldes de outras publicações. Eles se adequam às molduras impostas pela Internet. Tanto no site da Feneis quanto no Orkut, é possível verificar a especificidade do meio. Principalmente no segundo ambiente, onde as conversações são entrecortadas por conversações paralelas, propagandas e informes, ironias, dentre outras formas de expressão.

O último aspecto a ser ressaltado é a perspectiva relacional e interacional com a qual trabalhamos. Essas características, próprias do objeto de pesquisa do Campo da Comunicação,⁶³ demonstram uma necessidade de verificar produções de sentido resultantes de interações sociais que se dão, muitas vezes, mas não necessariamente, através dos meios de comunicação. O “olhar comunicacional” que guia nosso trabalho não prevê generalizações, investigações de regularidade ou pretensões comparativas, mas sim a análise do fenômeno como singular. Não pretendemos investigar a Internet como *locus* da luta por reconhecimento de maneira geral. É um ambiente potencialmente aberto a esses fenômenos, mas não necessariamente isso quer dizer que lá ocorram essas lutas. É por isso que investigaremos um determinado fenômeno em sua singularidade. Entendemos também que o forte caráter transdisciplinar do Campo da Comunicação – refletido neste trabalho no intercruzamento entre sociologia política e comunicação – pode levar a entendimentos e pretensões metodológicas de outras áreas. Todavia, deixamos clara a nossa filiação à área de conhecimento no sentido de investigar tais produções de sentido na medida em que entendemos as lutas por reconhecimento dos surdos, expressas na Internet como formas relacionais de produção de sentidos.

3.3.2 A análise

Duas formas de análise compuseram esta pesquisa. No caso do *site* da Feneis, o objetivo é evidenciar o modo de acionamento dos testemunhos em contexto institucional, verificar a existência de uma luta por reconhecimento moralmente motivada e engendrada por um coletivo e não apenas pelo autor/personagem daquela história. Além disso, fomos orientados por uma perspectiva relacional, em que um outro presumido representante de um

⁶³ Para José Luiz Braga (2001), o Campo de Pesquisa em Comunicação deve considerar como objeto as interações sociais, conceituadas como “[...] processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam diversas ações e objetivos que se vêem engajados e toda e qualquer atuação que solicita co-participação” (BRAGA, 2001, p. 17-18). O “olhar comunicacional”, nessa perspectiva, não é analisar a comunicação como processo que faz funcionar outra dinâmica, como, por exemplo, que faz funcionar a luta política dos surdos ou explica determinados fenômenos sociológicos. Esse olhar procura perceber o que é resultante dessas amplas interações. No caso, o que é resultante dos processos de conversação virtual dos surdos.

conjunto de expectativas e valores enraizados em sociedade é o destinatário daquela narrativa. Os testemunhos respondem a uma situação existente e às concepções existentes sobre a surdez. Nesse sentido, a análise deve revelar também qual a concepção contra a qual lutam os surdos das associações que manifestam seus testemunhos. Ou seja, qual o pressuposto ideário existente contra o qual os surdos lutam. Os passos da análise foram os seguintes:

- 1 - buscamos evidenciar o modo de acionamento dos testemunhos e o lugar onde se encontram dispostos. Em seguida, comparamos todas as histórias e extraímos os elementos semelhantes e distintos entre elas;
- 2 - estabelecemos conexões entre tais elementos e os propósitos da entidade, também expressos no *site*, para evidenciar as funções que os testemunhos desempenham em um contexto institucional;
- 3 - buscamos evidenciar traços de uma luta por reconhecimento moralmente motivada e engendrada por um coletivo;
- 4 - identificamos elementos que expressavam um combate a determinados valores e entendimentos e a partir daí montamos os pares: entendimentos enraizados x modos de vida valorizados pelos surdos sinalizados.

No caso do Orkut, o objetivo é identificar os testemunhos em blocos de *posts*, sempre em relação aos comentários precedentes e aos comentários suscitados a partir das histórias de vida. Os testemunhos funcionam como o núcleo da nossa análise, sem desconsiderar os comentários, os argumentos ou as respostas que os cercam. A partir desses testemunhos, vamos traçar um mapa da luta por reconhecimento, evidenciando, assim como no *site*, os pares opostos de sentidos. Antes, entretanto, de demonstrar o nosso passo a passo metodológico, é preciso explicitar algumas dificuldades da análise dos debates políticos gerados em formatos conversacionais. A primeira delas advém da falta de uma ordenação lógica que garanta que os argumentos e proposições sejam necessariamente respondidos. As conversações são profundamente marcadas por interseções de temas não relacionados, jogos de linguagem, brincadeiras, ironias e até mesmo ofensas. Por várias vezes, participações ligadas à questão traziam um novo posicionamento que não era levado adiante pelos participantes. A segunda dificuldade diz respeito a uma complexidade própria da conversação, que é desordenada, imprevisível e por vezes desconexa (MANSBRIDGE, 1999; DAHLBERG, 2005; HABERMAS, 2005). Os vários elementos comunicativos são acionados de forma emaranhada, que acaba por envolver elementos como as histórias de vida, argumentos, opiniões, dentre outros, de maneira desordenada. Tanto a ausência de uma lógica encadeada de respostas quanto os intercruzamentos dos vários modos discursivos são fatores

que dificultam a análise. Isso influencia a pesquisa no sentido de preender um grande esforço de organização desses posicionamentos de modo a perceber o modo como os testemunhos são acionados, em quais momentos e quais os rumos dessa conversa depois da expressão das histórias de vida.

Dessa maneira, antes de fazer a análise, organizamos e editamos as discussões, de maneira a preservar os testemunhos como núcleo central e os argumentos, as opiniões e os questionamentos que estavam encadeados a essas histórias de vida. Antes de editarmos o debate, buscamos identificar primeiramente os testemunhos e os posicionamentos que estivessem relacionados a uma mesma questão, configurando assim um bloco de conversação, com discursos inter-relacionados. Ou seja, analisamos as participações que precedem as narrativas biográficas e aquelas que são convocadas por elas. Só depois de identificarmos todos os testemunhos e os principais argumentos é que começamos a editar a conversação. Cada tópico (discussão) gerou um bloco de conversações que conservou essencialmente aquilo que buscávamos em nossas categorias: explicitação de premissas de fundo, intercâmbio de narrativas, articulações entre testemunhos e argumentos, acirramento dos debates e promoção do aprendizado coletivo. Normalmente um grande tópico, com muitas participações, gerou um bloco menor, mas não menos importante que o primeiro. Além da inviabilidade de analisar um *corpus* tão extenso, acreditamos que essa amostra é o suficiente para demonstrar a utilização dos testemunhos na luta por reconhecimento dos surdos.

Depois de montados os blocos de conversação, a nossa análise foi feita em dois momentos. Primeiramente, caracterizamos a comunidade à qual pertencia o fórum. Optamos por incluir a análise da comunidade por entender o papel relevante que ela desempenha não apenas na definição dos temas propostos, mas também na condução desses temas, na característica dos participantes, no conteúdo informacional disponível e no próprio controle interno desses fóruns na presença do moderador. Após fazermos a caracterização e a análise da comunidade, passamos aos blocos conversacionais:

- 1 - fizemos uma caracterização da discussão, buscando evidenciar os pontos semelhantes e distintos das outras conversações e marcando as controvérsias. Nesse momento olhamos para a conversação como um agregado de temas que se desdobra por meio de uma trajetória própria, identificando os picos do debate, os argumentos apresentados, a participação dos atores, dentre outros;
- 2 - em seguida, exploramos a conversação editada, de modo a analisá-la com base nas categorias propostas, sempre tendo como núcleo o testemunho;

3 - evidenciamos de que modo a luta por reconhecimento se manifestava naquela discussão;

4 - traçamos um mapa com os pares de sentido que revelam valores a serem desconstruídos pelas lutas por reconhecimento e valores a serem considerados.

Em um terceiro momento, depois de analisarmos separadamente o *site* e o Orkut, traçamos um paralelo entre o modo de acionamento dos testemunhos em ambos os espaços, de maneira a compará-los. Observamos como os testemunhos acionados na luta por reconhecimento se colocam em ambos os espaços, qual papel eles desempenham, quais premissas revelam e quais as semelhanças e distinções. Restringir a análise às comunidades do Orkut talvez fosse conveniente. Todavia, se temos como pano de fundo a luta por reconhecimento, partimos do pressuposto de que as lutas moralmente motivadas ganham espaço e força quando empreendidas por grupos atingidos, conforme visto no Capítulo 2. Logo, não faria sentido investigar lutas por reconhecimento a partir de vozes individualizadas manifestas no Orkut. Mesmo que essas vozes, em última instância, sejam conectadas a outras vozes e formem assim um coletivo.

3.3.3 As categorias

Apresentamos aqui cinco categorias concebidas como instrumental analítico para o nosso material empírico. Elas foram construídas com base na combinação entre o referencial teórico apresentado anteriormente e uma primeira análise do material empírico. Foram extraídas especialmente daquelas proposições de Iris Young que tratavam das funções do testemunho e que, de alguma maneira, contemplavam uma luta por reconhecimento. Não deixamos de considerar, também nas categorias, o lugar dos argumentos nessa luta e as especificidades do meio. Vamos apenas mencionar e descrever tais categorias, para depois desenvolvê-las junto da própria análise.

1 - Explicitação de premissas de fundo: histórias de vida que convocam sentidos de bem viver, novos ou já enraizados no cotidiano. A verificação é se o próprio testemunho consegue revelar valores e entendimentos distintos daqueles predominantemente presentes em uma comunidade de valores. Essa é a categoria de análise mais abrangente que, em última instância, acaba por abarcar também as outras categorias definidas aqui. Afinal, o intercâmbio de narrativas, a convocação de argumentos, o acirramento dos debates e o aprendizado coletivo ocorrem exatamente porque não há um compartilhamento de valores.

2 - Intercâmbio de narrativas: alguns testemunhos funcionam de modo a conectar experiências parecidas. Eles convocam a expressão de outras biografias que compartilham de um mesmo horizonte de valores. Verificaremos quais os momentos em que mais de um testemunho se apresenta de modo a confirmar o anterior.

3 - Articulações entre testemunhos e argumentos: demonstrar quando e como os argumentos vêm acompanhados dos testemunhos e quais os seus efeitos. Entendemos a relevância de considerar os argumentos junto dos testemunhos.

4 - Acirramento dos debates: momentos de tensão nos debates, convocados por distintos posicionamentos e valores, mas que podem ou não promover negociações de sentido.

5 - Promoção de aprendizado coletivo: verificar quando e como há constatações de que há aprendizado coletivo sobre questões anteriormente desconhecidas.

3.3.4 A delimitação do material empírico

Conforme dito, o nosso material empírico consiste em textos do *site* da Feneis e comunidades e fóruns do Orkut. No que diz respeito ao *site*, procuramos mapear todos os conteúdos que expressassem narrativas de vida.⁶⁴ Portanto, realizamos uma busca em todas as seções do *site*, sem exceções. Depois desse mapeamento, encontramos 25 histórias de vida, disponíveis em três seções: a) seção “De surdo para surdo”, encontrada na versão *on line* da Revista da Feneis; b) seção matérias de destaque; c) seção “Perfil”, também disponível na versão *on line* da revista da Feneis; e d) seção notícias, que reúne as notícias publicadas em vários outros meios de comunicação. Essas histórias de vida foram apresentadas de duas maneiras: em primeira e em terceira pessoa. Em outras palavras, uma parte desse material foi escrita pelas próprias pessoas que vivenciaram experiências para elas importantes e que se dispuseram a expressá-las no ambiente do site. A outra parte foi feita em formato de reportagem, em que o jornalista escreve um texto sobre a história de vida de um surdo. Optamos por analisar os 6 textos que trazem testemunhos em primeira pessoa. Os outros todos, num total de 19 histórias de vida, são contados por uma outra pessoa, em formato jornalístico.

Já no Orkut, o processo se mostrou mais complexo, uma vez que o conteúdo disponível sobre surdez era bastante numeroso e dos mais variados tipos. Para alcançar uma

⁶⁴ Todo o mapeamento do *site* da Feneis, coleta de dados e escolha do material empírico foi feito entre os dias 7 e 10 de setembro de 2007.

quantidade de material adequada à pesquisa e que tornasse a análise exequível, estabelecemos alguns critérios para o recorte das comunidades e fóruns.⁶⁵

1 - Primeiramente, fizemos uma busca pelas seguintes palavras-chave: surdos, surdo, libras, surdez, implante coclear, deficiente auditivo e língua de sinais. Nessa busca encontramos 1.902 comunidades. Acrescentamos mais 13 comunidades sobre o tema não contempladas nessa busca inicial, encontradas por meio de *hiperlinks* a partir de comunidades relacionadas. Ao todo, foram 1.915 comunidades.

2 - Em seguida, com o objetivo de conhecer melhor a maneira como os temas sobre a surdez são expressos no Orkut, estabelecemos a partir dos títulos das comunidades uma categorização primária, sem fins metodológicos (Apêndice B). Aquelas comunidades que deixavam dúvidas quanto à categoria foram visitadas a fim de encontrarmos mais informações sobre elas. Dessa categorização, concluímos que 836, ou seja, 44%, eram relacionadas a temas que não diziam respeito em nada à luta dos surdos. Pode parecer irônico, mas quando tais comunidades não se referiam ao instrumento musical surdo, traziam metáforas tais como “prefiro ser surdo do que ouvir isso” ou “Somos todos cegos, surdos e loucos”. A estas comunidades damos o nome de *off topics*.⁶⁶ Encontramos também alto número de comunidades ligadas à religião (163) ou relacionadas à localidade (111). Aquelas que se propunham, *a priori*, políticas e que se apresentavam como reivindicatórias perfazem um total de 33 comunidades, tais como “Não discrimine os surdos” ou “Globo-Respeite os surdos”. Outras 37 comunidades se referiam às associações dos surdos.

3 - Como critério de seleção, excluimos primeiramente aquelas com conteúdos *off topics* e religiosos, já que escapavam totalmente ao nosso escopo de trabalho. Em seguida, excluimos aquelas comunidades que possuíam menos de 50 participantes, guiados pela lógica de que, quanto mais pessoas, mais possibilidades de haver uma discussão e, conseqüentemente, maior possibilidade de manifestação de pontos de vista diferentes.

4 - Dentro das comunidades restantes, visitamos o fórum, onde vários tópicos⁶⁷ propõem discussões das mais variadas. Inicialmente suprimimos aqueles fóruns com conteúdos comerciais, ofertas de emprego, divulgação de eventos, além daqueles que convidavam os

⁶⁵ Todas as buscas por palavras-chave foram feitas entre os dias 11 e 30 de setembro de 2007. Os outros passos para a delimitação do objeto empírico, tais como a categorização primária das comunidades e a escolha do material a ser analisado, foram feitos entre novembro de 2007 e janeiro de 2008.

⁶⁶ O termo já é amplamente utilizado na literatura sobre Internet e caracteriza aqueles comentários que não estão diretamente relacionados ao tema proposto em um fórum ou lista de discussão.

⁶⁷ Um tópico é o mesmo que uma lista de discussão. Ou seja, dentro de cada comunidade há um fórum e, dentro de cada fórum, vários tópicos de diversos assuntos.

participantes da comunidade a se apresentarem. É verdade que nesses fóruns era possível detectar muitas histórias de vida, mas era preciso estabelecer critérios de seleção que contemplassem fóruns com diferentes pontos de vista, a fim de tornar evidente a luta por reconhecimento. Poucos são os fóruns capazes de mobilizar várias opiniões diferentes, ou, ainda, várias participações. Em geral são fóruns que se propõem apenas a divulgar evento ou notícia curta. Os fóruns com maior participação são aqueles que pedem para cada um se apresentar (tópico “Apresentem-se”), deixar seu contato (tópico “Para um maior contato coloque seu msn aqui!!”), postar frases interessantes (tópico “Pequenas Frases, Grandes Significados.”), ou mostrar porque fazem parte daquela comunidade e contar suas histórias de vida. Em seguida excluímos aqueles fóruns cujas participações eram menores que 30 *posts*.⁶⁸ Fomos orientados pela mesma lógica do item acima: fóruns “movimentados” mobilizam maior número de pontos de vista e carregam maior probabilidade de exibirem temas controversos.

5 - Por fim, restaram 25 tópicos (discussões) (Apêndice C) cujas participações contavam com mais de 30 *posts* e também expressavam diferentes pontos de vista. Os assuntos que envolvem a temática da surdez e que geram controvérsias são muitos. Envolvem, por exemplo, a polêmica sobre o uso ou não da língua de sinais e da oralização, sobre fazer ou não implante coclear nos filhos, quais os métodos educacionais adequados, o papel do intérprete de Libras, inclusão social, o namoro entre surdos e ouvintes, as leis e políticas destinadas aos surdos, dentre outros. A variedade dos debates pode parecer grande, mas depois de um exame mais apurado pudemos perceber que todos derivam de uma mesma questão: a controvérsia entre oralização e sinalização. Dessa maneira, restringimos a análise aos debates com maior participação e que envolviam esta questão primária e fruto de entendimentos distintos sobre o bem viver dos surdos. Chegamos, então, às seguintes comunidades e aos respectivos fóruns:

- a) Fórum Vergonha Surdo – Comunidade Amigos entre ouvintes e surdos – 10.852 membros – 404 *posts*;
- b) Fórum “Como fico numa reunião de ouvintes” – Comunidade Surdos Oralizados – 3.897 membros – 76 *posts*;
- c) Fórum Oralização – Comunidade Surdos Oralizados – 3.897 membros – 283 *posts*;

Cada uma dessas conversações reflete uma face do não reconhecimento da língua de sinais como forma de comunicação válida e como delineadora de modos de vida dignos. A primeira traz a discussão sobre ter ou não vergonha de se expressar em língua de sinais. A segunda discute a presença do intérprete de Libras em reuniões e apresenta questionamentos

⁶⁸ Cada *post* significa uma participação.

sobre a dependência dos surdos sinalizados em relação a esse profissional apontando certo assistencialismo. Na terceira, encontramos a opinião dos pais de surdos em relação à questão e a censura a outras formas de comunicação.

Capítulo 4

Discursos homogêneos e conversas controversas: o acionamento dos testemunhos nos diferentes ambientes virtuais

Esta análise visa identificar uma luta por reconhecimento moralmente motivada e empreendida por pessoas surdas que têm a língua de sinais como forma de comunicação e delineadora de uma cultura e identidade surdas. Nessa luta, buscamos evidenciar como os testemunhos de vida são invocados, em quais situações e de que maneira eles revelam, de um lado, premissas de bem viver e hierarquias de valores socialmente construídas e enraizadas no cotidiano e, de outro, o modo como os surdos querem ser reconhecidos.

Dividimos a nossa análise em três partes. A primeira delas visa examinar os testemunhos coletados no *site* da Feneis à luz da teoria do reconhecimento e das discussões sobre movimentos sociais e associativismo. Na segunda parte, vamos tratar do material extraído do Orkut, sempre tendo em vista as conversações políticas que se desenrolam nesse ambiente. Iniciamos com a descrição e a análise das *comunidades* por entendermos que o ambiente em que se expressam as conversações é profundamente definidor destas, sendo alguns mais ou menos favoráveis a uma luta por reconhecimento. Entendemos que os contextos das lutas por reconhecimento influenciam sobremaneira o modo pelo qual elas são levadas a cabo. Nesse sentido, não apenas o contexto social *off line*, como também o contexto virtual direciona essas expressões que buscam reconhecimento. Ainda nesta segunda parte, examinaremos um a um os *tópicos* – que, a partir deste ponto e para fins didáticos, denominaremos apenas de discussões –, para compreendermos o conjunto e a trajetória de cada um deles. Em seguida, desenvolveremos uma análise mais fina e a categorização desses debates de modo a evidenciar o lugar do testemunho e as diversas maneiras em que ele é convocado na luta por reconhecimento. Na terceira parte, evidenciaremos os principais pontos semelhantes e distintos presentes tanto no *site* quanto no Orkut.

4.1 O posicionamento institucional: histórias de vida semelhantes, discursos homogêneos

Conforme explorado no Capítulo 1, os movimentos sociais e, principalmente, as associações possuem uma série de potencialidades democráticas. Historicamente, eles têm participado de um conjunto de redefinições simbólicas extremamente relevantes para os

grupos politicamente desprivilegiados (ALVAREZ *et al.*, 2000). É possível afirmar que a diversidade de grupos que são contemplados por esses novos entendimentos é bem maior do que antigamente. As associações de surdos fazem parte desses grupos que ao longo dos anos tentam engendrar novos sentidos às noções de cidadania, de participação política e de direitos sociais. As inúmeras conquistas dos surdos representados por essas associações – já mencionadas – são prova disso.

Em geral, as conquistas são alcançadas a partir de longas negociações e confrontos com os agentes políticos, mais ou menos abertos às opiniões de grupos desfavorecidos. Conforme apontado por Warren (2001), um dos efeitos das associações é buscar fazer com que suas opiniões sejam consideradas e incorporadas às esferas políticas de decisão. Além disso, outros dois conjuntos de efeitos democráticos podem ser gerados pela vida associativa e trazem ganhos para os sujeitos e para a coletividade (WARREN, 2001). O desenvolvimento de habilidades políticas e de capacidade crítica é um desses efeitos individuais. No âmbito coletivo, as associações buscam transformar questões cotidianas em assuntos políticos por meio da visibilidade na esfera pública de discussão. Nesses fluxos comunicativos, entendimentos são negociados e, às vezes, compartilhados, de modo a desestabilizar sentidos incrustados no cotidiano social.

As identidades coletivas não poderiam deixar de ser mencionadas também no rol de possibilidades trazidas pelos movimentos sociais. No caso dos surdos, as associações são o cerne do desenvolvimento de uma identidade coletiva – às vezes sustentada por um frágil ponto de interseção, às vezes fortalecida por momentos de tensão. Nas associações, os surdos desenvolvem lógicas de pertença guiadas por uma dinâmica interativa interna e ininterrupta que move as ações coletivas.

Dessa maneira, compreendemos o importante papel das associações nas lutas por reconhecimento. Primeiro, a dinâmica associativa é responsável por criar vínculos de pertença que formam uma identidade coletiva. Questões que são alvo de inquietações e sofrimentos individuais, quando se conectam a um coletivo, passam a ser compartilhadas e a configurarem um “nós”. Esses vínculos identitários lançam luz e motivam uma ação estruturada coletivamente e que se traduz em uma luta por reconhecimento moralmente motivada. Honneth (2003) defende que os movimentos sociais são oportunidades para transformar os anseios individuais por reconhecimento em demandas coletivas. À medida que os sujeitos se sentem reconhecidos, primeiro, dentro daquela coletividade, eles ganham forças para lutar por um reconhecimento que extravase os limites do grupo.

Além disso, as associações identificam questões tidas como privadas e as traduzem para o âmbito político e social de modo a torná-las conhecidas. Essas questões, no caso dos surdos sinalizados, são temas que almejam o reconhecimento intersubjetivo do outro representante de um conjunto de valores já cristalizados. As associações apresentam à esfera pública temas que os surdos querem que ganhem visibilidade para, assim, serem discutidos, negociados e, em última instância, gerarem um reconhecimento intersubjetivamente compartilhado. Como bem coloca Honneth (2003), os movimentos sociais e associações funcionam como pontes semânticas que conectam questões privadas a questões coletivas.

Os ganhos individuais apontados por Warren (2001) também ganham ressonância na luta por reconhecimento, na medida em que os sujeitos aprendem a identificar suas preferências e a defendê-las publicamente. As capacidades políticas que advêm de uma autonomia individual e também política são essenciais para que os sujeitos saibam falar por si mesmos. Os sujeitos autores de sua própria luta por reconhecimento precisam dessas habilidades para que, em alguma medida, alcancem uma negociação mínima de sentidos na esfera pública.

A existência de um *site* de uma associação pode contribuir de inúmeras maneiras para essa luta por reconhecimento. Se levarmos em conta a distinção que Melluci (1996) criou para identificar os vários períodos pelos quais passa um movimento social – períodos de latência e períodos de visibilidade –, podemos considerar que os *sites* contribuem com esses dois momentos. Enquanto os movimentos e associações se voltam para as atividades rotineiras e cotidianas,⁶⁹ em que novas experiências são compartilhadas de maneira a criar novos códigos, eles vivenciam os períodos de latência. As informações rotineiras inseridas no *site* podem funcionar como uma maneira de evidenciar as atividades desenvolvidas nesses períodos de latência, além de continuarem a servir como fonte de informação e consulta. Nos momentos de visibilidade, quando as associações se organizam para alcançar uma projeção massiva para as suas questões, os *sites* continuam a cumprir funções de informação e consulta. Porém, tendem a ganhar um *status* de mobilização social, na medida em que convocam os sujeitos a participarem de manifestações, atos públicos, passeatas, dentre outros. Na verdade, o *site* é um instrumento de visibilidade constante, que é acessado em maior ou menor grau, de acordo com a atuação cotidiana da entidade.

Além disso, o *site* de uma associação fornece elementos para a luta por reconhecimento, na medida em que informa e esclarece questões que geram interpretações

⁶⁹ No caso das associações de surdos, esses momentos de latência se expressam nas reuniões de domingo, nos campeonatos esportivos e nas festas culturais.

distintas por parte do senso comum. É claro que informar não é suficiente, já que vários códigos estão social e culturalmente enraizados. A informação funciona como uma ferramenta importante dessa luta por reconhecimento. Ela pode servir de subsídio para a esfera pública pautar sua discussão e assim engendrar novos sentidos. Pode também arregimentar novos surdos para suas lutas ou representar uma imagem de instituição consolidada.

Diante de tantas funções de um *site* institucional, cabe nos perguntar o porquê de publicar histórias de vida em um espaço que se pretende formal e confiável. Ora, como já foi demonstrado no Capítulo 2, os testemunhos são importantes ferramentas das lutas por reconhecimento. Desempenham o papel de compartilhar experiências, sensibilizar opiniões, apresentar pontos de vista que muitas vezes não conseguem ser expressos por meio de argumentos, explicitar premissas de fundo e promover aprendizado coletivo. Enfim, parece claro o porquê de o *site* da Feneis publicar histórias de vida. Cabe agora explorar *como* o *site* faz isso, quais códigos o site busca desconstruir e em que medida os testemunhos revelam lutas por reconhecimento.

Os seis testemunhos, relatados em primeira pessoa, que coletamos do *site* da Feneis, apresentam histórias de vida bem diferentes. Temos um padre surdo, uma pedagoga, um analista de sistemas, uma estudante de gastronomia, uma professora de Letras e uma pessoa surdacega que não relatou sua profissão e que faz trabalhos voluntários com surdocegos. São profissões, trajetórias e histórias de vida diferentes, mas que guardam muitas semelhanças entre elas, semelhanças estas que uma análise mais atenta é capaz de revelar. São elas: a) presença de histórias de superação; b) ênfase no sucesso sobre as dificuldades; c) defesa da língua de sinais; d) orgulho de ser surdo; e) conexão de histórias particulares com contextos gerais; e f) militância.

O primeiro e mais evidente ponto em comum está no fato de que todos os testemunhos revelam histórias de superação. Em todas as narrativas, períodos difíceis deram lugar a histórias de sucesso. A ênfase não está nas dificuldades sofridas, mas na superação dessas dificuldades. O padre Vicente,⁷⁰ por exemplo, relata os desafios de um seminarista surdo ainda nos anos 1940. Uma das principais surpresas para ele é que, além de falar, os estudantes da época deveriam saber latim.

Entrei no Seminário Santo Antônio em 1935, quando foi aberto para receber apenas 21 alunos. Minha primeira surpresa foi descobrir que, além da língua português, era obrigatório o curso de latim. Tínhamos o desafio de estudar todo o primeiro

⁷⁰ Com exceção do Padre Vicente, que é uma figura bastante conhecida entre os surdos brasileiros, todos os outros nomes de pessoas foram substituídos por nomes fictícios.

semestre para sermos admitidos no primeiro ano de próprio Seminário Menor, onde os estudos duravam 6 anos.

Depois de estudar e passar pelo processo necessário para se tornar padre, Vicente se deparou com um outro desafio: conseguir a autorização do Papa para ser ordenado.

Fui aprovado para o Seminário Maior de São José, de teologia, terminando em 1947. Neste ano, ainda faltava a dispensa da lei canônica para que eu fosse ordenado padre por causa de surdez. [...] Em 1950, ano Santo, o Sr. Bispo, Dom Justino precisava ir a Roma e resolveu me levar para que o Papa tivesse melhor conhecimento sobre a minha pessoa e a possibilidade de me ordenar padre. [...] Ao entrar no escritório do Papa, ajoelhei-me e perguntei: “poderei ser ordenado padre?” O Santo Padre me levantou e disse: “espere e veremos”. Em seguida falava com dom Justino: “Ele já fala bem, mas precisamos estudar este caso especial e depois darei a resposta”.

Dias depois, o Papa concedeu a autorização para a ordenação do Padre Vicente.

Fiquei muito feliz. Antes de voltar ao Brasil, o Pe. João Bosco e eu fomos agradecer ao Papa Pio XII pelo resultado muito agradável para minha vida. falei com o Papa que prometia rezar por ele no dia da primeira missa. E o Papa perguntou sobre o dia da primeira missa. Eu disse que seria em setembro. Ele agradeceu dizendo: “muito obrigado!” Então, comecei a me preparar para voltar ao Brasil, a Juiz de Fora, marcando para o dia 22 de setembro de 1951 minha primeira missa. E foi no setembro Santo Antônio, onde tudo começou e aqui estou com muita alegria, ate os dias de hoje.

O testemunho relata também alguns dos trabalhos pastorais do Papa junto aos surdos e algumas barreiras de comunicação vencidas. Interessante notar que em momento algum a história de vida evidenciou alguma queixa sobre a surdez e seus percalços. Todas as dificuldades eram apresentadas como desafios e todos esses desafios no final eram superados. Tanto o aprendizado de latim quanto o processo diferenciado de ordenação (Vicente teve que esperar três anos após a conclusão dos estudos para poder ser ordenado) não foram motivo de reclamação, mas oportunidades de superação.

Alguns testemunhos encontrados no *site* da Feneis são bastante positivos, assim como o do Padre Vicente. A narrativa apresentada por João, por exemplo, é bastante entusiasmada com exaltação para as características positivas. Esse tom pode ser identificado já no título: “Surdo, batalhador e conquistador de uma grande vitória”. Assim como o testemunho acima, ela também relata a história de superação de alguém que teve problemas sérios de saúde, mas sobreviveu:

[...] tenho apenas 21 anos e a causa da minha surdez foi quando eu tinha 10 meses, era bebê, peguei uma meningite muito forte, então só tinha um jeito para sobreviver: tomar antibiótico. Sobrevivi só que perdi a audição, quase morri mas agora estou completamente feliz pois me formei no curso de Tecnologia em Informática com

ênfase em análise de sistemas da Universidade Carioca, começarei a fazer pós-graduação em curso de especialista em Tecnologia e Segurança de Rede de Computadores e trabalho na empresa Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá na área de Informática. Lembrei uma coisa que jamais esquecerei. Houve um momento inesquecível na hora da cerimônia de formatura, quando o Orador falou que sou uma pessoa esforçada, brincalhão, lutador, surdo. E todos os presentes no auditório bateram palmas bem alto. Foi inacreditável! Me emocionei, tenho uma grande conquista e continuarei caminhando para vencer e vencer.

O tom positivo também pode ser encontrado no testemunho da estudante de gastronomia, Juliana. A primeira gastrônoma surda do país relata sua trajetória e principalmente suas conquistas sem fazer queixas explícitas e sempre apresentando um tom de superação.

Aos três anos de idade fui estudar no Instituto Nossa Senhora de Londres na Gávea, onde convivi com outras crianças surdas e aprendi a ler, escrever, falar labialmente e por sinais. [...] Desenvolvi, por observação, e depois por prática, a dança de salão, com muito ritmo e excelente marcação. Também fiz aulas de balé desde os cinco anos e, a partir dos 11 anos, comecei a praticar equitação, mergulho, sapateado e passei a freqüentar bailes vespertinos de clubes e agremiações. Hoje, curso o quarto período de Gastronomia e Culinária na Faculdade Estácio de Sá e tenho ótimo aproveitamento, sendo a primeira chef aluna surda em todo o Brasil a fazer esse curso e, como não poderia deixar de ser, cozinho como ninguém e faço diversas viagens para participar de Congressos e Simpósios Gastronômicos. Consegui, com muita dificuldade, obter um intérprete de LIBRAS em minha faculdade, já que havia muito preconceito, mas, com esforço, superei o problema.

Apesar do tom menos exaltado, o testemunho da pedagoga Silvia também representa outra história de superação. Ela conta sua trajetória desde a infância até se formar em Pedagogia, os obstáculos de comunicação, o empenho da família, a luta para conseguir intérprete na faculdade e os momentos da superação. Apesar da ênfase dada às conquistas pessoais, Simone dedica mais espaço aos relatos sobre as dificuldades do que os outros testemunhos. Como este relato segue uma ordem cronológica, o texto apresenta primeiro a infância em escolas de ouvintes:

Quando criança morava em Duque de Caxias-RJ e freqüentava a escola de surdos no Instituto Nossa Senhora de Lourdes, na Gávea - Rio de Janeiro, onde entrei aos 2 e saí aos 11 anos de idade. Depois, estudei em escolas para ouvintes, de 1982 até hoje. Durante minha vida estudantil, senti muita dificuldade na leitura. [...] na escola, na maioria das vezes, colegas e professores e me tratavam como um ser menor. Me sentia completamente à margem.

Silvia conheceu a língua de sinais depois de adulta. Para ela “Esta nova ferramenta de comunicação descortinou uma nova realidade: o fim da limitação imposta pela impossibilidade de comunicação”. Neste momento do relato está a ênfase na superação. A

partir desse ponto, a pedagoga passa a frisar suas conquistas e de que forma elas foram influenciadas pela Libras.

Concluí o curso de Pedagogia – Educação Especial com Especialização em Educação na UNIVILA. [...] Agora meus planos e projetos se ampliaram significativamente. Estou também me preparando para a seleção ao mestrado na área de Educação. Lembro a todos que quero ser tratada sempre como surda que sou. Isto sim. Sou surda. E com todo o orgulho!

Em todos os testemunhos, conforme apresentado acima, a superação está diretamente relacionada à oportunidade de estudo e ao sucesso profissional. Todos os seis testemunhos revelam uma história de vida com um “final feliz”. O padre conseguiu ser ordenado, mesmo diante do estranhamento do Papa e da obrigatoriedade de aprender a falar. O analista de sistemas teve uma doença séria, mas conseguiu sobreviver e hoje tem uma vida normal com muitas conquistas. A pedagoga que foi discriminada entre os ouvintes hoje já pensa em fazer mestrado na sua área. E assim, sucessivamente, os testemunhos demonstram, um a um, trajetórias de vida semelhantes marcadas especialmente pelo sucesso na profissão e nos estudos. O sucesso nos estudos e na profissão são dois valores construídos socialmente e praticamente inquestionáveis na nossa sociedade. Segundo Honneth (2003), no terceiro âmbito do reconhecimento, os sujeitos buscam a estima social, que se desenvolve a partir da consonância entre as características e realizações individuais e o referencial valorativo compartilhado por uma determinada comunidade de valores. São estimados aqueles que podem contribuir, de alguma maneira, com os objetivos comuns a esse grupo de pessoas. Demonstrar, por meio dos testemunhos, que os surdos são capazes de contribuir com os objetivos dessa comunidade de valores é uma forma de a entidade expressar uma luta por reconhecimento no âmbito da estima social. Ao evidenciar a premissa de que os surdos podem exercer quaisquer atividades assim como os ouvintes, a instituição rebate a crença de que surdos são capazes apenas de executarem atividades braçais e de estudarem apenas o suficiente para exercerem esse tipo de trabalho. Como já foi dito, a luta por reconhecimento expressa no *site* tem como alvo o “outro presumido”, representante de determinados valores construídos socialmente. Esse outro pode ser identificado como a crença na incapacidade dos surdos. O par de sentidos *capacidade x incapacidade* revela que existem entendimentos cristalizados em sociedade que concebem o surdo como incapaz, com atrasos cognitivos e impossibilitados de avançar em uma profissão que exige maior estudo. Para alcançarem a estima social, eles buscam engendrar o entendimento de que a surdez não os impede de exercer as tarefas no âmbito do trabalho e dos estudos e que, portanto, podem contribuir com

os objetivos dessa sociedade que demandam uma atuação no mundo do trabalho e dos estudos. No caso do testemunho do padre, sua história mereceu até mesmo um lugar de destaque no *site*, funcionando assim como uma homenagem ao sacerdote, cuja trajetória expressa bem as capacidades dos surdos até mesmo na esfera religiosa.

Nessa medida, não é de se espantar que os testemunhos publicados no *site* da Feneis sejam entrecortados por entusiasmo e exaltação das capacidades dos surdos. Todos os seis testemunhos evidenciam o orgulho de terem superado todas as barreiras e comemoram os bons resultados. É uma maneira de a instituição valorizar, de um lado, os sujeitos surdos como capazes de agir e viver com as mesmas perspectivas de futuro que uma pessoa ouvinte e, de outro, o esforço que foi despendido por eles para alcançarem esse sucesso. Os testemunhos exercem nitidamente a função de comprovar e atestar um determinado fato, na medida em que eles demonstram a capacidade dos surdos por meio da própria história de vida. Além disso, segundo Honneth (2003), para alcançarem a estima social, os sujeitos devem promover uma redefinição da própria imagem para si mesmos e frente aos outros. A exaltação das próprias realizações é uma maneira de buscar essa mudança de entendimentos.

As dificuldades existem e transparecem em maior ou menor grau, dependendo do testemunho, mas, como já foi dito, elas não são o foco da narrativa. Para o padre, a dificuldade era a de ser ordenado por causa da surdez. O analista de sistemas esteve à beira da morte por causa de uma doença. Já a estudante de gastronomia teve problemas na faculdade: “consegui com muita dificuldade, obter um intérprete de LIBRAS em minha faculdade, já que havia muito preconceito, mas, com esforço, superei o problema”. A pedagoga sofreu por se sentir excluída: “na escola, na maioria das vezes, colegas e professores me tratavam como um ser menor”. Miriam, professora de Libras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conta que a sua maior dificuldade foi conseguir intérpretes de Libras não só durante os estudos, como também no exercício profissional, em reuniões pedagógicas e outros momentos que demandavam um tempo de comunicação mais extenso.

De 1996 até hoje não pude mais continuar meus estudos devido às dificuldades que tenho com a minha 2ª língua, ou seja, com a Língua Portuguesa e também a Língua Inglesa. Fato que dificulta muitíssimo o acompanhamento das aulas e também na participação em Fóruns, Encontros, Congressos, de discussões existentes nas Universidades, além de dificultar também o acompanhamento nas reuniões do departamento de Lingüística, em que eu também sou *docente*. Muitas vezes paguei do meu próprio bolso intérpretes da FENEIS para me atenderem e também contei com auxílio de meus alunos do curso de LIBRAS I que possuíam um pouco de conhecimento para interpretar e para me ajudar em atividades relacionadas às minhas aulas inaugurais nos cursos de LIBRAS do ensino de graduação.

Miriam, assim como os outros narradores/protagonistas de suas histórias, também superou as dificuldades e continuou o seu trabalho como professora de Libras. Apesar de não estudar mais, ela ainda faz parte da equipe de pesquisadores do projeto “Estudos da LIBRAS, Aquisição de Linguagem e Aplicação na Educação”, da Faculdade de Letras da UFRJ. Segundo ela, mesmo com todas as dificuldades, ela foi capaz de superar e continuar o trabalho como professora. O tom de comemoração também se apresenta neste testemunho: “Dessa maneira venho obtendo êxito em meus cursos na UFRJ”.

Além da superação, a defesa da língua de sinais e do orgulho de ser surdo é outra semelhança encontrada nos testemunhos do *site* da Feneis. A premissa de fundo revelada neste caso é a de que a língua de sinais é uma forma válida de comunicação e um elemento definidor de uma identidade e de uma cultura, das quais se tem muito orgulho. Ambas as questões vêm sempre acompanhadas dos discursos que evidenciam tanto as capacidades dos surdos quanto o orgulho em participar daquela coletividade. Quando a pedagoga Silvia diz “Sou surda. E com todo orgulho!”, ou quando o analista de sistemas João afirma “Estou realmente muito orgulhoso pelo o que eu batalhei, e ainda estou batalhando, com muita garra, mostrando que a surdez não faz mal a ninguém”, eles reafirmam a surdez não como uma deficiência, mas como um modo de viver do qual se deve ter orgulho. Expressar orgulho de ser surdo é mais uma forma de evidenciar a superação. As conquistas foram alcançadas especificamente por meio deste modo de vida gestual e não por outro estilo de vida qualquer. A ênfase nesse orgulho de vencer utilizando a língua de sinais é uma demonstração de luta pelo reconhecimento da Libras como meio válido de comunicação e merecedor de estima social. Esse modo de viver, segundo eles, proporciona-lhes uma vida normal. João afirma:

Sou capaz e vivo uma vida comum como toda a humanidade vive. Me comunico, através da libras e leitura labial, com meus pais, irmãos, amigos e no trabalho, etc, mas tenho enfrentar os obstáculos e as dificuldades de várias maneiras. Arrisco, busco os novos conhecimentos sempre mais e cada vez melhor e observo o que está faltando para acabar discriminação no Brasil. Muitas vezes quem é ouvinte não entende a diferença da cultura dos surdos e não respeitam...

Juliana, a estudante de gastronomia, após relatar sua infância tranqüila, também reforça essa idéia de normalidade na vida de pessoas surdas:

Minha adolescência foi normalíssima, tendo toda a atenção e orientação, principalmente de minha mãe, que também me esclareceu sobre a sexualidade e sempre me deu liberdade para perguntar o que fosse necessário, para que nunca fosse surpreendida.

O mais surpreendente dos casos é a história de Sonia, surdacega. Ela perdeu a audição aos seis anos e a visão aos dezenove. Ela explica que só começou a usar a língua de sinais quando ficou cega e que antes disso não se entendia como pessoa surda: “Só depois que perdi a visão que descobri que eu era uma pessoa Surda, uma vez que já estava acostumada a ouvir ‘com os olhos’, através da leitura labial, fato que para mim era normal”. No seu depoimento, ela também enfatiza a normalidade do seu cotidiano:

O meu dia-a-dia é normal. Faço de tudo em casa como: fazer comida, lavar louça, passar roupa. Desenvolvo bem trabalhos manuais, inclusive crochê. E gosto de nadar também. Entretanto, dependo de uma pessoa para me passar as informações que estão sendo ditas na televisão ou na rua. Enfim em todos os lugares. Contudo não considero essa situação como uma barreira na minha vida.

Ao demonstrar um orgulho de ser surdo e de ter uma vida normal mesmo usando a língua de sinais, os surdos revelam a premissa de que a surdez não deve ser entendida como uma falta, uma barreira ou uma deficiência. Esses surdos possuem rotinas comuns como as de qualquer outra pessoa, tais como desenvolver tarefas domésticas, vivenciar o período da adolescência e se comunicar com seus familiares. O testemunho, além de comprovar que determinado modo de vida deve ser considerado como digno e valoroso, também promove certo julgamento ao defender essa maneira de viver. Ao dizer “Sou capaz e vivo uma vida comum como toda a humanidade vive”, João reforça mais uma vez esse entendimento da surdez como configuradora de uma forma de vida merecedora de estima social, cujos obstáculos podem ser superados. Essas expressões demonstram uma luta por reconhecimento da surdez enquanto uma minoria lingüística que conflagra um determinado modo de vida, e não como deficiência ou falta. Do próprio testemunho deles podem ser extraídas frases que demonstram os valores enraizados que desvalorizam a língua de sinais. Ao afirmarem categoricamente “sou capaz” ou “minha adolescência foi normalíssima”, eles deixam transparecer que existem pré-julgamentos sobre a capacidade ou a normalidade dos surdos e contra os quais eles devem lutar. O que é *normal* ou *anormal* para eles pode não o ser para os outros. O fato de se comunicarem de outro modo não é, de maneira alguma, uma forma de “anormalidade”. O adjetivo “normal” é empregado para caracterizar modos de vida diferentes, mas considerados como válidos e dignos de valor. Há uma contestação implícita do entendimento da surdez e da língua de sinais como “anormais”. Ao dizerem “meu dia-a-dia é normal” ou “minha adolescência foi normalíssima”, há uma refutação implícita da concepção de surdez como algo anormal ou sem valor.

No testemunho de João, esse entendimento deixa de ser subentendido quando ele diz “muitas vezes quem é ouvinte não entende a diferença da cultura dos surdos e não respeitam...”. A cultura surda e o orgulho de ser surdo são mencionados como formas de vida que devem ser reconhecidas como válidas em vez de serem taxadas como inferiores.

A língua de sinais também é frequentemente mencionada como símbolo desse orgulho e dessa cultura surda. Em todas as histórias, ela se apresenta como parte da vida dos surdos e importante para a vivência desses surdos no mundo. Tanto a pedagoga quanto a estudante de gastronomia e a professora de Libras lutaram pelo direito de terem intérpretes de Libras. O analista de sistemas, a moça surdacega e o padre se declaram surdos sinalizados e defendem a cultura surda. Interessante notar que todas as histórias são permeadas pela língua de sinais. Ou alguns surdos a conhecem desde a infância ou a conheceram na fase adulta. Para Silvia, por exemplo, o acesso à língua de sinais foi o responsável pelo fim das barreiras de comunicação: “Esta nova ferramenta de comunicação descortinou uma nova realidade: o fim da limitação imposta pela impossibilidade de comunicação”. Nota-se que não há apenas uma defesa pela valorização das pessoas surdas, mas também uma sustentação do valor da língua de sinais para essas pessoas. A tentativa é não apenas romper com os estigmas gerados pelo entendimento da surdez enquanto falta, mas também desmistificar as questões que envolvem a língua de sinais. Para a pedagoga, que foi oralizada desde a infância, a comunicação apenas se tornou completa quando ela passou a ser visual. Antes, apenas com a leitura labial e a oralização, várias limitações lhe eram impostas, e a comunicação não era completamente satisfeita. Ao dizer isso, Silvia defende a língua de sinais como completa, diferentemente do que muitas pessoas em sociedade acreditam. Existem enraizadas fortemente a premissa e a crença de que a Libras é uma língua inferior, incompleta e incapaz de transmitir todos os conteúdos. Muitos nem sequer a consideram um sistema lingüístico, e sim um código superficial. Dessa maneira, podemos entender que à premissa da língua de sinais como *inferior, incompleta e pouco abstrata* se opõe o entendimento dela como *código lingüístico completo com o mesmo status de língua*. Sendo assim, o *site* expressa uma luta por reconhecimento evidenciando que a língua de sinais, meio de comunicação espaço-visual, é tão valoroso e merecedor de respeito e de estima quanto as outras línguas existentes. Há uma tentativa de redefinição da imagem que se tem da Libras.

Ainda a respeito da defesa da língua de sinais, outro ponto em comum nas histórias coletadas é a articulação entre os testemunhos e outras formas de comunicação, tais como opiniões, impressões, questionamentos e especialmente argumentos. Em outras palavras, a defesa da língua de sinais vai além do próprio testemunho; as histórias de vida geram

impressões, opiniões e expressões em defesa da língua de sinais. Mediante a experiência de vida desses sujeitos, eles passaram a desenvolver seus pontos de vista favoráveis à língua de sinais. Alguns chegam até a criticar o oralismo. A professora de Libras Miriam, após contar suas dificuldades com a falta de intérpretes no ambiente de trabalho e a forma como superou isso, argumenta que ainda há pouco investimento na formação de intérpretes de Libras e na área de educação surdos:

Somente no ano de 2002, com muita luta e esforço, a Língua de Sinais foi reconhecida como Língua oficial dos Surdos, através da Lei da LIBRAS nº 10.436. Apesar de ter conseguido essa vitória, ainda há muitas metas a serem atingidas em escolas e universidades públicas para que se tenham professores Surdos Mestres ou Doutores, também para que se tenham Intérpretes de LIBRAS, assim como professores bilíngües, para atuarem em salas de aula em todas as áreas, para que o surdo sinta tranquilidade em seus estudos, pois a 1ª língua dos Surdos é a LIBRAS.

Miriam encerra o seu depoimento com um apelo pela melhoria da educação dos surdos e pelo respeito aos direitos dessa minoria lingüística: “Até quando os Surdos brasileiros vão esperar pela garantia do direito à sua Língua natural da LIBRAS e aos serviços de Intérpretes de LIBRAS? É um ABSURDO o que reivindicamos? Queremos respostas e ações.” Observa-se, primeiro, que a história de vida da professora de Libras vem acompanhada de um forte questionamento sobre o despreparo ou ausência de profissionais capacitados para atuar com surdos nas escolas e universidades. O seu depoimento está diretamente ligado aos seus questionamentos e dá respaldo a eles. Miriam vivenciou a falta de intérpretes de Libras no seu ambiente de trabalho, que também é um ambiente educacional. Dessa maneira, seu testemunho comprova e atesta que a ausência desses profissionais é prejudicial à educação dos surdos, além de julgar como digno e valoroso esse modo de comunicação. Outro ponto interessante desse posicionamento é a constatação de que não bastou o reconhecimento legal da Libras e que ainda há muito o que fazer no ambiente educacional, o que corrobora o pensamento de Honneth sobre a luta por reconhecimento. Ao desenvolver a Teoria do Reconhecimento em três âmbitos distintos, o autor explica que ambos estão inter-relacionados e que o real reconhecimento intersubjetivamente compartilhado deve contemplar os três âmbitos. Dessa maneira, nem as leis do estado e nem as convicções morais dos sujeitos isolados são capazes de contemplar uma luta por reconhecimento. Ela deve estar ancorada nas relações sociais e interconectar as esferas íntima, social e legal. Sendo assim, apenas a promulgação da lei da Libras não é suficiente para garantir nem o seu cumprimento e nem a consideração desta lei como extensão de uma forma de vida digna e valorosa. É preciso que haja um reconhecimento intersubjetivo não apenas no âmbito da normatividade como também

nos outros âmbitos. Um terceiro ponto de relevância a ser examinado sobre os comentários acima é que há uma justificativa para as reivindicações da professora de Libras. Ela acredita que “a primeira língua dos surdos é a Libras” e que, portanto, eles têm o direito a esse tratamento educacional diferenciado. Observa-se que o texto publicado no *site* da Feneis em forma de testemunho convoca também conclusões, impressões e argumentações. Não bastou apenas contar sua história de vida. Miriam precisou também expressar sua indignação a respeito da falta de intérpretes, o que a prejudica muito. Além disso, ela argumentou sobre o porque de merecer um tratamento diferenciado.

A conexão entre testemunhos e argumentos pode ser evidenciada também no testemunho da pedagoga. Depois de contar as suas dificuldades na infância, Silvia demonstra o momento de superação e em seguida faz uma defesa da língua de sinais.

Afirmo e reafirmo categoricamente que um surdo não é “cópia de ouvinte”, mas, apenas surdo. Isso implica dizer, entre outras coisas, que a leitura labial não garante o aprendizado de todo o conteúdo. Ao contrário! Perde-se muito. Por isso a minha intensa luta para ter um intérprete de Libras na sala de aula. Esta é a melhor alternativa disponível atualmente, mas está longe de ser a condição ideal para o surdo, uma vez que ainda assim, ele não tem uma Língua compartilhada com a sala de aula.

A própria história de vida de Silvia evidencia que “a leitura labial não garante o aprendizado de todo o conteúdo”. Entretanto, além de contar sua história, ela enfatiza o argumento da incompletude da língua oral para surdos na forma de argumento. A expressão das histórias de vida, na maioria dos casos, vem acompanhada de argumentos, impressões e opiniões que reforcem o seu posicionamento. Percebe-se que, muitas vezes, os testemunhos em si mesmos podem não ser capazes de revelar uma luta por reconhecimento. A expressão de pontos de vista combinados com as histórias de vida revelam ou reforçam o sentido daquele testemunho.

Tanto no argumento de Miriam quanto no de Silvia podemos identificar uma conexão de situações particulares a contextos coletivos. A experiência da falta de intérpretes em sala de aula, quando conectada a um contexto geral da educação, em ambos os casos, evidencia que não apenas as duas passaram por essas dificuldades, mas que é um fato recorrente na educação de surdos brasileira. Dryzek (2000) defende que o valor de um testemunho em um contexto de discussão política pode ser identificado pela ausência de coerção e pela conexão entre situações particulares e coletivas.⁷¹

⁷¹ Embora não estejamos tratando de um contexto de discussão (o material analisado faz parte do conteúdo estático do *site* da Feneis), vale a pena considerar um dos critérios utilizados por Dryzek (2002) para saber se os testemunhos são realmente válidos e aceitos.

Outras expressões denunciam o desrespeito sofrido pelos surdos e também promovem essa conexão. João, depois de contar a sua história de sucesso, afirma que “muitas vezes quem é ouvinte não entende a diferença da cultura dos surdos e não respeitam...”. A constatação de existência de desrespeito, embora não seja o foco dos testemunhos, atesta que há uma rejeição a determinado modo de vida que pode ser generalizada. Tendemos a considerar que vários surdos também são vítimas desse preconceito e não só João. Na verdade, o próprio fato de um *site* institucional agrupar vários testemunhos com as mesmas características é uma evidência de que essas histórias de vida são exemplos de situações vividas por um grupo social e não apenas por aquelas pessoas.

A influência da língua de sinais na vida dessas pessoas que contam suas histórias de vida é tão grande que em todos os testemunhos, sem exceção, encontramos traços de militância política. Silvia e seus pais fundaram o Instituto Mãos que Falam, que “tem como missão proporcionar o aprendizado e o uso da Libras para o maior número de pessoas e instituições, dentro do menor tempo possível, contribuindo de modo forte para a inclusão real da pessoa surda”. Juliana trabalha atualmente como voluntária na fiscalização dos direitos das pessoas com deficiência em bares, restaurantes, hotéis e eventos. Ela sugere *menus* em braile para cegos e comunicação em Libras para os surdos.

Os famosos Gourmets devem se preocupar com o atendimento especial aos deficientes, para que eles possam deglutir suas refeições com o devido prazer. Há inúmeros turistas deficientes que percorrem o nosso país. Nos países civilizados, existem Chefs surdos, quem sabe aqui no Brasil não posso ser a pioneira.

João é responsável pelo *site* SurdosRIO, que reúne os surdos da cidade do Rio de Janeiro; Sonia é voluntária na Associação Brasileira de Surdoscegos; e Miriam é militante do Movimento Surdo do Rio de Janeiro. O envolvimento direto ou indireto com a causa dos surdos sinalizados tende a motivar a expressão dos testemunhos, na medida em que os sujeitos são parte dessa coletividade e compreendem o quão importante é evidenciar para outras pessoas os seus valores e suas premissas de bem viver. Os surdos que já conhecem e já fazem parte de associações de surdos provavelmente já se sentem pertencentes àquela identidade coletiva que caracteriza um “nós” motivador de lutas por reconhecimento. Eles tendem a desenvolver autonomia individual e política (WARREN, 2001) que resulta em habilidades de identificarem as próprias preferências e expressá-las de modo a buscarem reconhecimento. Segundo Warren (2001), o associativismo possui efeitos potencialmente democráticos nos indivíduos, pois pode contribuir para o desenvolvimento individual e político dos mesmos. Sujeitos que participam de associações, segundo o autor, estão propensos aos efeitos

individuais potencialmente democráticos engendrados pelas associações. Eles consistem no desenvolvimento da autoconfiança, essencial para que os sujeitos se sintam seguros para se expressarem; na obtenção de informações, que subsidiam o posicionamento diante do outro e auxiliam na identificação das preferências; no desenvolvimento de habilidades políticas, tais como falar em público e sustentar seus pontos de vista; na obtenção de habilidades críticas, importante para desenvolver reflexões, posicionamentos e contribuições para a coletividade; e no cultivo de virtudes cívicas. Entendido dessa forma, espera-se que os envolvidos com as questões dos surdos sinalizados, tais como os militantes das associações, estejam aptos a identificarem os momentos de desrespeito, questionarem-nos e promoverem uma reação frente a eles. Além disso, eles tendem a estar mais capacitados para o agir político e compreendem as estratégias da associação como parte de uma ação coletiva com pretensões políticas.

Além disso, as lógicas de pertença são reveladas não só pelo fato de todos eles serem militantes, mas também pelas expressões que mencionam o respeito à “cultura surda” ou o “orgulho de ser surdo”. Isso fica evidente também quando os testemunhos conectam as questões particulares a contextos coletivos. Situações de desrespeito, casos de superação e outras circunstâncias vividas são parte do cotidiano de muitos ouros surdos. Assim, os narradores de suas histórias revelam lógicas de pertença a uma identidade coletiva cujos pontos de coesão são a surdez e a língua de sinais.

Importante observar também que, conforme hipótese levantada ao longo deste trabalho, as histórias de vida acionadas nas lutas por reconhecimento expressas no *site* da Feneis não contemplam as controvérsias e as opiniões distintas. Nenhum surdo que defende o oralismo publicou ali a sua história de vida, ou porque não quis, ou porque não foi permitido. Entendemos que as associações buscam, em alguma medida, filtrar os conteúdos publicados no *site*. Isso fica evidente no momento em que encontramos tantas características parecidas entre os testemunhos. É clara a homogeneidade não apenas entre as opiniões, como também entre os próprios testemunhos. As trajetórias são muito parecidas, e o modo como são relatadas torna ainda mais evidente essa homogeneidade no discurso da entidade. Os pontos semelhantes identificados em nossa análise também reforçam essa característica: ênfase nas histórias de superação; dificuldades mencionadas apenas com o objetivo de revelar o êxito do desafio superado; defesa da língua de sinais, da cultura e do orgulho de ser surdo; conexão entre contextos particulares e coletivos e discurso militante.

Conforme Melluci (1996) ressalta, os movimentos sociais – no nosso caso restringimos a análise à associação representante dos surdos – possuem dinâmicas internas

que transitam entre a heterogeneidade e a homogeneidade. A complexidade interna de uma associação de surdos gera conflitos que muitas vezes se aproximam de momentos de crise. Entretanto, cabe enfatizar que, externamente, uma associação tende a não demonstrar essa heterogeneidade exatamente porque não pode e não deve explicitar ambigüidade de valores, dispersão de interesses e, em última instância, abrir margem para a contestação.⁷² O *site* da Feneis, como um instrumento de comunicação criado estrategicamente para dar visibilidade, tematizar questões e mobilizar novos adeptos, tende a publicar conteúdos que legitimem o posicionamento da instituição. Embora esse posicionamento esconda os conflitos e divergências, aquele ponto de interseção apontado por Melluci (1996) como definidor de uma identidade coletiva ainda é o responsável por garantir uma unidade mínima a essa associação. Às vezes frágil, às vezes consolidado, é esse ponto de interseção que conforma a identidade coletiva dos surdos e faz com que a Feneis seja a representante desses surdos que optaram pela língua de sinais.

O discurso homogêneo do *site* da Feneis, portanto, é justificável, na medida em que a associação se ancora na identidade coletiva dos surdos sinalizados. A luta por reconhecimento dessa coletividade consiste em defender a língua de sinais como modo válido de comunicação e como elemento essencial a uma cultura surda e em valorizar todos aqueles que tiveram êxito com esse modo de vida e que superaram as dificuldades. Os testemunhos legitimam essa luta por reconhecimento. Os atores se reconhecem parte desse coletivo e ao mesmo tempo reiteram a sua individualidade ao contar as suas histórias de vida.

Além disso, se as associações têm como objetivo lutar por redefinições simbólicas, devem ter certeza de quais redefinições querem promover e quais entendimentos querem que sejam aceitos. A luta por reconhecimento envolve essa redefinição da imagem pelos próprios sujeitos e pelo “outro presumido”, representante de determinada hierarquia de valores. O discurso homogêneo, nesse sentido, demonstra um ponto de vista definido de determinada instituição. A voz associativa que se coloca frente à esfera pública de discussão é uma voz que *representa* um grupo de pessoas e, portanto, possui características que demonstram o porquê de aquele grupo estar reunido e de estar sob a representação de uma associação. Os potenciais efeitos de esfera pública apresentados por Warren (2001), tais como a representação das diferenças e o desenvolvimento de uma comunicação pública com vistas à deliberação,

⁷² A heterogeneidade, na verdade, não significa um ponto negativo, mas sim uma complexidade interna e plural, própria dos movimentos sociais. O problema é quando essa heterogeneidade interna gera fraturas nesses movimentos. Como afirma Melluci (1996), a dinâmica interna de um movimento social transita entre dois pólos: homogeneidade e heterogeneidade. Se ele atinge a extremidade dessa heterogeneidade, chega ao ápice de suas diferenças, não conseguindo manter, assim, sequer um ponto de interseção que pode unificar uma identidade coletiva.

demandam que uma voz associativa realmente fale pelos seus representados. Isso implica, no caso dos surdos, considerar uma dada identidade coletiva reunida por alguns pontos em comum. O discurso homogêneo tematiza questões e promove espaços de negociação exatamente com elementos comuns a essa identidade coletiva. Nos testemunhos, esses elementos se mostram reunidos na defesa da língua de sinais, da cultura e da identidade surda, na demonstração das capacidades dos surdos sinalizados e na exaltação destas. Retomando Honneth (2003),

quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social [...]. (2003, p. 208)

Além disso, é nítida a luta por reconhecimento, especialmente no terceiro âmbito. Há constante reafirmação das potencialidades dos surdos nas mais diversas áreas, tais como ensino superior, profissão e família. Entendemos que as demonstrações das capacidades dos sujeitos via testemunhos buscam desestabilizar entendimentos e valores compartilhados socialmente e que fazem parte de uma hierarquia valorativa que não é exatamente aquela que eles possuem. Este outro presumido que se coloca como destinatário do conteúdo dos *sites* é exatamente aquele que entende os surdos como incapazes, inferiores, analfabetos funcionais, com dificuldades de aprendizado e capazes apenas de exercerem atividades braçais. A reunião de experiências assim em um mesmo *site* reflete uma luta coletiva – não despida de conflitos –, mas que ganha homogeneidade nos meios de comunicação da instituição. As lutas por reconhecimento moralmente motivadas, para ganharem fôlego, dependem dos movimentos sociais e das coletividades responsáveis por conectarem experiências individuais às experiências coletivas (HONNETH, 2003). Essa conexão funcionaria como uma “ponte semântica” que traduz problemas e questões individuais para a coletividade. Tal luta coletiva busca a ampliação das formas de reconhecimento em sociedade e, em última instância, uma evolução moral.

A questão é que, quando essa voz homogênea fala por aqueles que não se sentem representados por ela, podem surgir conflitos das mais diversas naturezas. A representação discursiva (DRYZEK; NIEMAYER, 2006) é uma espécie de representação que não passou pelo consentimento dos representados, ou seja, onde não houve processo de eleição ou escolha. Mesmo sem esses procedimentos, algumas instituições ou pessoas falam em nome de determinadas coletividades. Muitas vezes isso, acontece com as associações de surdos, que respondem por *todos* os surdos de uma localidade sem antes conhecerem seus reais anseios.

Como já foi dito, a diversidade dos surdos brasileiros é muito grande, e é possível que as premissas de boa vida, os anseios e reivindicações sejam diferentes para cada um deles. Isso vai se mostrar mais claro com a análise das conversações do Orkut.

4.2 Conversações no Orkut: os testemunhos acionados em meio a controvérsias

Enquanto no *site* da Feneis os conteúdos estão dispostos de maneira estática e, portanto, sem interações, nos fóruns do Orkut há maior pluralidade de participações. Conforme dito, elas se configuram como uma conversa que, no material empírico escolhido, tende a evoluir para discussões políticas. Sendo assim, não podemos analisar os dois ambientes virtuais da mesma maneira. Para examinar o material extraído do Orkut, optamos por nos guiar pelas teorias que tratam da conversação cotidiana e da discussão política. Esta é uma forma de olharmos para o nosso material e considerarmos a dinâmica que perpassa a sua constituição. Para justificar nosso ponto de vista, antes de passarmos para a análise propriamente dita, primeiramente faremos uma revisão dos principais conceitos e das principais funções da conversação⁷³ e da discussão política, além de apontarmos algumas distinções entre a conversação face a face e a *on line*, relevantes para o entendimento do nosso objeto de pesquisa. Só então passaremos à análise.

4.2.1 Conversação: do cotidiano ao político

Como parte do conjunto das relações sociais e impulsionadora das mesmas, a conversação exerce um relevante papel em todos os setores da vida, do mais íntimo ao mais público. Gabriel Tarde (1901), já apontava para o valor da conversação na formação da opinião, como uma “pequena fonte invisível que escoia em todo o tempo e em todo lugar com um fluxo desigual” (p. 94). Para Tarde, a conversação é entendida como “todo diálogo sem utilidade direta e imediata, em que se fala sobretudo por falar, por prazer, por distração, por polidez” (p. 95), e nem por isso é menos relevante para a concepção e formulação de opiniões. O simples ato de voltar a atenção a outrem para se engajar em uma conversação já demonstra uma predisposição à troca de idéias, por mais simples que elas sejam. Este primeiro passo, seguido da incorporação de novos elementos e novas informações nutre as conversações,

⁷³ A literatura utilizada neste trabalho para tratar das conversações deriva fundamentalmente das teorias deliberativas e considera estas conversações como estágios anteriores à deliberação.

podendo levar a questionamentos, reflexões, justificações e até mesmo à mudança de posicionamento. Importante salientar, que essa conversação envolve não apenas o simples falar, mas principalmente a dinâmica de ouvir e ser ouvido. É no momento em que se ouve o outro que o exercício da reflexão se torna possível, estabelecendo assim uma conexão entre os participantes da conversa (BARBER, 1984).

Barber (1984) considera a conversação o coração de uma democracia forte e que o seu sentido é quase sinônimo de política. Para Mansbridge (1999), ela é uma parte crucial da política baseada nos ideais deliberativos, assim como os fóruns, as assembleias formais ou a mídia. São vários tipos de conversação com maior ou menor grau de formalidade. Para a autora, “a conversação cotidiana entre os cidadãos, sobre problemas que o público deve discutir, prepara caminho para as decisões governamentais formais e para as decisões coletivas” (1999, p. 212). Nos lares, locais de trabalho, grupos de amigos e nos discursos informais *on line*, a conversação exerce forte influência no desenvolvimento primário de questões políticas, mesmo de forma não-intencional ou não-racional. Assuntos e ambientes que inicialmente não se propõe políticos podem culminar em debates reflexivos com troca de argumentos e mudanças de entendimento.

É nesses momentos também que algumas questões anteriormente desconhecidas podem vir à tona. No caso dos surdos, isso é muito comum, pois questões de identidade e cultura surda são ainda bastante ignoradas. Para Hannah Arendt (1958), as idéias, os fatos e as experiências devem ser comunicados, pois aquilo que ainda estava no plano obscuro do pensamento se torna realidade através de uma comunicação intersubjetiva e passa a fazer parte de um conjunto compartilhado de idéias materializadas pelo discurso. Nesse sentido, questões antes consideradas individuais podem se tornar coletivas. Posicionamentos, desejos, premissas e testemunhos, ao serem comunicados, podem alcançar fértil terreno naquele outro que se identifica com as mesmas questões, conformando assim identidades e demandas coletivas. “O pessoal torna-se político quando lutas individuais conectam-se conceitualmente com uma luta normativa ampla por igual status na política como um todo” (1999, p. 216).

Nessa direção, Barber (1984) considera como uma das principais funções da conversação a criação de interesses públicos e a conformação de uma comunidade capaz de buscar o bem comum. Para ele, a existência de comunidades de interesse, que se mantêm por meio da conversação, é fortalecedora da democracia. Além disso, para o autor, além da conformação de questões coletivas, a conversação também torna indivíduos capazes de se expressarem, discordarem, reformularem argumentos e ressignificarem questões. A autonomia individual e política, assim, se faz essencial não só para identificar com clareza as próprias

preferências, como também para expressá-las e justificá-las. Este ponto em muito nos interessa, pois são exatamente essas características que fazem com que os surdos empreendam lutas discursivas na Internet por reconhecimento.

As mesmas características, entretanto, quando não contempladas são também inibidoras do engajamento em discussões políticas. Conover (2002) e seus colegas identificaram em pesquisa recente feita nos Estados Unidos e na Inglaterra que boa parte dos entrevistados evita se engajar nos debates por receio de se expor e ter sua privacidade invadida, porque não se sentir confortável em justificar suas preferências, por medo de ter suas opiniões mudadas, para evitar discussões apaixonadas ou para não ofender ninguém. Por esses motivos, a maioria das pessoas prefere discussões políticas no âmbito privado onde estão menos sujeitas à contestação e onde há maior oportunidade de participação igual. Outras pesquisas recentes também têm identificado que esses espaços informais de discussões, essencialmente os espaços privados (casas, locais de trabalho ou encontro de amigos), são mais profícuos em propiciar discussões políticas do que os espaços públicos (MARQUES; ROCHA, 2006; BENETT, 2000; WYATT, 2000). O principal achado dessas pesquisas é que discussões políticas privadas contribuem com a deliberação e conseqüentemente com o sistema político em geral. Para esses autores, os efeitos das discussões são extremamente positivos em termos educativos: os cidadãos passam a ter mais clareza sobre as próprias preferências, testam suas opiniões e há também a possibilidade de adquirir competências políticas e capacidades individuais.

Para os nossos propósitos nesta pesquisa, vale ressaltar o caráter público do Orkut, já que abre espaço para a participação de qualquer cidadão. É claro que o acesso a essa discussão depende de algumas condições, tais como: acesso a computadores, conhecimento da existência de determinada comunidade e permissão do moderador do grupo. Entretanto, ainda assim consideramos as comunidades públicas, pois tais fatores são, na maioria das vezes, insuficientes para impedir o acesso à discussão. A figura do moderador, por exemplo, normalmente tem pouca atuação. Geralmente isso permite maior abertura à participação de novos membros na comunidade.

Além disso, no caso dos surdos, a luta por reconhecimento envolve também uma ação discursiva frente ao outro desconhecido. As discussões privadas são bastante válidas para a luta por reconhecimento na esfera íntima. Mas, nas outras esferas, um esforço de publicizar questões deve ser feito. Para transformarem o paradigma da normalidade, extremamente enraizado na prática social, os surdos se engajam em discussões não só públicas, como também de alto teor contestatório.

Nem sempre essa conversação cotidiana é autoconsciente, reflexiva e deliberativa (MANSBRIDGE, 1999), e, na maioria das vezes, as conversações são “espontâneas, desestruturadas e sem metas claras” (CONNOVER, 2002, p. 24),⁷⁴ como uma “aventura intelectual não ensaiada, que não precisa ser clara e precisa” (BARBER, 1984, p. 184). Mas nem por isso deixam de ser relevantes para a democracia e para a deliberação. Mansbridge (1999) considera que essas situações informais não são como a esfera pública teorizada por Jürgen Habermas, onde o discurso é racional, orientado para o entendimento e baseado fundamentalmente na argumentação (HABERMAS, 1997). A autora busca incluir a questão da emoção como mais um elemento presente na deliberação. Afinal, as conversas acabam por despertar reações nas pessoas, tais como entendimento, desprezo, interesse, apropriação, entre outras. E essa conversação que se dá nos mais diversos locais reúne tanto os ativistas dos movimentos sociais, quanto os não-ativistas em dinâmicas nas quais a política está presente. É o que ela chama de ativismo dos não-ativistas. Pessoas, a princípio desvinculadas de questões políticas acabam por se manifestarem politicamente por meio da conversação.

Na prática, tais conversações cotidianas políticas – que se manifestam de maneira espontânea, desconexa e descompromissada – são constituídas a partir de um entrelaçamento de vários elementos de maneira desorganizada. Argumentos, testemunhos, retóricas, jogos de linguagem, ironia, ofensas, barganhas expressões de afeto ou de emoção, todos esses modos comunicativos se aglutinam e se sobrepõem em uma trama tão densa de sentidos que na maioria das vezes fica difícil distingui-los. Isso não invalida seu valor democrático, na medida em que não inviabiliza a contribuição às esferas públicas de discussão.⁷⁵ Dahlberg⁷⁶ (2005) argumenta que a concepção de esfera pública, conforme descrita por Habermas, deve ser ampliada de modo a considerar os aspectos estético-afetivos, “os quais claramente não podem e não precisam ser completamente separados da comunicação racional” (p. 116). Assim, a comunicação voltada para o entendimento que Habermas defende não deve ser lida nos moldes da exclusão desses modos estético-afetivos de comunicação. Os critérios de reflexividade, imparcialidade e contestação racional com pretensão de validade, apontados como fundamentais à esfera pública, podem bem conviver com expressões como o testemunho e a

⁷⁴ Cabe ressaltar que Conover fala da importância da conversação para se chegar a uma “discussão política”. Em vez de deliberação, a autora acredita que o termo discussão política melhor descreve a atual dinâmica política e discursiva dos cidadãos. A deliberação é por demais rigorosa nos seus critérios normativos e por isso é pouco frequente e, na maioria das vezes, não atende a todos os critérios, como, por exemplo, a igualdade de acesso.

⁷⁵ Podemos considerar as conversas políticas do Orkut como espaços discursivos que contribuem com discussões mais amplas empreendidas na esfera pública que discute determinadas temáticas.

⁷⁶ Assim como Dryzek (2002), o autor não deixa de fazer a ressalva de que nem todos os modos comunicativos podem ser positivos para a esfera pública e de que eles devem ser avaliados principalmente segundo o critério da não-coerção.

retórica, dentre outras. Em outras palavras, eles podem contemplar a inclusão, a igualdade de participação e o respeito mútuo – critérios sustentados como relevantes para os críticos da esfera pública nos moldes habermasianos –, incluindo as expressões estético-afetivas. A razão, para o autor, não exclui a emoção. O próprio Habermas (2005) assume em obra posterior que “a deliberação política, amplamente entendida, responde a diferentes assuntos com diferentes lógicas e modos de comunicação” (HABERMAS, 2005, p. 387).

Até agora trabalhamos na perspectiva de que as conversações mais simples podem culminar em importantes discussões políticas, além de trazerem amplo conjunto de benefícios democráticos. É sob essa ótica que pretendemos olhar para o nosso objeto empírico. Entretanto, vale a pena apresentar alguns pontos de vista distintos do que apresentamos até agora. No texto “Porque a conversação não é a alma da democracia?”,⁷⁷ Schudson (1997) afirma de forma contundente que a conversação deve ser dividida em dois tipos: a conversação social e a conversação que busca a solução de problemas. Para ele, as conversas sociáveis em nada sugerem uma ligação com a democracia, não possuem regras de participação, não são públicas e na maioria das vezes não contam com vozes dissonantes. As conversas políticas, sim, são essenciais à democracia, pois buscam soluções para conflitos, definem políticas públicas e resguardam interesses pessoais. Scheufele (2000), assim como alguns autores citados acima, discorda de Schudson (1997) por considerar seu modelo essencialmente simplificado e dicotômico. Scheufele (2000) sustenta que ambos são importantes para a democracia e que as conversações sociáveis serviriam de insumo para o maior consumo de notícias e informações que auxiliam no preparo para a deliberação e no estabelecimento de capital social.⁷⁸ Para nós, a conversação seria como um embrião das discussões políticas, principalmente nos casos que envolvem a luta por reconhecimento. Nesse sentido, a dinâmica discursiva transpor-se-ia de uma ponta a outra, de uma dinâmica mais descomprometida a calorosas discussões acerca do reconhecimento.

Importante salientar também que a perspectiva de Schudson (1997) está bastante vinculada à concepção de Estado como centro do sistema político e à concepção de busca de consensos, o que não é o nosso foco. Segundo Mansbridge (1999), há algumas decisões que não precisam passar pelo Estado e que não demandam nenhuma ação por parte do governo. Esse é o caso de muitas questões referentes ao Movimento Surdo. As questões de estima social devem ser tratadas no âmbito da sociedade, com a busca pela mudança de entendimento sobre

⁷⁷ A idéia da conversação face a face como alma da vida democrática provém das obras do filósofo John Dewey (1927).

⁷⁸ Termo utilizado por Putnam para se referir às redes de compromisso cívico, às normas de confiança mútua e à riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local.

as potencialidades dos surdos. O ativismo, nesse sentido, é feito por meio do discurso informal com vistas a mudar ações e crenças dos outros. Essas conversas podem gerar conflitos, debates e aceitação de novas idéias, promovendo novos esquemas interpretativos, removendo convicções e alterando comportamentos.

Acreditamos que esse contato baseado na experiência cotidiana é o responsável por gerar uma visão política do mundo que nos rodeia. Quando Mansbridge retoma a afirmação de Dewey de que “o pessoal é político”, acredita-se que ela queira dizer que experiências cotidianas, quando ligadas por meio do discurso, umas às outras, podem gerar conversações políticas importantes, sem quererem, necessariamente, influenciar decisões num primeiro momento.

Em toda a literatura sobre conversação que apresentamos nesta seção, a característica face a face é essencialmente priorizada, com exceção da pesquisa empírica de Wyatt, que, além de investigar a conversação em casa, no trabalho, clubes e organizações cívicas, cultos e restaurantes, também se preocupou em contemplar a conversação que se dá na forma de e-mails.⁷⁹ Na nossa pesquisa, é preciso deixar claro, de maneira alguma consideramos a conversação face a face como igual à conversação *on line*, apesar de ser de nosso conhecimento que esta última está sempre indissociada da primeira. Elas têm características semelhantes e distintas, apresentadas na subseção a seguir.

Conversação face a face x conversação on line

O fato de apontar semelhanças e distinções entre as conversações face a face e *on line* não invalida a nossa discussão sobre conversação cotidiana e discussão política na medida em que consideramos que essas conversações se dão não só entre pessoas conhecidas como também desconhecidas. Além disso, os benefícios democráticos da conversação apresentados acima também são alcançados nas conversações virtuais.

Faz-se necessário, entretanto, apontar algumas distinções determinadas especialmente pelo *medium* tecnológico, que faz com que essas conversações sejam de outra natureza, mas ainda assim profundamente enraizadas na vida social. Vale lembrar também que nos referimos aqui não a todos os meios interativos, mas especificamente às redes de relacionamento, tais como o Orkut. Faremos distinções em relação a) à natureza textual das conversas; b) aos fatores de inibição da conversação; e c) ao acesso e à identificação dos participantes.

⁷⁹ A pesquisa de Wyatt e seus colegas identificou que a conversação por e-mail é a que tem menor ocorrência e a conversação doméstica está entre as mais comuns.

Conforme descrição feita no terceiro capítulo deste trabalho, o Orkut, além de outras coisas, possui espaço para fóruns de discussão. Diferentemente do face a face, nesses fóruns a conversa não se dá de forma síncrona e nem verbal. A participação é escrita, e sua resposta deve esperar a disposição de outrem para se engajar na conversa. Logo, o tempo dessa dinâmica é distinto, não só entre uma resposta e outra, mas na elaboração das respostas. Marques (2006) acredita que isso limita a capacidade argumentativa dos participantes, pois não se escreve tão rápido quanto se fala, além de nem todos terem disposição de escreverem um argumento por completo. Por outro lado, acreditamos que o fator tempo virtual fornece aos participantes a possibilidade de processarem os outros argumentos e reformularem seu posicionamento, não no ímpeto que a presença física do outro exige, mas de forma mais ponderada.

A característica escrita dessa participação também nos leva a outra distinção: a expressão das idéias perde muitos elementos da modalidade oral como a entonação e a reação corporal. Tais elementos emotivos podem ser expressos na modalidade escrita e já fazem parte de um vocabulário recente bastante específico da Internet. É comum o uso de expressões como “hehe”, “rs” ou “kkkkk” para demonstrar riso ou “ahhhhh” para decepção. Ainda sim, tais expressões são incapazes de transmitir uma emoção autêntica e a espontaneidade de um debate ou de uma conversa. Ainda sobre as características textuais, vale considerar que as normas cultas de escrita dificilmente são seguidas e que a preocupação com a língua portuguesa é mínima, sendo negligenciados, muitas vezes, os acentos, letras maiúsculas, dentre outros. Essa negligência chega, em algumas vezes, a prejudicar o entendimento de determinada mensagem.

Entre os fatores de inibição presentes nas conversas e discussões face a face, como já apresentado por Conover e seus colegas, estão o receio de se expor e ter sua privacidade invadida, por não se sentir confortável em justificar suas preferências, por medo de ter suas opiniões mudadas, para evitar discussões apaixonadas ou para não ofender ninguém. Tais fatores também influem nas conversações *on line*, embora em menor grau, já que é dada a possibilidade do anonimato. Cada participante do Orkut tem um perfil que diz quem ele é, mas esse perfil pode não ser verdadeiro. O anonimato, nesse sentido, dá margem para que argumentos dificilmente invocados em uma conversação presencial sejam expostos. Ofensas, imprudências e hostilidades encontram espaço aí. O maior ou menor controle vai depender da atuação do moderador na comunidade, que tem a liberdade para retirar o *post* que quiser e de aceitar ou não a participação de determinados membros na comunidade. Em geral, participam dos fóruns apenas os participantes da própria comunidade. Alguns moderadores colocam

como pré-condição para participar dos fóruns a participação prévia na comunidade, outros não. Outros são mais prudentes em relação à postagem de propagandas comerciais e assuntos sem pertinência com o tema da comunidade. Por outro lado, o anonimato pode dar voz àqueles constrangidos em uma conversação presencial pela desigualdade de recursos culturais e materiais ou pela dificuldade de se expressar, como é o caso dos surdos. Aqueles que possuem sua participação desvalorizada de antemão, tais como as minorias sem voz, também encontram aí possibilidades de se manifestar. Vale lembrar que a dificuldade de identificação do parceiro de interação e conseqüentemente o estabelecimento de uma confiança entre eles é fato que não deve ser desprezado.

Por fim, o acesso é essencialmente distinto nos dois âmbitos. É claro que o fator econômico influi em ambos, mas, de um lado, ele influi na barreira tecnológica de acesso e manuseio das novas tecnologias. De outro, o acesso às conversações públicas está mais ligado aos constrangimentos.

Há conversação e discussão política no Orkut?

Diante de tantas distinções, por que considerar que há conversação no Orkut? E por que em alguns casos ela migra para uma discussão política? Por que considerar efeitos democráticos em um espaço virtual não voltado para decisões políticas, afeito à diversão e ao lazer e que possibilita o anonimato e, por conseguinte, pouco compromisso e até mesmo ofensas?

Num primeiro momento, poderíamos até mesmo seguir a vertente que considera a existência de uma esfera pública virtual. Esses autores se baseiam em características como a pluralidade de vozes, a comunicação espraiada em várias esferas, o livre acesso e a ausência de constrangimentos no debate (CASTELLS, 2001). Entretanto, incorporados os argumentos opostos à idéia, tais como falta de inclusividade (barreiras econômicas de acesso), carência de racionalidade nos debates, falta de normatividade e de certa civilidade (para evitar que os debates *on line* se tornem um vale-tudo), optamos pela vertente da conversação. Marques (2006) já havia apontado para essa perspectiva, a qual denomina “conversação civil” na Internet.

Outra corrente de pesquisas recentes vem mostrando o enorme potencial do Orkut para a interação, formação de redes sociais e o acúmulo de capital social (RICUERO, 2005, 2006; PRIMO; BRAMBILLA, 2006; CRUZ, 2007). Outras trazem à tona a característica tribalista (MAFFESOLI, 1998) do Orkut, que reúne pessoas em torno de interesses comuns

(FONTANELLA; PRYSTHON, 2004). No terreno da comunicação e política, algumas pesquisas sobre eleições também já foram feitas, mostrando a conformação das comunidades de candidatos (CHAIA, 2006).

Ora, é explícito o caráter social e de entretenimento do Orkut. Em momento algum há menção de qualquer questão minimamente política. Nem sequer as menções às comunidades e aos fóruns expressas no próprio *site* de relacionamento alentam para a possibilidade de debates mais politizados: “Você também pode criar comunidades on-line ou participar de várias delas para discutir eventos atuais, reencontrar antigos amigos da escola ou até mesmo trocar receitas favoritas”. Esta é uma das definições publicadas na página principal. Logo, é esperado que as pessoas procurem o Orkut com objetivos que não os políticos. O curioso é que desse amplo domínio denominado rede social virtual, sem chances aparentes de abordagem política, emergem algumas centelhas de posicionamentos políticos.

De fato, como dito, não se espera encontrar conteúdos políticos no Orkut, e, quando eles surgem, são em pequeno número. O que mais nos surpreende, entretanto, é que os fóruns nos quais emergem discussões políticas não estão no grupo das associações e nem no grupo dos temas reivindicatórios. Encontramo-nos em comunidades como “Amigos entre surdos e ouvintes” e “Pais de surdos”. Dessa constatação podemos inferir que de ambientes voltados para a sociabilidade e o entretenimento podem emergir questões eminentemente políticas. Isso só vem reforçar a vertente por nós adotada, da conversação como fonte de discussão política.

Outro ponto a ser explorado é a relevância de se entender a rede social como um todo. Poderíamos apenas analisar os fóruns que dela emergem, mas entendemos que eles só se conformam de determinadas maneiras porque estão inseridos em um ambiente mais amplo, com características peculiares e distintas das características de uma lista de discussão por e-mail, por exemplo.

Cabe agora explicar quais as razões que levam simples conversas a debates fervorosos. Nesse sentido, recorreremos à suposição de Conover (2002), de que a probabilidade de discussões de contestação é mais alta quando há diferentes perspectivas de vida. Dessa forma, a discussão política se torna uma parte da política por reconhecimento,

uma oportunidade para desvelar a outros cidadãos uma identidade básica, e tê-la reconhecida, julgada e recebida com respeito ou não. A discussão expõe preferências e identidades, e faz de ambas objeto do escrutínio público e da possibilidade de contestação. (CONOVER *et al.*, 2002, p. 56, tradução nossa)

Para a autora, isso faria da discussão um empreendimento perigoso, não apenas pelo risco de haver desrespeito, mas também porque poderia pressionar os participantes da

discussão a uma mudança de preferências e até mesmo mudanças na própria identidade. As discussões fervorosas dos surdos no Orkut exemplificam isso muito bem. Suas premissas de bem viver, em geral, não são compartilhadas pela sociedade. A língua de sinais, por exemplo, está no cerne da identidade e da cultura surda, sem a qual muitos surdos não teriam sequer um meio de se comunicarem. Isso é desconhecido ou ignorado pela sociedade e se torna muitas vezes o motivo principal da discussão.

A publicização de histórias de vida faz parte dessa conversação política e permeia grande parte dos fóruns e dos *sites* das associações. Na nossa investigação, pretendemos evidenciar esses momentos de tensão que pontuam as conversações *on line*, que são fruto de lutas por reconhecimento e que se dão em torno das histórias de vida.

4.2.2 A trajetória das conversações e seus contextos

Daquele grande número de conversações que havíamos coletado, optamos por escolher aquelas que apresentavam algum tipo de controvérsia e um grande número de participantes. Apesar de alcançarem 28 discussões, trabalharemos apenas com três. Tais tópicos se encontram presentes em duas comunidades distintas. Primeiro, vamos caracterizar essas comunidades por entendermos que os contextos virtuais onde ocorrem as lutas por reconhecimento são de extrema relevância no modo como elas se configuram. Em seguida, analisaremos as conversações como um agregado de temas e posicionamentos que se desdobram por meio de uma trajetória própria. Se entendemos as expressões do Orkut como conversações, logo, devemos analisar o seu conjunto e os caminhos percorridos por estas. A dinâmica interna de uma discussão também é responsável por configurar modos de convocação de testemunhos e argumentos.

Comunidades: o contexto

As três conversações que escolhemos se encontram presentes em duas comunidades distintas: “Surdos Oralizados” e “Amigos entre ouvintes e surdos”.

Comunidade “Surdos Oralizados”

Número de participantes da comunidade: 3.897

Número de tópicos: aproximadamente 800

Tópicos da comunidade escolhidos para análise: “Oralização” e “Como fico numa reunião de ouvintes”

Essa comunidade pode ser considerada bastante ativa, pois em quatro anos de existência conta com um alto número de discussões, além de uma quantidade razoável de participantes. O grande número de participantes depende da divulgação eficaz do criador da comunidade e também da temática proposta. A comunidade reúne surdos oralizados, que se autodenominam capazes de “falar e entender ‘n’ coisas por leitura labial”. O objetivo é discutir assuntos voltados para a “problemática da surdez”, “informar e participar de vários temas que envolvam assuntos problemáticos comuns dos surdos oralizados na sociedade brasileira” e integrar todos os surdos na sociedade por “acreditarmos que é a melhor forma de uma vida plena e feliz”, afirma o criador da comunidade. Há, porém, uma ressalva na página principal:

P.S: Que fique bem claro: É uma comunidade dos SURDOS ORALIZADOS, logo o foco será sobre a problemática dos surdos oralizados. Não estamos interessados em discutir LIBRAS na educação inclusiva ou especial por não fazer parte do cotidiano dos surdos oralizados. Todos são bem-vindos, desde que se respeite o propósito da comunidade! NÃO ESTAMOS INTERESSADOS EM LIBRAS! MSGS com foco em LIBRAS não serão toleradas.

A questão é que, dada a heterogeneidade do grupo denominado “surdos”, conforme já discutido anteriormente, verificamos que os surdos oralizados podem também se comunicar por meio da língua de sinais. Aliás, mesmo entre aqueles que se comunicam das duas formas há uma imensa heterogeneidade, pois alguns dão ênfase a uma ou outra forma de comunicação, alguns defendem que a língua de sinais deve ser aprendida apenas após a oralização, outros acreditam que ela deve ser adquirida ainda na infância, dentre outras inúmeras diferenças. Sendo assim, dificilmente uma comunidade que propõe discussões apenas sobre os surdos oralizados ficará livre de assuntos relacionados à Libras, mesmo que isso seja deixado bem claro na página inicial. Pelo fato de muitos surdos oralizados também utilizarem a Libras, os participantes dessa comunidade guardam uma grande heterogeneidade entre eles. Essa característica faz com que a comunidade seja uma das mais polêmicas, dentre aquelas que discutem a temática da surdez. Os surdos que usam a língua de sinais expressam uma dimensão da luta por reconhecimento que tem como alvo alguns valores e entendimentos cristalizados a respeito da cultura e da identidade surdas e que são muitas vezes representados pelas opiniões de alguns surdos apenas oralizados, críticos de qualquer outra forma de comunicação existente. Tais opiniões são oriundas de valores compartilhados e constituídos socialmente que ganharam espaço também entre surdos que optaram pelo oralismo. E como toda luta por reconhecimento não pode ser despida de conflitos simbólicos, os embates dessa comunidade fazem jus a isso.

Verifica-se também que, logo quando a comunidade foi criada, os debates eram mais acirrados e que mais recentemente se tornaram mais diplomáticos. Atribuímos essa mudança a dois fatores principais. O primeiro deles é que se observa que as polêmicas, assim como os argumentos e os questionamentos derivados delas, acabam por ser recorrentes, o que pode gerar um desinteresse pelos debates. Conforme defendem Conover *et al* (2002), a probabilidade de conversações que envolvam lutas por reconhecimento resultarem em fervorosas contestações é maior, pois estas apresentam diferentes perspectivas de vida. Logo, pela sua heterogeneidade, a comunidade tem uma grande tendência a apresentar embates. Entretanto, com o tempo e com a ausência de concordância e de uma negociação de entendimentos, esses debates acabaram por diminuir. O segundo fator responsável pela amenização dos debates é o grande controle exercido pelo moderador da comunidade, que claramente coíbe assuntos sobre Libras, pois estes geralmente provocam conflitos. Neste caso, o moderador é bastante presente e chega a apagar as participações indesejadas e excluir participantes que insistem em tratar de língua de sinais. Com o passar do tempo, esta comunidade se tornou bastante intolerante em relação a essas questões, e cada vez mais aumentam os temas contrários à Libras. A minimização dos acirramentos também deu lugar a conversações extremamente provocativas e críticas em relação ao uso de sinais e onde predominam apenas as opiniões contrárias.

Comunidade “Amigos entre ouvintes e surdos”

Número de participantes da comunidade: 13.223

Número de tópicos: aproximadamente 1.300

Tópico da comunidade escolhido para análise: “Vergonha SURDO”

Esta comunidade tem grande adesão e possui um grande número de tópicos de discussão. O alto número de participantes arregimentados em 4 anos de existência não é suficiente, entretanto, para caracterizá-la como altamente interativa. A quantidade de proposições de debate, totalizando cerca de 1.300 tópicos, é considerada alta, mas em cada uma dessas discussões a participação é bem baixa. Normalmente a conversa não passa da proposição. Conforme descrito na tela inicial, a comunidade tem como objetivo reunir surdos, amigos de surdos e pessoas que tenham interesse em conhecer novos surdos. A intenção é fazer novas amizades e trocar informações. A descrição traz também uma observação que pede que haja respeito entre todos os participantes da comunidade, principalmente entre sinalizados e oralizados. Isso inclui evitar assuntos como implante coclear ou formas de

preconceito. A observação já demonstra, por si só, que assuntos polêmicos sobre surdez também já ganharam visibilidade nesta comunidade.

É válido considerar essa comunidade também como heterogênea, na medida em que envolve participantes surdos (sinalizados e/ou oralizados), pessoas que conhecem surdos (que podem ser desde profissionais da área, amigos, familiares, vizinhos ou apenas conhecidos) e ainda pessoas que têm interesse pelo tema. Logo, não é possível identificar as características dos participantes ou o grau de conhecimento que eles têm em relação às questões sobre surdez. O fato de ser heterogênea também não basta para que haja um grande número de discussões e que estas envolvam controvérsias. Não basta porque os momentos tensionadores surgem, muitas vezes, quando há o questionamento de determinados modos de vida e valores. Se alguém se sente afetado por algum comentário abre-se a possibilidade de engajamento nos debates para contestar determinados pontos de vista. Dessa maneira, se a heterogeneidade é muito grande, provavelmente nem todos tenham o domínio do conhecimento necessário, o envolvimento e a identificação com o tema para se disporem a questionar. A característica da heterogeneidade é bem diferente da comunidade “Surdos Oralizados”, que envolve em sua maioria os surdos. Entre eles provavelmente há domínio e vivência do tema, que são elementos geralmente necessários para que se estabeleçam conflitos, principalmente aqueles gerados por lutas por reconhecimento. Não se pode inferir o mesmo dos participantes desta comunidade. Não se sabe quantos são surdos, quantos são familiares ou amigos, quantos apenas cursaram o básico de língua de sinais e quantos têm contato com a Libras apenas por ver o intérprete na televisão ou um surdo no ônibus.

Poucos são os tópicos com grande participação. Dentre eles estão, conforme já dito, aqueles em que as pessoas se apresentam, colocam uma frase interessante, deixam o seu MSN (endereço para conversas *on line* síncronas). Diferentemente da maioria dos assuntos, um único tópico se destaca pela forte presença de discussões, posicionamentos e argumentações sobre ser ou não oralizado. Com 404 participações, o tópico “Vergonha Surdo” é a nossa maior discussão analisada.

As conversações e suas trajetórias: a explicitação das premissas de fundo

Dentro das duas comunidades anteriormente caracterizadas, escolhemos os três fóruns de maior participação e controvérsia, que expressavam pontos de vista distintos, polarizados entre os defensores da língua de sinais e os da oralização. Ao analisarmos a trajetória dessas conversações e o seu conjunto, pretendemos identificar as principais premissas de fundo

reveladas pelos testemunhos, nossa primeira e grande categoria, e o modo como elas são convocadas.

Tópico “Oralização”

Número de posts (participações): 283

Número de posts depois da edição: 37

Data de início: 14/05/2006

Último post: 25/06/2006

Essa conversação, localizada na comunidade “Surdos Oralizados”, é proposta por uma fonoaudióloga que reclama que está “perdendo clientes para a Libras”. O comentário dessa profissional foi suficiente para suscitar uma longa discussão acerca da relevância da língua de sinais e da oralização. De imediato, esse posicionamento já foi rebatido:

Relato 1 - Lourdes: AMEI ESTA COMUNIDADE, SOU DEFENSORA DA ORALIZAÇÃO. HÁ 40 ANOS TRABALHO COM SURDOS. ATUALMENTE ESTOU PERDENDO MEUS CLIENTES PARA "LIBRAS". JÁ ALFABETIZEI ALGUMAS DEZENAS DE SURDOS, MUITOS FIZERAM 2º grau e até Faculdade.

Relato 2: Manoel: é interessante o que você observou. Mas se pensarmos um pouco, para os surdos de nascença, a língua materna será a gestual. Ainda mais porque, para eles, na qualidade de surdos, é mais fácil de aprender. [sic]

Observa-se que duas opiniões se polarizam, de imediato. Uma que condena expressamente a língua de sinais e exalta o oralismo e outra que rebate esse posicionamento a favor da “língua materna” dos surdos. Lourdes é bem enfática ao defender a oralização. Seu argumento se baseia em três justificativas: na sua experiência de 40 anos como alfabetizadora de surdos; na questão econômica, já que ela está “perdendo clientes”, e no fato de considerar a oralização como eficaz para alfabetizar surdos e fazer com que eles entrem na faculdade. Essa conversação apresenta, logo no início, um tema bastante sensível e controverso para os surdos. Dessa maneira, o acirramento da discussão já poderia ser previsto de antemão. Trata de temas relacionados à vivência do surdo e àquilo que é mais caro: a forma de comunicação. Lembrando Conover *et al.* (2002), o risco de conversações se tornarem discussões desrespeitosas e pouco frutíferas é maior quando elas dizem respeito a temas sensíveis.

Em seguida, opiniões contrárias e a favor começam a aparecer, começando pela de Manoel, que contrapõe o primeiro ponto de vista com o argumento de que a língua materna dos surdos de nascença é a língua de sinais. Percebe-se claramente a configuração de um debate. Ainda não se pode dizer que é uma luta por reconhecimento, que apenas se manifesta

mais adiante nos testemunhos dos próprios surdos sinalizados. Também não temos testemunhos nesse bloco de conversações, mas há posicionamentos divergentes que configuram dois olhares distintos sobre as formas de comunicação dos surdos: a oralização e a língua de sinais. Enquanto, para o primeiro, a oralização é valorosa por possibilitar a alfabetização e a entrada na faculdade, para o segundo a língua materna dos surdos é a Libras e, portanto, é mais fácil de aprender.

A partir dessas falas iniciais, manifestaram-se várias opiniões e argumentos, polarizando opiniões a favor da língua de sinais ou a favor do oralismo, de maneira agonística, com picos de acirramento. As principais controvérsias concentram-se entre os dias 25/05 e 01/06, período em que foi postada metade das participações. Assim, em um fórum que durou aproximadamente um mês, a participação se concentrou principalmente em uma semana específica, o que demonstra um acirramento das questões em um determinado período.

Os posicionamentos a favor da oralização envolveram testemunhos de mães que julgam que o melhor para seus filhos é a comunicação por meio da fala, para fugirem do preconceito e para que eles adquiram autonomia ao longo da vida. Esse posicionamento é delineado pelo argumento de que a comunicação gestual é mais fácil e que seria um comodismo de muitos surdos aderirem a ela.

Relato 3 – Lúcia: ... Minha filha é surda e eu, como mãe, escolhi para ela a oralização [...] Sinceramente não a quero usando libras...sou ouvinte e sei como a sociedade DISCRIMINA SIM, qualquer coisa que fuja do “normal”... O ser humano não é ensinado desde criança a lidar com nada que fuja do “tradicional”... [...] Quero minha filha falando o mais próximo possível de um ouvinte, ela sabendo se virar bem quando eu morrer, [...] quero que ela não sofra TANTA discriminação, quero que ela não passe nada disso que eu passei, porque não é fácil olhar para o ser que vc mais ama na vida e ver isso...Se eu pudesse, daria minha audição inteirinha para ela... [...] Minha bebê hoje tem 1 ano e 7 meses, descobri ainda na maternidade e desde então, minha vida virou uma corrida atrás de médicos, fonos, surdos, implantados, etc... Sinceramente, se há condição de oralizar, acho RIDÍCULA essa conversinha que o surdo prefere a libras, etc... Pq é mais fácil ? Oras... É mais fácil não aprender a ler e escrever corretamente então... Por isso nós deixamos de estudar? De aprender??? Perdoem-me os defensores da libras, mas acho uma hipocrisia muiiito grande isso tudo... Só acho muito válido SIM a libras, qdo não há forma de oralização, ou se a oralização não fôsse possível em cada caso...

No relato 3, Lúcia conta a sua experiência de ter uma filha surda e o seu sofrimento na “corrida atrás de médicos, fonos, surdos implantados”. Ela relata que não é fácil “olhar para quem vc mais ama na vida e ver isso”, se referindo à surdez. O testemunho de vida emocionado de uma mãe revela algumas construções de sentido acerca da surdez. Primeiro, a mãe sofre por ter uma filha surda e que quando olha para ela vê “isso”. A mãe se refere à

surdez como algo que traz sofrimento. Ao dizer “isso”, a mãe parece caracterizar a falta de audição como um defeito, como algo anormal, como algo que nem sequer merece um nome. Assim como todos os estigmas, os entendimentos sobre a surdez também são construídos socialmente. Como bem apontou Goffman (1988), os estigmas são atributos endereçados àqueles que não cumprem as expectativas criadas em torno deles. Essas expectativas se tornam exigências que, quando não preenchidas, transformam a pessoa em “estragada e diminuída” (1988, p. 12). A percepção da surdez como falta é historicamente construída e se reproduz em determinados discursos como o dessa mãe. Quando ela diz que quer que a filha fale “o mais próximo possível de um ouvinte” e saiba “se virar quando eu morrer”, ela defende que o modo ouvinte é o “normal” e que outros modos de vida são pouco valorosos, não deixando espaço para vidas autônomas. A expectativa é de que haja uma normalização e um apagamento dessa surdez, que, sob essa ótica, é profundamente prejudicial à filha. Há um grande sofrimento dessa mãe por não ter gerado uma criança igual às outras e por não ter suas expectativas de “filho perfeito” contempladas. Quando a mãe aponta que a sociedade “DISCRIMINA SIM”, não é ela própria parte desse entendimento estigmatizante que ela mesma aponta no seu testemunho? Goffman (1988) explica que há diversas maneiras de reagir aos estigmas. Um deles é a tentativa de “conserto” (1988, p. 52) e a outra é a aceitação daquele atributo. Aqueles que escolhem a primeira opção, para Goffman, (1988) alcançam, no máximo, uma prova de o terem feito, e nunca o *status* de igual ao outro.

Quando a mãe questiona o valor da língua de sinais, ela aponta esse modo comunicativo como um meio cômodo e mais fácil, usado como desculpa “para não aprender a ler e a escrever corretamente”. Em resposta a isso, alguns posicionamentos e testemunhos são acionados:

Relato 4 - Mara: [responde ao comentário inicial do debate]: Se vc está perdendo clientes por causa da Libras é porque estes surdos tiveram a felicidade de se encontrar e se comunicar melhor com a Libras. Eu que sou oralizada, aprendi muitas palavras novas, graças à Libras, que muito me ajudou. E na faculdade consigo entender todo mundo e não finjo mais que estou entendendo, graças à minha intérprete que traduz tudo o que todos falam. Conheço muitos surdos não oralizados que passaram na faculdade... estamos evoluindo mesmo. Até minha família que era contra a Libras, hj percebeu que eu realmente estou falando melhor com a Libras. Com os ouvintes eu falo normal e com os surdos sinalizo.

Em resposta a esse ponto de vista da mãe Lúcia, para Mara, no relato 4, o bem viver para os surdos consiste em saber se comunicar oralmente ou por sinais. Ela expressa, por meio do seu próprio testemunho, que o uso da Libras a auxiliou no aprendizado do português, no entendimento das aulas da faculdade e até mesmo no desenvolvimento da fala. O depoimento

afirma a importância do intérprete e as possibilidades de crescimento pessoal com a Libras. Para ela, o uso da língua de sinais é uma valorosa forma de se comunicar, pois traz inúmeras vantagens e possibilidades. Isso responde ao questionamento da mãe sobre o comodismo daqueles que se comunicam por meio da língua de sinais. Mesmo se assumindo como oralizada, Mara explica que graças ao intérprete pode “entender tudo o que todos falam”, que é uma oportunidade de se comunicar melhor e de não mais fingir que está entendendo tudo na faculdade. O testemunho nesse caso provê uma resposta a pessoas que duvidam da legitimidade da reivindicação (YOUNG, 2002). Não é possível verificar se a outra parte foi convencida disso, mas há um esforço em evidenciar a legitimidade desse posicionamento por meio do testemunho. Enquanto a mãe Lúcia convoca alguns estigmas acerca da surdez por meio do testemunho, Mara busca desmistificá-los com a sua própria história de vida. O testemunho aqui busca evidenciar, demonstrar e comprovar que a língua de sinais é um modo válido e valoroso de comunicação. Percebe-se que ele é acionado de modo a contrapor um determinado entendimento sobre a surdez e ampliar o horizonte de expectativas em relação ao uso da língua de sinais. Essa é uma das funções do testemunho (YOUNG, 2002), que ganha destaque na luta por reconhecimento (HONNETH, 2003). O testemunho é potencialmente relevante nessa luta, pois ambos, histórias de vida e luta por reconhecimento, buscam explicitar premissas de fundo e transformar o horizonte de valores. O testemunho 4, de Mara, rebate os entendimentos da língua de sinais ao expor que, na sua própria trajetória, Mara aprendeu mais depois que conheceu a Libras. A comodidade é contestada por meio da própria vivência e busca uma ampliação da concepção de surdez e de língua de sinais.

A consideração de que a opção gestual de comunicação é um caminho mais fácil, que não é positivo para quem não escuta, é uma opinião bastante enfatizada pela mãe. A aquisição da língua de sinais é vista como uma forma cômoda de comunicação, que não exige muito esforço e que priva os sujeitos de aprender a ler e escrever. A mãe considera como “ridícula” a defesa deste modo de comunicação. Além da resposta de Mara no relato 4, que defende a língua de sinais por meio do próprio testemunho, outros posicionamentos também se apresentam de modo a contestar o ponto de vista da mãe Lúcia.

Relato 5 - Manoel: digamos que seja mais fácil a Libras por ser “cômoda”. Não quis dizer que todos os surdos irão aprendê-la, mas sim que um código lingüístico visual para o surdo “é sua língua materna”...

Relato 6 - Carla: pela minha experiência de professora por 20 anos pode acontecer que muitos surdos que tiveram dificuldade com a oralização (sem entender significados das palavras aprendidas e oralizadas) e a cognição fica muito atrasada por falta de evolução natural de uma língua (uma língua que lhes permitam a fazer

raciocínio e pensar sobre tudo na vida)então quando estes mesmos surdos vão aprender a libras eles passam a entender melhor o português.

No relato 5, Manoel, em resposta ao argumento do comodismo acionado pelo testemunho anterior, argumenta que a língua de sinais não é mais fácil ou mais cômoda de aprender, mas que ela é uma língua, com valor lingüístico, como outra língua qualquer. Ela pode até ser considerada mais fácil porque é assimilada de modo direto pelos surdos. Ela é considerada sua língua materna já que é adquirida visualmente. Pressupõe-se, então, que a forma oral não é adquirida naturalmente porque os surdos não podem ouvi-la e recorrem a métodos não naturais de aquisição da língua para aprendê-la.

O testemunho de Carla busca comprovar e mostrar por meio da experiência de vinte anos como professora que muitos surdos têm dificuldade com o português porque não tiveram uma linguagem assimilada no tempo certo: “a cognição fica muito atrasada por falta de uma evolução natural de uma linguagem”. Às vezes, há casos mal-sucedidos de oralização que levam a esse atraso. Carla é professora surda (em outra oportunidade do debate ela já havia se declarado surda) e convoca a sua experiência para complementar o testemunho de Mara sobre o aprendizado do português. Ela explica que foi possível identificar que, quando os surdos aprendem a Libras, “eles entendem melhor o português” pelo fato de adquirirem uma língua. Se ao oralizarem eles apenas repetirem as palavras não estarão adquirindo língua alguma e com isso pode haver atraso cognitivo. Ela ancora o seu argumento na própria experiência de observação de sala de aula. Assim como Mara, Carla e Manoel buscam desmistificar a concepção de que a Libras pode prejudicar o aprendizado do português ou que ela é uma língua menor. A busca por reconhecimento, no caso de Carla, é respaldada pelo seu próprio testemunho como surda e professora, que acaba por revelar que a origem desses entendimentos preconcebidos está exatamente no insucesso da oralização.

Tanto o testemunho da professora Carla quanto o da mãe Lúcia e o de Mara acabam por revelar determinados horizontes de valores distintos que funcionam como a matéria-prima desse conflito que polariza opiniões. A explicitação dessas premissas revela que, enquanto no relato 3 há uma tentativa de tornar a filha “parecida” com os demais, no segundo há uma reafirmação da diferença que contraria as expectativas de “normalidade” defendidas pela mãe Lúcia. Podemos extrair desses testemunhos alguns pares de sentido. O primeiro deles é a questão *normal x anormal*. O testemunho da mãe revela que, para ela, uma pessoa normal é aquela que “não foge do tradicional” e que “fala o mais próximo possível de um ouvinte”. Está implícito, dessa forma, que a anormal seria uma pessoa que não escuta e não fala. Contra esse entendimento, o segundo testemunho e também o relato 4, de Manoel, atestam o

contrário, que o uso da língua de sinais pode levar as pessoas a ter chances iguais de aquisição do conhecimento, na medida em que a Libras é a “língua materna” dos surdos brasileiros.

A questão da *dependência x autonomia* configura um segundo par de entendimentos em relação à surdez. Enquanto no primeiro sentido o surdo que não fala é dependente, não autônomo e não sabe “se virar”, no segundo sentido a Libras traz exatamente a oportunidade de crescimento intelectual e pessoal, e revela possibilidades de autonomia e de desenvolvimento cognitivo. Mara não finge mais que entende o conteúdo das aulas, além de ter aprendido palavras novas. Para ela, a autonomia está em “entender todo mundo na sala de aula” por meio do intérprete. Carla explica que alguns surdos, quando aprendem a Libras, assimilam “uma língua que lhes permitam a fazer raciocínio e pensar sobre tudo na vida” e que quando eram oralizados apenas aprendiam palavras sem desenvolver um raciocínio sobre elas. Em consequência desse par de valores implícitos, surge o par *comodismo x língua materna*. De um lado, acredita-se que aquele que opta pela língua de sinais é cômodo pois está sendo negligente no aprendizado do português e da fala. Quando Lúcia questiona a validade da Libras, ela alega que considera ridícula “essa conversinha que o surdo prefere Libras” e questiona o porquê de os surdos precisarem dessa forma de comunicação: “Porque é mais fácil? É mais fácil não aprender a ler e a escrever corretamente então? Por isso nós deixamos de aprender e de estudar?”. Tais questionamentos invocam o sentido da língua de sinais como algo mais fácil e que pode impedir de aprender a ler e a escrever corretamente, ao passo que os oralizados se esforçam e se tornam merecedores de valor pois podem estudar, aprender a ler e a escrever. O segundo relato demonstra o contrário, que o aprendizado da língua portuguesa pode ser ainda melhor com o uso da Libras. Além disso, as portas do conhecimento se abrem, pois a comunicação é mais completa. O argumento que intercala os testemunhos vem exatamente para contestar a idéia de comodismo, pois reforça o valor do “código lingüístico” da Libras e a considera como “língua materna” dos surdos. Ou seja, língua materna é aquela que é adquirida naturalmente, no ambiente lingüístico em que se vive e cuja apreensão se dá por meio da socialização e não de métodos. Da mesma forma que um surdo estimulado visualmente aprende a língua de sinais, um bebê ouvinte aprende a falar.

Os defensores da língua de sinais empreendem lutas por reconhecimento de modo a utilizar essa estratégia discursiva e demonstrar que são dignos de afeto, respeito e estima se comunicando dessa forma. Esses argumentos e testemunhos apresentados e analisados acima conduzem-nos também a outra análise em relação aos entendimentos cristalizados acerca da surdez. Se no relato 3 a dificuldade dos surdos em aprender o português é atribuída ao fato de eles terem aprendido a língua de sinais primeiro e por serem cômodos, no depoimento 6 essa

dificuldade é atribuída a uma ausência de linguagem nos primeiros anos de vida. Ao tentarem oralizar os surdos na infância, muitos desses surdos aprendem apenas a repetir e adquirem uma língua e uma linguagem tardiamente, o que gera atrasos cognitivos. Quando vão aprender a Libras, certamente terão atrasos de aprendizagem se isso não for feito no momento correto. O par de sentidos atribuídos no caso em questão é a Libras como *primeira língua x dificultadora de aprendizagem do português, com pouca abstração e inferior*.

Essa disputa de sentido faz parte de ampla luta por reconhecimento motivada pela busca da aceitação da língua de sinais em sociedade. Assim como esse modo de vida não é validado por muitas famílias, como bem representado no primeiro caso, em que a mãe desvaloriza esse modo de vida, ele não o é no âmbito social. Os surdos sinalizados lutam, nos diversos âmbitos da vida, contra esses entendimentos estereotipados: comodismo, dependência e anormalidade. Se na discussão apresentada esse dissenso aparece pela expressão de uma mãe, certamente ele não é menos controverso no restante da sociedade. A luta pelo reconhecimento da língua de sinais como um valoroso modo de viver se estabelece nos vários âmbitos da vida dos sujeitos surdos. Especialmente no âmbito íntimo, o reconhecimento, segundo Honneth (2003), é o responsável por garantir a autoconfiança que vai acompanhar os sujeitos durante toda a vida. A papel da família, e especialmente da mãe, é fundamental para garantir essa autoconfiança. A consideração da surdez como algo menos valoroso na vida dos sujeitos pode acarretar, assim, prejuízos na definição de suas identidades.

Esse embate evidenciado acima é apenas o primeiro dos muitos encontrados nessa conversação. Os argumentos são bastante semelhantes e sustentam pontos de vista a favor ou contra a língua de sinais. Reforçando concepção de que as conversações são desordenadas, sem metas claras, desestruturadas e entrecortadas de ironias, ofensas, retóricas, expressões estético-afetivas e outros modos comunicativos (DAHLBERG, 2005; HABERMAS, 2005; MANSBRIDGE, 1999), a discussão toma rumos inesperados. Em determinado momento da conversa, cria-se um acirramento do debate a partir de uma inferência de que os surdos oralizados estavam se colocando como superiores e discriminando a língua de sinais. Na seqüência, determinado participante se refere à língua de sinais como porcaria, acirrando ainda mais a discussão.

Relato 7 - Luana: Muitas pessoas como vcs que se acham que ser surdo e oralizado significa mais potente e superior que surdo que utiliza LIBRAS, e falam que todo oralizado cursam faculdade, como a primeira pessoa desse tópico disse! Eu acho muita arrogância, [...] Eu sou oralizada e uso LIBRAS, e curso faculdade.. e muitos

surdos que usam LIBRAS cursam faculdades, de onde está a inferioridade deles? Na verdade LIBRAS é importante, e foi importante para mim tbm na faculdade!

O motivo do acirramento não vem exatamente do relato de Luana, que se coloca como usuária de Libras e não menos capaz que os oralizados. O ponto crítico do debate surge da provocação de Luana em relação ao sentimento de superioridade dos oralizados: “muitas pessoas como vocês acham que ser surdo oralizado significa ser mais potente e superior que surdo que utiliza Libras”.⁸⁰ Ela revela a impressão de que os surdos oralizados se colocam como superiores em relação à Libras e em seguida dá o seu testemunho como surda sinalizada e cuja língua de sinais é muito relevante no seu dia-a-dia. Novamente, o testemunho busca comprovar que esse modo de vida pode ser valorizado e que é tão digno de respeito quanto o modo de vida oral. As histórias de vida buscam fazer com que o outro compreenda determinadas experiências de vida como valorosas (YOUNG, 2002). A resposta a esse posicionamento é expressa a seguir:

Relato 8 - Rubens: Não me considero superior a ninguém. Apenas defendo a oralização como o melhor caminho para o surdo se integrar na sociedade sem depender de ninguém. Você por exemplo, depende de interpretes para captar o que os professores falam. Nada contra isso, mas eu não curto essa coisa. Primeiro: por que o mundo que está ali não funciona assim. Segundo: cria uma dependência extrema sua com o interprete. No dia que não tiver interprete, como você irá se virar ?

Essa afirmação vem acompanhada do argumento de que a oralização é o melhor caminho para que os surdos sejam independentes. Mais uma vez é retomada a questão da *independência x autonomia*, a partir da concepção de que a língua de sinais prejudica a autonomia dos sujeitos e que há uma dependência em relação ao intérprete. O mesmo participante, em seguida, se desvia do tom argumentativo e chama a Libras de “porcaria”.

Relato 9 - Rubens: Acho LIBRAS uma porcaria mesmo. É a minha opinião e PRONTO. Achar uma porcaria não quer dizer que acho que a língua seja inferior. Acho uma porcaria por que nao me acrescenta em nada. É ofensivo isso ?

Ao expressar isso, ele não se empenha em justificar sua opinião. Apenas diz que a língua não é inferior, mas que não serve em nada no seu cotidiano. A afronta foi suficiente para mobilizar o debate até o final, criando controvérsias acerca do sentido da surdez e levando à expulsão de alguns participantes. Mais à frente, vamos analisar de forma detida os

⁸⁰ Alguns surdos não são fluentes em português, portanto ainda utilizam a escrita com a estrutura parecida com a Libras. Para tornar algumas mensagens mais inteligíveis, fizemos alguns ajustes, não na citação, mas ao explicá-la.

momentos agonísticos das conversações. Por enquanto, vamos nos deter apenas aos principais argumentos acionados em relação ao impasse.

Relato 10 - Juliana: Sou obrigada a discordar de quem diz que Libras é porcaria. É efetiva para a comunicação, mesmo que seja em um grupo pequeno. Vamos dizer também que as línguas indígenas são porcarias porque são faladas por um menor número de pessoas?

Relato 11 - Rubens: O engraçado é que pouquíssimas pessoas sabem utilizá-la. Se nem muitos surdos a usam, imagine os ouvintes. Realmente, a sociedade tem tanta peninha de nós e nos concedeu este presentão de grego!

Relato 12 - Pâmela: Não é presentão de grego, prezado Rubens. É questão de direito, é soberano... se o Lula, o Presidente da República do Brasil, sancionou a lei, foi por força maior, por atender ao Povo Surdo, que tanto batalhou por sua língua, apesar desta língua ser uma “porcaria” para você. Enfim é um presentão soberano, digno de orgulho para os muitos SURDOS, como eu, Carla, Mara, Diego... e tantos outros!

Relato 13 - Daniela: Olha este Decreto valeu, porém nem sequer se falou nos surdos oralizados... isso foi mal. Minha opinião é q se deve investir em centros auditivos com toda estrutura de fonos, palestras para a família, terapias grupal... criar uma Lei para as mães de deficientes trabalharem seis horas. Galera, a criança precisa muito da mãe e vcs não tem noção da diferença do surdo oralizado!

Os argumentos acima somados aos testemunhos, aos questionamentos, às ironias, ofensas, metáforas, dentre outros modos comunicativos perfazem a trajetória desconexa desta conversação. Não desvalorizamos os outros modos de expressão, mas os argumentos possuem o seu valor na medida em que justificam as preferências dos sujeitos, tornam-nas publicamente defensáveis e minimizam as chances de manipulação do debate (HABERMAS, 1982, 1997; BENHABIB, 1996; DRYZEK, 2000). Percebemos aqui alguns argumentos relevantes pró e contra a língua de sinais. Alguns argumentos buscam evidenciar uma luta por reconhecimento dos surdos como minoria lingüística, conforme comparado por Juliana, no relato 10. Ela, ao defender a Libras, compara-a às línguas indígenas, que também são faladas por minorias. O argumento é rebatido por outro, que considera a dimensão da língua de sinais numericamente restrita: “o engraçado é que pouquíssimas pessoas sabem utilizá-la. Se nem muitos surdos a usam, imagine os ouvintes”. Temos aqui duas premissas opostas. A primeira considera como valorosa e digna a comunicação por meio da língua de sinais, conformadora de uma minoria lingüística. Deste ponto de vista, os surdos devem ser reconhecidos na sua própria diferença comunicativa. Busca-se respeito por essa língua assim como deve haver respeito com as línguas indígenas. Procura-se engendrar interpretações favoráveis e formas ampliadas de reconhecimento que incluam modos de vida de minorias. A reivindicação pela estima social passa pelo reconhecimento dos surdos como minoria lingüística. A outra premissa despreza esse argumento por considerar pequeno número de pessoas que se

comunicam assim. Nessa segunda premissa, não há valor para um grupo pequeno lingüisticamente orientado. Esse argumento tende a ser guiado por uma perspectiva liberal, na qual os sujeitos devem se esforçar para se adaptarem à realidade da maioria, o que é absolutamente contrário aos anseios dos surdos sinalizados.

Outro argumento, é o de que a Libras foi reconhecida legalmente pelo Governo Federal e por isso é digna de respeito e orgulho. Convoca-se o âmbito das leis para legitimar determinado ponto de vista. Embora reconhecida neste âmbito, percebe-se que, nos outros âmbitos apontados por Honneth – esferas íntima e da estima social –, os surdos sinalizados ainda não alcançaram o reconhecimento. A desvalorização desse modo de vida é historicamente constituída e, portanto, tem suas raízes bem fincadas no entendimento comum. A conquista de uma lei como essa vem evidenciar uma ampliação do reconhecimento historicamente engendrada pelo Movimento Surdos e que ganha ressonância também nos discursos dos cidadãos ordinários. O relato 13, de Daniela, evidencia exatamente uma oposição a essa conquista legal. Quando ela afirma que “este Decreto valeu, porém nem sequer se falou nos surdos oralizados”, ela quer dizer que esta lei, que os surdos sinalizados representados por suas associações tanto esperavam, não contempla todos os surdos brasileiros. Entendido dessa forma, a luta por reconhecimento que ressoa no âmbito legal atende apenas a uma parcela de surdos brasileiros. As entidades que lutaram para conquistá-la o fizeram apenas considerando os surdos sinalizados, os quais elas representam. Dryzek e Niemayer (2006) falam de uma representação discursiva que é engendrada por agentes políticos que não foram necessariamente escolhidos para defenderem direitos de determinado grupo. A aplicação da lei de reconhecimento da Libras leva em conta apenas surdos sinalizados. Estes, sim, provavelmente se sentem representados pelas associações. A questão é que essa *representação discursiva* deixa uma lacuna que diz respeito aos outros surdos não-sinalizados.

Agora que apresentamos os principais testemunhos e argumentos desse debate e algumas premissas de fundo sobre a surdez, cabe evidenciar o que diferencia essa conversação das outras. O acirramento do debate, ponto central dessa conversação, conduziu a posicionamentos sobre a validade da Libras e da cultura e identidade surdas. Além das manifestações que condenavam ou apoiavam o ponto de vista do autor da ofensa, outras participações buscavam abafar a polêmica, o que acabou por dissolver o embate. No final, já se falava de encontros em bares ou receitas culinárias. Ao chegar ao fim do tópico, a partir do *post* 233, tentativas de amenizar a discussão, tais como “calma gente, vamos tomar uma cerveja”, acabaram por gerar uma mudança nos rumos da conversa. Nos últimos 50 *posts*,

temas como receitas e bares prevaleceram na conversa, sempre num tom amigável, numa tentativa de reparar as discórdias e as polêmicas instauradas anteriormente. Isso demonstra, mais uma vez, o caráter imprevisível e desordenado das conversações (DAHLBERG, 2005; HABERMAS, 2005; MANSBRIDGE, 1999).

Além da disputa oralismo *x* Libras – que é o tema em comum das discussões analisadas –, algumas características diferenciam essa discussão das outras. Primeiro, a concentração intensa do debate em um determinado período demonstra que houve um ponto crítico onde muitos sentiram a necessidade de opinar. No momento da ofensa, em que houve uma ruptura dos moldes normais de um debate, ficou claro que as opiniões sobre o tema se polarizam em extremos e que o meio termo e a negociação de sentidos parece ser um ponto distante. É o perigo anunciado por Conover *et al.* (2002) sobre o risco de haver desrespeito quando há discussões políticas cujo foco envolve lutas por reconhecimento. Nesses momentos, valores e preferências profundamente ligados às identidades das pessoas estão expostos a um escrutínio público, e pode haver contestações e pressões para que haja mudanças daquilo que lhes é mais caro e mais valoroso. Os picos de conversação observados nesse tópico refletem bem essa observação e levam a discussão a momentos sensíveis e até desrespeitosos.

A segunda característica desse debate é a forte presença do moderador da discussão e o próprio causador da discórdia. Ele se mostrou presente ao apagar algumas postagens e expulsar alguns membros da comunidade, entretanto, foi absolutamente imparcial, pois apagou apenas algumas opiniões contrárias às suas. Essa possibilidade oferecida pelo *medium* tecnológico é, na maioria das vezes, utilizada para conter abusos e crimes de Internet, mas nesse caso serviu para controlar a discussão a favor de um determinado ponto de vista. É claro que nem todas opiniões opostas foram apagadas, mas, no momento da pesquisa, a ausência desses questionamentos nos faz chegar a conclusões distintas daquelas que chegaríamos se esses pontos de vista não fossem apagados.

Relato 14 - Rubens: Eu deletei 2 posts de um fulano chamado Marco Antônio por não ser o objetivo da lista. Inclusive, foi expulso da comunidade por que a figura já causou tanto transtorno e estresse em uma lista de discussão. Aproveitando que o meu nível de paciência está elevadíssimo hoje, pergunto: **ALGUÉM MAIS QUER FAZER COMPANHIA AO NOSSO AMIGO MARCO ANTONIO ?**

Relato 15 - Rubens: - Pâmela --> outra sumariamente deletada da comunidade. Motivo: ameaças de fazer bagunça na comunidade! Mais alguém ?

Há muito se descobriu que a Internet já não era assim tão democrática e que estava sujeita a controles. Os *sites* de relacionamento talvez ainda fossem ambientes um pouco mais “livres” para a postagem de opiniões, principalmente porque eram abertos à participação de todos. A figura do moderador no Orkut costuma ser bastante neutra. Apaga normalmente conteúdos pornográficos ou racistas e também conteúdos que não dizem respeito aos propósitos da comunidade. Na comunidade Surdos Oralizados, como já foi dito, o moderador se mostra bastante atuante e também crítico em relação aos outros modos de vida possíveis para os surdos. O controle não foi exercido apenas nesta discussão, mas é feito constantemente, de acordo com os interesses do moderador.

A terceira das características relevantes a ser apontada é que, especificamente neste debate, pais e mães de surdos apresentam seus testemunhos e suas opiniões. Contemplar a expressão dessas pessoas sobre questões sensíveis que envolvem os surdos é buscar entender também como é a luta por reconhecimento na esfera íntima. Esse primeiro âmbito do reconhecimento apontado por Honneth (2003) como essencial para o desenvolvimento da autoconfiança dos sujeitos ao longo da vida se faz de difícil verificação, na medida em que diz respeito ao âmbito privado que nem sempre é expresso em público. Ter a oportunidade de avaliar a opinião daqueles que fazem parte da socialização primária dos sujeitos surdos nos dá a chance de verificar se, ao menos naqueles casos específicos, há uma aceitação dos modos de vida delineados pela língua de sinais. E como trabalhamos com a idéia não de opiniões pessoais, mas de perspectivas e valores que são representados por meio da fala dessas pessoas, podemos identificar aí quais os modos de bem viver entendidos como válidos para os pais e mães de surdos.

Tópico “Como fico numa reunião de ouvintes”

Número de posts (participações): 79

Número de posts depois da edição: 27

Data de início: 17/05/2006

Último post: 15/07/2006

O assunto do tópico gira em torno da maneira como os surdos devem procurar se comunicar em uma reunião onde só estejam outros ouvintes. A discussão começa com o seguinte *post*:

Relato 16 - Maria: Os surdos oralizados, mesmo aqueles que fazem boa leitura labial, estão bem adaptados aos aparelhos, que falam bem e etc., não ficam meio perdidos numa reunião de ouvintes conversando? Seja com colegas, em família,

conhecidos, geralmente, não lhes é difícil acompanhar a conversação? Como fazer para minorar esta dificuldade?

Acredita-se que a pessoa que lançou esse comentário o faz na expectativa de receber contribuições, opiniões e sugestões. A princípio, vários comentários são feitos de maneira organizada e respeitosa, sempre no sentido de dar o testemunho de experiências vividas ou sugerir formas de se comportar em reuniões de ouvintes.

Relato 17 - Carla: eu peço um intérprete.

Relato 18 – José: Você deve se posicionar de forma a ver os lábios de todas as pessoas. Numa conferência basta sentar na frente. Quando uma pessoa na retaguarda pedir a palavra você a vê de frente. Basta se virar na direção dela. Se a reunião se der ao redor de uma mesa você deve se colocar numa posição que veja todo mundo. Fuja da cebeceira... Em festas onde o interlocutor muda de uma forma imprevisível, prefira grupos pequenos com no máximo quatro pessoas, você inclusive. Se o grupo crescer dê uma desculpa e procure outro grupo. Se a música for alta quem se atrapalha são os ouvintes e não você. Festa com luz negra nem pensar. Boate no escurinho também não. O melhor é ficar calado apreciando.

Nessa discussão, vários testemunhos relatam dificuldades e constrangimentos, tais como fingir que entendem o que as pessoas estão falando ou pedir para falarem mais devagar. Os sujeitos conectam as suas experiências umas às outras de modo a complementá-las e confirmá-las:

Relato 19 - Roberto: O grande problema é numa reunião com mais de duas pessoas, quando um fala, e depois outro começa a falar e tenho que mover a cabeça rapidamente para pegar essa fala; é um verdadeiro pingue-pongue que acaba cansando e, sim, fico perdido.

Relato 20 - Cristiano: Ola... Gostaria de compartilhar meu sofrimento com vocês. é quao difícil para mim, principalmente no trabalho e não consigo participar de conversas com colegas até porque eles não me entendem bem e também as vezes nao consigo expressar de maneira correta e as pessoas me evitam, as vezes tambem evito eles pq fico com aquele constrangimento de ficar perguntando ah Hã. o que ... e concordando em tudo o que eles dizem.

O sofrimento ou constrangimento sofridos nessas circunstâncias de reuniões com ouvintes reúne não apenas a dificuldade, mas também o entendimento do ser surdo no mundo e de suas liberdades. Em geral, as queixas provêm de sujeitos oralizados. Vamos analisar de forma mais detida esse intercâmbio de narrativas mais à frente. Os testemunhos de queixas são seguidos das constatações da deficiência como falta:

Relato 21 - José: A surdez é uma deficiência que deve ser vivida com discrição e sem se tornar inconveniente. Ninguém, nem mesmo um ouvinte, capta 100% da conversa numa roda. Se a curiosidade for muita, você pode aguardar uma

oportunidade e discretamente pedir a um dos participantes para fazer um resumo para você. Sem perturbar a roda toda.

Maria Inês responde da seguinte forma:

Relato 22 - Maria: O problema é que nesta preocupação em ser discreto, em não ser inconveniente, em não incomodar os outros, quem perde é o próprio surdo! Ele acaba, muitas vezes, preferindo se isolar, sair de fininho, se acomodar... Eu acho que deve existir um meio termo mais proveitoso para o surdo e que, ao mesmo tempo, não amole tanto os ouvintes. Cada lado deveria ceder um pouco. Nem o surdo pergunta e reclama demais, nem os ouvintes ficam tão indiferentes ao problema do surdo. Penso que ao ficar caladinho, discreto, sem perguntar, no fundo, talvez, o surdo queira esconder sua condição de surdo...

A preocupação e a insatisfação da mãe nos momentos em que o filho surdo está em uma conversa com ouvintes é revelada pelo testemunho acima. Para ela, é o surdo quem deve orientar os falantes sobre suas necessidades de comunicação, mas que deveria haver um meio termo e que os ouvintes poderiam dar mais atenção aos surdos nessas situações. Em resposta a este testemunho, o comentário 21, de José, reforça que a surdez é uma deficiência e que ela deve ser ocultada ao máximo. Caso o surdo queira ter acesso ao conteúdo da conversa que perdeu pode pedir, posteriormente, e, com bastante discrição, um resumo. Essas perspectivas desvelam quatro entendimentos relacionados à surdez. Primeiro, a responsabilidade da inclusão, adequação dos surdos em sociedade e participação em conversas é exclusivamente dos surdos. Cabe a eles, e tão-somente a eles, esclarecer a sociedade sobre as suas dificuldades e necessidade de respeito. A possibilidade de que a sociedade seja preparada e esclarecida anteriormente para incluir pessoas surdas não é levantada. No máximo, segundo Maria Inês, deveria haver um “meio termo mais proveitoso para os surdos e que ao mesmo tempo não amole tanto os ouvintes”. O esclarecimento sobre as necessidades dos surdos é visto como um incômodo.

O segundo ponto é a questão da deficiência e do conformismo com as lacunas na comunicação. Na perspectiva do relato 21, de José, “a surdez é uma deficiência”, portanto os surdos devem conviver com as falhas de comunicação oriundas dessa deficiência. Terceiro, se os surdos quiserem ter acesso aos conteúdos das conversas devem “aguardar uma oportunidade e, discretamente pedir a um dos participantes para fazer um resumo”. A deficiência, nesse entendimento, não deve ser motivo de alarde ou incômodo e um resumo apenas basta. A fala da mãe também reforça a necessidade de não ser inconveniente. Por fim,

esse trecho deixa claro que apenas o modo de comunicação oral deve ser utilizado. Nem sequer se voltam para a possibilidade de utilizar outra forma de comunicação.

Um outro testemunho convocado neste tópico, responde ao primeiro com novas premissas:

Relato 23 - Mara: Nós surdos, na I Conferência Nacional dos Direitos dos Deficientes em Brasília, 12 à 15 de maio, fizemos parar tudo, mas tudo mesmo, pq não estávamos entendendo a intérprete pq os que estavam na mesa líam muito rápido as propostas, eles estavam muito longe e usavam o microfone, o que foi impossível de ler os lábios e pedimos para lerem mais devagar e pedimos outras intérpretes para ficarem perto da gente, para podermos tirar as dúvidas e podermos votar na hora certa, foi ótimo, todo mundo respeitou e assim conseguimos muitas coisas boas!!!! E olhe, tinha mais que 1.500 pessoas!!!

Relato 24 - Pâmela: **isso aí...** Parar tudo, parar reuniões, congressos em que estão 100, 1500, 100 mil, um milhão de pessoas só para que a gente tenha o nosso direito de entender, participar... mostra que somos capazes, poderosos... e não só porque somos “gueto”, “minoría”... que não somos “inferiores”... a LIBRAS não é “porcaria” nestes eventos!

A premissa básica revelada no relato 23, de Mara, é o direito à comunicação integral. Mesmo com a presença do intérprete na I Conferência Nacional dos Direitos dos Deficientes, ainda havia lacunas na comunicação porque “líam muito rápido as propostas”, “estavam muito longe” e “era impossível ler os lábios”. Então, os surdos interromperam o debate para adequar o ambiente às suas especificidades comunicativas. Temos aí um duplo entendimento sobre o direito à comunicação caracterizado pelo par de sentidos *comunicação integral x comunicação oral*. Enquanto no primeiro caso a comunicação incompleta é considerada normal graças à deficiência e, portanto, deve-se conformar com as lacunas; no segundo caso, há uma reivindicação pelo direito a uma comunicação eficaz e completa. No primeiro caso, negligencia-se a compreensão de conteúdos em nome da oralização e de uma “deficiência que deve ser discreta”. É mais valoroso se comunicar pela fala e não incomodar as pessoas em uma conversa do que entender o que se passa. Apesar de a mãe concordar que essa discricção pode levar ao isolamento ou à acomodação, ainda assim ela é a favor de não haver inconveniências. A igualdade aqui está na forma de comunicação. No segundo, é mais valoroso entender os conteúdos da discussão, mesmo que isso seja conseguido por meio de uma reivindicação pública. Estar em pé de igualdade seria conseguir assimilar todos os conteúdos das conversas da mesma maneira que os ouvintes. Esses são dois sentidos convocados para um mesmo termo: *igualdade*.

Nancy Fraser (2003), ao defender que as lutas por reconhecimento passam pela questão da igualdade na participação, configurando assim uma questão de *status* e não de

identidade, refere-se exatamente à paridade conforme o exemplo acima. Para ela, os sujeitos são reconhecidos se eles têm oportunidade de paridade nas questões políticas. Em contraposição, Honneth (2003) acredita ser a luta por reconhecimento uma busca pelo reconhecimento de identidades e de modos de vida e que a paridade viria a partir dessa conquista. Percebe-se que os surdos sinalizados, conscientes de suas identidades e de suas opções valorativas, lutam para que estas sejam aceitas em situações políticas, pois apenas a partir desse reconhecimento será possível uma participação de maneira igualitária. Lutar por reconhecimento e pelo direito à participação em decisões públicas, nas palavras de Pâmela, no relato 24, “mostra que somos capazes, poderosos”, “que não somos inferiores”. O testemunho 23, de Mara, evidencia um momento público de luta por reconhecimento que busca atestar e demonstrar que, quando existe esse empenho em se fazer reconhecido, bons resultados podem ser alcançados. Aqui, a igualdade de participação apenas foi bem-sucedida após o reconhecimento de que os surdos sinalizados precisam de intérpretes e de condições favoráveis de tradução – tais como leitura mais lenta ou ambientes mais silenciosos – para terem condições paritárias de participação.

Desses testemunhos podemos identificar também a *visibilidade x invisibilidade* da surdez. De um lado, a preferência pela invisibilidade é expressa por meio da “discrição”, defendida com ênfase no relato 21, em que José defende maneiras discretas de ter acesso parcial aos conteúdos de uma roda de conversas. A opção é de evitar incomodar a roda de bate-papo com dúvidas para se pouparem de constrangimentos. Goffman (1988) explica que muitos estigmatizados pautam seus comportamentos pela tentativa de esconderem aquele atributo que é alvo de estigmas pelo receio de não corresponderem ao conjunto de expectativas construídas socialmente em relação aos sujeitos. A tentativa de “discrição” pode ser traduzida como um medo de expor uma característica física que convoque todos os preconceitos já construídos em torno do estigmatizado. As tentativas de minimizar as diferenças entre surdos oralizados e ouvintes podem ser abaladas nesses momentos. Revelar que a surdez pode ser um incômodo e que nem as tentativas de “normalização” por meio da oralização são suficientes pode ser bastante constrangedor. Enquanto, de um lado, busca-se discrição nas situações de reuniões com outros ouvintes, de outro, não há o menor pudor em reivindicar e se fazer entendido. O uso da língua de sinais não é motivo de vergonha. Ao contrário, para Mara, no relato 23, apenas por meio da Libras e de intérpretes em boas condições de trabalho é que foi possível ter acesso a todos os conteúdos. Para ter o seu direito atendido, os surdos “fizeram parar tudo” para reivindicar uma forma justa de participação. Ou

seja, houve visibilidade para as suas questões e para a defesa de um modo sinalizado de viver e de participar de reuniões públicas.

O mesmo testemunho 23, de Mara, também relatou um caso de luta por reconhecimento fora do ambiente *on line*, em instâncias governamentais, em uma discussão da Conferência Nacional dos Direitos dos Deficientes.⁸¹ Tal testemunho foi reforçado pelo comentário 24, de Pâmela, que expressou, de maneira combativa, a necessidade de demonstrar a capacidade e o poder dos surdos e de lutar por seus direitos: “mostra que somos capazes, poderosos”, “que não somos inferiores”. A idéia de inferioridade aí é claramente combatida. Segundo Honneth (2003), os sujeitos que lutam por reconhecimento neste segundo âmbito devem se enxergar como sujeitos de direitos e capazes de reivindicar novos direitos. O reconhecimento de que os surdos precisam de intérpretes em determinadas ocasiões parte deles próprios, e a partir disso emergem reivindicações que externam essa luta. Perceber o alvo de suas próprias necessidades e demandas é um passo histórico que os surdos vêm dando ao longo dos anos. As conquistas, conforme já apresentado no primeiro capítulo, são várias, mas ainda há muitos pelo que lutar. Mesmo que a lei garanta a presença de intérpretes de língua de sinais em locais públicos, nem sempre ela é cumprida exatamente, porque esse reconhecimento legal ainda não ganhou a extensão da estima social. Dessa maneira, os surdos lutam cotidianamente pela materialização das leis no dia a dia e pelo reconhecimento social, o que tornaria muito mais fácil o cumprimento delas. Além disso, as lutas no âmbito do direito levam a pretensões generalizáveis. O direito à comunicação é uma pretensão generalizável, mas as formas que levam à concretude dessa pretensão são distintas entre surdos e ouvintes.

Há ainda outro modo de tratar a questão:

Relato 25 - Carla: pelo que li, maioria dos oralizados reclamam a dificuldade de acompanhar a reunião, mas tem medo de pedir interprete apra estas ocasiões, porque será? Eu acompanho com maravilha 100% do que estao falando na reuniao em secretaria de educação, sem incomodar ninguem e ainda dou minhas opiniões em nivel de igualdade. Fico feliz que tem interprete sim e não tenho vergonha de dizer.

Relato 26 - Miguel: Eu mesmo sofri com isso, inclusive na minha própria sala de reunião, quando eu conversava com mais de 2 pessoas muitas das vezes eu me perdia, claro, primeiro: não é sempre que tem pessoas que você consegue entender legal e ainda mais ela te acompanhar pra ver se tu esta em sintonia com a conversa. Mas é obvio, pois para estar numa reunião você tem que “aparecer” somar, acrescentar, caso contrario você será apenas um individuo irracional em frente de um momento importante e decisório de sua vida. Aprendi que se você ficar sempre pedindo entendimento na sala de reunião e não somar e acrescentar algo, com o passar dos tempos o pessoal vai perder a paciência com você.

⁸¹ O conselho ainda carrega o nome “deficiente”, tido como inadequado pelos surdos que lutam pelo reconhecimento de identidade e culturas delineadas pela Libras.

Nos testemunhos acima, além da eficácia na comunicação, o direito de se fazer entendido e opinar em nível de igualdade também é valorizado. No primeiro caso, a pessoa relata que participa de reuniões na secretaria de educação e que as opiniões dela precisam se fazer entendidas: “Eu acompanho com maravilha 100% do que estão falando na reunião da secretaria de educação, sem incomodar ninguém e ainda dou minhas opiniões em nível de igualdade”. No segundo, a idéia é defender que a participação em reuniões não deve ser apenas para se fazer presente, mas sim para fazer uma real diferença. O surdo, nessas ocasiões, tem condições de apresentar observações e contribuições relevantes durante a reunião tanto quanto os ouvintes, com opiniões, sugestões e pontos de vista, de modo a “acrescentar e somar”. Percebe-se, nesse exemplo, que os surdos buscam não apenas igualdade de participação, mas o reconhecimento dessa igualdade e de suas capacidades. Se há alguns anos predominava o entendimento de que os surdos eram inferiores ou incapazes, com essas expressões, busca-se desestabilizar esses valores anteriormente implícitos e auto-evidentes. A visibilidade da surdez aí não basta. É preciso evidenciar também as capacidades. Participar e dar contribuições em uma reunião significa contribuir com um grupo que é parte de uma comunidade maior de valores. Desempenhar bem as atividades no mundo do trabalho está entre as qualidades que tal comunidade julga como valoroso e digno de respeito, ou seja, aquilo que contribui para as finalidades sociais desse coletivo (HONNETH, 2003). A estima social, terceiro âmbito do reconhecimento apontado por Honneth (2003), surge exatamente dessa contribuição em potencial que se pode dar para os objetivos comuns de uma dada coletividade. Os surdos buscam mostrar isso e obter reconhecimento neste âmbito provando que são capazes mesmo sendo privados da audição. O valor do trabalho continua sendo o mesmo nesta sociedade. Não há a pretensão de mudar esse valor, mas sim de demonstrar que os surdos são aptos a contribuir com tais objetivos. Dessa maneira, *incapacidade x capacidade* pode ser um outro par de sentidos distintos que freqüentemente são invocados sobre os surdos.

A conversação aqui analisada “Como eu fico numa reunião de ouvintes” guarda algumas peculiaridades. Ao contrário da discussão anterior, e também por ser um debate com menor envolvimento dos participantes, não há um momento específico de concentração de participações. Além disso, o tópico tem participação mediana se comparado a outras discussões. Nessa conversação política, um dos principais aspectos a ser ressaltado é a amenidade do debate. Todos se dispõem a dar o seu testemunho sobre as dificuldades vivenciadas nas reuniões de trabalho, amigos ou da família e procuram demonstrar a melhor forma de superar as barreiras de comunicação. A presença de testemunhos é identificada

várias vezes, demonstrando que existe um esforço colaborativo que visa compartilhar as dificuldades e desenvolver o aprendizado coletivo. Há uma colaboração distinta entre os que optam pelo intérprete e aqueles que se comunicam por sinais. Entretanto, todos buscam responder à proposição inicial “como fico numa reunião de ouvintes”. Cada um exhibe determinado conjunto de conhecimentos localizados expressos pelos testemunhos e tal maneira de utilizar as histórias de vida, segundo Young (2002) pode convocar a construção de um conhecimento social mais amplo.

As histórias se conectam completando umas às outras, até que a ironia de um dos participantes sobre a atuação de intérpretes de Libras gera um ponto crítico na conversa. A provocação foi a seguinte: “Carla, você anda com interprete 24 horas ?? Não seria mais fácil você namorar um? Economizaria uma boa grana e ainda ganharia uns cafunés.” Apesar da provocação ter gerado respostas de repúdio que se desenrolaram em argumentos e contra-argumentos, a discussão conseguiu retomar o eixo no final. A provocação ganhou uma resposta que convocou o seguinte testemunho, já apresentado e analisado acima:

Relato 25 - Carla: Eu acompanho com maravilha 100% do que estão falando na reunião em secretaria de educação, sem incomodar ninguém e ainda dou minhas opiniões em nível de igualdade. Fico feliz que tem interprete sim e não tenho vergonha de dizer. Agora para ir à praia e ocasiões informais, nem há necessidade de intérpretes, me comunico bem com as pessoas... falei claro? não sei pk estão caçoando de mim... eu não reclamei que vocês não querem intérpretes, ate respeito opiniões de vocês.

Neste tópico, a questão da presença do intérprete foi mais uma face da disputa de sentidos oralismo \times Libras. A base da controvérsia continua sendo a comunicação por meio da oralização ou da sinalização. Ambas expressam pontos negativos e positivos nas falas dos participantes.

Tópico “Vergonha SURDO”

Número de posts (participações): 404

Número de posts depois da edição: 67

Data de início: 04/04/2005

Último post: 27/07/2007

A discussão do fórum se inicia com uma pergunta seguida de um comentário: “porque surdo tem vergonha de saber libras? Surdo oralizado saber pouco libras? Não pode acontecer isso”. O comentário inicial defende claramente o uso da língua de sinais e acusa aqueles que

não a usam de não o fazê-lo por vergonha. Ao longo de toda a discussão as colocações buscam responder por que não se deve ter vergonha, mas algumas enfatizam a língua de sinais e outras o oralismo. Logo de início, opiniões contrárias à Libras são manifestas, no sentido de uma autodefesa dos oralizados:

Neste tópico, a vergonha é mais uma face da disputa entre surdos sinalizados e oralizados e novamente a discussão gira em torno da utilização ou não da língua. Nessa conversação, alguns testemunhos especificamente se revelam definidores de uma polarização de sentidos sobre o ser surdo. O primeiro se coloca a favor da oralização, e o segundo, a favor da língua de sinais.

Relato 27 - Juan: Eu acho estranhissimo alguém afirmar com toda certeza que quem não sabe LIBRAS não se aceita como surdo. Eu não sei LIBRAS, porém tenho consciência da minha surdez e das minhas dificuldades. E nunca neguei a minha surdez. Apenas a vejo e vivo de uma outra forma. Não preciso viver em guetos, sou a favor da inclusão. Imagine o trauma que uma pessoa surda teria em não poder falar ? Ir ao mercado e não saber dizer o que quer, tendo que depender de intérpretes ao lado, depender de pai e mãe para resolver suas coisas. Eu acho isso muito mais doloroso do que você passar anos “sofrendo” por ser diferente na sociedade. Felizmente cheguei num estágio que a minha surdez é apenas um mero detalhe, e não uma característica da minha pessoa. E tenho orgulho disso. Como dizia minha mãe, desde pequeno sempre falei, sem ter menor necessidade de gesticular. Portanto, por que eu teria que ser forçado a aprender LIBRAS? Só por que sou surdo?

Relato 28 Robson: Sou surdo muito profundo de nascença. Tentei aprender falar quando era criança de 1 ano e 6 meses até 17 anos e aí eu desisti, pq já cansei de praticar . Perdi o meu tempo...É impossível, porque as vezes eu não entendo e não consigo ler os lábios. Por exemplo: “faca” e “vaca” e também outras palavras. Principalmente, me atrapalho em entender as letras parecidas: “M, P, B”, “S, Z e X, ç”, “T e D”,... É possível entender labios sem sons? É um engano!!! [...]pedi ao meu amigo de infância pra aprender Libras.. Me ensinou e fiquei louco quando aprendi Libras, absorvi muito rápido pra conhecer as novas informações. Mudei a minha vida e agora sempre divirto com meus amigos surdos e com ouvintes que sabem Libras. não sou mais como antes quando eu não aprendi Libras.

No primeiro testemunho, Juan diz que a “surdez é um mero detalhe”, mas que ele tem consciência dela e sabe de suas dificuldades. A maneira de superá-las é por meio da oralidade: “desde pequeno sempre falei, sem ter a menor necessidade de gesticular”. Para Robson, o aprendizado da fala não foi eficaz: “perdi o meu tempo...É impossível porque às vezes eu não entendo e não consigo ler os lábios, me atrapalho em entender letras parecidas”. São dois testemunhos bastante opostos que revelam vários entendimentos acerca da disputa *oralismo x lingua de sinais*. Ambos, Juan e Robson, passaram por processos de oralização e os resultados, segundo eles, são bem distintos. Para Juan, ela foi eficaz, e, para Robson, foi uma “perda de tempo”. São dois testemunhos que funcionam como prova, demonstração e

comprovação de determinado fato ou situação, no caso, o método de oralização. É certo que a experiência de cada um é individual e incomparável a qualquer outra, mesmo que os métodos sejam os mesmos. São essas experiências distintas que configuram as identidades coletivas e particulares de maneira não-fixa, em constante movimento e em estado permanentemente provisório (EMCKE, 2000; TULLY, 2000; MCBRIDE, 2005; ROCHA, 2007). Segundo esses autores, as identidades são construídas socialmente e, portanto, não possuem uma essência. Dessa maneira, tanto Juan quanto Robson passam por experiências distintas acerca da surdez e, portanto, estabelecem vínculos de pertença à cultura surda de maneiras diferenciadas. Juan rejeita a língua de sinais por considerá-la uma língua pouco inclusiva: “não preciso viver em guetos. sou a favor da inclusão”. Na sua experiência cotidiana ela não se revelou essencial. Já Robson acredita que, depois que aprendeu Libras, ele mudou sua vida: “absorvi muito rápido pra conhecer as novas informações. Mudei a minha vida e sempre divirto com meus amigos surdos e com ouvintes que sabem Libras. não sou mais como antes quando eu não aprendi Libras”. A Libras aqui é entendida de duas maneiras: *configuradora de guetos x delineadora de processos de conhecimento de mundo*. Ambas as premissas, bastante distintas uma da outra, revelam a seu modo um entendimento da língua de sinais. Para uns, ela descortina o mundo e garante acesso ao conhecimento, para outros, relega os surdos a um pequeno grupo que sabe se comunicar daquela forma.

Cada um dos testemunhos defende um modo de vida como digno de valor, mas conforme dito anteriormente, estamos olhando para a luta por reconhecimento dos surdos sinalizados. Desse modo, percebe-se que há o entendimento tácito sobre o grupo de surdos que usam a língua de sinais se reunirem em um gueto. Contra essa premissa, busca-se revelar a Libras como oportunidade de conhecer melhor o mundo, além de fazer mais amizades: “Mudei a minha vida e agora sempre divirto com meus amigos surdos e com ouvintes que sabem Libras. não sou mais como antes quando eu não aprendi Libras”.

Mesmo que saibamos que as identidades são construídas socialmente e que elas não são de maneira alguma estáticas, a crença de que alguns grupos formam guetos pode advir de certa ortodoxia do próprio grupo. Segundo McBride (2005), quando há valorização de determinada identidade em detrimento de outra, há minimização do potencial crítico e das possibilidades de negociação acerca de sentidos, o que estabelece a formação de guetos. A luta por reconhecimento, nesse sentido, deve buscar configurar terrenos comuns de negociação e de reconhecimento intersubjetivamente compartilhados em vez da imposição de determinado modo de vida como valoroso.

Um dos argumentos defende também as identidades não como algo escolhido voluntariamente, mas historicamente constituído (EMCKE, 2000):

Relato 29 - Elaine: Dizer que é uma apenas uma questão de escolha para o surdo saber utilizar a LIBRAS é uma visão simplista e ingênua da realidade. Não podemos esquecer que historicamente os surdos sempre foram visto como inferiores aos ouvintes, como deficientes que precisavam se adequar, caminhar para a “normalidade”. Para isto precisavam se oralizar. Isto marcou por muito a comunidade surda, que é uma minoria linguística e que tem sim uma língua própria não oral! O surdo que tem vergonha de usar a LIBRAS não se reconhece como Surdo e sim como um deficiente, ou seja, não conseguiu se libertar da visão de surdez que a sociedade impõe

A rejeição da língua de sinais e a imposição forçada do oralismo são marcas constituintes das identidades surdas. Esses fatos influenciam sobremaneira no modo como os surdos se enxergam e se localizam no mundo. Portanto, não basta atribuir a responsabilidade ao próprio surdo sobre as suas escolhas entre os diversos modos de se comunicar. Essa escolha é orientada por esse percurso histórico dos surdos e do seu movimento. Portanto, não só a constituição das identidades, mas também a luta pelo reconhecimento destas é perpassada por uma construção historicamente guiada, conforme já evidenciamos no Capítulo 1. Além disso, a consciência de uma minoria linguística é uma conquista histórica dos surdos sinalizados marcada pelo preconceito, e não uma questão de escolha. Se historicamente os surdos sofreram preconceito e privações do uso da língua de sinais, isso conduziu a uma luta que rompesse exatamente com esses padrões. Honneth (2003) já dizia de uma evolução moral da sociedade historicamente guiada; e a questão dos surdos, a nosso ver, demonstra certa evolução do conceito de surdez, mais ampliada, e na qual cabe a concepção de minoria linguística e grupo cultural.

Outra questão relevante é a eficácia da oralização, questionada no testemunho de Robson: “me atrapalho em entender as letras parecidas: ‘M, P, B’, ‘S, Z e X, ç’, ‘T e D’... É possível entender lábios sem sons? É um engano!!!.” Retomamos aqui dois pares de sentido em relação à comunicação dos surdos: *comunicação integral x comunicação oral*.

Podemos, ainda, identificar outro par de sentidos: *minoria linguística x gueto*. Os surdos sinalizados lutam para serem reconhecidos enquanto uma minoria linguística no Brasil, país basicamente monolingüista. Disso derivam entendimentos preconcebidos, mas construídos socialmente, de que o que eles querem é a formação de guetos, o assistencialismo, o comodismo, dentre outras idéias já cristalizadas. Pelo fato de se comunicarem em outra língua, julga-se que será impossível a inclusão destes em sociedade e que isso poderá levar a

traumas, tais como “ir ao mercado e não saber dizer o que quer, ter que depender de intérpretes ao lado, depender de pai e mãe para resolver suas coisas”.

A esses testemunhos se seguiram alguns argumentos pró e contra a língua de sinais. Seleccionamos alguns que sintetizam bem esses posicionamentos:

Relato 30 Fernando: Sobre oralismo ser limitado, ele é limitado no sentido que nem todas pessoas têm a mesma facilidade para ser oralizados. Muitos possuem MUITA dificuldade, como já relatado aqui neste tópico. Insistir em sua oralização sem dar outra opção para permitir que a comunicação flua implica em atrasar ou mesmo debilitar o aprendizado da criança, não só na escola, mas também emocionalmente e como pessoa.

Relato 31 - Juan: Uma coisa que eu não entendo - está mais do que provado que o surdo oralizado é capaz de atingir o nível em todos campos semelhante ao ouvinte e os problemas de integração na sociedade existem, mas em grau menor. Por que não insistir ? Há “n” surdos oralizados que obtiveram êxito - por que não estudar os mecanismos que chegaram a este resultado.

Além desses testemunhos e argumentos, outros comentários e outras formas de expressão configuraram um fórum de ampla participação, com 404 postagens e duração de 2 anos e três meses. É a discussão de maior duração dentre as investigadas e o acirramento se encontra presente desde o início. Os picos do debate se encontram no mês de maio de 2005, onde houve 108 participações. O restante da discussão permaneceu tenso até o final, mas sem picos de participação. Algumas características próprias deste debate devem ser ressaltadas. A primeira delas é que o tamanho da discussão não é correspondente à consistência do conteúdo. Isso acontece porque, da metade do debate para a frente, os argumentos e questionamentos começam a se repetir, além de muitos posicionamentos serem guiados apenas por expressões emotivas sem valor epistêmico nenhum. Como o dissenso já vem expresso logo no começo do debate, os posicionamentos e histórias de vida relevantes para uma luta por reconhecimento se concentram na primeira metade. A discussão segue tensa por todo o fórum, mas na segunda metade, além das repetições, boa parte do conteúdo se destina apenas a responder provocações pessoais e atacar os autores das opiniões divergentes. Dessa maneira, o tamanho do debate não indica o valor cognitivo da discussão. Ainda assim, podemos considerá-la bastante proveitosa: a luta por reconhecimento ganhou contornos relevantes; preferências foram apresentadas e pontos de vida defendidos.

Uma segunda característica deste debate é que, pela heterogeneidade de participantes, muitos ouvintes expressaram suas opiniões, a favor e contra a língua de sinais. O lugar de fala dessas pessoas, mesmo que difícil de identificar, dadas as características do ambiente virtual,

demonstrou, em algumas vezes, propriedade para falar do assunto, mas, em outras vezes, não. O fato de serem ouvintes e não surdos (na maioria das vezes as pessoas se apresentam como ouvintes ou surdos) levou à acusação de que apenas alguém que vive determinadas experiências é que pode falar sobre elas. Nesse debate, especificamente, a autoridade do testemunho foi por várias vezes invocada para legitimar pontos de vista tanto a favor da língua de sinais quanto do oralismo. Tanto os surdos quanto os ouvintes reconhecem a legitimidade dessas histórias de vida, e esse valor da experiência constantemente ganha referência no debate.

Relato 32 - Juan: E o pior de tudo, parece que eu estou polemizando um tema com um grupo de ouvintes que se julgam saber o que é melhor para mim como surdo. Antes que fiquem repetindo que nem papagaios o que se lê por aí, devem é vivenciar a realidade de um surdo. E mesmo assim, nunca saberão na essência o que é ser surdo.

A questão é que as histórias de vida, por si mesmas, já se autolegitimam, sem precisar ser mencionado o seu valor. Retomando o conceito que desenvolvemos no Capítulo 2, entendemos que os testemunhos são expressões que comprovam, demonstram e confirmam a vivência ou a presença em determinadas situações. Dessa maneira, o próprio ato de testemunhar já demonstra o valor daquela experiência. A colocação acima foi questionada da seguinte forma:

Relato 33 - Cris...o Juan acredita que apenas os surdos podem depor quanto ao uso ou não de LIBRAS. Mas nós que somos PARENTES E AMIGOS CONFIDENTES de surdos, temos muito a dizer sobre o assunto. O nome da comunidade é “amigos entre ouvintes e surdos” e quando nós esboçamos nossa opinião, lá vem a velha resposta “pior que eu tô discutindo com um monte de pessoas que não fazem a mínima idéia do que é discriminação”.

Questiona-se se a experiência de amigos e parentes não deve ser também considerada e se eles não podem contribuir, de alguma maneira, com a discussão. Afinal, eles também convivem e presenciam situações que envolvem os surdos. Outra questão apontada é sobre o propósito da comunidade, que é reunir amigos ouvintes e surdos. A própria peculiaridade do grupo permite discussões que contemplem ambos, ouvintes e surdos. O questionamento acima ganhou a seguinte resposta:

Relato 34 – Juan : Pablo, é uma pena eu ter passado a imagem de que discrimino ouvintes. Muito pelo contrário - o que quero mostrar é que o fato de vocês não serem surdos NUNCA vão sentir na essência o que é ser surdo, como eu sinto.

Nesse caso, o testemunho ganha contornos que ultrapassam o sentido de presenciar, ver ou comprovar. Vivenciar e experienciar são os sentidos reafirmados pelo comentário acima. Ou seja, o narrador é o próprio protagonista de sua história e tem autoridade para tanto.

4.2.3 As funções do testemunho nas conversações políticas

Nesta seção, passamos a uma análise mais fina dos tópicos já apresentados. Enquanto na seção anterior nos preocupamos em verificar as peculiaridades das conversações como um todo, em toda a sua trajetória, nesta seção nos dedicamos a esquadrihar, ponto a ponto, as participações nas conversas. O intuito é evidenciar de que forma as lutas por reconhecimento convocam os testemunhos para se fazerem valer. Na seção anterior evidenciamos as premissas de fundo que os surdos sinalizados, ao contarem suas histórias, buscam revelar e as hierarquias de valores e entendimentos de bem viver constituídos socialmente. Nesta seção, continuamos identificando algumas dessas premissas, tendo como horizonte as categorias já enunciadas: intercâmbio de narrativas, argumentos conectados a testemunhos, acirramento dos debates e aprendizado coletivo.

O intercâmbio de narrativas

Os testemunhos de vida, além de buscarem revelar premissas de fundo, também são invocados de maneira a compartilhar experiências, traçar afinidades coletivas e pontos de convergência de experiência, politizar situações coletivamente e buscar soluções conjuntas (YOUNG, 2002). O intercâmbio de narrativas apontado por Iris Young (2002) é uma maneira de conectar histórias de vida semelhantes e, assim, engendrar lutas coletivas e conectar situações particulares a contextos públicos.

No tópico “Oralização”, as mães contam suas experiências e identificam problemas comuns sobre a criação dos filhos surdos. No relato 3, de Lúcia, apresentado anteriormente, a mãe relata sua experiência ao ter uma filha surda, “Minha bebê hoje tem 1 ano e 7 meses, descobri ainda na maternidade e desde então, minha vida virou uma corrida atrás de médicos, fonos, surdos, implantados, etc...”. Assim como ela, outras mães relatam as dificuldades da oralização dos filhos e defendem essa forma de comunicação como a mais adequada para o desenvolvimento das crianças surdas. Há uma identificação com o outro que passa pelos mesmos constrangimentos e o estabelecimento de uma afinidade que pode vir a ser o fator de conjugação de uma identidade coletiva.

Relato 35 - Daniela D: Sou mãe de uma menina surda oralizada, graças à Deus. Penso q se existe essa possibilidade para eles se comunicarem pq não tentar... não é

fácil, exige muito da mãe, da fono,... tardes inteiras trabalhando, férias, tempo integral, mas vale à pena. Hj ela fala muito bem, quase não se percebe q ela tem surdez profunda e severa, mas usa libras com os amigos q não são oralizados. Minha opinião é q deve se tentar de tudo para oralizar. Não tenho o menor preconceito,

Há uma identificação entre as histórias de vida. Não necessariamente elas conjugam uma identidade coletiva, mas reconhecem que passam pelos mesmos problemas dentro de casa e que concordam com a opção da oralização. Os problemas são da mesma natureza. O primeiro deles é a peregrinação entre fonoaudiólogos, médicos, psicólogos e educadores. Segundo as mães, essa rotina exige uma dedicação exclusiva e muito esforço, além de gerar angústia e sofrimento. O calvário, entretanto, para elas tem a sua recompensa: a oralização dos filhos “Graças a Deus”, reforça a mãe. Ainda, ambas acreditam que seus filhos devem ser parecidos com os ouvintes. Daniela, no relato acima, afirma, “hoje ela fala muito bem, quase não se percebe que ela tenha surdez”, e Lúcia, do relato 3 reforça: “quero minha filha falando o mais próximo de um ouvinte”. A defesa pelo modo oral de comunicação, nesses dois testemunhos, é permeada por um processo doloroso de adaptação, reconhecem as mães, não apenas pelo tempo dedicado, mas também pela angústia e expectativa sofrida por elas. A grande recompensa da oralização reflete a sensação de dever cumprido. A língua de sinais, no primeiro relato, é criticada veementemente: “Sinceramente, se há condição de oralizar, acho RIDÍCULA essa conversinha que o surdo prefere a libras”. No caso de Daniela, relato 35, a Libras é relegada a segundo plano: “Minha opinião é q deve se tentar de tudo para oralizar”. Mais uma vez, podemos perceber o imaginário que muitas famílias têm sobre a comunicação gestual. Rejeitam e criticam tal forma de comunicação que pode vir a ser, um dia, o modo de expressão de seus filhos.

A discussão “Oralização” é a única do nosso *corpus* que traz muitos comentários das mães de surdos. Essas narrativas compartilhadas acima evidenciam que há situações semelhantes pelas quais passam essas mães e que, em geral, a melhor solução é oralizar. Isso evidencia um entendimento fortemente enraizado entre as famílias sobre a surdez. A maioria delas não espera um filho surdo, e há forte decepção quando eles nascem. A defesa pela oralização é, em geral, uma constante entre essas famílias. Em resposta a isso, outro conjunto de testemunhos compartilhados busca enfatizar as qualidades da língua de sinais:

Relato 7 - Luana: Eu sou oralizada e uso LIBRAS, e curso faculdade.. e muitos surdos que usam LIBRAS cursam faculdades, de onde está a inferioridade deles? Só por utilizar LIBRAS? Na verdade LIBRAS é importante, e foi importante para mim tbm na faculdade!

Relato 4 Mara: Eu que sou oralizada, aprendi muitas palavras novas, graças à Libras, que muito me ajudou. E na faculdade consigo entender todo mundo e não finjo mais que estou entendendo, graças à minha intérprete que traduz tudo o que todos falam. Conheço muitos surdos não oralizados que passaram na faculdade...estamos evoluindo mesmo. Até minha família que era contra a Libras, hj percebeu que eu realmente estou falando melhor com a Libras.

Ambos os testemunhos demonstram que as mesmas reivindicações em relação à língua de sinais são importantes para ambas. A utilização deste meio de comunicação foi importante na faculdade na medida em que abriu as portas do conhecimento e possibilitou aprendizado maior dos conteúdos e até mesmo do português, conforme o relato 4, de Mara. Já o relato de Luana valoriza da mesma maneira a presença do intérprete na faculdade e a comunicação gestual como válida. Esse meio de comunicação não inferioriza ninguém, segundo o testemunho de Luana. Isso representa uma amostra de parte da luta por reconhecimento na esfera social, que almeja a consideração deste modo de vida que opta por utilizar um intérprete em sala de aula. Além disso, representa uma conquista legal que garante a existência desse profissional.

Já no tópico “Como fico numa reunião de ouvintes”, a concentração de testemunhos é grande e expressa as dificuldades em comum em relação a lugares onde precisam se comunicar com muitas pessoas ao mesmo tempo.

Relato 36 - Roberto - O grande problema é numa reunião com mais de duas pessoas, quando um fala, e depois outro começa a falar e tenho que mover a cabeça rapidamente para pegar essa fala; é um verdadeiro pingue-pongue que acaba cansando e, sim, fico perdido.

Relato 37 - Miguel -Eu também sofro nessas reuniões. Tenho uma turma de amigos que gostam de sair pra tomar chopp em mesas grandes de bar. Só consigo ouvir quem está do meu lado. Faço um esforço tão grande pra ouvir e ler lábios que às vezes chego em casa com dor de cabeça.

Relato 38 - Lana - Pois é, mas gente, comigo isso é TODA HORA, seja no colégio ou saindo com amigos... É, conheço um mundo de gente... É difícil ficar com menos de duas pessoas pelo colégio, é sempre uns 4 pra cima. Festa no escuro? Eu curto, um dia fui numa festa dessas com minha amiga meu namo e um mundo d gente! Fico perdida, mas sempre pergunto pra alguém. Dependendo desse alguém, vai tirar uma com a minha kara ou vai me explicar!

Relato 39- Gabi - o meu problema é com pessoas novas, não entro de jeito nenhum no grupo e finjo até que to entendo tudo..e odeio boate escura.

Relato 40 – Julia :Ola... Gostaria de compartilhar meu sofrimento com voces. é quao dificil para mim, principalmente no trabalho e não consigo participar de conversas com colegas até porque eles não me entendem bem e também as vezes nao consigo expressar de maneira correta e as pessoas me evitam, as vezes tambem evito eles pq fico com aquele constrangimento de ficar perguntando ah Hã. o que ... e concordando em tudo o que eles dizem.

Os cinco testemunhos acima demonstram como as narrativas se somam umas às outras e tornam coletivo um problema que anteriormente parecia particular. As dificuldades que as pessoas passam por não conseguirem se comunicar em ambientes escuros ou com muitas pessoas são muito parecidas e recorrentes. Muitos surdos encontram nesses espaços virtuais um lugar para coletivizar essas questões e talvez uma motivação moral para tentar revertê-la. Conforme exposto, algumas das dificuldades comuns são o constrangimento de perguntar o que não entendeu a ponto de fingir que entendeu, a dificuldade de se fazer entendido e o fato de evitar as pessoas para não passar constrangimentos. Todos os depoimentos acima, do 36 ao 40, entretanto, se referem a surdos que não utilizam a língua de sinais, mas sim o meio oral de se comunicar.

Em oposição a esses constrangimentos em ter que se comunicar oralmente em meio a muitas pessoas, dois outros testemunhos já apresentados se colocam na discussão:

Relato 6 - Carla: pelo que li, maioria dos oralizados reclamam a dificuldade de acompanhar a reunião, mas tem medo de pedir interprete apra estas ocasiões, porque será? Eu acompanho com maravilha 100% do que estao falando na reuniao em secretaria de educação, sem incomodar ninguem e ainda dou minhas opiniões em nivel de igualdade. Fico feliz que tem interprete sim e não tenho vergonha de dizer

Relato 23 - Mara: Nós surdos, na I Conferência Nacional dos Direitos dos Deficientes em Brasília, 12 à 15 de maio, fizemos parar tudo, mas tudo mesmo, pq não estávamos entendendo a intérprete pq os que estavam na mesa líam muito rápido as propostas, eles estavam muito longe e usavam o microfone, o que foi impossível de ler os lábios e pedimos para lerem mais devagar e pedimos outras intérpretes para ficarem perto da gente, para podermos tirar as dúvidas e podermos votar na hora certa, foi ótimo, todo mundo respeitou e assim conseguimos muitas coisas boas!!!! E olhe, tinha mais que 1.500 pessoas!!!

O sucesso na comunicação por meio da Libras é evidenciado nos dois testemunhos. Nesse sentido, além de apresentar afinidades, os dois relatos também propõe soluções para um problema que é coletivo. Young (2002) aponta que apresentar soluções para problemas comuns é um dos benefícios dos testemunhos. A autora defende que encontrar pontos de convergência de experiência pode ser benéfico para politizar situações coletivamente. Quando Carla diz: “pelo que li, maioria dos oralizados reclamam a dificuldade de acompanhar a reunião, mas tem medo de pedir interprete apra estas ocasiões, porque será?” e apresenta o seu testemunho, ela coletiviza o problema de modo a oferecer solução para ele. O testemunho de Mara, que participou da conferência, também evidencia e reforça o posicionamento de Carla. A solução desse problema, especificamente, passa também por uma luta por reconhecimento engendrada coletivamente, já que a dificuldade de participar de reuniões é coletiva.

No tópicos “Vergonha Surdo”, aqueles que se expressam por meio da língua de sinais também trocam experiências, falam sobre o momento em que descobriram a Libras e expressam as dificuldades do oralismo. Esses testemunhos são convocados em um contexto de acirramento de debates, onde a língua de sinais é severamente criticada e a oralização valorizada. Para responder aos argumentos que apresentam as maravilhas da oralização, a experiência de vida relatada abaixo demonstra que ela não foi tão eficaz assim:

Relato 42 Robson: Sou surdo muito profundo de nascença. Tentei aprender falar quando era criança de 1 ano e 6 meses até 17 anos e aí eu desisti, pq já cansei de praticar . Perdi o meu tempo...É impossível, porque as vezes eu não entendo e não consigo ler os lábios. Por exemplo: “faca” e “vaca” e também outras palavras. Principalmente, me atrapalho em entender as letras parecidas: “M, P, B”, “S, Z e X, ç”, “T e D”,... É possível entender lábios sem sons? É um engano!!! [...]pedi ao meu amigo de infância pra aprender Libras.. Me ensinou e fiquei louco quando aprendi Libras, absorvi muito rápido pra conhecer as novas informações. Mudei a minha vida e agora sempre divirto com meus amigos surdos e com ouvintes que sabem Libras. não sou mais como antes quando eu não aprendi Libras.

Relato 43 - Newton: Eu sou surdo profundo, quando nasci e meus pais ajudaram pra eu aprender a falar. Mas eu nao sabia nada de Libras. Pouco tempo eu conheci os surdos que usam LIBRAS e comecei interessar LIBRAS porque eu quis conviver com surdos. Bem, antes eu era surdo ORALIZADO que vivia com poucos amigos. Na epoca, eu era surdo oralizado e sai pouco com ouvintes e tbm conversar poucos, por isso eu tive dificuldade de conviver com os ouvintes. Agora eu ja comparei entre as diferença: OUVINTES e SURDOS, entao eu ja adaptei os surdos pq a comunicação é muito fácil pra surdos. Por isso tenho orgulho de ser SURDO pq mundo ouvintes nao tem respeito a identidade própria do surdo, isso é preconceito.

Ambos os testemunhos demonstram que já foram oralizados, mas que se sentem mais à vontade com a língua de sinais. No primeiro deles, somada ao testemunho há uma crítica à leitura labial, considerada falha e incompleta. Devido a essa dificuldade, o surdo optou por se comunicar por meio da Libras. Já o segundo aderiu ao novo modo de vida por se sentir isolado da sociedade, por ter poucos amigos, por conversar pouco e ter dificuldades de conviver com os ouvintes. Mais uma vez, o testemunho funciona em resposta às críticas à Libras e também como uma maneira de demonstrar uma afinidade coletiva e um ponto de convergência das experiências (YOUNG, 2002). O ponto comum está no fato de que ambos mudaram suas vidas depois da língua de sinais e que se divertem mais com as pessoas que se comunicam da mesma forma que eles. A resposta às críticas dos oralistas, que é feita também por meio de testemunhos, revela uma premissa: o bem viver para eles está na utilização dos sinais como meio de comunicação. Para eles, é digno e valoroso esse modo de vida, na medida em que assim eles têm a possibilidade de ter amigos, de se divertirem, de entenderem e de se fazerem entendidos. Nesse caso, o compartilhamento de experiências evidencia uma

identidade coletiva daqueles surdos sinalizados. Ao conectar uma história a outra, eles confirmam o compartilhamento das mesmas premissas e evidenciam laços de pertença a um grupo social. O próprio testemunho de Newton confirma essa pertença: “tenho orgulho de ser SURDO porque o mundo dos ouvintes não tem respeito pela identidade própria do surdo, isso é preconceito”. O orgulho de ser surdo e a identificação de uma identidade dos surdos sinalizados são aclamados como forma valorosa de vida. O preconceito e a desvalorização dos modos de vida, quando identificados por aqueles que sofrem, podem ser motivadores de uma luta por reconhecimento em busca da valorização destes (HONNETH, 2003). Nos testemunhos em questão, o compartilhamento de narrativas e experiências evidencia uma identidade coletiva já existente e a tematização de injustiças por meio desses testemunhos demonstra a existência de uma luta por reconhecimento que ultrapassa os limites da Internet.

Além desse intercâmbio de narrativas como resposta a uma crítica, outro ponto merece destaque. Comentários como esses podem gerar entendimentos de que os surdos querem formar um gueto e que não fazem questão de conviver com o restante da sociedade. Entendemos que os surdos sinalizados são uma minoria lingüística que merece respeito pelo modo de comunicação, mas são comentários dessa natureza que podem levar a entendimentos diversos daqueles pretendidos pelas lutas por reconhecimento.

Articulações entre testemunhos e argumentos

Young (2002) afirma que os testemunhos tendem a conectar “experiência silenciosa de estar injustiçado a argumentos políticos” (2002, p. 72). Os testemunhos, por si mesmos, nem sempre são suficientes para evidenciar valores e premissas. Benhabib (1996) defende que o uso de argumentos pode garantir maior imparcialidade e padrões de justiça em um debate. Já Dryzek (2000) explica que mesmo os argumentos correm o risco de coagir ou de não promoverem a conexão de experiências particulares a coletivos, o que seria essencial para a qualidade do debate. Dada a relevância dos argumentos para as conversações políticas, e conseqüentemente para as lutas por reconhecimento, optamos por identificar quando os argumentos são acionados junto a testemunhos e em que medida se mostra necessária essa conexão.

A maioria dos argumentos expressos é utilizada para justificar, demonstrar ou explicar determinado ponto de vista. É claro que outros elementos acompanham as conversas, tais como a ironia ou os jogos de linguagem, mas a constante conexão entre argumento e testemunho nos alerta para o fato de que as biografias expressas de maneira isolada pouco contribuem para o avanço de questões políticas controversas. Nas conversações analisadas,

vários são os argumentos apresentados; entretanto, vamos nos concentrar apenas naqueles que acompanham os testemunhos, naqueles argumentos opostos que conduzem à explicitação de histórias de vida como resposta e naqueles argumentos acionados em resposta a determinados testemunhos.

Na discussão “Oralização”, depois de Lúcia, mãe de uma menina surda, relatar a sua experiência, ela desenvolve uma crítica à Libras baseada na facilidade de sua aquisição. O relato sobre a discriminação e sobre a sua luta com a filha surda embasa o argumento de que é preciso oralizar e de que o uso da Libras seria condicionado apenas à impossibilidade da oralização. Ela conta a sua experiência de vida: “Minha bebê hoje tem 1 ano e 7 meses, descobri ainda na maternidade e desde então, minha vida virou uma corrida atrás de médicos, fonos, surdos, implantados”. A partir de sua experiência ela diz o porquê de não admitir que sua filha se comunique por meio da Libras:

Sinceramente não a quero usando libras...sou ouvinte e sei como a sociedade DISCRIMINA SIM [...] Só acho muito válido SIM a libras, qdo não há forma de oralização, ou se a oralização não fôsse possível em cada caso...

Percebe-se que, neste caso, o testemunho apenas complementa um ponto de vista. A história que a mãe conta sobre sua filha e sobre sua experiência de sofrimento em relação à surdez serve para embasar o seu ponto de vista a respeito do oralismo e da língua de sinais. As justificativas para rejeição à Libras são: a discriminação da sociedade, a suposta dependência que esse meio de comunicação geraria e o comodismo gerado por ela. Esses pares de sentido já foram identificados anteriormente nessa análise.

Ainda neste mesmo tópico, Carla conta da sua experiência como professora de surdos.

Relato 6 Carla: pela minha experiência de professora por 20 anos pode acontecer que muitos surdos que tiveram dificuldade com a oralização (sem entender significados das palavras aprendidas e oralizadas) e a cognição fica muito atrasada por falta de evolução natural de uma língua (uma língua que lhes permitam a fazer raciocínio e pensar sobre tudo na vida)então quando estes mesmos surdos vão aprender a libras eles passam a entender melhor o portugueses.

O entrelaçamento entre testemunho e argumento é evidenciado na medida em que a Carla convoca a sua experiência “de professora por 20 anos” para justificar o porquê de vários surdos ficarem com a cognição atrasada. A justificativa é que “muitos surdos que tiveram dificuldade com a oralização (sem entender significados das palavras aprendidas e oralizadas) e a cognição fica muito atrasada por falta de evolução natural de uma língua”. Ela usa a experiência e o argumento do atraso de cognição em surdos com dificuldade de oralização

para defender que esses mesmos surdos passam a entender melhor o português quando conhecem a língua de sinais.

Um exemplo da relevância dos argumentos junto aos testemunhos são os relatos 42 e 43 de Robson e Newton, quando eles contam que foram oralizados na infância, mas que a comunicação ainda era ineficaz. Sobre a leitura labial, Robson afirma “É impossível, porque as vezes eu não entendo e não consigo ler os lábios. Por exemplo: ‘faca’ e ‘vaca’ e também outras palavras”. Já Newton explica que antes possuía poucos amigos.

Relato 43 - Na época, eu era surdo oralizado e sai pouco com ouvintes e tbm conversar poucos, por isso eu tive dificuldade de conviver com os ouvintes. Agora eu ja comparei entre as diferença: OUVINTES e SURDOS, entao eu ja adaptei os surdos pq a comunicação é muito fácil. Por isso tenho orgulho de ser SURDO pq mundo ouvintes nao tem respeito a identidade própria do surdo, isso é preconceito.

Mesmo que ambos os testemunhos tragam histórias de vida que desmistifiquem a relevância da oralização, eles, por si sós, não foram capazes de gerar respostas e posicionamentos. Foram simplesmente ignorados no conjunto do debate. A partir do momento em que argumentos completaram os seus testemunhos, os seus pontos de vista começaram a ganhar consideração. Um desses argumentos foi sobre os limites do oralismo:

Relato 44 - Fernando: Sobre oralismo ser limitado, ele é limitado no sentido que nem todas as pessoas têm a mesma facilidade para ser oralizados. Muitos possuem MUITA dificuldade, como já relatado aqui neste tópico. Insistir em sua oralização sem dar outra opção para permitir que a comunicação flua implica em atrasar ou mesmo debilitar o aprendizado da criança, não só na escola, mas também emocionalmente e como pessoa.

Apenas os testemunhos que relatavam dificuldade com a oralização não foram suficientes para ganhar consideração. O comentário de Fernando reforça que nem todas as pessoas possuem habilidades para esse método e que isso poderia atrasar o desenvolvimento cognitivo da criança. O argumento do relato 44 torna os testemunhos que defendem a Libras mais vigorosos para defenderem seus pontos de vista. O debate segue adiante com a seguinte crítica:

Relato 45 - Alice: Acredito q enquanto eu puder fazer com q meu filho vá a fono ele vai. Enquanto eu puder fazer com q ele se comunique oralmente, ele vai se comunicar. [...] Hj faço td isso, amanhã se ele não quiser mais problema dele, o q não irei admitir é ele se fazer de coitadinho e depender da família o resto da vida dele pra se comunicar com um mundo q não entende LIBRAS, isso é um fato.

Em resposta, o mesmo surdo que já havia relatado o seu testemunho o faz novamente e argumenta o quão importante foi a língua de sinais em sua história.

Robson 46 - Robson: Aline, Eu não sou um dos surdos coitado. Na época que eu era criança sofri muito. To dizendo verdade que eu tenho experiencia da época. nao acho que seja simplesmente assim, pois o surdo de um modo geral nao conhece a lingua portuguesa, entao, a oralizacao nao se torna tão eficaz, e a informacao nao é passada na integra [...] Libras é lingua e não linguagem.... hoje aqui o Brasil os surdos podem usar duas linguas a dele Libras também o portugueses.

A crítica veemente à língua de sinais feita pela mãe Aline está ancorada em argumentos tais como o surdo que se comunica assim se faz “de coitadinho e depende da família o resto da vida”. Robson retoma o seu exemplo de infância e do sofrimento que teve por não saber se comunicar oralmente e se opõe ao rótulo de coitado: “eu não sou um dos surdos coitados”. Além de acionar o testemunho, ele ainda argumenta que não é tão simples assim como a mãe Aline acredita: “o surdo, de um modo geral, não conhece a língua portuguesa, então, a oralização não se torna tão eficaz, e a informação não é repassada na íntegra”. O argumento contra o oralismo se baseia, primeiro, na sua experiência de vida, e, segundo, no fato de que a comunicação oral não é tão clara, principalmente porque o português não é conhecido em um momento anterior. Ele argumenta também que os surdos brasileiros podem usar duas línguas: o português e a Libras.

Observa-se que alguns testemunhos, por si sós, foram insuficientes para gerar um debate. Mesmo naqueles casos onde houve uma injustiça sofrida, o testemunho foi simplesmente ignorado até que se apresentasse um argumento que lhes desse respaldo. Young (2002) afirma que considerar os testemunhos não significa desconsiderar os argumentos. Dahlberg também argumenta que “os aspectos estético-afetivos claramente não podem e não precisam ser completamente separados da comunicação racional” (2005, p. 116, tradução nossa). Dessa forma, observamos a importância desse entrelaçamento dos modos comunicativos, com especial atenção para as histórias de vida e os argumentos, de modo a evidenciar uma luta por reconhecimento moralmente motivada.

O acirramento dos debates

As premissas de fundo não compartilhadas, quando trazidas à tona, podem ou não promover um compartilhamento de valores e identidades. Nesses casos, principalmente quando se trata da luta por reconhecimento onde o entendimento sobre bem viver é bastante distinto, as conversações podem desencadear debates bastante acirrados e, nessas situações, as chances de contestação são mais altas (CONOVER; SEARING; CREWE, 2002). Nem sempre a oportunidade que os sujeitos têm de explicitar suas identidades e de levá-las a escrutínio público é bem recebida. Nesses espaços de conversação, as histórias de vida são julgadas,

contestadas e podem ou não ser reconhecidas. Como já foi dito, isso faria da discussão um empreendimento perigoso, não apenas pelo risco de haver desrespeito, mas também porque poderia pressionar os participantes da discussão a uma mudança de preferências e até mesmo mudanças na própria identidade. As discussões fervorosas dos surdos no Orkut exemplificam isso muito bem.

Diante da polarização das opiniões acerca do uso da língua de sinais, as diferentes premissas de bem viver levam ao acirramento do debate, chegando até mesmo ao nível das ofensas. No caso do tópico “Oralização”, é verdade que a conversação em questão já começa tensa, e a controvérsia é desenhada de início. Mesmo com as características do Orkut, que permitem as brincadeiras e intervenções por parte daqueles que visam amenizar o debate, não há dissolução da controvérsia ao longo da discussão. Apenas nos últimos 50 *posts* alguns atores se retratam e iniciam conversas amenas sobre receitas e passeios. Aqui, o acirramento não se configura exatamente em relação ao testemunho, mas a expressão de experiências particulares é uma constante também nesses momentos tensos.

Quando, no relato 7, Luana critica o imaginário de superioridade que permeia o modo de vida de surdos oralizados, ela promove um tensionamento ainda maior da conversa:

Relato 7 – Luana: Muitas pessoas como vcs que se acham que ser surdo e oralizado significa ser mais potente e superior que surdo que utiliza LIBRAS, e falam que todo oralizado cursam faculdade, como a primeira pessoa desse tópico disse! Eu acho muita arrogância, [...] Eu sou oralizada e uso LIBRAS, e curso faculdade.. e muitos surdos que usam LIBRAS cursam faculdades, de onde está a inferioridade deles? Na verdade LIBRAS é importante, e foi importante para mim tbm na faculdade!

O testemunho relata que ela utiliza o intérprete em sala de aula e que isso é importante para o acompanhamento dos conteúdos. A resposta a esse posicionamento é expressa abaixo:

Relato 47 - Rubens: Não me considero superior a ninguém. Apenas defendo a oralização como o melhor caminho para o surdo se integrar na sociedade sem depender de ninguém. Você por exemplo, depende de interpretes para captar o que os professores falam. Nada contra isso, mas eu não curto essa coisa. Primeiro: por que o mundo que está ali não funciona assim. Segundo: cria uma dependencia extrema sua com o interprete. No dia que não tiver interprete, como você irá se virar ?

Em seguida, o mesmo participante ultrapassa os limites da tensão do debate e, por meio de ofensas, gera uma discórdia e uma polarização ainda maior do debate:

Relato 48 - Rubens: Acho LIBRAS uma porcaria mesmo. É a minha opinião e PRONTO. Achar uma porcaria não quer dizer que acho que a língua seja inferior. Acho uma porcaria por que nao me acrescenta em nada. É ofensivo isso ?

Ele mesmo questiona se isso é ofensivo. A não mobilização de argumentos moralmente válidos e o apelo às ofensas acirraram ainda mais o debate.

Relato 49 - Mara: É ofensivo, sim Rubens!!! Porcaria??? É ofensivo sim...principalmente para os meus queridos alunos...que dependem da Libras para se comunicar. Se precisam de intérprete, sem problema, pq o número de intérpretes está aumentando e isso é ótimo!!!!

Relato 50 - Carla: Acho a oralização importante sim, mas como a Mara disse, a Libras ajuda muito sim e é importante para muitos surdos. Acho horrível vocês todos falarem que Libras é porcaria, que é ruim, que é inferior. Vocês esqueceram que a Libras é uma língua oficial. Já tem uma lei. Então a libras é uma língua, como a língua portuguesa, língua inglesa, língua alemã.

Relato 51 - Ana: Sou obrigada a discordar de quem diz que Libras é porcaria. É efetiva para a comunicação, mesmo que seja em um grupo pequeno. Vamos dizer também que as línguas indígenas são porcarias porque são faladas por um menor número de pessoas?

Em resposta a esse repúdio, o mesmo que se referiu à língua de sinais como porcaria volta a argumentar:

Relato 52 - Rubens: O engraçado é que pouquíssimas pessoas sabem utilizá-la. Se nem muitos surdos a usam, imagine os ouvintes. Realmente, a sociedade tem tanta peninha de nós e nos concedeu este presente de grego!

Relato 53 - Pamela: Não é presente de grego, prezado Raul. É questão de direito, é soberano... se o Lula, o Presidente da República do Brasil, sancionou a lei, foi por força maior, por atender ao Povo Surdo, que tanto batalhou por sua língua, apesar desta língua ser uma “porcaria” para você. Enfim é um presente soberano, digno de orgulho para os muitos SURDOS, como eu, Karin, Mara, Diogo... e tantos outros!

O desenrolar do debate traz argumentos importantes, tais como: a) a Libras é a única forma de comunicação para muitos surdos; b) muitos surdos podem criar uma ampla dependência em relação ao intérprete, não sendo capazes de viverem no mundo sem esse profissional; c) que a Libras é uma língua formalmente constituída e reconhecida pelo governo federal e que por isso merece respeito; d) que a língua de sinais é efetiva ao menos para um determinado grupo de pessoas e que não deve ser discriminada porque é a língua de uma minoria, assim como os índios; e) que o decreto da Libras não favorece os surdos oralizados e que não olha para as suas especificidades. Por outro lado, todos esses argumentos são entrecortados não apenas pelos testemunhos, como também por ironias, sarcasmos, ofensas e respostas ríspidas.

Os perigos apontados por Conover *et al.* (2002), ao se referirem às conversações políticas quando estas tratam de lutas por reconhecimento, são claramente manifestos nesses exemplos. Os autores acreditam que esse risco advém da pressão exercida entre os

participantes pela modificação de preferências e, até mesmo, mudanças na própria identidade. As chances de entendimento são pequenas, e os riscos da discórdia, grandes. A desvalorização dos modos de vida delineados pela língua de sinais é clara na referência à língua como “porcaria”. Os que se sentem afetados, respondem de maneira argumentativa, revoltada ou emocionada, de modo a rebaterem o posicionamento, para se defenderem e para reafirmarem o seu entendimento de bem viver. São esses entendimentos compartilhados acerca do valor da língua de sinais que alavancam uma luta moralmente motivada, que tem como uma de suas expressões os embates do Orkut. Entretanto, se um debate tenso, engendrado por lutas por reconhecimento, dá lugar à discórdia, provavelmente os ganhos epistêmicos e cognitivos serão poucos. A luta por reconhecimento corre o risco de não alcançar nenhum compartilhamento de códigos e de sequer alcançar um terreno comum de negociação de entendimentos.

O mesmo acontece no tópico “Como fico numa reunião de surdos”. A conversa *on line* seguia seu curso com opiniões diferentes acerca do comportamento em reuniões, entretanto, uma ironia foi capaz de desestabilizar todo o debate:

Relato 41 – Rubens: Carla, você anda com interprete 24 horas ?? Não seria mais fácil você namorar um ? Economizaria uma boa grana e ainda ganharia uns cafunés.

O tom de deboche diz respeito à premissa cristalizada da dependência já discutida anteriormente. Para o autor do *post* 41, o grau de dependência do intérprete seria levado ao extremo. A provocação foi respondida com o seguinte comentário e depois deu seqüência ao seguinte debate:

Carla: Eu acompanho com maravilha 100% do que estão falando na reunião em secretaria de educação, sem incomodar ninguém e ainda dou minhas opiniões em nível de igualdade. Fico feliz que tem interprete sim e não tenho vergonha de dizer. Agora para ir à praia e ocasiões informais, nem há necessidade de interpretes, me comunico bem com as pessoas

Rubens - Carla, interprete pra reunião de família ??? aaaaaaaaa Não sei se você entendeu, mas a maioria dos surdos oralizados não sabem LIBRAS, logo, o intérprete é inútil nestes casos. O que se pode fazer é pedir para que as pessoas em volta tenham a consciência de que há uma pessoa lá com dificuldades e possam falar voltados para ela. Eu nunca tive problema com isso por que felizmente a minha leitura labial é excelente.

Carla - Rubens, parabéns que sua leitura labial é excelente e não precisa de interprete! É um milagre mesmo!

Pâmela - Rubens, o que seria para você a fala NORMAL? ou SeJa LIBRAS é aNoRmAl? Os surdos que te conhecem já me falaram que nem sempre você domina bem a lEiTuRa LaBiAl. Mas já que você afirma CATEGORICAMENTE que domina 100%.... e como a Karin disse, é mIlAgRe!!

O acirramento iniciado pela ironia tem seqüência ainda em tom de provocação. O alvo da ironia, Karin, explica que não precisa de intérprete o tempo todo e fala em quais situações eles são necessários. Entretanto, ela responde com tom de ironia ao considerar a leitura labial como 100% eficaz. Isso levanta duas questões interessantes. Entender 100% do que se diz em uma reunião de família é tido como praticamente impossível e como um “milagre”. O segundo ponto é considerar anormal a língua de sinais, premissa já avaliada na primeira categoria desta análise.

Mesmo que consideremos os vários modos comunicativos como presentes em uma conversação política (DAHLBERG, 2005; HABERMAS, 2006; YOUNG, 1996, 2002; MANSBRIDGE, 1999), alguns tendem a torná-la, em vez de mais inclusiva, menos democrática. Ofensas e ironias tendem a dissolver ou acirrar debates epistemicamente relevantes, cujos ganhos cognitivos poderiam fazer grande diferença na luta por reconhecimento. A conversação política, nessas circunstâncias, caminha para situações de desestabilização nas quais cessa a troca de opiniões e argumentos. Em se tratando de temas sensíveis, diretamente associados a lutas por reconhecimento, as ironias têm grandes chances de provocar debates pouco frutíferos e resultados pouco positivos para a revelação de novas premissas de bem viver.

O aprendizado coletivo

Conforme Young (2001) aponta, os testemunhos, ao revelarem premissas de fundo, contribuem para um aprendizado coletivo. Tal aprendizado pode ser caracterizado por um passo na luta por reconhecimento e funcionaria como uma ponte semântica entre as questões subjetivas e a evolução da sociedade (HONNETH, 2003). Nas nossas conversações do Orkut, certamente muitos dos participantes aprenderam coisas novas a respeito dos surdos. A única maneira de aferir isso foi nas palavras dos próprios participantes, quando reconhecem que houve um aprendizado. Nas análises do fórum “Oralização”, encontramos um relato bastante expressivo:

Maria : Eu entendo o porque de vc ficar meio bravo... É que, às vezes, os que defendem a Libras querem convencer todos os surdos a adotá-la. Eu também não concordo que a língua “natural dos surdos” seja a Libras (se isto fosse verdade não haveria tantos surdos bem orlizados). Mas também sei, que para alguns surdos, ela se torna a sua única opção de comunicação. Entrei nesta comunidade porque sou a favor do Oralismo, mas até estou aprendendo com este “debate” Libras X Oralismo!

A afirmação: “até que estou aprendendo com este ‘debate’” revela que, de alguma maneira, os debates ajudam no entendimento de questões outrora desconhecidas.

Carmen: Estou achando muito válida toda essa discussão e estou aprendendo bastante ao ler a diversidade de pontos de vista e de histórias de vida. Acho que ainda há mais na realidade de cada um a ser analisada do que nossos discursos ideológicos, mas estou aprendendo... Pena não podermos ter aqui, a opinião de tantos outros surdos que ainda não têm, por razões de contextos, o domínio do português e da escrita, mas acredito que ainda chegaremos lá!

4.3 O testemunho no *site* da Feneis e no Orkut

As lutas por reconhecimento moralmente motivadas têm como grande norteador de suas ações a desconstrução de referenciais valorativos implícitos e auto-evidentes de uma determinada comunidade de valores. O que é bom, relevante ou merecedor de estima é definido por essa hierarquia de valores que é tida como dada e inabalável. Se as lutas por reconhecimento buscam justamente abalar essas certezas e tentam engendrar novos entendimentos, elas tentam atingir, exatamente, essa base valorativa tida como sólida. Dessa maneira, as premissas de fundo, aquelas certezas que os sujeitos carregam consigo sobre os valores morais, buscam ser reveladas e questionadas.

Ao delinear a nossa análise tanto no *site* da Feneis quanto no Orkut, pudemos evidenciar que realmente há uma busca pela desestabilização de determinados valores e a tentativa de configurar novos entendimentos acerca da surdez. Essas ações se valem dos testemunhos para legitimar a luta por reconhecimento. No *site* da Feneis, identificamos alguns pares de entendimentos que se têm sobre os surdos e que foram revelados por meio dessas histórias de vida:

- a surdez como delineadora de uma vida normal *x* anormal;
- a língua de sinais como código lingüístico completo com o mesmo *status* de língua *x* língua inferior, incompleta e pouco abstrata;
- língua de sinais como comunicação integral *x* comunicação oral;
- capacidade *x* incapacidade dos surdos.

Já no Orkut, os pares de sentido que encontramos foram:

- a surdez como delineadora de uma vida normal *x* anormal;

- língua de sinais como primeira língua *x* dificultadora de aprendizagem do português, com pouca abstração e inferior;
- língua de sinais como comunicação integral *x* comunicação oral;
- língua de sinais como configuradora de modos de vida que levam à dependência *x* autonomia;
- língua de sinais como forma de comodismo *x* língua materna;
- igualdade de participação por meio da língua de sinais e por meio oral;
- atributo da surdez como elemento que gera visibilidade *x* invisibilidade;
- língua de sinais como configuradora de guetos *x* delimitadora de processos de conhecimento de mundo;
- surdos sinalizados como minoria lingüística *x* gueto

Percebe-se que, dos quatro pares de sentido que encontramos no *site*, três também foram encontrados nas conversações do Orkut. São eles: a) a surdez entendida como delimitadora de uma *vida normal x vida anormal*; b) a língua de sinais como *código lingüístico completo com o mesmo status de língua x língua inferior, incompleta e pouco abstrata*; c) língua de sinais como *comunicação integral x ineficiência da comunicação oral*. Talvez, com um material de análise mais extenso, encontrássemos a equivalência dos pares na sua totalidade. É importante ressaltar novamente, a partir dessas evidências, que a luta por reconhecimento dos surdos sinalizados não se restringe ao ambiente virtual. Ela perpassa várias dimensões da vida desses sujeitos, sendo uma delas a vida associativa. Não é possível afirmar que todos os posicionamentos a favor da língua de sinais expressos no Orkut partem de sujeitos associados. É válido assegurar, contudo, que as mesmas premissas de bem viver que a Feneis acredita são confirmadas pelos defensores da Libras que publicaram seus comentários e relatos no Orkut. Isso revela uma dimensão bem maior das lutas por reconhecimento.

Foi possível demonstrar na nossa análise uma luta por reconhecimento dos surdos e que revela alguns valores predominantes contra os quais se luta. Tanto no *site* da Feneis quanto no *site* de relacionamento foi possível identificar essa busca por engendrar novos sentidos. Entretanto, há algumas distinções que devem ser levadas em conta. Enquanto no *site* da Feneis trabalhamos com o entendimento de um outro “presumido” que se encontra exatamente naquelas premissas dadas como certas e auto-evidentes, no Orkut esse outro está presente de maneira palpável no momento da conversação. Os surdos sinalizados encontram essas evidências concretamente na expressão e no posicionamento dos participantes das

conversas do Orkut. Isso apenas reforça o nosso pressuposto de que as lutas por reconhecimento são engendradas na dinâmica social e ganham expressão nos *sites* de modos distintos. Aquilo que é presumido no *site* se confirma de maneira concreta no Orkut. É interessante notar que, no *site*, os próprios testemunhos revelam em suas falas premissas e valores contra os quais se quer lutar. Frases e expressões carregam consigo fortemente o olhar e o posicionamento do outro. Existe um interlocutor para quem as expressões são endereçadas, e este “outro” pauta o conteúdo das minhas expressões (BAKHTIN, 1986). As lutas por reconhecimento são intersubjetivamente construídas (HONNETH, 2003; TAYLOR, 1992), portanto, o olhar a presença do outro, parceiro de interação, é exatamente o que dá sentido a essas lutas.

Além disso, o *site*, por meio dos seus testemunhos, dá grande ênfase à a) presença de histórias de superação; b) ao sucesso sobre as dificuldades; c) à defesa da língua de sinais; d) ao orgulho de ser surdo; e) à conexão de histórias particulares com contextos gerais; e f) à militância. Com exceção da militância, que não foi possível demonstrar nas conversações do Orkut, todas essas características também puderam ser encontradas nas histórias de vida acionadas no *site* de relacionamento. Relevante notar, contudo, que o *site* de relacionamento expressa também histórias de superação dos surdos oralizados, critica à língua de sinais e defesa da surdez como algo que não deve ser valorizado, pois se configura como uma patologia e deficiência. Por ser um ambiente um pouco mais isento de controles, o Orkut favorece o surgimento não apenas das histórias de vida dos surdos sinalizados, como também dos testemunhos dos oralizados, dos familiares, amigos, dentre outros.

A presença ou não das premissas de bem viver conflitantes é a grande diferença encontrada nos testemunhos do *site* e do Orkut. No *site*, os posicionamentos divergentes não estão presentes, enquanto no Orkut eles são os responsáveis por configurarem aqueles modelos de conversação política. A ausência dos pontos de vista discordantes, dos testemunhos que evidenciam o modo oral de se comunicar como valoroso e das críticas endereçadas à língua de sinais demonstra certa homogeneidade dos conteúdos expressos no *site*. Além de os testemunhos serem muito parecidos, tendem a confirmar a existência de uma cultura e de uma identidade surdas como valorosas e dignas. Os questionamentos sobre se isso é válido ou não são subsumidos. Conforme já dito, Warren (2001) atribui ao associativismo efeitos potencialmente democráticos, e um deles é o efeito de esfera pública. Para que a associação tematize questões nessa esfera de debate, represente e defenda pontos de vista, ela precisa eliminar externamente a ambigüidade de valores e a dispersão de interesses. As questões alvo da heterogeneidade e da complexidade interna, no momento em que a

associação se apresenta publicamente para representar determinados interesses, devem dar lugar a um discurso coeso que demonstre credibilidade. Nesse sentido, é evidente que o *site* da Feneis não cederia espaço para as opiniões discordantes. Isso não reduz o valor das instituições representantes de grupos sociais. A heterogeneidade não deixa de existir, mas, para fins políticos de luta por reconhecimento, ela deixa de se apresentar. O que se mostra, no caso dos surdos, é uma entidade que representa uma coletividade ligada por alguns pontos de interseção das histórias de vida pessoais que conformam um “nós” motivador da ação (MELLUCI, 1996).

A heterogeneidade dos surdos brasileiros, que não encontra lugar no *site* da Feneis, é deflagrada no Orkut. Um ambiente virtual que dá espaço para as opiniões discordantes, principalmente se elas dizem respeito a questões sensíveis como identidades não reconhecidas ou questões de injustiça, está sujeito a conceder espaço também para as discórdias tácitas, preexistentes em sociedade. Em todos os três debates analisados do Orkut isso ficou evidente. Os acirramentos diziam respeito sempre à mesma questão: ao embate entre língua de sinais e oralismo. A presença ou não de intérpretes de Libras, a vergonha ou não de se comunicar por meio de gestos e o valor da língua de sinais são faces da mesma questão.

Cabe lembrar também que as associações, e mais especificamente a Feneis, ao representarem os anseios dos surdos sinalizados, negligenciam publicamente a outra “classe” de surdos existente e que não corrobora os mesmos pontos de vista dos primeiros. É importante salientar que as políticas públicas e as leis, em geral, são formuladas a partir de uma pressão de atores políticos organizados da sociedade civil (WARREN, 2001; AVRITZER, 2004; BAIOCCHI, 2005). As associações de surdos empreendem ações dessa natureza frequentemente, mas acabam por conquistar leis e políticas públicas que se referem a *todos* os surdos brasileiros. Elas exercem uma *representação discursiva* (DRYZEK; NIEMAYER, 2006) que representa todos os surdos, sem ser eleita por todos eles. A heterogeneidade existente entre os surdos brasileiros fica clara em nossa pesquisa. Tantos embates de sentido apenas se configuram porque eles discordam entre si sobre o melhor modo de vida. Mas nos momentos de elaboração de políticas públicas apenas um desses pontos de vista é levado em conta. Um dos comentários do Orkut define muito bem essa representação discursiva que se configurou por ocasião da promulgação da Lei nº 10.436, que reconhece a Libras como meio válido de comunicação dos surdos brasileiros:

Daniela: Olha este Decreto valeu, porém nem sequer se falou nos surdos oralizados... isso foi mal. Minha opinião é q se deve investir em centros auditivos

com toda estrutura de fonos, palestras para a família, terapias grupal...criar uma Lei para as mães de deficientes trabalharem seis horas.

A Lei nº 10.436, já regulamentada, representa, em grande parte, os interesses dos surdos sinalizados. Reconhecer uma nova língua em um país significa, primeiro, desafiar os valores monolíngüístas historicamente constituídos. Segundo, iniciar um processo de consolidação dessa língua por meio de políticas públicas voltadas para a educação e a cultura. Terceiro, garantir que o acesso a bens materiais e simbólicos seja possível por meio da língua de sinais. Isso implica desconsiderar aqueles que não são usuários da língua. É claro que, em alguma medida, os surdos oralizados também se beneficiaram dela. Por exemplo, a legenda obrigatória em alguns programas e propagandas políticas traz benefícios para ambas as partes. A *representação discursiva*, todavia, não deixa de se revelar nesse episódio. A grande heterogeneidade existente entre os surdos faz com que essas lutas de sentido tomem lugar na Internet e é reforçada pelo papel que as associações desempenham na esfera pública.

Observamos também que os testemunhos são recursos freqüentemente acionados nas lutas por reconhecimento de maneira a se associarem a argumentos, o que os torna importantes politicamente. Tanto no *site* quanto no Orkut, uma de nossas categorias de análise buscou revelar essa articulação entre testemunhos e argumentos. A questão é que no *site* não encontramos os posicionamentos discordantes de maneira concreta e também não identificamos outros modos comunicativos, tais como a ironia, desprezo, ofensas ou jogos de linguagem. Lidamos apenas com testemunhos e argumentos publicados de maneira estática. Como no Orkut as conversações cedem espaço para a utilização dos mais diversos modos comunicativos, a partir do ponto em que os argumentos deixaram de ser justificados eles deram origem a um acirramento pouco salutar para a conversação política. Isso convocou novas provocações e contestações que pouco contribuíram para o avanço da construção de um entendimento comum ou ao menos de um terreno passível de negociações de sentido. Não só a ausência de justificativas para os posicionamentos, mas também a existência de alguns modos comunicativos estético-afetivos pouco democráticos, tais como a ironia e a ofensa, foram capazes de desestabilizar as conversações. Em todas elas houve picos de tensão, troca de ofensas e ironias. Esse é um risco das conversações que envolvem temas ligados a questões sensíveis como identidades e luta por reconhecimento (CONOVER *et al.*, 2002). Na conversação “Vergonha Surdo” essa discussão durou cerca de dois anos, e a discórdia se manteve ao longo do tempo, com argumentos e provocações repetidas. Já no tópico “Oralização”, que durou cerca de dois meses, a discórdia revelada em alguns momentos agonísticos deu lugar a uma conversa amena que incluía assuntos como bares e receitas

culinárias. Apenas no debate “Como fico numa reunião de ouvintes”, conversa o mais curta, o dissenso foi dissolvido e a conversa o retomou a troca de opiniões de maneira amena. Isso evidencia também o quão imprevisível são os rumos das conversa es (MANSBRIDGE, 1999; DAHBERG, 2005).

Outro ponto a ser considerado nas nossas análises é o exame da recorrência de lutas por reconhecimento nos três âmbitos. Ao elegermos a luta por reconhecimento como nosso marco teórico orientador, também assumimos o risco da sua abstra o e da sua dificuldade de estabelecer análises empíricas, principalmente no que diz respeito   distin o feita por Honneth entre as esferas ótima, social e legal. Embora seja possível identificar que os participantes discorrem sobre assuntos que percorrem os três âmbitos, a separa o deles para fins analíticos se mostra complexa e difícil. Por outro lado, isso demonstra que os âmbitos estão fortemente conectados e se influenciam mutuamente. Nas análises, podemos ver que a questão do reconhecimento da surdez como definidora de identidades e culturas perpassa a esfera ótima, o âmbito legal e o social de maneira bastante intrincada e de difícil separa o. Em alguns momentos, um ou outro âmbito se destaca. Entretanto, optamos por não sistematizar essa análise separadamente para dar a ver que os três âmbitos se entrelaçam ao longo da luta por reconhecimento. Isso não invalida a nossa análise, pois demonstra exatamente o quão complexa é a luta por reconhecimento e que ela não deve se restringir a apenas um âmbito. Os sujeitos plena e idealmente realizados são aqueles que atingem reconhecimento nos três âmbitos.

Considerações finais

Ao iniciarmos essa pesquisa, tínhamos em mente algumas questões que brotaram da pesquisa de conclusão da graduação (GARCÉZ, 2004), além de outras que surgiram a partir de uma vivência próxima das associações de surdos. Primeiro, para nós, era inquestionável que a Teoria do Reconhecimento pudesse fornecer bases sólidas para a explicação de conflitos advindos das questões de identidade, especialmente no caso dos surdos. As obras de Axel Honneth (2003) e Charles Taylor (1992) nos levavam à percepção de questões relevantes, tais como o caráter intersubjetivo das lutas, a divisão desta nos três âmbitos – íntimo, legal e da estima social – e a consideração de uma evolução social via luta por reconhecimento. Tudo isso fornece um rico aparato conceitual para entendermos não apenas a dimensão que afeta as identidades dos sujeitos como também a inter-relação destas com o meio social.

Além disso, as injustiças simbólicas vividas pelos surdos cotidianamente, e mais especificamente por aqueles que escolheram como modo de vida a língua de sinais, nos parecia um objeto de pesquisa extremamente relevante. Explicar o modo como essas questões se configuram, como os atores políticos dessas lutas se posicionam e as bases valorativas dessas injustiças simbólicas nos motivava a debruçarmo-nos sobre esse trabalho.

A vivência sobre a questão, somada ao aparato conceitual fundante da nossa pesquisa, forneceu bases para identificarmos na Internet um espaço onde se configuram essas lutas. Visitas descompromissadas aos debates do Orkut conduziram-nos a uma inquietação sobre as formas como se desenvolviam aqueles debates e o quão frutíferos eles eram na revelação de sentidos distintos acerca da surdez. Depois de escolhido o nosso material empírico de análise, ainda havia a percepção de uma lacuna empírico-conceitual. A informalidade dos *sites* de relacionamento não deixava transparecer, na maioria das vezes, as pretensões normativas da luta por reconhecimento. Havia o conhecimento dessas pretensões, mas elas não pareciam evidentes no Orkut. A escolha pela análise do *site* da Feneis foi, dessa maneira, uma forma de evidenciar esse caráter mais amplo da Teoria do Reconhecimento. Além disso, o papel das associações de surdos está intrinsecamente ligado a essa luta, dado o contexto histórico de atuação dessas instituições. Entendemos que a escolha pelos dois ambientes virtuais distintos nos proporcionou uma rica comparação dos modos de acionamento das histórias de vida. Isso se deve não apenas ao fato de haver uma voz associativa de um lado e uma pluralidade de vozes do outro. O próprio formato dos ambientes influencia na maneira como os conteúdos e discursos são produzidos. É uma espécie de moldura que acomoda – mas não define totalmente – os conteúdos expressos nos vários meios de comunicação.

Uma análise primeira do nosso material revelou a recorrência das histórias de vida, acionadas nos contextos de luta por reconhecimento. Dessa maneira, optamos por investigar essas lutas tendo em vista o lugar dos testemunhos nessa dinâmica. Desenvolvemos, assim, o nosso problema buscando entender de que maneira os testemunhos revelam premissas de bem viver e questionam valores tacitamente incrustados em sociedade, elementos essenciais das lutas por reconhecimento. Nosso olhar foi guiado sempre por uma perspectiva relacional que buscasse evidenciar não apenas o lugar dos surdos que defendem a língua de sinais, mas também a sua relação com o “outro”, representante desses valores auto-evidentes. A perspectiva da interação nos conduz à dinâmica intersubjetiva da luta por reconhecimento, em vez de nos prender ao olhar apenas daqueles que lutam. Mesmo em relação às associações, onde as vozes são mais homogêneas, fizemos questão de evidenciar esse aspecto relacional, haja vista que o funcionamento interno destas é complexo, heterogêneo e dinâmico (MELLUCI, 1996). A própria constituição das identidades coletivas requer considerar as relações que vinculam os sujeitos a um determinado grupo. Assim, a perspectiva relacional se configura dentro e fora das associações, nas lutas por reconhecimento e nos ambientes dentro e fora da Internet.

No decorrer da pesquisa, esse olhar para as interações nos trouxe alguns desafios. O primeiro deles foi o manuseio do material extraído do Orkut. Por serem as conversações excessivamente desordenadas, analisá-las em seu conjunto se mostrou uma difícil tarefa. Nem sempre os comentários diziam respeito à questão colocada, muitas vezes brincadeiras entrecortavam o assunto, havia o surgimento de um ou mais assuntos paralelos, alguns comentários resgatavam outros posicionamentos antigos, publicados bem no começo, dentre outras dificuldades. Entretanto, não bastava olhar para os testemunhos isoladamente, mas sim em relação aos contextos de produção destes. Por isso, optamos por analisar as conversações no seu conjunto e só então analisar os testemunhos um a um.

Outra dificuldade foi a sistematização da análise em relação aos três âmbitos propostos por Honneth (2003) – íntimo, legal e social. Às vezes, a identificação de luta por reconhecimento em um âmbito surgia atrelada a outro âmbito, como no caso de Robson, que contesta a opinião da mãe Aline sobre o oralismo. Ao mesmo tempo que ele alerta para uma situação de ineficácia da oralização que acontece na infância, por responsabilidade ou falta de conhecimento dos pais, busca estima social para a língua de sinais. As relações primárias, estabelecidas na infância, são fortemente guiadas pelas relações sociais mais gerais e por uma hierarquia de valores preconcebida e anterior ao nascimento das crianças. Dessa maneira, o não-reconhecimento da surdez como definidora de uma cultura é desenhado socialmente e

reproduzido no âmbito doméstico. Os âmbitos do reconhecimento estão intrinsecamente ligados. Para fins didáticos, é importante ter ciência desses âmbitos e olhar para lutas por reconhecimento com esse horizonte. Poderíamos optar por investigar a luta por reconhecimento âmbito a âmbito, separadamente. Entretanto, optamos por uma categorização que demonstrasse o valor dos testemunhos, que é o nosso objetivo de pesquisa. Deixamos a questão dos âmbitos de reconhecimento para ser identificada ao longo das análises.

Dessa maneira, ao longo da pesquisa, identificamos as seguintes funções para os testemunhos: a) explicitação de premissas de fundo; b) intercâmbio de narrativas; c) articulação entre argumentos e testemunhos; d) presença em debates controversos; e e) promoção de aprendizado coletivo. A primeira e grande função desses testemunhos era evidenciar valores contra os quais se quer lutar e engendrar o entendimento de novas premissas. A explicitação de premissas de fundo foi uma categoria bastante abrangente que nos possibilitou articular pares de sentido, sempre com o intuito de demonstrar, de um lado, o entendimento que os surdos sinalizados têm de determinada questão, e, de outro, o sentido auto-evidente que é reforçado permanentemente em sociedade. Conseguimos identificar, por exemplo, compreensões distintas do termo “igualdade”. Enquanto para os surdos sinalizados essa igualdade está em poder participar de reuniões, com a expressão de comentários e compreensão dos conteúdos na íntegra, para os oralizados está em se fazerem parecidos com os ouvintes, não deixando transparecer as dificuldades que a surdez e o modo oral de se comunicar impõem. Os surdos sinalizados, nesse caso, pedem intérpretes. Os oralizados procuram não incomodar e pedem, discretamente, que se faça um resumo da conversa no final. Outros sentidos se revelaram, tais como o entendimento do surdo como normal ou anormal, os surdos como capazes ou incapazes, a língua de sinais como forma de comodismo ou como delimitadora de uma minoria lingüística, dentre outros.

A explicitação de premissas de fundo é a grande questão que conduz nossas outras categorias. É a partir dela que histórias de vida são compartilhadas, argumentos são acionados de modo a complementar os testemunhos, debates acirrados são conflagrados e o aprendizado coletivo sobre questões outrora desconhecidas se configura. No *site* da Feneis, identificamos, além da explicitação de premissas, a articulação dos argumentos aos testemunhos. No Orkut, todas as categorias puderam ser evidenciadas, pelo fato de que havia o elemento interatividade, indispensável para as considerações a respeito de debates e acirramentos. A identificação de três pares de sentido semelhantes no *site* da Feneis e no Orkut revela que algumas questões são comuns aos surdos sinalizados, e que elas se expressam não só em

ambientes associativos, como também em ambientes plurais. A luta por reconhecimento engendrada pelas associações ganha respaldo no agir cotidiano individual dos sujeitos.

Além da semelhança entre esses pares de sentido, ao longo da pesquisa, a comparação entre os ambientes virtuais nos permitiu reforçar ainda mais a percepção das heterogeneidades que compõem as identidades surdas. Não se trata de julgar a homogeneidade do discurso das associações, mas de discutir porque essas instituições lançam mão dos testemunhos de maneira homogênea, sempre enfatizando a superação, a militância, a defesa da língua de sinais, o orgulho de ser surdo, além de buscarem conectar situações particulares a contextos gerais. Não se trata também de negligenciar a pluralidade interna das associações, mas de buscar entender o porquê desse modo de acionamento dos testemunhos na luta por reconhecimento.

A heterogeneidade explícita no Orkut revela que, mesmo com vários posicionamentos distintos e com o acirramento do debate a respeito das questões sensíveis, algumas premissas são as mesmas daquelas das associações. Elas configuram os nós que atam os sujeitos às identidades coletivas. Outro ponto importante sobre essa heterogeneidade é que, nem sempre, ela se limita às fronteiras das identidades coletivas. Há surdos que não se vinculam de maneira alguma com o grupo de surdos que se comunicam por sinais. Eles estão fora dos limites de atuação das associações, mas ainda assim são representados por elas nas questões governamentais. É o que chamamos de *representação discursiva* (DRYZEK; NIEMAYER, 2006), onde atores políticos exercem uma representação por meio de discursos, e não por meio de escolhas da maioria ou eleições. Isso traz conseqüências para aqueles que não se sentem representados, como é o caso dos surdos oralizados.

Por fim, cabe mencionar que, a despeito das dificuldades de análise do material extraído do Orkut, as conversações nos levaram a importantes conclusões acerca das suas configurações. Primeiro, elas não são tão livres assim como pensávamos. No caso do Orkut, a existência de um moderador atuante é capaz de mudar os rumos dessa conversa, como foi o caso da discussão “Oralização”. Segundo, ainda assim há um caráter imprevisível de condução dessas conversações, o que pode ou não levar a ganhos epistêmicos e cognitivos, essenciais às lutas por reconhecimento. Tal caráter imprevisível e ordenado abre brechas para a demonstração de diversos modos comunicativos, tais como os testemunhos, os argumentos, as ironias, as ofensas, as emoções, dentre outros. Essas expressões nem sempre se mostram favoráveis ao estabelecimento de terrenos comuns para a negociação de sentidos e tendem a comprometer todas as trocas de sentido relevantes para a luta por reconhecimento.

Referências

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil – Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *RBCS*, v. 13, n. 37, p. 05-31, jun. 1998.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARMONY, A. *The dubious link – Civic engagement and democratization*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. v. 1.

AVRITZER, L. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. v. 1.

BAIOCCHI, G. *Militants and Citizens: the Politics of Participatory Democracy in Porto Alegre*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBER, B. *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley: University of California Press, 1984.

BENHABIB, S. Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy. In: _____. *Democracy and Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BLACK, L. Deliberation, Storytelling and Dialogic Moments. *Communication Theory*, v. 18, p. 93-116, 2008.

BOHMAN, J. Political Communication and the Epistemic Value of Diversity: Deliberation and Legitimation in Media Societies. *Communication Theory*, v. 17, p. 348-355, 2007.

BRAGA, J. L. Constituição do campo da comunicação. In: NETO, A. F.; PRADO, J. L. A.; PORTO, S. D. *Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *DOU*, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>.

CANETTI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CASTELLS, M. *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONOVER, P.; SEARING, D.; CREWE, I. The Deliberative Potential of Political Discussion. *British Journal of Political Science*, v. 32, p. 21-62, 2002.

COSTA, S.; WERLE, D. L. Reconhecer as diferenças: liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil. In: AVRITZER, L.; DOMINGUES, J. M. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAHLBERG, L. The Habermasian public sphere: Taking difference seriously?. *Theory and Society*, v. 34, n. 2, Apr. 2005.

DEAN, J. Virtually citizens. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 264-282, 1997.

DEAN, J. Why the net is not a public sphere. *Constellations*, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2003.

DELGADO, L. de A. N. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOWNING, J. D. H. *mídia radical, rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

DRYZEK, J. S. *Deliberative Democracy and Beyond – Liberals, Critics, Contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. *Participação e deliberação – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. Discursive Representation. Paper Presented in Workshop “Repensando a Representação”, UBC, May 2006.

EMCKE, C. Between Choice and Coercion: Identities, Injuries, and Different Forms of Recognition. *Constellations*, v. 7, n. 4, p.483-495, 2000.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO DE SURDOS. Disponível em: <<http://www.feneis.com.br>>.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*. São Paulo: Nova Fronteira; Lexikon Informática, 1999.

FÓRUM COMO FICO NUMA REUNIÃO DE OUVINTES. Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/CommMsgs.aspx?cmm=60081&tid=2465036261970570174&na=2&>>.

FÓRUM ORALIZAÇÃO. Disponível em: <<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=60081&tid=2464506677470568464>>.

FÓRUM SURDO ORALIZADO. Disponível em: <<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=62227&tid=12819779>>.

FÓRUM VERGONHA SURDO. Disponível em: <<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=428446&tid=10024425>>.

FRASER, N. *Justice Interruptus – critical reflections on the ‘postsocialist’ condition*. London: Routledge, 1997 [1995].

FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: HONNETH, A.; FRASER, N. *Redistribution or Recognition – a Political-Philosophical Exchange*. London; New York: Verso, 2003.

FRASER, N. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: _____. *Justice Interruptus – critical reflections on the 'postsocialist' condition*. London: Routledge, 1997.

GARCÊZ, R. L. O. *Comunidade surda: construção da identidade e luta por reconhecimento através da visibilidade*. Monografia (Conclusão de Curso de Graduação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista da FAMECOS*, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005.

GOMES, W. Opinião pública na internet: uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: ENCONTRO ANUAL da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÔS, 10., 2001, Brasília.

GOMES, W. Tocqueville não via TV: capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. In: *GT de Comunicação e Política no XV Encontro da Compôs na UNESP*. Bauru, 2006.

GUTMAN, A.; THOMPSON, D. *Democracy and Disagreement*. Cambridge: [s.n.], 1996.

HABERMAS, J. *A transformação estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

HABERMAS, J. Concluding Comments on Empirical Approaches to Deliberative Politics. *Acta Politica*, v. 40, n. 3, p. 384-392, Sep. 2005.

HABERMAS, J. *Direito e democracia entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Trad. Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro:

HONNETH, A. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. In: _____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003 [1992].

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGÜÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/>>.

JENSEN, J. L. Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored – A Comparison. *Scandinavian Political Studies*, 26 (4), p. 349-374, 2003.

LABORIT, E. *O vôo da gaivota*. São Paulo: Best Seller, 1994.

LEMO, A. L. M. Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma cultura copyleft?. *CONTEMPORANEA. Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 9-22, 2004.

LÉVY, P. *Ciberdemocracia*. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LOPES, M. C. O processo de normalização e ouvintização surda no espaço. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd), 26., 2003, Poços de Caldas.

MAIA, R. C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, W. S.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

MAIA, R. C. M. Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação (completo). In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10., 2001, Brasília. v. 1. p. 46-60.

MAIA, R. C. M. Identidades em contextos globalizados e multiculturais – Alguns dilemas da igualdade e da diferença. *Geraes, Revista de Comunicação Social*, n. 50, p. 12-25, 1999.

MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in Deliberative System. In: MACEDO, S. (Ed.). *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MARCO, V. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.

MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, R. F.; MAIA, R. C. M. O sistema deliberativo e seus espaços discursivos; a articulação entre diferentes modos de comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. *Anais...* v. 1, p. 1-16.

MARQUES, A. C. S.; ROCHA, S. M. A política a partir das margens: a produção discursiva sobre o Bolsa Família em grupos de discussão. *Revista FAMECOS*, v. 32, p. 105-117, 2007.

MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abr./maio, 2006.

MATTOS, Patrícia Castro. *A sociologia do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume, 2006.

MCBRIDE, C. Deliberative Democracy and the Politics of Recognition. *Political Studies*, Oxford, v. 53, n. 3, p. 497-515, Oct. 2005.

MEAD, G. H. *Espiritu, persona y sociedad*. México: Paidós, 1993.

MELUCCI, A. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. ComPolítica (Sessão de Comunicação), 1., 2006a, Salvador. *Anais...*

MENDONÇA, R. F. Movimentos sociais e interação comunicativa: A formação da comunicação sem sujeito. *Contemporânea*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 73-98, jun. 2006b.

MENDONÇA, R. F. Comunicação e movimentos sociais: em defesa de uma abordagem complexa. *Écos Revista*, v. 10, p. 109-134, 2006c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 04 nov. 2007.

MITRA, A. Marginal voices in cyberspace. *New Media & Society*, 3(1), p. 29-48, 2001.

MORAES, D. *O concreto e o virtual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PERLIN, G. *História de vida surda: identidades em questão*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

PERLIN, G. História dos surdos. *Caderno Pedagógico – Pedagogia para Surdos*. Florianópolis: UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina)/CEAD, 2002.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. B. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G. *Ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade*. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. *Ponto de Vista*, Florianópolis, v. 05, p. 217-226, 2003.

PERLIN, G.; QUADROS, R. Ouvinte o outro do ser surdo. In: QUADROS, R. (Org.). *Estudos surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. v. I.

PINTO, P. L. F. Implante coclear: o imaginário e o mascarado sobre o povo surdo. Artigo apresentado no 2º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação. Porto Alegre: Ulbra, 2006.

POLLETTA, F. Is Telling Stories Good for Democracy? Rhetoric in Public Deliberation after 9/11. *American Sociological Review*, 71 (5), p. 699-723.

POLLETTA, F. Contending Stories: Narrative in Social Movements. *Qualitative Sociology* 21, p. 419-446, 1998a.

POLLETTA, F. "It Was Like a Fever..." Spontaneity and Identity in Collective Action. *Social Problems*, 45, p. 137-159, 1998b.

POLLETTA, F.; LEE, J. Is Telling Stories Good for Democracy? Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Hilton San Francisco & Renaissance Parc 55 Hotel, San Francisco, CA, Aug 14, 2004.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2001.

PRIMO, A.; BRAMBILLA, A. M. Social Software e construção do conhecimento. *Redes Com*, Espanha, n. 2, p. 389-404, 2005.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, Baltimore, 6/1, jan. 1995.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.

RECUERO, R. Memes e dinâmicas sociais em weblogs: informação, capital social e interação em redes sociais na Internet. *InTexto*, v. 15, p. 1, 2006.

RECUERO, R. O capital social em redes sociais na internet. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 28, p. 1-15, dez. 2005.

REVISTA DA FENEIS. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out./dez. 1999.

REVISTA DA FENEIS. Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, jan./mar. 2001a.

REVISTA DA FENEIS. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, jan./mar. 2001b.

ROCHA, S. M. Mídia e politização de identidades: dilemas na construção de um "nós" entre os moradores de favelas. *Comunicação & Política*, v. 25, n. 1, p. 51-72, 2007.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem pelo mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHEUFELE, D. Talk or Conversation? Dimensions of Interpersonal Discussion and their Implications for Participatory Democracy. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v. 77, 2000.

SCHUDSON, M. Por que a conversação não é a alma da democracia. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 14, p. 19-31, 2001.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 30 (Guerra, Império e Revolução), p. 31-78, jun. 2005.

SHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993.

SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998a.

SKLIAR, C. (Org.). Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 8, p. 44-57, 1998b.

SOUZA, J. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SOUZA, R. *Que palavra te falta?* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, K. L. Visão histórica sobre a in(ex)clusão dos surdos. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 244-252, jun. 2006.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TULLY, James. Struggles over Recognition and Distribution. *Constellations*, v. 7, n. 4, p. 469-482, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. Trad. M. Resende. Lisboa: Antídoto, 1979.

WARREN, Mark. *Democracy and association*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

WILHELM, A. *Democracy in the Digital Age: Challenges to Political Life in Cyberspace*. New York: Routledge, 2000.

WYATT, R.; KATZ, E.; KIM, J. Bridging the Spheres: Political and Personal Conversation in Public and Private Spaces. *Journal of Communication*, v. 50, p. 71-92, Winter 2000.

YOUNG, I. Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In: BENHABIB, S. *Democracy and Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

YOUNG, I. Inclusive Political Communication. In: YOUNG, I. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2002.

ZURN, Christopher. Recognition, Redistribution, and Democracy: Dilemmas of Honneth's Critical Social Theory. *European Journal of Philosophy*, Oxford; Malden, v. 13, n. 1, p. 89-126, 2005.

Apêndice A Glossário

Chat - Um chat, em português, significa conversação. É um programa destinado a conversações *on line* em tempo real.

Comunidade - Uma comunidade do Orkut é um espaço, criado por alguém livremente, destinado à reunião de pessoas com afinidades sobre determinados temas. Dentro dela é possível encontrar um fórum de discussão, enquetes e divulgação de eventos.

Dono da comunidade - criador de uma comunidade ou alguém que herdou aquela comunidade de alguém.

Fakes - Perfis falsos do Orkut.

Fórum - Cada comunidade reúne um espaço exclusivo para discussões. Esse espaço é denominado fórum. Nele pode haver várias discussões assíncronas e permanentes. Cada uma dessas discussões é chamada de tópico.

Listas de discussão - São listas *on line* nas quais acontecem discussões temáticas e as pessoas participam por meio de envio de e-mails. Essas listas podem ser abertas à participação de qualquer internauta ou fechadas a pessoas cadastradas. São diferentes dos tópicos e dos fóruns, que são encontrados apenas nas comunidades.

Moderador - Pessoa responsável por controlar os conteúdos de uma determinada comunidade. Pode excluir comentários que não julga pertinentes à comunidade e também perfis que são indesejados por aquele grupo. Pode ou não ser dono da comunidade.

MSN - MSN Messenger é um programa de mensagens instantâneas criado pela Microsoft Corporation. O programa permite que um usuário da Internet se relacione com outro que tenha o mesmo programa em tempo real, podendo ter uma lista de amigos “virtuais” e acompanhar quando eles entram e saem da rede.

Off topics - Comentários que não estão diretamente relacionados ao tema proposto em um tópico ou lista de discussão.

Perfil - O perfil é como se fosse uma página de identificação de cada usuário do Orkut. Nele constam foto, nome, preferências pessoais, dentre outras informações sobre a pessoa. Nada garante que uma pessoa tenha apenas um perfil e que esse perfil seja verdadeiro.

Post - Cada post significa uma participação, que pode ser um comentário, um testemunho, uma opinião, um argumento, ou qualquer outro tipo de participação. Os *posts* são colocados dentro dos tópicos, ou seja, dentro das discussões. Cada pessoa posta um ou mais comentários nessa lista de discussão.

Tópico - Um tópico é a mesma coisa que uma lista de discussão. Ou seja, dentro de cada comunidade há um fórum, e dentro de cada fórum, vários tópicos de vários assuntos.

Apêndice B

Categorização primária

Tipo de Comunidade	Número de comunidades	Descrição
Admiração pessoal	65	Comunidades que homenageiam pessoas surdas
Associações de surdos	37	Comunidades relacionadas às associações locais
Educação de surdos	14	Temas relacionados à educação dos surdos
“Eu amo os surdos”	93	Temas relacionados à simpatia e amizade com os surdos
Surdos na família	23	Comunidades de pessoas que têm surdos na família
Grupos informais	216	Grupos dos mais variados tipos, por exemplo, “Surfistas surdos”, “Surdos oralizados” ou “Surdos e intérpretes”
Grupos informais <i>on line</i>	18	Comunidades criadas especificamente por vínculos estabelecidos <i>on line</i> , por exemplo, “Surdos no MSN”
Outros grupos institucionalizados	88	Grupos de pesquisa, cursos de Libras, dentre outros grupos institucionalizados
Implante coclear	8	Relacionados a implante coclear
Mitos	24	Mitos sobre os surdos, como, por exemplo “Surdos-Mudos”
<i>Off topics</i>	836	Comunidades não relacionadas com o tema da surdez, mas que usam esse nome metaforicamente
Libras	173	Temas relacionados à língua de sinais
Reivindicatórios	33	Expressam demandas políticas
Relacionados à localidade	111	Fazem referência a alguma localidade, por exemplo, “Surdos de Belo Horizonte”
Religiosos	163	Comunidades relacionadas à participação dos surdos em religiões diversas
Outros	13	
Total	1.915	

Apêndice C
Tópicos com grande número de participações

Nome do tópico	Número de participações	Comunidade a que pertence
Vergonha surdo	404	Amigos entre ouvintes e surdos
Vc acha polêmico namorar com uma pessoa surda?	32	Amo Libras
O surdo e o vestibular	44	Comunidade Surda
Inclusão ou Exclusão?	55	Educação de surdos
Surdos ou Deficientes Auditivos	30	Educação de surdos
Inclusão Escolar	54	Implante Coclear
Implante coclear	33	Libras-Língua de Sinais
Ouvintes ensinando Libras	114	Libras-Língua de Sinais
Surdo Oralizado	117	Libras-Língua de Sinais
mestrado em implante coclear	49	Mestrados e Doutorados: Surdos
Surdez e escrita	41	Mestrados e Doutorados: Surdos
Teoria Estudos Surdos Estudos Culturais	41	Mestrados e Doutorados: Surdos
Dúvida: fazer ou não o IC	30	<u>Pais e Mães de Surdos</u>
Terapia com pessoas surdas	70	Questões sobre a surdez
tem ou nao interprete na sua faculdade	59	Surdos universitários
Oralização	286	Surdos Oralizados
libras ou leitura labial	80	Surdos Oralizados
Como fico numa reunião de ouvintes	76	Surdos Oralizados
SOS Alfabetização	33	Surdos Oralizados
Lamentável	30	Surdos Oralizados
Propagandas políticas: legendaxLibras	43	Surdos Oralizados
Qual a diferença entre Surdo e DA	52	Surdos universitários
Libras é a primeira língua mãe?	69	Surdos universitários
Preocupado com o crescente uso da Libras	93	Surdos universitários
Ensino superior	36	Surdos universitários

Anexo A

Página da Feneis

Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Windows Internet Explorer

http://www.feneis.com.br/page/index.asp

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Google G MIRIAM FENEIS OK Pesquisar Brasil

Favoritos Verificar Enviar para Configurações

Home Feeds Imprimir Página

Feneis
Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FENEIS FENEIS-REGIONAIS FILIAÇÃO LIBRAS-CELES ASSOCIAÇÕES CONTRATAÇÃO DE SURDOS TECNOLOGIAS FALE CONOSCO

BRASIL
myrna ok

- INFOSURDO +
- BIBLIOTECA VIRTUAL +
- REVISTA DA FENEIS +
- JORNAL DA FENEIS
- DIA DO SURDO
- LEGISLAÇÃO
- NOTÍCIAS
- EVENTOS +
- LINKS ÚTEIS
- CAMPANHA
- MANIFESTAÇÃO
- ChatFENEIS

Proficiência em LIBRAS - 2008
A Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através da Comissão Permanente do Vestibular - COPERVE, informa que estarão abertas as inscrições ao Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Libras - Prolibras. A inscrição no Prolibras será realizada somente pela internet no site www.prolibras.ufsc.br ou www.coperve.ufsc.br até o dia 21/08/2008.

Eventos
CARTA DA RONICE MULLER - Coordenadora

RIO DE JANEIRO - RJ

FESAI RJ : I Fórum de Estudos Surdos na área de Informática.
Informamos que a data para realização do FESAI RJ foi transferida para o dia 14 de junho de 2008. Pedimos desculpas pelo transtornos.

RJ:Curso de LIBRAS
CURSO DE LIBRAS
CURSO DE LIBRAS

ISENÇÃO DO I.P.I. PARA SURDOS
Últimas notícias

Opinião?

FENEIS - FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SURDOS

Internet 100%

Iniciar

22:47 quarta-feira 13/8/2008

Feneis - Federa... versão corrigid... Documento1 - ... C:\Documents a... anexo imagem s... Adobe Photosh...

Anexo B Páginas do Orkut

The image displays two screenshots of the Orkut website interface, showing a user profile and a community page. Red circles and arrows highlight specific elements in both screenshots.

Top Screenshot: User Profile (Regiane Lucas)

- Navigation:** 'Perfil' is circled in red.
- Header:** 'Regiane' is circled in red.
- Friends:** 'meus amigos (235)' is circled in red.
- Communities:** 'minhas comunidades (60)' is circled in red.

Bottom Screenshot: Community Page (Surdos)

- Community Name:** 'Surdos' is circled in red.
- Community Members:** 'Surdos (6.705 membros)' is circled in red.
- Forum:** 'fórum' is circled in red.

Community Details (Surdos):

- descrição: SEJA BEM VINDO AO MUNDO DOS SURDOS BRASILEIROS...
- idioma: Português
- categoria: Culturas e Comunidade
- dono: Leandro Abud Fonseca
- moderadores: Marcio
- tipo: pública
- privacidade do conteúdo: aberta para não-membros
- fórum: não-anônimo
- local: Brasil
- criado em: 29 de julho de 2004 02:28
- membros: 6.705

Forum Table:

tópico	postagens	última postagem
<input type="checkbox"/> GRATIS GRATIS GRATIS --- DICIONARIOLIBRAS.COM.BR	1	11/08/08
<input type="checkbox"/> MSN	1	10/08/08
<input type="checkbox"/> VIDEO CHAMADA DE SEM CHIP.É REALIDADE!!!	3	09/08/08
<input type="checkbox"/> licença de IPTV	1	no/no/no

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)